

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO

Tiago Ciro Moral Zancope

A REFUNDAÇÃO DA NAÇÃO E O CONCEITO DE BOLIVARIANISMO NOS  
DISCURSOS DE HUGO CHÁVEZ FRÍAS (1999-2000)

GOIÂNIA  
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO

TIAGO CIRO MORAL ZANCOPE

**A REFUNDAÇÃO DA NAÇÃO E O CONCEITO DE BOLIVARIANISMO NOS  
DISCURSOS DE HUGO CHÁVEZ FRÍAS (1999-2000)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

**Área de Concentração:** Culturas, Fronteiras e Identidades.

**Linha de Pesquisa:** Ideias, Saberes e Escrita da (e na) História

**Orientador(a):** Libertad Borges Bittencourt

GOIÂNIA  
2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
GPT/BC/UFG**

Z27r Zancope, Tiago Ciro Moral.  
A refundação da nação e o conceito de bolivarianismo nos discursos de Hugo Chávez Frías de 1999-2000 [manuscrito] / Tiago Ciro Moral Zancope. - 2012.  
162 f. : il.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Libertad Borges Bittencourt.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de História, 2012.

Bibliografia.  
Inclui figuras.

1. Bolivarianismo. 2. Frías, Hugo Chaves. 3. Bolívar, Simón. 4. História – Conceitos. 5. História – Narrativas. I. Título.

CDU: 930.85:94(87)

TIAGO CIRO MORAL ZANCOPE

A REFUNDAÇÃO DA NAÇÃO E O CONCEITO DE BOLIVARIANISMO NOS  
DISCURSOS DE HUGO CHÁVEZ FRÍAS (1999-2000)

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da UFG, para obtenção do título de Mestre em História, aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

---

Profa. Dra. Libertad Borges Bittencourt (UFG)  
Presidente

---

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto (UNICAMP)  
Membro

---

Profa. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo (UFG)  
Membro

---

Prof. Dr. Cristiano Alencar Arrais (UFG)  
Suplente

## AGRADECIMENTOS

Impossível começar os meus agradecimentos por outra pessoa que não a minha orientadora e amiga Libertad Borges Bittencourt, que, além de todo o contato acadêmico, providenciou verdadeiras lições de humanidade, sobretudo no que se refere à paciência que teve comigo. Ademais, desde a época da graduação, demonstrou interesse por minhas reflexões, o que sempre me incentivou a pesquisar. Sem ela seria impossível realizar sequer um trecho dessa pesquisa. Sua determinação em todos os momentos em que estávamos juntos foi inspirador.

Outro personagem de suma importância no desenvolvimento dessa pesquisa é a Profa. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo, que participou da banca de qualificação desse trabalho, dando valiosos conselhos que auxiliaram a melhor execução deste texto. Reitero ainda mais o agradecimento por sua participação também na banca de avaliação desta dissertação, ofício que aceitou prontamente. Agradeço também pelo empréstimo que me fez do epistolário bolivariano que auxiliou na produção deste texto.

Este trabalho não seria possível sem a efetiva participação de outros professores que ajudaram com indicações de livros, conversas inspiradas e orientações sobre quais caminhos seguir. Sou muito grato aos professores Cristiano Alencar Arrais – que participou de minha banca de qualificação e que numa de suas repreensões, em sala, me incentivou a melhorar o nível de minha pesquisa – Tomás Straka (UCAB – Venezuela) – por me receber em sua universidade, evidenciando as questões que, no universo de um venezuelano, permeavam minha pesquisa, além, é claro, de me indicar obras que desconhecia e que foram essenciais para compreender melhor o objeto a que me dedicava – e, por fim, ao Prof. Carlos Oiti Berbert Júnior – pelas sugestões teóricas que evitaram “possíveis estragos”!

Ao CNPq, por ter permitido a realização deste trabalho, com seu aporte financeiro.

À minha família, que esteve presente em todos os momentos realmente importantes, eu agradeço pelo apoio, mesmo quando tudo parecia ruir, pela dedicação, que em certos momentos não soube valorizar, e pelo amor incondicional, que me conforta desde muito antes de me imaginar um possível historiador.

Maria de Gracia, é outra pessoa a quem devo essa dissertação, afinal me recebeu em sua casa na Venezuela como se eu fosse realmente um filho que retornava ao lar. Levou-me aos lugares que necessitava ir e ainda me proporcionou um ambiente extremamente agradável, o que facilitou muito a execução da pesquisa *in loco*.

À Ana Elisa Morais, pelo companheirismo e pelos momentos de descontração tão necessários a quem se dedica a este caminho estressante que é a produção de conhecimento. Suas demonstrações de carinho foram reconfortantes.

Aos amigos Victor Creti Bruzadelli e João Luiz Figueiredo Francon Filho, o Panther, que participaram ativamente de minha vida no momento de feitura deste texto. A amizade criou laços que nos momentos mais difíceis e nos mais divertidos me ajudou a levar o mestrado até o fim.

Por fim, gostaria de lembrar-me da amiga Rejane Bonomi Schifino, colega de empreitada, pelas horas transcorridas no telefone, em que compartilhávamos angústias, tensões e palavras animadoras.

*Sobre las ruinas de la Independencia, sus símbolos, sus memorias, su iconografía y su culto, la Revolución Bolivariana levanta una alegoría cuyo fin es recuperar la pérdida y crear nuevos significados. ¿Cuál pérdida? La pérdida es también una alegoría, una narración que alude a un pasado mítico, y que debe ser construida al igual su recuperación. La pérdida es infinita, no tiene un significado preciso sino el que va adquiriendo a lo largo tiempo. La pérdida es el genocidio perpetrado por la Conquista española contra la población aborigen, y el dominio colonial de trescientos años. La pérdida es la traición de los enemigos de Bolívar a su proyecto magnífico que hubiese comportado la felicidad de los pueblos liberados [...]. La pérdida es la represión del pueblo y el saqueo de su riqueza durante los cuarenta años de democracia burguesa, consagrada por otro pacto político que, también en esa oportunidad, excluyó al pueblo. La pérdida es, en fin, toda la historia, en tanto ella es el recuento de una traición, y su recuperación no puede ser sino otro relato en el que esa traición sea conjurada por el héroe, y rectificada en un nuevo orden que contenga todas las reivindicaciones y esperanzas perdida en quinientos años. Un relato que acumule todas las nostalgias y su reparación.*

*(Ana Teresa Torres, 2009)*

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é examinar a ascensão de Hugo Chávez Frías à presidência da República da Venezuela no ano de 1999. Seus primeiros discursos ressaltavam a necessidade de refundar a pátria sob novos parâmetros, criados a partir da interpretação do mandatário sobre os feitos de Bolívar; assim, sua proposta fundamental seria a criação da República Bolivariana da Venezuela, que, distinta das anteriores, simbolizaria a união da nação com as ideias de seu filho dileto: Simón Bolívar. Para que essa operação alcançasse sucesso foi necessário modificar seus pilares de sustentação. Essas alterações foram efetivadas por meio da redação da nova constituição nacional, pela redistribuição dos poderes e também pela narrativa histórica que ao invés de amparar-se na historiografia, foi proclamada bolivariana. Desse modo, a V República que emergia foi apresentada como desdobramento direto da gesta da independência do século XIX. A associação entre a nova República e o momento mais glorioso da história do país não só a legitimaria como equivaleria à projeção dos valores e brilhos de outrora. Nesse sentido, procurou-se compreender esse fenômeno por meio de um olhar sincrônico, ou seja, perscrutando suas especificidades a fim de identificar possíveis pontos de mudança e permanência. Isso porque, paralelamente, observava-se sua diacronia, isto é, o modo como essa estratégia política evoluía ao longo do tempo, uma vez que os mandatários venezuelanos repetidamente afirmavam agir sob os princípios da filosofia bolivariana. A partir daí, refletiu-se acerca desse paradoxo venezuelano, no qual a orientação em um presente visto como carente de sentido motivava o constante retorno a um pretérito oitocentista, pois ali haveria uma fonte de soluções para quaisquer demandas. A República Bolivariana da Venezuela é, nesse sentido, a radicalização dessa aporia e do culto a Bolívar, na tentativa de orientar a pátria e a sociedade numa premissa que as mobilize em direção a um futuro bolivariano e que, sob os auspícios do presente, completaria um ciclo no qual se extirpariam os conflitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bolivarianismo, Hugo Chávez, Simón Bolívar, História dos Conceitos, Narrativa.

## ABSTRACT

The objective of this thesis is to analyze the rise of Hugo Chávez Frías to the presidency of Venezuela in 1999. His first speeches highlighted the need to refound the nation, under new parameters, created from his interpretation of the acts of Bolívar, therefore, his main proposal would be the creation of the República Bolivariana de Venezuela, which, distinctly from the previous ones, should symbolize the union of the nation with the ideas of its beloved son: Simón Bolívar. In order that operation could reach the intended success, it was necessary modify its sustenance pillars. These alterations were accomplished through the redaction of a new constitution, by the redistribution of the powers and also via the historic narrative, which instead of support itself in the historiography, was proclaimed bolivariana. Thus, the V República, that emerges was displayed as the unrolling of the independence war period in the XIX century. The association between the new Republic and the most glorious moment of the country's history, not only legitimated, but is also equivalent to the projection of the values and the brilliancy of formerly. Accordingly, sought to comprehend this phenomenon under one synchronic view, in other words, examining his specificities in order to identify possible points of changes and permanency, because, concomitantly, observing his diachronic, that is, the way how this strategy evolved over the time, in view of the fact that the president's of Venezuela repeatedly asseverate to act over the principals of the bolivarian philosophy. From then on, was reflected about the national paradox, in which the orientation in present seen as meaningless motivated the constant return to the past nineteenth century, since there would be a source of solutions for any kind of demand. The República Bolivariana de Venezuela is, in this sense, the radicalization of this aporia as well as the cult of Bolívar in the attempt to orient the nation and society on a premise which mobilize them in the direction of one bolivarian future and, which below the auspicious of the present, would complement one circle of the conflicts eradication.

**KEYWORDS:** Bolivarianism, Hugo Chávez, Simón Bolívar, History of Concepts, Narrative

## RESUMEN

El objetivo de esta tesis es examinar la ascensión de Hugo Chávez Frías a la presidencia de Venezuela en 1999. Sus primeros discursos destacaron la necesidad de refundar la patria, bajo nuevos parámetros, creados a partir de la interpretación del mandatario sobre los hechos de Bolívar; así, su propuesta fundamental sería la creación de la República Bolivariana de Venezuela, que, diferentemente de las anteriores, simbolizaría la unión de la nación con las ideas de su hijo dilecto: Simón Bolívar. Para que esa operación lograra éxito fue necesario cambiar sus pilares de sustentación. Esos cambios se efectuaron por medio de la redacción de una constitución nacional, por la redistribución de los poderes y también por la narrativa histórica que al envés de ampararse en la historiografía, fue proclamada bolivariana. Por lo tanto, la V República que emergía fue presentada como desdoblamiento directo de la gesta de independencia del siglo XIX. La asociación entre la nueva República y el momento más glorioso de la historia del país no solamente lo legitimaría sino que correspondería a la proyección de los valores y brillos de otrora. En ese sentido, se buscó comprender ese fenómeno por medio de una mirada sincrónica, es decir, investigando sus especificidades, objetivando identificar posibles puntos de rupturas y permanencias. Eso porque, paralelamente, se observaba su diacronía, esto es, el modo como esa estrategia política evolucionaba a lo largo del tiempo, una vez que los mandatarios repetidamente afirmaban actuar bajo los principios de la filosofía bolivariana. Desde allí, se reflexionó acerca de esa paradoja venezolana, en la que la orientación en un presente visto como carente de sentido motivaba el constante regreso a un pretérito del diecinueve, pues allí habría una fuente de soluciones para cualesquiera demandas. La República Bolivariana de Venezuela es, con efecto, la radicalización de esa aporía y del culto a Bolívar, en el intento de orientar la patria y la sociedad en una premisa que las movilice en dirección a un futuro bolivariano y que, bajo los auspicios del presente, completaría un ciclo en el que se encierran los conflictos.

**PALABRAS CLAVES:** Bolivarianismo, Hugo Chávez, Simón Bolívar, Historia de los Conceptos, Narrativa.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1. A DESCONSTRUÇÃO DO PASSADO RECENTE NA VENEZUELA E A ASCENSÃO DE HUGO CHÁVEZ FRÍAS .....	47
1.1. O imaginário político e a democracia <i>puntofijista</i> .....	47
1.2. O final da República da Venezuela e a desconstrução do passado recente .....	57
1.3. O mal estar na democracia e a intentona militar chavista .....	65
2. O PARADOXO VENEZUELANO: O BOLIVARIANISMO COMO CONCEITO BÁSICO NA REFUNDAÇÃO DA NAÇÃO .....	93
2.1. A elaboração de uma narrativa histórica bolivariana como orientação de sentido para a V República .....	93
2.2. A trajetória histórica do bolivarianismo enquanto estratégia de poder e a República Bolivariana da Venezuela .....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	148
REFERÊNCIAS .....	156

## INTRODUÇÃO

Logo no prefácio de seu livro, *O Escritor e os seus Fantasmas*, Ernesto Sábato advertia que a análise contida naquela obra assemelhava-se à relação entre um camponês e o seu cavalo. Assim sendo, ele corroborava a idéia de que aquela publicação seria fruto de reflexões diárias, de um tipo que compreendia a literatura como um fenômeno que extrapolava a profissão e que inclusive influenciava na própria condição de vida que ele sustentava. Foi imbuído deste olhar reflexivo que o autor analisou escritores e obras alheias, questionando sua própria empreitada<sup>1</sup>:

Para quem escrevo este livro? Em primeiro lugar, para mim mesmo, com o intuito de esclarecer vagas instituições sobre o que faço em minha vida; logo, porque penso que podem ser úteis para muitas pessoas que, como eu em minha época, lutam por encontrar-se, por saber se de fato são escritores ou não, para ajudá-los em uma resposta sobre o que é a ficção e como é elaborada; também para nossos leitores, que amiúde nos escrevem ou nos detêm na rua para falar a respeito de nossos livros, ansiosos por se aprofundarem em nossa concepção geral de literatura e da existência; e, enfim, para esse tipo de crítico que nos explica como e para que devemos escrever (SÁBATO, 1985, p. 10).

Sem dúvida, a fama e o prestígio desse escritor argentino ultrapassam de maneira incontestada a minha presença no cenário acadêmico, e ciente deste fato, optei por parodiar este excerto a fim de, igualmente, explicar as motivações que me levaram a escrever a presente dissertação. Destarte, redigi essa dissertação para mim mesmo; paralelamente, também desenvolvi a pesquisa para compreender o que se faz da vida, pois a escolha da História enquanto profissão e inexoravelmente a pesquisa e, conseqüentemente, a escrita são duas atividades que nos acompanham continuamente.

Sábato acreditava que aquela obra poderia ser útil para as outras pessoas, independente delas serem escritoras ou não. Nas considerações finais, que encerram o prefácio da obra, o autor voltou a alertar que o seu conteúdo refletia em boa parte a experiência de se percorrer uma tortuosa estrada mesclada por avanços, recuos e becos sem saída<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Apresento na introdução uma reflexão teórica que resumirá a dissertação também por meio de autores que contribuirão para a sua conformação. Com efeito, essa operação corroborará a complexidade do objeto e a necessidade de problematizá-la desde seu preâmbulo com rigor teórico.

<sup>2</sup> De certa forma, tudo isso mantinha um estreito diálogo com o próprio ser do literato que se reconhecia binariamente perturbado por ser artista e latino-americano: “Em qualquer destes casos, quem o ler pode ter a certeza de que não está frente a gratuitas ou engenhosas idéias ou doutrinas, senão frente a meditações de um

Nesse sentido, equipararam-se as dificuldades elencadas por Ernesto Sábato na produção de seu livro com as aporias enfrentadas na redação dessa dissertação. O objeto do autor foi o modo como os distintos escritores ao longo do tempo internalizaram em suas obras os dramas que acompanham o homem, elevando a literatura a um locus privilegiado para a observação da condição humana. Intentei demonstrar criticamente como a vitória de Hugo Chávez Frías na eleição para a presidência da República da Venezuela alterou o sistema político, o nome do país e o seu principal documento, a constituição. Paralelamente, Chávez amparava essas medidas em uma narrativa que ele apresentava como a verdadeira, pois seria bolivariana enquanto que as outras eram antibolivarianas.

O objetivo dessa dissertação será examinar o sentido do conceito básico de bolivarianismo nos discursos desse mandatário – atentando mais especificamente para o ano de 1999, pois nessa data Chávez, em consonância com parte da sociedade, conseguiu aprovar uma série de projetos além de uma nova Carta Magna que inaugurava a República Bolivariana da Venezuela. Em vista disso, a problemática central desse texto será refletir sobre como a confluência entre um léxico derivado de um conceito anterior e a pátria proposta por Hugo Chávez Frías consagrou uma proclamada nova unidade política que, no intervalo de um ano, se apossou da Venezuela. Simultaneamente a essa operação, se perscrutará como esse fenômeno repercutiu no sentido da história nacional, que configurou uma sociedade polarizada e um peculiar nacionalismo, fundamentado no Estado fomentador.

É fundamental ressaltar uma dimensão da cultura política venezuelana, que se desdobra desde a formação da nação, no início do século XIX, em torno de Simon Bolívar, *El Libertador*. Com a morte de Bolívar, em 1830, suas ações e o seu ideário rapidamente ocuparam um espaço essencial na incipiente nação que se descobria carente de orientação após a autonomia. Assim, a promoção do bolivarianismo, de uma doutrina política e social, que se sustentava na obra daquele que sacrificou sua vida pela independência, foi a maneira encontrada pela elite venezuelana oitocentista para a construção e manutenção da pátria tal qual a concebiam, sobretudo em momentos de forte crise moral. Consequentemente, se por um lado todos eram tributários do *Libertador* por ter constituído a nação, por outro, o seu

---

escritor que duramente encontrou sua vocação, através de ásperas dificuldades e perigosas tentações, devendo eleger seu caminho entre outros que se lhe ofereciam em uma encruzilhada, tal como em certos relatos infantis, sabendo que um e só um conduzia à princesa encantada. Lerá, por fim, as meditações de um escritor latino-americano, e, portanto, as dúvidas e afirmações de um ser duplamente atormentado. Pois se em qualquer lugar do mundo é duro sofrer o destino do artista, aqui é duplamente duro, pois, além disso, sofreremos o angustiante destino do homem latino-americano” (SÁBATO, 1985, p. 10).

status era inquestionável, pois o que se vivia no presente seria uma continuação direta da obra do prócer. Não se trata apenas do manejo da figura de Bolívar, mas subjaz a questão do nacionalismo. É um passado que continua porque a independência segue como fomentador do debate no país.

Desde a sua concepção, o bolivarianismo foi assimilado a um paradigma indissociável da nação, de tal modo que por meio do primeiro se cumpriria as aspirações da segunda. Em certos períodos, essa relação foi celebrada e enfatizada como o par perfeito, enquanto que, da mesma forma, houve épocas em que essa associação foi menos enfatizada. Entretanto, sempre se mantinha uma distinção mesmo que tênue entre ambos.

Destarte, quando Hugo Chávez Frías começou a escrever seus primeiros manifestos, em 1983, ele acreditava que somente por meio da fusão da República da Venezuela e do bolivarianismo, a pátria retomaria as glórias de outrora – como no tempo em que o *Libertador* epicamente a emancipou – e que se perderam ao longo do tempo. Para o então tenente-coronel, a fragilidade econômica, política e social da nação, em parte, eram provocadas pela sua dissociação do verdadeiro bolivarianismo, que se tornou conceito chave e modelo interpretativo no discurso chavista. Portanto, sua empreitada seria recolocá-la em contato com essa doutrina primordial.

Após uma tentativa frustrada de sublevação no ano de 1992, contra o presidente eleito Carlos Andrés Pérez, e depois de amargar uma temporada na prisão, o ex-tenente-coronel assimilou que o caminho para “salvar” a nação estava nas urnas e não em golpes. Apesar disso, ele não se candidatou nas eleições de 1994, que terminaram por consagrar Rafael Caldera para um segundo mandato. Nesse ínterim, Chávez percorreu o país e consolidou seu nome como um líder em harmonia com a tradição militar. Desse modo, ele se valia dessa premissa para ratificar que assumia a responsabilidade pelos seus atos, além de invocar a proteção do maior herói nacional, igualmente um militar, para reconduzir a pátria ao seu verdadeiro destino. Diante da crise que se instaurou, Chávez apresentou o exército como o único ator capaz de soerguer o país, pautado no ethos bolivariano, com ele à frente como mediador no diálogo com essa cultura política peculiar da Venezuela.

O eixo da campanha de Hugo Chávez à presidência consistia em um discurso que apelava para a figura de Simón Bolívar, as promessas de mudanças e a sua especificidade enquanto ator político que o distanciava dos dois partidos venezuelanos mais notórios, *Acción Democrática - AD* e o *Comité de Organización Política Electoral Independiente – COPEI*,

sobre os quais parte da sociedade depositava a culpa pela situação vivida no final da década de noventa. Essa soma de fatores ecoava positivamente entre os eleitores que nesse pleito elegeram um *outsider* como mandatário da nação. A questão que Chávez levantou ainda tem presença forte no imaginário nacional: é possível viver sem Bolívar? Politicamente, não era possível criticar o ethos bolivariano, pois como responder a esse vazio? Chávez apresentou uma resposta a esse dilema naquele período.

Nesse contexto, se faz necessário refletir sobre como um ex-militar amotinado foi referenciado desde o primeiro momento no papel de “salvador da pátria”, uma vez que os indícios apontavam para a direção contrária, isto é, para um ator que surgiu publicamente desrespeitando o jogo democrático, ao tentar destituir da presidência um mandatário respaldado não somente pela sociedade, mas, igualmente, por outras duas esferas de poder: o judiciário e o legislativo. Em síntese, como entender os discursos de um presidente, cujas ações demonstravam que ele tinha pouco apreço pelo sistema democrático e quais as consequências de examiná-lo por meio do bolivarianismo?

O primeiro contato que estabeleci com o tema se reporta ainda à época de graduação, quando pude dar sequência a um pré-projeto sobre as comemorações do bicentenário de independência da Venezuela e o reforçamento da imagem de Simón Bolívar nessa efeméride. Assim que iniciei a análise do plano de trabalho compreendi que eu praticamente desconhecia os diversos sentidos que subjaziam numa festa pública, bem como a associação da imagem de *El Libertador* às emblemáticas batalhas travadas contra a Coroa espanhola.

Desse modo, iniciei uma série de leituras sobre a Venezuela, Bolívar e Hugo Chávez, a fim de assimilar como eu poderia interligá-los em um raciocínio crítico. Surpreendentemente, naquele momento, me auxiliou de maneira sem igual um pequeno trecho do livro de George Orwell, *A Revolução dos Bichos*, no qual o narrador da história descrevia uma comemoração que acontecia na Granja dos Bichos<sup>3</sup>. A partir desse exemplo, refleti que

---

<sup>3</sup> “À hora marcada, os animais deviam abandonar o trabalho e desfilar pelo terreno da granja, em formação militar, os porcos à frente, depois os cavalos, depois as vacas, depois as ovelhas e, por último, as aves. Os cachorros enquadravam a formatura e à testa marchava o garnisé preto de Napoleão. Sansão e Quitéria conduziam sempre a bandeira verde com o desenho do chifre e da ferradura e a legenda ‘Viva o Camarada Napoleão!’ A seguir havia recitação de poemas composto em honra de Napoleão, um discurso de Garganta dando detalhes dos últimos aumentos na produção de gêneros, e no momento exato a espingarda dava um tiro. Quem mais gostava das Demonstrações Espontâneas eram as ovelhas, e se alguém se queixava (havia quem o fizesse, quando os porcos ou os cachorros não andavam por perto) de que aquele negócio era uma perda de tempo e obrigava a ficar um bom pedaço no frio, as ovelhas invariavelmente calavam o insatisfeito com um ensurdecedor balido de ‘Quatro pernas bom, duas pernas ruim!’ De modo geral, porém, os bichos gostavam daquelas celebrações. Achavam confortador serem lembrados de que, afinal, não tinham patrões e todo o trabalho que enfrentavam era em seu próprio benefício. E assim, à custa de cantoria, dos desfiles, das estatísticas

seria apropriado estruturar o meu plano de trabalho em três grandes áreas que se imbricavam, cujos títulos em linhas gerais eram: poder e comemoração; comemoração e memória e o culto ao herói na festa-cívica<sup>4</sup>. Assim, me aproximei da descrição feita por Eric Hobsbawm de seu conceito de “tradição inventada”<sup>5</sup>. Para o autor, muitas vezes as tradições poderiam ser inventadas tanto para reforçar antigos costumes, quanto para criar novos códigos culturais que supostamente se reportavam a um passado longínquo<sup>6</sup>.

Essa reflexão acerca dos símbolos e ritos foi reforçada com a leitura de um artigo do historiador venezuelano José Pascual Mora-García (2006), no qual ele sugere que após a eleição de Hugo Chávez Frias a Venezuela assistiu a um processo de invenção de novas tradições. O reformado tenente-coronel das forças armadas assumiu o cargo de presidente jurando sobre uma moribunda constituição, que ele considerava não condizer com os anseios da sociedade. Portanto, seu primeiro ato enquanto mandatário seria convocar um referendo popular que aprovasse a convocação de uma Assembléia Constituinte para redigir uma Carta Magna inédita, visando orientar a nova nação que pretensamente se iniciava com ele:

Na Venezuela, como em todos os países da América Latina, o Estado é que funda a Nação, e não o inverso; cada governante se sente com o direito a refundar a Nação (no século XIX e no século XXI), talvez, por isso o nacionalismo venezuelano segue preso ao que Luís Ricardo Dávila (2005, p. 286) denomina ‘o contraditório e confuso. Ambas coordenadas definem as insuficiências da nação’. Ontem como hoje, o nacionalismo se funda sobre as bases da invenção da tradição (Hobsbawm, 2001), invenção que foi magistralmente dirigida por Antonio Guzmán Blanco no século XIX e que hoje encontra em Hugo Rafael Chávez Frías sua expressão. Bolívar transformado em imaginário político adquire outra performatividade; agora, é o herói salvador que devolve a soberania popular, é o herói que para o

---

de Garganta, do estrondo da espingarda, do cocoricó do garnisé e do drapejar da bandeira, conseguiram esquecer que estavam de barriga vazia a maior parte do tempo” (ORWELL, 1964, p. 81-82).

<sup>4</sup> No primeiro tópico, o objetivo foi compreender como o Estado se aproveita das efemérides para legitimar sua estrutura de poder, criando e modificando símbolos nacionais. Em seguida, atentei para o conteúdo da comemoração; afinal, se celebraria um momento do passado ou a interpretação que o presente outorgava acerca do acontecimento pretérito? Finalmente, dediquei um tópico especial para Simón Bolívar em vista da dimensão de sua atuação no esforço de libertar a nação; desse modo se perscrutaria as razões de sua exacerbada presença e as consequências disso.

<sup>5</sup> “Entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

<sup>6</sup> Após perscrutar alguns exemplos, o autor chegou à conclusão de que existiriam três grandes tipos de tradições inventadas: “a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento” (HOBSBAWN, 1997, p. 17).

mercado a preços solidários, é o herói que cria uma universidade para todos, é o herói que alimenta a esperança do pobre e do que sofre (MORA-GARCÍA, 2006, p. 84)<sup>7</sup>.

O autor reforçou a tese de que na Venezuela o passado era constantemente revisitado por aqueles que detinham o poder; com isso, a história estaria invariavelmente sendo reinterpretada sob novas premissas. Se cada presidente decretasse o advento de uma pátria distinta da anterior haveria na trajetória venezuelana mais pontos de ruptura do que continuidade. Ademais, se os acontecimentos prévios fossem destituídos de valor, de que maneira se poderia estabelecer respeito pela alteridade? Os líderes políticos venezuelanos conseguiriam manejar o ineditismo absoluto, ou existiria um ponto específico do passado, cujo sentido e valor seriam imutáveis? Obviamente, o período da gesta da independência é esse sítio consagrado ao qual a maioria dos presidentes venezuelanos volta para respaldar suas ações no presente<sup>8</sup>.

Perscrutar a relação entre poder e comemoração apenas pelo viés sustentado por Hobsbawm impossibilitaria uma reflexão que considerasse a reativação do pacto cívico, momento em que o Estado e a sociedade se reúnem para celebrar uma data nacional. Quando uma nação reconhece a pertinência de um episódio de seu passado e o realça no calendário comemorativa ela está admitindo que a magnitude desse acontecimento ultrapassa os limites de sua duração temporal, adquirindo um sentido universal para aquele conjunto. É por esse motivo que o Estado tem um peculiar interesse em exaltar certas ocasiões que lhe possibilitem imprimir uma mensagem para a sociedade, porém nem sempre ela se remete às fontes primevas.

---

<sup>7</sup> Para essa dissertação, traduzi as citações dos seguintes autores: José Pascual Mora García (2006); Hugo Chávez (2005a, 2005b); Ana Teresa Torres (2008, 2009, 2010); Germán Carrera Damas (1983, 1988, 2006, 2007, 2010); Tomás Straka (2010); Véronique Hébrard (2006); Elías Pino Iturrieta (2003); Beatriz González Stephan (1997); Reinhart Koselleck (2004, 2006); Melvin Richter (2003); Jesus M. Aguirre e Berta Brito (1983); Alberto Garrido (2002); Rafael Arráiz Lucca (2007); Juan E. Romero (2001); Fidel Canelón e Franklin González (1998); José Honorio Martínez (2008); Manuel Caballero (2006); Harold A. Trinkunas (2009); Aníbal Romero (2001); Luis Castro Leiva (1991); Jaime E. Rodríguez (2010); Valeria Bosoer e Cecilia Cortés (2001); Julio Aróstegui (2004); Nikita Harwich (2003); Allan Brewer-Carías (2000, 2003); Fortunato González Cruz (2005),

<sup>8</sup> Sem dúvida, o feito de um pesquisador venezuelano se reportar e seguidamente aplicar o conceito desenvolvido por Eric Hobsbawm em sua análise, comprovaria que naquele país uma parcela da comunidade acadêmica o considera válido. Paralelamente à sua disseminação, os primeiros críticos sobre a noção de “invenção da tradição” surgiram alegando que ela engessava algo que por si só seria muito mais dinâmico, que eram as heranças culturais. Para esses estudiosos seria inútil intentar forçosamente datá-las estabelecendo assim suas origens, visto que algumas tradições eram tão remotas que aceitá-las como inventadas equivaleria a reconhecer que foi a partir de uma grande explosão que se originou a vida na terra, ou seja, que tudo começou com um evento situado num passado longínquo, cuja associação com o presente implicaria em mais perguntas do que respostas.

O descompasso entre o evento em si com o que o país celebra e a mensagem que se produz a respeito dele igualmente conforma um campo de análise para o historiador. Esse desajuste foi examinado pela historiadora Helenice Rodrigues da Silva, que identificou no conceito de “rememoração” um modo de interpretar como a nação e a sociedade se posicionam quando elas se encontram nesses instantes pátrios do irromper da memória coletiva:

A esse propósito, as comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objeto de interesses em jogo (políticos, ideológicos, éticos, etc.). O uso perverso da seleção da memória coletiva encontra-se, portanto, nesse processo de ‘rememoração’ social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Apagam-se da lembrança as situações constrangedoras (por exemplo, nos ‘500 anos do Brasil’, os massacres indígenas, a escravidão negra, as violências na história), e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais (o ‘paraíso tropical’ e o ‘país do futuro’). Ora, essa seleção da memória coletiva é comum em todas as comemorações de uma data nacional. As utilizações sociais da memória são visíveis nesse fenômeno das comemorações que, em todas as partes do mundo, vêm se impondo como um ritual nacional. Consagrando o universalismo dos valores, de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa ‘rememoração’ de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente (SILVA, 2002, p. 432).

Desse modo, mediante essas questões se avançará sobre o segundo tema: comemoração e memória. Durante uma solenidade pública organizada pelo Estado, em que se celebra um distinto episódio do passado, aquilo que se pretende atingir é trazido à tona desde uma conjuntura contemporânea; com isso, o seu significado passa a depender da permuta entre o conteúdo do episódio com o filtro imposto pelo presente. Sobre isso, a historiadora Lucia Lippi Oliveira questiona: “Comemorar tem a ver com o passado ou, principalmente, tem a ver com o futuro? Retorna-se ao passado para não deixá-lo no esquecimento ou para assegurar o que está por vir? Refletir sobre o celebrado produz como resultado a superação ou a incorporação da herança?” (OLIVEIRA, 2000, p. 3-4)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> A autora replicou suas perguntas ancorando-se na observação formulada pelo historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello durante uma entrevista realizada por Elio Gaspari, no qual o primeiro refletiu: “Toda vez que se organiza uma comemoração do passado, o que se está comemorando é uma visão do presente [...]. Em 1922, no Centenário da Independência, a República Velha comemorou a existência desse país. Em 1972, no Sesquicentenário, comemorou-se o abraço da ditadura brasileira com a ditadura salazarista de Portugal. Agora, os portugueses estão comemorando a própria prosperidade. Desde o século XVI, Portugal nunca esteve tão bem. Eles festejam os descobrimentos com iniciativas de alto nível. Vão publicar dois códices do início do século XVII, que estão no arquivo histórico do Itamaraty, inéditos. É uma pena que o Brasil, com sua cultura precária, só consiga se expressar por meio de efemérides. São os 500 anos do Descobrimento, o centenário de fulano ou o cinqüentenário de beltrano”. (MELLO (2000) apud OLIVEIRA, 2000, p. 4).

O argumento fortalece o entendimento de que durante uma comemoração o tempo presente se sobrepõe ao passado, imprimindo nele marcas e significados que outrora não existiam no e sobre o mesmo. Em linhas gerais, essa reflexão se assemelha à reflexão de Helenice Rodrigues da Silva, na qual ela reafirma que numa festividade envolvendo o Estado e a sociedade a memória coletiva exaltada significa mais que o acontecimento pretérito em si, pois ele seria interpretado no presente<sup>10</sup>.

Com efeito, o exame empreendido pela autora desvela outra face desse fenômeno que consiste na possibilidade de se criar prognósticos em alusão ao futuro. No espaço dessas solenidades, o porvir é simbolicamente representado como corolário da narrativa do passado aclamado; o que resulta na composição de uma correlação entre ambos, na qual os elementos que sustentaram a interpretação do acontecimento se transformam em prenúncios para a posteridade. Desse modo, se traçou um paralelo com as comemorações do bicentenário de independência da Venezuela, objetivando examinar se o mesmo fenômeno também acontecia naquela nação, ou seja, se ali, do mesmo modo como em outras celebrações, o organizador do festejo imprimiria novos significados para os eventos no tempo pretérito e os projetaria no futuro<sup>11</sup>.

Numa arquitetura temporal, com a criação de um novo tempo político, assim que assumiu a presidência Hugo Chávez Frías reiterou em diversas ocasiões que a efeméride que marcava o surgimento da Venezuela enquanto nação soberana seria festejada com o máximo de entusiasmo possível, pois representava o momento mais glorioso da história nacional, que jamais se deveria ter perdido. Um exemplo pôde ser examinado no discurso feito pelo

---

<sup>10</sup> Esse processo seletivo da memória nacional manifestou-se, igualmente, nas comemorações dos 500 anos do Brasil. ‘De 1500 a 2000’, esse slogan definiu e delimitou o programa das comemorações da ‘descoberta’ do Brasil, a referência a essas duas datas-chave salientando o caráter singular dessas comemorações. Na realidade, não se celebrou uma simples data de aniversário (22 de abril), mas uma história nacional. A escolha dos 500 anos, desse passado que se prolonga no tempo, reporta a elementos constitutivos de uma certa mitologia da nação. A primeira corresponde à origem de sua fundação: a descoberta das terras brasileiras pelos portugueses, fazendo *tabula rasa* da presença de 4,5 milhões de índios. A segunda refere-se à vocação mesma de um país voltado em direção do futuro, nessa entrada do terceiro milênio. Desse modo, o discurso comemorativo se fundou sobre uma visão, em suma, mítica: por um lado, paraíso tropical (a chegada dos portugueses em terras brasileiras) e, por outro lado, país dinâmico (‘país do futuro’), reforçando o imaginário coletivo e o orgulho nacional (SILVA, 2002, p. 432-433).

<sup>11</sup> Helenice Rodrigues da Silva resenhou tal paradoxo da seguinte maneira: Por trás de todas as comemorações nacionais encontra-se, portanto, a questão do tempo que se manifesta em sua relação com o passado da história e com o presente da memória. Em outras palavras, a comemoração tem por objetivo demonstrar, como já vimos, que o acontecimento ‘rememorado’, por seu valor simbólico, pode se reportar ao devir. As comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção do futuro. Em outros termos, a comemoração das datas nacionais demonstra que os acontecimentos tidos por inaugurais exercem ainda uma função eminentemente simbólica (SILVA, 2002, p. 436).

mandatário no dia 19 de agosto de 2000, quando ele foi eleito para o cargo de presidente da República Bolivariana da Venezuela<sup>12</sup>:

Agora, nós, desde então, em nossa opinião, estamos e estávamos adentrando como entramos na década de oitenta: 1982-1983 estávamos embarcando na era bicentenária. Este termo eu escutei de alguém na prisão de Yare num dia de visita, fazendo algumas análises, discutindo, me disse um bom amigo na cadeia: ‘Hugo, estamos na era bicentenária’. Desde então, o léxico ficou gravado na mente e na alma porque eu creio, certamente, que a Venezuela entrou de cheio na era bicentenária. A era bicentenária bolivariana... E o que é a era bicentenária? É uma era que já anunciava Pablo Neruda, quando disse que viu a Simón Bolívar no Quartel da Montanha, na boca do Quinto Regimento e lhe perguntou: ‘Eras tu Pai ou não eras ou quem eras?’. E Bolívar respondeu: ‘Sim, sou eu, mas desperto cada cem anos quando despertam os povos’.

Aqui na Venezuela está ocorrendo ou se está fazendo verdade à profecia de Pablo Neruda. Bolívar se fez povo e está nas ruas combatendo de novo. Essa é uma das verdades que marcam o processo venezuelano de hoje [...].

Estamos entrando como em uma nova etapa da era bicentenária, tal qual, fez 200 anos com o processo venezuelano e bolivariano; igualmente, como nos últimos anos do século XVIII foram as primeiras escaramuças, foram os primeiros avanços, foram os primeiros intentos de rebelião e de revolução. Simón Rodríguez, mestre caraquenho, o Negro Andresote, José Leonardo Chirino, Manuel Gual e José María España e quando entrou de cheio o século XIX então a revolução atravessou as três primeiras décadas; ao longo dessas três décadas do século XIX nesta mesma terra, neste mesmo contorno da América do Sul se desenvolveu uma das revoluções mais profundas da história, que estremeceu o continente e que certamente mudou o rumo da história conhecida até então e deixou rastro, tanta pista deixou que passados 200 anos segue-se falando dela; seguimos falando dessa revolução; continuamos levantando-a com orgulho, prosseguimos levando suas bandeiras, sua ideologia, sua inspiração (CHÁVEZ, 2005b, p. 393-394).

Em vista desse discurso e de outros exemplos<sup>13</sup>, a narrativa apresentada pelo mandatário sustentava que o atual momento nacional se inspirava no legado oitocentista, no

---

<sup>12</sup> No curto prazo de dois anos a Venezuela assistiu a duas eleições presidenciais. A primeira aconteceu em 1998 quando Hugo Chávez Frías derrotou no segundo turno Henrique Salas Römer. Durante todo o ano de 1999 o presidente trabalhou no processo de refundação da pátria através da convocação de uma Assembléia Constituinte que posteriormente aprovou uma nova Carta-Magna. O novo organograma político e jurídico que surgiu a partir deste documento estabelecia que no próximo ano, 2000, haveria novamente eleições para a presidência, que mais uma vez foram vencidas por Hugo Chávez que derrotou Francisco Arias Cárdenas. Desse modo, o ex-militar foi o último presidente da República da Venezuela e o primeiro da República Bolivariana da Venezuela.

<sup>13</sup> Na época que escrevi o artigo que concluiu minha experiência enquanto bolsistas do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) me impressionou a agressividade do prefeito do município Libertador que faz parte da cidade de Caracas quando ele, respaldado por Hugo Chávez Frías, removeu a estátua de Cristóvão Colombo do parque *El Calvario*. Conforme a interpretação histórica chavista, o navegador genovês foi o responsável pelo genocídio dos povos ameríndios e por isso qualquer monumento em sua homenagem era uma ofensa aos grupos étnicos que viviam na Venezuela. Deste modo, recomendo a leitura de três reportagens de

escopo de reviver as glórias do passado. Se no século XIX próceres como Francisco de Miranda e Simón Bolívar lutaram contra a Espanha em prol da libertação da Venezuela, contemporaneamente, Hugo Chávez apresentava-se como aquele que com a ajuda do povo “bolivariano” – afinal, *El Libertador* retornava nele – libertaria novamente a nação daqueles que impediam o seu progresso e desenvolvimento, isto é, da oligarquia antibolivariana. A vinculação entre as carreiras militares de ambos conferiria ainda mais legitimidade ao seu pleito. Nesse contexto, as duas idéias: o bolivarianismo e a refundação da nação faziam todo sentido, numa cultura política na qual as várias camadas sedimentadas propiciam um vínculo entre passado e presente, que Chávez soube compreender e manipular.

Nesse caso, o retorno ao passado acompanhou uma valorização do presente: quanto mais laboriosa fosse a experiência rememorada, maior glória adquiria aquele que a ela se comparava. Seria isso um abuso da memória esses usos do passado? Como foi mencionado, o líder venezuelano ascendeu ao cargo máximo do executivo com um discurso pautado na proposta de mudanças profundas. Para ele, a nação havia perdido a sua essência, ademais de sua identidade, pois desde 1830 uma elite contrariava o projeto de Bolívar, afastando a pátria de seu verdadeiro destino, que caberia a ele retomar.

Sob essa perspectiva, competia ao mandatário refundar a nação sobre as bases mais sólidas produzidas com esse propósito – o bolivarianismo – além de narrar uma história que recuperasse suas origens, sucessos e infortúnios<sup>14</sup>. Nesse passo, Ricoeur compreendeu que

---

um dos maiores jornais venezuelano *El Universal*, <[http://www.eluniversal.com/2009/03/28/ccs\\_art\\_jorge-rodriguez--l\\_1325657.shtml](http://www.eluniversal.com/2009/03/28/ccs_art_jorge-rodriguez--l_1325657.shtml)>, <[http://www.eluniversal.com/2009/03/27/ccs\\_art\\_colon-padece-su-calv\\_1323257.shtml](http://www.eluniversal.com/2009/03/27/ccs_art_colon-padece-su-calv_1323257.shtml)> e <[http://www.eluniversal.com/2010/10/10/pol\\_art\\_colon-sigue-perdido\\_2064605.shtml](http://www.eluniversal.com/2010/10/10/pol_art_colon-sigue-perdido_2064605.shtml)>. Tanto na primeira quanto na segunda a temática central é o ato da remoção; na terceira, o jornalista Joseph Polizuk efetuou um trabalho minucioso que contemplou desde a opinião do historiador Elías Pino Iturrieta, até as justificativas apresentadas pelo prefeito Jorge Rodríguez, que foram complementadas por Hugo Chávez.

<sup>14</sup> Para o filósofo francês Paul Ricoeur, “a lembrança e a identidade mantêm uma intrincada relação: O cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade. Entre as derivações que dele resultam, conhecemos alguns sintomas inquietantes: *excesso* de memória, em tal região do mundo, portanto, abuso de memória – *insuficiência* de memória, em outra, portanto, abuso de esquecimento. Pois bem, é na problemática da identidade que se deve agora buscar a causa da fragilidade da memória assim manipulada. Essa fragilidade se acrescenta aquela propriamente cognitiva que resulta da proximidade entre imaginação e memória, e nesta encontra seu incentivo e seu adjuvante” (RICOEUR, 2007, p. 94, *grifo do autor*). Ele elenca três grandes motivos que favorecem a debilidade da identidade. O primeiro se reporta à relação entre ela e o tempo, visto que conforme ele se movimenta, cria-se a impressão de estar-se afastando de algo, iniciando questionamentos sobre sermos os mesmos ou então, sermos o que? O segundo motivo foi, certamente, uma decorrência do antecessor, isto é, se passo a questionar a minha identidade – a manutenção do eu no tempo –, o outro que se aproxima de mim sem tal aporia se exibiria como uma possível ameaça. Por fim, o último motivo manteria contato com a própria origem violenta de algumas recordações: “o que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário, legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez. Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros. “À celebração, de um lado,

uma identidade enfraquecida, juntamente com uma memória manipulada, era um campo propício para o desenvolvimento de ideologias:

O processo ideológico é opaco por dois motivos. Primeiro, permanece dissimulado; diferentemente da utopia, é inconfessável; mascara-se ao se transformar em denúncia contra os adversários no campo da competição entre ideologias: é sempre o outro que atola na ideologia. Por outro lado, esse processo é extremamente complexo [...]. Pode-se presumir que ideologia advém precisamente na brecha entre a demanda de legitimidade que emana de um sistema de autoridade e nossa resposta em termos de crença. A ideologia *acrescentaria* uma espécie de mais-valia à nossa crença espontânea, graças à qual esta poderia satisfazer as demandas da autoridade (RICOEUR, 2007, p. 95-96, *grifo do autor*).

Conforme o autor sustentou: “a ideologia busca legitimar a autoridade da ordem ou do poder – ordem, no sentido da relação orgânica entre todo e parte, poder, no sentido da relação hierárquica entre governantes e governados” (RICOEUR, 2007, p. 96). Desse modo, se poderia refletir se a ideologia não seria o meio que possibilitaria o intercâmbio entre o Estado e a sociedade, de modo que o primeiro mantivesse uma superioridade sobre o outro. Em linhas gerais, Ricoeur esquadrinhou as fraquezas das concepções identitárias, a fim de compreender melhor como um problema do ser no tempo seria corolário de uma carência de lembranças do eu. Quando esse tema foi transplantado para um plano macro, o autor observou que tais deficiências podiam ser mescladas com um discurso ideológico que possibilitaria ao Estado produzir uma narrativa que lhe favorecia frente à sociedade e à própria história nacional<sup>15</sup>.

---

corresponde a execração, do outro. É assim que se armazenam, nos arquivos a memória coletiva, feridas reais e simbólicas. Aqui a terceira causa da fragilidade da identidade se funde na segunda” (RICOEUR, 2007, p. 95).

<sup>15</sup> De acordo com o autor: “É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração [...]. Contudo, é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se vêem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece. A dominação, como vimos, não se limita à coerção física. Até o tirano precisa de um retórico, de um sofista, para transformar em discurso sua empreitada da sedução e intimidação. Assim, a narrativa imposta se torna o instrumento privilegiado dessa dupla operação [...]. Torna-se assim possível vincular os abusos expressos da memória aos efeitos de distorção que dependem do nível fenomenal da ideologia. Nesse nível aparente, a memória imposta está armada por uma história ela mesma ‘autorizada’, a história oficial, a história apreendida e celebrada publicamente. De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum. O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade. História ensinada, história apreendida, mas também história celebrada. À memorização forçada somam-se as comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração” (RICOEUR, 2007, p. 98).

Quando essa espacialidade é invadida pela ideologia, a constituição de sentido respaldada por bases coerentes que orientavam, mas que, simultaneamente, recebiam premissas do eu assim como do grupo<sup>16</sup>, é colocada em xeque por um sistema que subverte a memória nacional. “A ambição de fidelidade ao passado encontra-se ameaçada quando as ideologias se intercalam entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória coletiva” (SILVA, 2002, p. 437), tal questão desvela-se ainda mais tensa no caso ibero-americano, devido ao seu passado traumático:

Se tudo o que concerne a memória está sujeito, sempre e em toda parte, a constantes remanejamentos, a América Latina, e particularmente a América Hispânica, aparece como um caso extremo, como um continente traumatizado por seu passado, e sobretudo por duas grandes convulsões políticas, sociais e culturais que marcam a sua história: a Conquista e a Independência. Ambas provocaram, na continuidade da memória e das visões acerca do passado, rupturas quase sem equivalentes em outras partes do mundo. Daí a importância do esquecimento das civilizações e culturas pré-colombianas após a Conquista, e esquecimento do período colonial após a Independência (GUERRA, 2003, p. 6).

A constatação de François Xavier Guerra serviu de indício para um exame que avaliasse como o período colonial e a independência foram situados ao largo da historiografia venezuelana: qual teria sido a estratégia utilizada para representá-los? Nesse passo, salienta-se a falta de sintonia entre os grupos sociais, os hispânicos e seus descendentes, os pardos, os negros oriundos da África e os índios que habitavam o território, o que impossibilitava a criação de um discurso único:

Na Venezuela, antes da independência, não existiu um herói fundador, nem uma luta comum contra um mesmo inimigo, tampouco um destino reunificador. A coesão social se sustentava no eixo do poder Deus-Rei, isto é, na ordem monárquica do mundo ocidental, e em seu embasamento teológico, mas, ao mesmo tempo, a dominação do grupo branco sobre os outros criava uma tensão permanente que se manifestava na resistência e conflitos que tiveram lugar no período hispânico. Se bem a ordem monárquica prevaleceu, não foi a colônia uma ‘sesta’, como já se qualificou

---

<sup>16</sup> Para Helenice Rodrigues da Silva, que analisou essa obra do filósofo, ele ambicionava alertar para a contenda entre a rememoração – uma operação individual – e a comemoração – organizada coletivamente –, com isso se assimilaria o papel desempenhado pela identidade narrativa na mediação desses dois campos, ou melhor, como o ato de narrar seria imprescindível nesse diálogo do eu com o mundo. Assim, antes de nos apropriarmos de nossa capacidade narrativa (contarmos histórias), nós ouvimos histórias. Ora, como observa o autor, nós pertencemos a grupos sociais portadores de uma memória, memória essa que preside as relações intersubjetivas e que é derivada das mesmas (SILVA, 2002, p. 429).

em algumas ocasiões, nem ‘trezentos anos de calma’, como denominou Bolívar. Ao longo desse intervalo foram surgindo os nomes dos conflitos. Guaicaipuro, como arquétipo da resistência indígena, o tirano Aguirre, herói da oposição ao rei; José Leonardo Chirinos, em nome das rebeliões dos escravos contra os amos, ademais dos quilombos, dos cumes e das rochas, que começaram desde o século XVII como expressões subversivas contra a escravidão; a sublevação do canário Juan Francisco de León contra a discriminação dos peninsulares contra os islenhos; para não mencionar as constantes disputas entre as autoridades coloniais e as locais, incluindo as críticas exacerbadas dos governadores contra as autoridades eclesiásticas. Ao menos na Venezuela, se houve calma, foi tensa (TORRES, 2009, p. 93).

O período que antecedeu a guerra de independência foi marcado por levantes que correspondiam a insatisfações de determinados segmentos contra o sistema vigente. Para a autora, o resultado dessas lutas desencontradas foi a produção de memórias traumáticas:

Em suma, no princípio da pátria não houve espaço para um mito alentador e construtor de uma identidade, uma imagem transcendente que produzisse um sentido de unidade e pertencimento de origem e destino. Pelo contrário, se instaurou uma memória traumática. Os autóctones, os espanhóis e os africanos ficaram marcados negativamente, tanto em suas identidades como em suas relações mútuas. Os espanhóis e os seus descendentes levavam sobre si a vergonha de haver perpetrado uma invasão violenta, e ‘qualquer que tenha sido a verdade histórica sobre a frequência de tais feitos (força ou crueldade da Conquista e Colônia), o sentimento coletivo dessa classe é de que sua antecessora, a classe dominante de antes da Independência era a culpada’. Por isso, somente a independência redime os brancos, já que toda sua civilização anterior é considerada negativamente desde a exploração e crueldade. Os aborígenes, destruída sua cultura e alterado o seu modo de vida, permaneceram em estado de humilhação e marginalidade. Não se conservou na Venezuela o orgulho pré-hispânico que segue vigente em outros países da região, e é obvio reconhecer que os grupos indígenas do território venezuelano não produziram uma cultura similar a existente em outros lugares do continente. A escravidão dos africanos os desenraizou de suas culturas de origem e na situação de trabalho forçado em benefício dos crioulos brancos. Estes, por sua vez, se percebiam em condições de inferioridade em relação aos brancos peninsulares. Deste modo, nenhuma das identidades iniciais se construiu livremente de uma origem traumática. Recordar como elas se inter-relacionaram é recorrer a percepções e autopercepções que lesionam essas identidades. Tudo isso deu origem a noção de que os três séculos de dominação colonial eram tempos que deviam ser apagados da memória (TORRES, 2009, p. 94).

Quando em 1813<sup>17</sup>, Simón Bolívar partiu de Nova Granada e iniciou uma ofensiva para libertar o território venezuelano, juntamente com o Santiago Mariño, ambos enfrentaram

---

<sup>17</sup> Essa ofensiva também ficou conhecida como *Campaña Admirable*, devido à rapidez com que o prócer avançou pelo território chegando à cidade de Caracas. Segundo David Bushnell (2009) foi no contexto dessa

a resistência organizada pelo comandante realista José Tomás Boves que, ao contrário deles, compartilhava o butim das batalhas com as suas tropas, possibilitando assim que os seus homens acumulassem riquezas. Suas fileiras e seu apelo social eram tamanhos que não tardou para que ele derrotasse a ambos<sup>18</sup>. No interior dos desencontros entre os comandantes dos regimentos nas guerras pela independência, Bolívar adotou medidas como repartir os espólios de guerra entre os membros da tropa, além de libertar os escravos que lutassem a favor da Confederação da Venezuela, atos considerados por alguns autores como populistas. Esta reflexão desconsidera o pensamento dominante de Bolívar, que é comprometido com a independência, como inclusive, afirma o historiador venezuelano, Gérman Carrera Damas, a compreensão do vocábulo “liberdade” no líder republicano, estaria subordinada ao sentido do conceito anterior:

Qual era a atitude de Bolívar diante da liberdade? Cheguei a pensar que o assunto primordial de Bolívar não era a liberdade, senão a independência, que é algo diferente ainda que possam estar correlacionados. Por isso, Bolívar se converte no grande teórico da Independência da América Espanhola, no homem capaz de formular uma estratégia e até mesmo táticas para se alcançar a realização da Independência. Isso fez com que ele se sobressaísse no meio de todos os homens que lutavam por isso. Mas com respeito à liberdade, distinguiria três níveis. Um era a liberdade entendida como direito humano, e isso se revelou, por exemplo, na radical condenação que fez Bolívar da escravidão em seu projeto de Constituição para a República. Outro conceito de liberdade que ele manejava estava vinculado com a Independência, porque significava que uma sociedade adquiria o direito de determinar seu destino. Ainda há um último ponto: o da liberdade como princípio político-social. Ali Bolívar tinha fundadas reservas. Há de se recordar que ele era um homem que teve mais de uma década de guerra; que experimentou situações terríveis como a de ter sido derrotado por Boves que encabeçava sobretudo os pardos e negros e que desconfiava de um simples fato: que para o escravo a luta por ‘sua’ liberdade não significava lutar ‘pela’

---

investida que Bolívar apresentou o decreto de guerra de morte, no qual ele oferecia anistia para os realistas que trocassem de lado, além de condenar os espanhóis que não se juntassem a causa. Para o autor, essas medidas refletiam as intenções do *Libertador* em polarizar o conflito entre americanos e espanhóis, ao mesmo tempo em que indicava a ferocidade dos embates. Politicamente, Bolívar centralizou em si as decisões da segunda república.

<sup>18</sup> Sem dúvida, Boves é uma das figuras mais polêmicas da história da Venezuela. De maneira bastante sucinta David Bushnell (2009, p. 142, *grifo do autor*) o descreveu com as seguintes características: “pequeno comerciante, e ex-contrabandista peninsular, tornou-se o mais vitorioso dos chefes guerrilheiros, organizando tropas irregulares de *pardos* que lhe eram absolutamente leais, em parte porque tolerava de bom grado todos os tipos de excessos que cometiam contra outros brancos. Além disso, estimulou seus homens com a promessa de entregar-lhes as propriedades dos *criollos* revolucionários; embora pareça bastante questionável a afirmação de alguns historiadores de que Boves tinha em mira uma política sistemática de igualdade social e mesmo de ‘reforma agrária’”. Mediante isso, quais seriam os motivos que levaram Hugo Chávez a ignorá-lo? Porque esse chefe realista que repartia a pilhagem e que corrompia as elites republicanas não é mencionado pelo ex-militar? São alguns questionamentos que merecem atenção.

liberdade. Bolívar desconfiava que o exercício pleno da liberdade fosse mais adequado para que aquelas sociedades tremendamente perturbadas por uma guerra funesta, pudessem encontrar uma forma de equilíbrio que permitiria desenvolver uma vida independente, as preservando de possíveis intervenções das metrópoles confabuladas. Sua preocupação central foi essa. Afirmar que Bolívar virou conservador seria ver as coisas com critérios que não correspondem a esse tempo. Seu problema primordial era como garantir a Independência, conquistada com tanto esforço (DAMAS, 2010, p. 145-146)<sup>19</sup>.

Nesse esforço, Bolívar também travava “guerras de papel”, tendo legado à posteridade um significativo epistolário, que permite uma aproximação às suas perspectivas para a América, uma vez que “a compreensão do remetente sobre o seu mundo imediatamente se torna coletiva, legitimada pela compreensão subjacente dos seus distintos e diversos destinatários” (FREDRIGO, 2009, p. 93). Sob essa concepção, a composição de sentido que permitia ao missivista situar-se no tempo foi ampliada para um coletivo que ao aceitá-la reconhecia essa narrativa como primordial. Com efeito, a complexidade da guerra fazia com que esse tema fosse essencial nas cartas do prócer. Em torno destas, ele instituiu uma narrativa que ditava o que havia se passado, como se desdobrava e o porquê de seus encaminhamentos, ademais de instaurar quais os símbolos serviam ou não de exemplo aos seus pares<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Coube a Santander a iniciativa de um marco que passou para a história como um dos grandes feitos de Bolívar, quando ele comandou uma ofensiva que expulsou os realistas da região *llanera* de Casanare. Tal manejo foi determinante para a criação de um canal que facilitasse o trânsito dos revolucionários de modo que após uma ousada manobra pela Cordilheira dos Andes, Bolívar se juntou ao comandante neogranadino e eles conjuntamente marcharam em direção a Bogotá. Foi nas proximidades dessa cidade que se travou a Batalha de Boyacá, que culminou em uma vitória republicana. Com esse triunfo foi possível organizar a Grã Colômbia que compreendia a união das províncias da Nova Granada com as áreas livres da Venezuela. Assim, Bolívar poderia recrutar soldados nas duas localidades além de imprimir novas táticas para sufocar o inimigo (BUSHNELL, 2009). A batalha travada no campo de Carabobo em 1821, ao sul da cidade de Valência, opôs não somente o dobro do número de efetivos do conflito de Boyacá, mas, igualmente, dois exércitos que viviam situações distintas. Mediante essa conjuntura, a arrasadora vitória de Bolívar o consagrava ainda mais entre os seus pares e praticamente eliminava a presença realista na Venezuela.

<sup>20</sup> “Assumida sua importância, a guerra deixa de ser um elemento puramente causal, uma vez que isso lhe reduz a possibilidade explicativa. Nesse sentido, é preciso tomar a guerra e os valores dela depreendidos como os elementos ordenadores e disciplinadores do mundo do missivista, caso se queira revelar o universo particular constituído pela correspondência e pelas ações nas batalhas em favor da independência. Junto do anterior, faz-se necessário ter em vista a construção da memória que o narrador epistolar fará de si, especialmente quando expuser, analisar e justificar sua atuação no campo de batalha. Imediatamente decorrente dessa questão, emergiu a importância de se codificar os desígnios de honra e glória atribuídos pelo missivista na construção de sua *persona*. Atribuir a si glória e honra só era possível mediante uma avaliação positiva de sua atuação na guerra. Mais do que uma avaliação positiva, associar a sua *persona* à glória e à honra e conceder-lhe lugar diferenciado era também labutar por um espaço simbólico, no qual outros generais poderiam caber, instituindo certa ‘competição’. A escolha ou a exclusão da *persona* que Bolívar estabelecia nas missivas dependeria de sua capacidade de convencimento alusiva ao fato de ser ele o general superior a todos os outros” (FREDRIGO, 2009, p. 112).

Destarte, *El Libertador* produziu com tal entrelaçamento uma imagem de si e um conteúdo sobre o seu legado que, mesmo decorridos duzentos anos de sua atuação militar e política, suas ações continuam sendo debatidas, a fim de se aclarar os pontos que permaneceram obscuros, ou ainda, no afã de se lançar novo feixe de luz naqueles que já haviam sido iluminados previamente. Em linhas gerais, a manutenção desse debate está associada a uma operação inaugurada pelo próprio prócer, decodificada por meio da concepção que Fabiana Fredrigo (2009) denomina de “memória da indispensabilidade”. O líder estaria sempre disposto a enfrentar os mais arriscados desafios, visto que os louros de suas conquistas seriam inigualáveis e eternos e seus atos em prol da independência só poderiam ser feitos por ele mesmo, afinal foi ele quem magistralmente os executou. Se não fosse assim, a tarefa permaneceria inacabada. Essa operação foi de tal maneira assimilada pelos seus coetâneos que “a memória estabelecida pelo ator histórico apontou para a construção histórica em torno da liderança da independência, erigindo contornos que definiram, inclusive, a versão histórica oficial do processo de independência” (FREDRIGO, 2009, p. 170).

Desse modo, as conquistas militares igualmente sinalizaram uma vitória no campo das representações. Com isso, a proeminência de Simón Bolívar fez com que a sua memória fosse o elemento deflagrador da narrativa nacional em diversas nações. Dificilmente, países como a Colômbia e o Equador conseguiriam organizar suas histórias pátrias sem se reportar, em maior ou menor intensidade, ao relato bolivariano. No entanto, diferentemente desses Estados, na Venezuela essa reminiscência foi arrebatadora, de tal maneira que o sentido da história lhe é dependente<sup>21</sup>.

Reforçando essa construção narrativa, há de se ressaltar que no escopo de evitar que um novo Boves surgisse, o *Libertador* o transformou em um lugar de memória que paralelamente ao seu processo de aprendizado, jamais deveria ser visitado, visto que ele representava um instante em que a ordem e a independência foram colocadas em perigo. Nesse sentido, a condenação de Manuel Piar está intrinsecamente atrelada ao estigma de se

---

<sup>21</sup> Um exemplo foi à execração que o general realista José Tomás Boves e o líder patriota Manuel Piar sofreram não apenas durante a guerra, mas também posteriormente, por parte do próprio prócer. Para o *Libertador* ambos erraram quando subverteram as causas da guerra de independência, isto é, quando eles levantaram as bandeiras que colocavam em xeque a estrutura social que conservava uma posição de destaque para a elite *criolla*, eles corrompiam a ordem da sociedade e conseqüentemente desestabilizavam o processo de independência. Bolívar não era contra a promoção de negros e pardos a importantes cargos na estrutura republicana desde que o comando das decisões permanecesse nas mãos dos líderes crioulos. Desse modo, quando o comandante patriota afirmava temer a “pardocracia” esse conceito pode ser identificado ao medo que ele conservava de um estado de desordem profunda, mas também a uma possível ditadura de uma maioria.

tentar corromper a ordem social durante a guerra contra a Espanha. Bolívar conservou esse par como representante de uma iniciativa que desvirtuava o projeto que ele havia planejado para a nação, transformando-os nas mais ameaçadoras balizas contra ela. Paradoxalmente, eles para sempre deveriam ser lembrados como inimigos não porque reivindicavam a igualdade entre brancos, negros e pardos, mas, acima de tudo, porque violaram os limites que *El Libertador* havia indicado. Paulatinamente, essa dupla acepção fez com que o significado desprezado desses personagens continuasse ativo na sociedade, enquanto que suas imagens foram proibidas, ou seja, ao passo que se compreende a ameaça dessa memória, sabe-se que ao exercê-la se estaria contrariando aquele que a baniu<sup>22</sup>.

Essa operação engendrada por Simón Bolívar, igualmente, acompanhava a invenção de uma narrativa. Desse modo, os dois lugares de memória estavam afixados em um relato que conferia sentido para o prócer e o grupo no qual ele estava inserido. Assim, o deslocamento do líder realista e do general pardo seguia o argumento de que o conflito não era civil, mas entre venezuelanos e espanhóis. Esse aspecto foi oportunamente exaltado pelo líder republicano em missiva, cujo destinatário era o redator do jornal jamaicano *The Royal Gazette*, em 1815, na qual ele descrevia o contexto dos enfrentamentos e o seu oponente com tintas dramáticas:

Quanto sofre a humanidade ao ler as últimas relações dos assassinatos que têm lugar em Cartagena! Semelhantes atos afligem aos mais duros, e excitam justa execração contra aqueles que o têm perpetrado. Mas esses fatos, por mais abomináveis que sejam, não causam senão ligeira impressão comparados com o grande número de fatos semelhantes que, para a desonra do gênero humano, com tanta freqüência se repetiram durante a época do descobrimento e da dominação espanhola na América do Sul e que, desde então, têm continuado até nossos dias, com tanta inconcebível crueldade [...]. Não tem sido somente a guerra de morte a que os espanhóis têm declarado contra aquele opulento império, mas sim uma guerra de extermínio, que as tropas espanholas fazem com ferocidade; sem quartel para todas as classes e passando ao fio da espada, não só os prisioneiros mas também os civis, os

---

<sup>22</sup> Um exemplo de como Simón Bolívar isolou as imagens de José Tomás Boves e Manuel Piar do imaginário venezuelano pode ser observado ao longo da história desse país no qual não se encontrou nenhuma referência de que algum mandatário – inclusive Hugo Chávez – tenha cultivado ou se reportado a essas emblemáticas figuras. Como foi previamente explicitado, a impressão que se tem é que, assim como esses presidentes, a sociedade, da mesma forma, compreende a existência de uma perigosa mensagem por detrás desses nomes históricos e prefere mantê-los nos respectivos lugares, que foram designados pelo *Libertador*. Talvez, essa situação esteja se modificando no caso de Boves, cuja trajetória foi retratada no livro *Boves, El Urogallo* (1974) de Francisco Herrera Luque, que inspirou a realização de um filme, *Taita Boves*, em 2010, com apoio do governo. Todavia, afirmar que essa película corresponde a uma mudança de postura em torno de sua imagem seria prematuro uma vez que os indícios apontam para o reforço de uma história tradicional, mediante uma filmografia com temas como *Miranda Regressa* (2007) e *Zamora* (2009), líderes incontestes, mesmo que execrados em algum período.

anciãos e os enfermos, as mulheres e as crianças; saqueando e destruindo cidades e aldeias e a propriedade em geral sem deixar sequer os animais [...]. A pluma resiste a descrever as execráveis atrocidades do arquimonstro Boves, o devastador da Venezuela; mais de oitenta mil amas têm baixado silenciosas às sepulturas por suas ordens, por meio e ainda pelas mãos deste canibal, e o belo sexo tem sido desonrado e destruído pelos meios mais abomináveis e de maneira mais antinatural e horrenda. Os anciãos e as crianças têm perecido ao lado dos combatentes. Nada tem escapado à fúria desapiedada deste tigre [...]. Nossos inimigos têm colocado tanto o México quanto a Venezuela a terrível alternativa de combater pela vida ou perdê-la em tormento. Submeter-se é selar nossa sorte com uma morte vergonhosa, capitular é render-se à deserção, servir-lhes é alimentar víboras em nosso seio. Não nos resta nenhuma escolha. Devemos combater com desespero e estar preparados para morrer, para que, se no fim triunfamos, possamos contar com a nossa existência (BOLÍVAR (1815) apud FREDRIGO, 2009, p. 138)<sup>23</sup>.

Para Germán Carrera Damas (1988), foi por intermédio do processo de internacionalização da guerra que Bolívar lançou as bases que demarcariam o recorrente nascimento da nação. Ele foi o grande arquiteto de um projeto nacional, moldado a partir de sua concepção e que segue seu curso na Venezuela:

Ao negar à guerra de independência sua condição de guerra civil permitia alcançar um objetivo básico: o propósito de proteger e conservar a estrutura de poder interna que foi primordial no desencadeamento do processo político que desembocou na guerra de independência que foi transformada em um programa pouco menos que altruísta de conformação da nova sociedade, definida em seus valores antitéticos a respeito da sociedade colonial. Dessa maneira, se conseguia ideologizar os propósitos e objetivos da classe dominante transmutando-os em um conjunto de valores sociais, centrados na independência, altamente internalizados por todas as classes e setores da

---

<sup>23</sup> Uma análise detalhada dessa missiva descortinou uma série de evidências que corroboraram a afirmação anterior. O missivista começou lamentando os infortúnios que se acometiam durante uma época de guerra e que obscureciam o brilho do gênero humano. Tais flagelos correspondiam à selvajaria que estava entranhada nos carrascos espanhóis que brutalizaram a contenda com a adoção da língua da barbárie como código para se comunicarem com os patriotas. O encarregado de açoitar a pátria com agonia e destruição era Boves, cuja crueldade na hora de ceifar vidas não fazia distinção entre os mais fracos. Por fim, o autor propunha um basta àquela situação; estava na hora de todos os revolucionários se levantarem contra tamanha brutalidade e enfrentarem o adversário com a mesma bestialidade. Se o produto final desse embate fosse a morte, esses guerreiros iriam satisfeitos para o repouso eterno, pois haviam enfrentando um inimigo que desconhecia a expressão misericórdia. Atendo-se aos pormenores dessa missiva, se verificou que o *Libertador* não mencionou que o general realista era oriundo dos *Llanos* venezuelanos. Quando se relacionou essa omissão ao contexto interno da carta, a nacionalidade desse comandante passou a ser hispânica, de tal maneira que extinguiu a possibilidade dele ter mantido algum vínculo identitário com a Venezuela. Ademais, o destinatário da carta era o chefe de um periódico de língua inglesa, situado em uma colônia do Império Britânico; dessa forma, convém salientar que retratar o adversário como sendo um *godo* estava em consonância com a mudança de postura que o prócer adotou após duas acachapantes derrotas. Segundo Fredrigo (2009), o vocábulo *godo* fazia referência aos espanhóis, nas cartas redigidas por Bolívar.

sociedade porquanto falavam especificamente ao indivíduo através de sua percepção patriótica de seu ser social (DAMAS, 1988, p. 93).

Em vista disso, coube ao prócer unir os grupos que conformavam a sociedade venezuelana em torno de um mesmo objetivo capitaneado por ele: libertar a nação. Superava-se assim o abismo que impedia esses coletivos de adotarem um único discurso. Diante da pátria, brancos, negros, pardos, crioulos, escravos e *llaneiros* eram cidadãos. Segundo Ana Teresa Torres, essa mobilização capitaneada por Bolívar instituiu um *corpus* para a Venezuela; outrossim, sua história se iniciava aí:

O mito da independência adquire assim um valor polissêmico de alta ‘animação criadora’. Em primeiro lugar, cobriu a origem traumática dos venezuelanos e produziu outra. A Venezuela não havia nascido no século XVI, senão em 1821. Ao recolocar a origem, nada do anterior tinha valor de pátria. A pátria foi criada na independência por Simón Bolívar, seu filho mais amado, quem ocupou, desse modo, o lugar do pai. A memória traumática das inter-relações entre os distintos grupos se substituiu por outra: a memória traumática do domínio espanhol que havia oprimido a todos por igual (o que obviamente não era certa já que é incomparável a dependência que os peninsulares impunham sobre os crioulos, com a sujeição e domínio que ambos exerceram sobre os outros grupos). Os venezuelanos eram agora uma unidade constituída pelos patriotas que lutaram pela independência; os outros eram os inimigos, expulsados, mortos ou derrotados e, portanto, inexistentes. Nesse sentido, a independência cumpre com as condições enunciadas por Girardet: relata a origem, o mistifica e insufla ao destino a ‘animação criadora’ (TORRES, 2009, p. 96-97).

Ainda sob esse argumento, a autora compreendeu que o maestro dessa sinfonia habilmente conseguiu esvaziar uma tríade de conflitos que assolavam o país em troca de um único adversário:

A independência continha três guerras ao mesmo tempo: a luta entre crioulos e peninsulares, a guerra civil entre venezuelanos republicanos e monarquistas e a guerra de ‘cores’, isto é, dos distintos grupos étnicos dominados que aspiravam a igualdade como resultado do conflito. De modo que a função do mito foi negar os conflitos internos (derrotados os espanhóis, a pátria se reunia em harmonia e paz) e declarar uma vitória total para todos os venezuelanos. Como foi dito, a ordem social monárquica foi derrubada, mas não as estruturas de dominação que continuaram existindo e foram se atenuando lentamente com o passar do tempo. A cultura, religião, língua e os modos de vida persistiram dentro da ordem espanhola com o sincretismo cultural que já existia na colônia (TORRES, 2009, p. 97).

A persistência desse imaginário fortalecido por Bolívar será contemplada a partir de uma avaliação do caótico contexto dos anos de 1826 a 1830. Em síntese, se por um lado a imagem de *El Libertador* era comprometida, por outro não se localizou uma única liderança venezuelana que ousasse alterar a narrativa por ele assentada. Com efeito, uma leitura prévia conduziu a uma interpretação na qual o líder republicano se encontrava atado à sua própria história, isto é, conforme o conflito perdia sua intensidade a recorrente afirmação de que a contenda era entre americanos e hispânicos perdia sentido; desse modo, outras desavenças se transpuseram para o primeiro plano. Quiçá, esse novo cenário mais político e menos militar tenha sido nebuloso demais a ponto de Bolívar não conseguir manejá-lo com a mesma perspicácia e audácia com que ele comandara suas tropas<sup>24</sup>.

Com a morte de Bolívar e a desintegração da Grã-Colômbia, as respectivas unidades políticas que dali surgiram inauguraram um novo marco em que o inimigo externo não representava mais uma ameaça; conseqüentemente, se temia o ressurgimento de demandas internas que outrora haviam sido dispersadas. No caso venezuelano, esse receio se concentrava em torno de dois temas: a guerra civil de Boves e a guerra de cor de Manuel Piar. Caso essas memórias traumáticas fossem reacendidas, a nação que naquele momento se encontrava em frangalhos poderia desaparecer.

Desse modo, a solução encontrada pelos líderes da independência para reorganizarem a Venezuela foi a perpetuação da memória bolivariana como a história sobre a guerra. Assim, os valores exaltados pelo prócer como dignos de serem lembrados serviam de pedra angular para a redação da narrativa nacional. Paralelamente, tanto o esquecimento quanto as substituições que foram ativamente empregadas durante a sua escrita se mantiveram.

---

<sup>24</sup> A situação política tensa na Grã Colômbia, entre Santander e Bolívar, ficou ainda pior quando um grupo de peruanos passou a questionar as fronteiras ao norte que delimitavam o país com a Grã-Colômbia. A contenda só foi resolvida na batalha de Tarqui, vencida pelas tropas de Sucre. Bolívar que havia ordenado o envio de seu companheiro para solucionar o impasse sentiu-se prestigiado, porém, em pouco tempo, outro foco venezuelano de insubordinação colocaria novamente em xeque a permanência da região na aliança com a Colômbia e o Equador. Dessa vez o desfecho foi favorável a Páez e aos seus aliados que defendiam a necessidade de cada povo possuir seu próprio código de leis que estivesse em concordância com a sua cultura e declararam a independência dessa unidade política no dia 6 de maio de 1830, com a redação de uma nova ata. Com a vitória desse movimento, o *Libertador* foi proibido de pisar em solo venezuelano e novamente via-se exilado. De forma similar ao que havia se passado mais ao norte, os equatorianos se rebelaram e igualmente iniciaram um movimento de separação da Colômbia central. Ainda nesse ano, Antonio José de Sucre foi morto em uma emboscada próximo as montanhas de Berruecos. Para o prócer, a perda desse querido amigo que em tantas missivas foi apontado como o seu possível sucessor tornava a sua permanência na América sem sentido. Assim, enquanto se preparava sua derradeira viagem para a Europa, a saúde frágil que vinha lhe incomodando ao longo dos últimos anos o poupou de mais uma expatriação e o levou para o descanso final. Era o fim – em vida – de *El Libertador*.

Considerando-se José Antonio Páez como o primeiro presidente do país após o esfacelamento da Grã-Colômbia, constatou-se a presença de alguns ministros que militavam em prol da causa realista. A indicação de tais nomes só foi possível graças à operação encabeçada por Bolívar que, desde o retorno do exílio da Jamaica, em 1815, padronizara de maneira enfática o adversário como sendo espanhol. Mesmo com a presença de venezuelanos, o prócer insistia no argumento de que eles eram peninsulares. A partir dessa construção e com o término dos combates, aqueles que compartilharam missivas com o prócer, como o *Centauro dos Llanos*<sup>25</sup>, trabalharam para reacomodar os chefes que estiveram ao lado de Fernando VII, além de apagar o envolvimento desses com o lado adversário da disputa:

Esse foi o custo da reconciliação: colocar no saco do esquecimento os realistas. Muitos deles que ficaram na Venezuela não tinham nenhum interesse que se ressaltasse que a guerra foi travada entre venezuelanos. Ainda que a partir de 1815 haja uma presença importante de espanhóis e a expedição de Morillo desempenhava um papel parecido ao de uma ocupação militar, em nenhum momento as tropas espanholas chegaram a ser maiores em número que as tropas americanas fiéis ao rei. Um dos custos da reconciliação era esquecer isso. Por quê? Primeiro, porque aqueles novos republicanos haviam sido realistas, obviamente, eles não queriam que isso fosse demasiadamente conhecido. Em segundo lugar, porque era necessário convencer os venezuelanos das bondades da República e da separação da Espanha, os convencer de que não eram espanhóis. Esse foi um processo complexo, muito duro e implicou, entre outras coisas, em apresentar a guerra como um conflito fundamentalmente internacional. Dentro desse esquema não cabia exaltar um bando de venezuelanos realistas. Por isso se esquece. O discurso da história pátria se escreve no século XIX e parte do princípio de que a história da Venezuela começa com a Independência, de que o passado colonial é um antecedente obscuro e oprobioso que há de se esquecer e que tudo que se tem de importante na nação está na Independência. Os heróis da independência promoveram essa narrativa. Essa história pátria se converte na filosofia de Estado, como a chamou Luis Castro Leiva referindo-se a um dos recursos mais notáveis: o culto a Bolívar. Converte-se na base da legitimação do Estado venezuelano e naquilo que vai permitir aos venezuelanos algum consolo, alguma esperança, quando sua realidade imediata não é satisfatória que se chegou a sonhar no início da Independência. A resposta à pergunta se valeu a pena a Independência é a história pátria. A vida venezuelana está cheia de pobreza, de violência, de inconseqüências, de debilidades, mas ganhamos, por exemplo, a Batalha de Junín e aí temos um consolo. A história pátria também se encarregou de apagar os realistas e exerce o seu domínio até o começo do século XX. (STRAKA, 2010, p. 42-43)

---

<sup>25</sup> Alcunha de José Antonio Páez.

Ademais sua análise pode ser compreendida sob outro ponto de vista: o de que essa historiografia tem origem em Bolívar. Foi a partir da interpretação dos códigos deixados pelo *Libertador* em seu epistolário que se manteve a nação coesa. Por mais que o cenário fosse desolador, os correspondentes do líder sabiam que se seguissem essas premissas se manteria no horizonte a idéia de que nenhum sacrifício seria suficiente em nome da Venezuela; concomitantemente, aqueles compatriotas que não se empenharam em libertá-la, deveriam ser esquecidos, assim como havia designado Bolívar.

Outrossim, em concordância com Germán Carrera Damas (1973), é possível concluir que nesse caso a consciência histórica foi moldada a partir da consciência bolivariana. Contudo, no escopo de compreender os seus pormenores, se perscrutará os princípios fundamentais estabelecidos por Bolívar em suas missivas; assim serão desvelados os fatores que contribuiram para o predomínio do chefe militar na história política venezuelana.

Para Fredrigo, a guerra, a honra e a glória eram valores fundamentais no universo criado e representado por Simón Bolívar. Em vista disso, o prócer instituiu em 1814 a condecoração “Ordem dos Libertadores” para os oficiais, quase sempre crioulos, que se destacavam na luta pela libertação da Venezuela. A historiadora analisou que a adoção dessa insígnia honorífica aconteceu um ano depois do decreto de guerra de morte; com isso, essa menção honrosa cumpria com o dever de reconhecer quem eram os heróis que com suas vidas combatiam os antagonistas da pátria:

Estabelecer o contato entre a população e os patriotas ‘honradamente’ mortos em campo de batalha foi o meio simbólico escolhido para conferir a dose certa de teatralidade à política, o que poderia outorgar maior legitimidade e aceitação aos seus decretos. A morte aos espanhóis e realistas era justificada diante da morte dos filhos da América; os jovens, valorosos e honrados republicanos. Nesse sentido, fica evidente que o objetivo do cerimonial era o de aproximar a população da causa republicana, era o de convencer os diferentes grupos sociais da importância de seu apoio à empreitada da elite *criolla*. A necessidade de edificar valores republicanos entre a população para conseguir apoio ao exército patriota demonstra que a aprovação ao rompimento com a Espanha não foi conseguida imediata e integralmente (FREDRIGO, 2009, p. 102).

De acordo com Véronique Hébrard, a instituição dessa comenda, analogamente, promovia o nascimento de um distinto tipo de homem, dono de valores tão imaculados que os transformariam nos responsáveis pela construção e o desenvolvimento da nação. “Esses combatentes heróicos comprovaram, graças a sua luta, que existia em cada um deles um

‘poder superior’ capaz de conduzir a vitória” (HÉBRARD, 2006, p. 286). Suas virtudes extrapolavam o âmbito militar, de maneira que eles deveriam servir de exemplos para os outros cidadãos. “Eles simbolizavam a bravura, o heroísmo, a tenacidade e como tais estavam chamados a figurar nos anais da história como exemplos para que a ‘nação’ se identificasse” (HÉBRARD, 2006, p. 286). Ainda segundo a autora, esses cidadãos-militares seriam os pilares que sustentariam a república e acima de todos eles estaria Simón Bolívar, o arquiteto desse empreendimento<sup>26</sup>.

Em síntese, a proeminência de Bolívar no plano representacional serviu de sustentáculo para a construção da nação e de sua história. Com efeito, tampouco havia uma obra literária que rivalizasse em importância com a compilação deixada pelo líder venezuelano, composta por discursos, proclamações e missivas. Para líderes como José Antonio Páez e Carlos Soublette<sup>27</sup>, interlocutores do prócer, era mais admissível a adoção de um modelo de Estado e de sociedade cuja estirpe se reportasse a esse compêndio, do que sair em defesa de sistemas que não dialogassem com o mesmo.

Em vista disso, se após a separação entre a Venezuela e a Colômbia central o *Centauro dos Llanos* tivesse promovido o dia 6 de maio de 1830 como a efetiva data da independência nacional, ou seja, um lugar de memória que ao ser cultuado também rememorar a sua imagem, ele enfrentaria o imaginário construído por Bolívar, que havia elegido o dia 5 de julho de 1811 para tal finalidade. Ao invés disso, formou-se um consenso entre liberais e conservadores de que a manutenção do ideário bolivariano e primordialmente da narrativa do prócer seria uma maneira de assegurar um princípio ordenador para a nação<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Como foi problematizado anteriormente, durante a guerra de independência o *Libertador* foi eficaz em se posicionar num patamar acima dos seus pares, assumindo para si a alcunha de homem das dificuldades, enquanto que Francisco de Paula Santander era o homem das idéias e Antonio José de Sucre o homem das guerras. O prócer se situava num nível superior, de modo que ele poderia sair em auxílio tanto do primeiro quanto do segundo; por isso, ele era o homem que lidava com os obstáculos. Ainda que em alguns momentos o prócer receasse a possibilidade do *Mariscal de Ayacucho* de ultrapassá-lo e assim adquirir uma importância maior no imaginário da nação, Bolívar contornava essas pretensões de maneira que a vitória de seu colega não fosse convincente o bastante para se equiparar às suas conquistas. Assim, ele obrigatoriamente deveria continuar se esforçando para alcançar um plano mais elevado (FREDRIGO, 2009).

<sup>27</sup> O *Centauro dos Llanos* presidiu a nação em três oportunidades, 1831-1835, 1839-1843 e 1861-1863, enquanto que Soublette governou durante o intervalo de foi 1837-1839 e novamente em 1843-1847. Ambos participaram ativamente do processo de libertação da Venezuela e com a morte do prócer em 1830, seguiram polarizando a incipiente política nacional.

<sup>28</sup> “Buscou-se então compensar ideologicamente a incipiente institucionalidade que expressava o deslocamento sofrido pela estrutura de poder interna da sociedade na disputa da Independência. Produziu-se assim um desarranjo ideológico que foi visível na confusão reinante nas propostas dos promotores do liberalismo no seio da classe dominante, separados em conservadores e reformistas, mas conteste no objetivo de restabelecer a estrutura de poder interna da sociedade, posta em transe de fazer-se republicana, contrariando seu tenaz monarquismo. Os liberais conservadores o procuravam tratando de preservar parte do ordenamento sócio-

Paralelamente a essa operação, a literatura produzida sobre as ações do prócer indicava que dois destacados intelectuais venezuelanos do século XIX, o conservador Juan Vicente González (1810 – 1866), autor de *Mis exequias a Bolívar* e Felipe Larrazábal (1816 – 1873), notório liberal e escritor da primeira biografia nacional sobre *El Libertador*, o compreendiam como o modelo que orientaria a construção da identidade nacional. Tais publicações são indícios de que para esses dois grupos que dominavam o teatro político só existia um arquétipo que serviria como pedra angular para a pátria (HARWICH, 2003). Entretanto, a derradeira obra a respeito dessa manobra vivia a lume em 1881, com a publicação de *Venezuela Heroica*, de Eduardo Blanco<sup>29</sup>.

De acordo com Elías Pino Iturrieta (2003), a impressão que se tem ao ler o livro é de que o autor retratou a gesta da independência de maneira epopéica, com personagens heróicos em batalhas lendárias. Nesse sentido, a descrição que o autor fez desses tipos os rivalizava com os acontecimentos da Antiguidade Clássica:

Não há as ruínas da pátria de Príamo; o solo ainda palpitante de Maratona, Platéias e as Termópilas, há o Grânico, Isso e Arbela, há os campos de Trasimeno e Canas, há os de Farsalos e Munda, há Actium com suas ondas furiosas que proclamaram a morte da Roma Republicana [...]. Porventura não há povo que deixe de possuir um desses pedaços de terra reverenciados pelo patriotismo, consagrados pelo sangue neles derramados. Boyacá, Carabobo e Ayacucho falam mais alto a nosso espírito que os poemas imortais em que Homero e Virgílio narraram às proezas dos antigos heróis: campos memoráveis de onde ainda ressoa como eco misterioso o fragor do combate, as vibrações do clarim e o grito de vitória (BLANCO (1981) apud ITURRIETA, 2003, p. 63).

---

político colonial, de provada eficácia. Coincidiam nisso com o pensamento básico de Simón Bolívar no concernente a organização social – exceto a abolição da escravidão e a questão religiosa –, e sobretudo com sua ditadura *sui generis*, a partir de 1828. Os liberais reformistas procuravam o mesmo objetivo afirmando a acentuação da mudança social, mediante a abertura de canais para canalizar e controlar as lutas pela liberdade e pela igualdade geradas no seio da sociedade colonial. Era evidente a contradição com o pensamento de Simón Bolívar, que foi um obstinado adversário do liberalismo e a democracia, englobados por ele no conceito de federação. Mas, mesmo no meio de amargos enfrentamentos ventilados em todos os terrenos prevaleceu o propósito de restabelecer a estrutura de poder interna da sociedade, recuperando para a classe dominante o controle do poder social. Necessitava-se uma fórmula ideológica que valesse para o todo social. Isto foi possível a sombra do prestígio mitificado de Simón Bolívar, para o efeito recuperado consensualmente da contenda, convertido em patrimônio comum dos venezuelanos e o único produto inquestionável da disputa da Independência. Nesse clima ideológico-político nasceu, desenvolveu-se e estruturou-se o culto a Bolívar e começou a sua derivação como uma ideologia de substituição, nesse caso, como se afirmou, do falido programa, real e atribuído, da disputa da Independência” (DAMAS, 2006, p. 396).

<sup>29</sup> Proeminentes nomes do cenário intelectual venezuelano se dedicaram a comentar a obra desse autor oitocentista, tais como: Nikita Harwich (2003), Ana Teresa Torres (2009), Germán Carrera Damas (1983) e Elías Pinto Iturrieta (2003). Segundo a historiadora Beatriz González Stephan (1997) a base prévia do livro foi uma releitura de *Resumen de la Historia de Venezuela* (1841) de Rafael Maria Baralt, ou seja, novamente deparou-se com uma produção a respeito da história nacional que se sustentava em um publicação prévia.

Essa rememoração cumpria a intenção de sublinhar que se existem povos que podem evocá-las, os venezuelanos, em contrapartida, possuíam as suas batalhas épicas que além de rivalizarem com esses episódios, os suplantavam. Nesse sentido, para o autor do final do século XIX, paralelamente ao fenômeno de se narrar os acontecimentos, era impreterível transformá-los em exemplo. Um modo de compreender essa operação se deu através das características com as quais o escritor descrevia Simón Bolívar, que, não obstante, era distinto de outros líderes históricos: “Alexandre, César, Carlos Magno e Bonaparte têm entre si pontos de semelhança. Bolívar não se parece com ninguém. Sua glória é mais excelsa. Ser libertador está acima de todas as grandes-zonas a que pode aspirar à ambição dos homens” (BLANCO (1981) apud ITURRIETA, 2003, p. 65).

Situar-se no lugar mais elevado não havia sido uma estratégia utilizada pelo prócer para se diferenciar de Santander e Sucre? Ou seja, a amplificação dessa operação encabeçada por Eduardo Blanco é um sinal de que a “memória da indispensabilidade” projetada pelo *Libertador* havia ressoado. Concomitantemente, havia a solidificação de uma narrativa historiográfica em simbiose com o bolivarianismo, ou seja, com uma maneira de orientar-se no tempo por meio da representação dos valores desse personagem.

Em concordância com Beatriz González Stephan (1997), esses postulados seriam corolários de uma consciência nacional, que buscava apoiar-se na história, a fim de confirmar um sentido para o presente e uma predição sobre o futuro. Ademais, como foi destacado pela autora, no ínterim em que a nação foi presidida por Antonio Guzmán Blanco (1870 – 1888), o Estado patrocinou um vigoroso culto a Bolívar através das mais variadas artes<sup>30</sup>. Efetivamente, a simetria entre esses fenômenos desvela a maneira como se pretendia situar a nação no tempo:

O Estado guzmancista se concebe como o momento verdadeiramente inaugural da civilização e do progresso do país. O próprio Guzmán Blanco se projetou como o criador desse Estado e, em certo modo, também como o

---

<sup>30</sup> Conforme a autora: “Contar com o apoio de Guzmán Blanco era ter uma boa parte da carreira ganha, pois permitia publicar, ganhar concursos e obter cargos ou bolsas [...]. A função do artista não foi somente de participar no ‘coro da administração perpétua’ como se chamava pejorativamente o grupo de intelectuais e políticos com vocação adulatória que cercava o caudilho, senão que em suas mãos estava a construção da iconografia do universo simbólico da sociedade civil: substituir os símbolos religiosos pelos seculares da pátria, os heróis, a história, o povo, os homens notáveis” (STEPHAN, 1997, p. 35). Um artista agraciado com a simpatia do presidente foi o pintor Martín Tovar y Tovar que imortalizou o salão elíptico do Capitólio com sua representação da Batalha de Carabobo.

libertador da nação. A identificação entre Bolívar e Guzmán foi uma homologação que o Ilustre Americano promoveu com entusiasmo. De algum modo, toda a disseminação dessa parafernália modernizadora veiculou na maioria dos casos uma apreciação hipertrofiada da história a partir de 1870, salvando alguns momentos anteriores entendidos como etapas preparatórias. Desde essa plataforma – como *locus* enunciativo – o passado que se escreve diz acerca desse presente.

Desse modo, o leitor/a instalado em 1870/1880 não vê as elipses temporais, não percebe o jogo de luzes e sombras que a pena faz. Só compreende esse fragmento isolado e absoluto que ocupa tudo, ao tempo que o discurso histórico suspenso em 1821 continua sem quebra no presente histórico do leitor, que segue vivendo em seu cotidiano múltiplas representações e homenagens aos heróis da Independência. Para ele ou ela esse passado segue vivo; ou, ao contrário, esse presente é a etapa imediatamente seguinte e herdeira desse glorioso momento histórico. Produz-se paradoxalmente uma superposição desse passado no presente, as lutas emancipatórias, heróicas e sacrificadas operam como um substrato diretamente fundador dos delírios de grandeza do guzmanato (STEPHAN, 1997, p. 43-44).

Em vista disso, a obra *Venezuela Heroica* promovia uma narrativa histórica que retratava a gesta de independência de maneira grandiloquente, pois assim, analogamente, se representaria a época presente. Nesse sentido, o esforço do mandatário de modernizar a nação impulsionava a produção de peças literárias<sup>31</sup> que reforçavam suas ações. Sem dúvida, dentre este vasto material, o livro de Eduardo Blanco foi o representante mais notório.

Ainda assim, no intervalo de pouco mais de 50 anos foi possível distinguir os traços de uma cultura política que se desenvolvia em torno de Simón Bolívar. De maneira retrospectiva, se compreenderá que a *intelligentsia* venezuelana oitocentista – inclusive o *Libertador* – atuava sob uma premissa em que o conflito contra a Coroa espanhola era interpretado como o local de origem da nação e, num segundo momento, como a fonte que continha o segredo para se acessar a posteridade bolivariana, que era distinta das outras, pois estava em acordo com o pensamento do prócer:

A partir da Independência, por mais que permanecessem constantes psicossociais como remanentes do período anterior, nada seria o mesmo. A condição dos venezuelanos havia mudado radicalmente junto com suas esperanças e seu sentido de vida; isto é, eram *outros* no mundo, e eram, ademais, *únicos* no mundo. ‘No século XIX – diz Carlos Monsiváis – a

---

<sup>31</sup> Segundo a autora, o presidente também incentivou a publicação de odes e poesias épicas, o que contribuiu para o surgimento de vários títulos tais como: *Oda al Ilustre Americano* (1874) de Eduardo Iribarren, *Homenaje a Simón Bolívar, Libertador y Padre de la Patria* (1874) de José Mármol Muñoz e *Gloria a la Patria: Ofrenda al Libertador* (1883) de Grabiél Muñoz. Essas publicações são indícios e, ao mesmo tempo, produtoras de uma interpretação hiperbólica acerca do pretérito.

História, nova deusa da Ibero-América, é, em cada país, um sinal de autonomia. Possuir história, mesmo que seja trágica, e, sobretudo, se é trágica, é sinal de identidade'. A Venezuela havia adquirido identidade, não somente como uma nação dentro do conjunto universal, senão como a pátria mítica que os venezuelanos tragicamente haviam levantado seguindo a um herói também trágico. Finalmente, o mito de origem enlaçava com o mito do destino. Bolívar se constitui no herói do êxodo que leva a seu povo a redenção, mas, ademais, ao fazê-lo constrói sua origem (é o filho amado que salva a nação de seu passado) e seu destino (é o pai providente que conduz seu futuro) (TORRES, 2009, p. 101, *grifo da autora*).

Em consonância com a afirmação de Ana Teresa Torres e com o que foi sustentado nas últimas páginas, compreende-se que o modo como a sociedade venezuelana se relaciona com esse evento específico do passado, em conjunto com o culto a Bolívar, revela a maneira como determinados líderes políticos – auxiliados pelos seus séquitos – dispõem a pátria no tempo. Consequentemente, o exame do conceito de bolivarianismo auxilia na percepção dessa narrativa que defende um tipo de história que, não obstante, escolta a produção de uma particular identidade nacional.

À medida que esse quadro ganhava traços mais nítidos, se tornou inevitável explicitar o caminho percorrido para a construção desse cenário; afinal, como se chegou até ele e quais foram os princípios orientadores? Em outras palavras, qual foi a metodologia empregada que possibilitou a sustentação desse panorama teórico? Destarte, se repercutirá a afirmação de Reinhart Koselleck (2006, p. 98) de que “sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política”, desde essa asseveração e em conjunto com Tereza Cristina Kirschner (2007) que analisou a obra desse autor, assimilou-se que um dos eixos desse pensamento foi a promulgação de uma abordagem defendendo a importância da compreensão linguística e semântica de um documento.

De acordo com Koselleck, haveria uma diferença no ritmo das transformações entre a língua e a história, sendo que a primeira possuiria um movimento mais vagaroso que a segunda. Essa divergência faz com que os atores históricos recorram ao vocabulário preexistente, no escopo de orientar-se, mas, eventualmente, acabam por sobrepor a ele um sentido distinto do original, por isso, ele insistia na diferenciação da linguagem em três níveis<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> A linguagem seria formada pela sintaxe ou gramática, instância mais duradoura composta por palavras e expressões que consolidaram seus significados ao longo do tempo; a pragmática ou retórica, cotejaria a repetição e a inovação desses léxicos no escopo de delimitar o sentido desses através de seus contextos; e, por fim, a semântica, por manter-se em contato com os homens se modificaria rapidamente. Contudo, essa alteração

Em síntese, o autor ressaltou que, dificilmente uma súbita mudança política ou social implicaria na alteração de um idioma cujos termos foram se cunhando ao longo dos séculos. Em vista disso, o conceito de bolivarianismo será perscrutado o conceito bolivarianismo em pelo menos três períodos, objetivando apreender o modo como ele foi adquirindo sentido. A junção desses eventos em um bloco, seguido do exame sobre a permanência ou mudança de significado deste termo, se assemelharia ao procedimento de um segundo profissional:

A história dos conceitos pode ser pensada a partir de um procedimento metodológico que poderíamos chamar de Seleção (*Ausgrenzung*) daquilo que diz respeito a um conceito daquilo que não diz respeito, o que pode vir a ser realizado, em grande parte, pela análise mesma da língua [...].

Poder-se-ia aclarar esta discussão através da utilização da metáfora do fotógrafo. Para tirar uma fotografia posso ajustar minha máquina de acordo com a distância do objeto a ser fotografado: a perspectiva (se de mais perto ou de mais longe) vai me obrigar a um foco diferente. Assim, tanto poderei proceder à análise dos conceitos a partir de um método que privilegiará textos comparáveis, quando poderei proceder metodologicamente expandindo minha análise ao conjunto da língua. Entre esses dois procedimentos haveria ainda formas intermediárias. O objeto se mantém o mesmo, e o que se altera é apenas a perspectiva em relação a ele. (KOSELLECK, 1992, p. 137-138).

Ainda assim, o autor considera que esse estudo pormenorizado não compreende a totalidade do processo metodológico, propondo incrementá-lo com uma análoga abordagem extralingüística; desse modo, o historiador evitaria o risco de se assemelhar aos hermeneutas que admitiam somente a esfera textual. Para Reinhart Koselleck, por mais evidente que seja o esforço da linguagem em capturar com palavras e sentenças a totalidade de uma realidade, ao final, inevitavelmente permaneceriam pontos obscuros.

Com efeito, suscitou-se um debate acerca da linguagem, meio pelo qual se narra as experiências dos homens; dos conceitos, as balizas que auxiliam a primeira no contato com a realidade; e a história, a narrativa *ex post* produzida acerca de um acontecimento que intenta retratá-lo, inseridos na perspectiva koselleckiana:

Assim, toda a linguagem é ao mesmo tempo ativa e receptiva, toma nota do mundo, mas concomitantemente é um fator ativo na percepção (*Wahrnehmung*), na cognição (*Erkenntnis*) e no conhecimento (*Wissen*) das coisas. A própria realidade não deixa reduzir o seu significado e forma

---

semântica não necessariamente acompanharia uma modificação nos outros dois planos, em vista disso: “comparada com a sintaxe, à semântica cai mais cedo e rapidamente em argumentos forçados e em crises de credibilidade” (KOSELLECK, 2006a, p. 33).

linguística (*Gestaltung*), entretanto sem tais contribuições linguísticas provavelmente não haveria realidade, ao menos para nós. Esta determinação diferencial (*Differenzbestimmung*) implica, ademais, que cada conceito tem uma história. Precisamente porque cada palavra pode ter uma multiplicidade de significados que se vão adequando a realidade mutável, há uma ciência da semântica (*die Semantik als wissenschaftliche Methode*). E porque a própria realidade não se deixa aprender sob um mesmo conceito todo o tempo, senão que convida a uma multiplicidade de nomes e de denominações suscetíveis de aplicação a um mundo em transformação existe também uma ciência da onomástica. Requerem-se ambas as metodologias, semântica e onomástica (ou seja, a perspectiva semasiológica e a onomasiológica), para analisar e descrever a mudança histórica dos conceitos, assim como a realidade apreendida por eles (KOSELLECK, 2004, p. 30-31).

Koselleck elencou quatro ocasiões que explicitariam a relação entre conceito e contexto<sup>33</sup>, com o propósito de reafirmar que a partir dessas variações a história passaria a existir. Com o objetivo de assimilá-la, será essencial acentuar que no caso do bolivarianismo se está lidando com um conceito cuja escrita se manteve no tempo, apesar das recorrentes alterações de contexto e significado<sup>34</sup>. Com isso, não somente a sua permanência, mas, igualmente, as subsequentes definições adquiridas pelo mesmo na Venezuela reforçarão o porquê de caracterizá-lo como um conceito básico (*Grundbegriffe*).

Para o historiador americano Melvin Richter, o método da história dos conceitos havia incrementado os estudos acerca do pensamento político, pois apresentava como admissível uma apreciação que analisava as mudanças e permanências de compreensão em léxicos centrais. Investigar quais as possíveis definições que se preservaram ou foram realocadas era essencial; igualmente, interessava questionar quais as características definiam esses vocábulos. *A priori*, Richter enfatizou a importância da presença destes conceitos nos discursos, considerados sua base de sustentação, se alinhando à premissa do historiador alemão; concomitantemente, essa análise acompanharia uma observação atenta do elemento extratextual (RICHTER, 2003). No caso dos conceitos basilares, esses fenômenos são

---

<sup>33</sup> “1. O significado da palavra assim como o das circunstâncias apreendidas nela permanece sincrônica e diacronicamente constante; 2. O significado da palavra permanece constante, mas a circunstância muda, distanciando-se do antigo significado. A realidade assim transformada deve ser novamente conceitualizada; 3. O significado da palavra muda, mas a realidade previamente apreendida por ela permanece constante. Portanto, a semântica deve encontrar uma nova forma de expressão com a finalidade de ajustar-se de novo fielmente a realidade específica; 4. As circunstâncias e o significado das palavras se desenvolvem separadamente, cada uma no seu lado, de maneira que a correspondência inicial não pode manter-se por mais tempo. Somente através dos métodos da história conceitual é possível, então, reconstruir que realidades acostumavam corresponder-se as quais conceitos” (KOSELLECK, 2004, p. 31).

<sup>34</sup> Entretanto, em virtude de sua característica polissêmica não se poderia afirmar que nesse caso também há uma manutenção da ortografia e de seu sentido?

potencializados uma vez que os termos são fundamentais para a organização da pátria e sociedade:

Tais conceitos enquadram e restringem, aumentam e limitam o vocabulário disponível para sua própria geração e para as posteriores. Porque podem ser reciclados, os conceitos básicos portam significados de longa duração aplicáveis a novas circunstâncias e estruturas que poderiam afetar de maneira decisiva. A história da tradução e recepção dos conceitos também mostra as dificuldades que enfrentaram aqueles autores como Platão, Hobbes ou Bentham que pretenderam cunhar uma nova linguagem para expressar o que eles consideraram como novas idéias. Os teóricos não podem negligenciar o corpus estabelecido de sua linguagem, os recursos linguísticos criados no passado e compartilhados por todos aqueles que o usam. Deste modo, cada conceito básico é portador de uma força inercial do tipo diacrônico. Qualquer um que pretenda criar um novo grupo de conceitos ou transformar o significado dos que estão em uso, deve desenhar uma estratégia para fazer frente e superar a pressão exercida pelo uso passado (RICHTER, 2003, p. 461-462).

Nesse sentido, quando Hugo Chávez, ainda na década de 1980, sob os auspícios do *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200* defendia um *Proyecto Nacional 'Simón Bolívar'* acabou por confrontar-se com as acepções prévias que se ligavam ao ato de reportar-se ao prócer como norteador de políticas que visavam uma reestruturação da nação. Por isso, o desafio de alcançar a conotação do bolivarianismo nele exigirá um trato que pondere tanto as incidências sincrônicas quanto diacrônicas no interior de seus discursos e, na medida do possível, daquelas que igualmente o antecederam.

O conceito basilar que se estará perscrutando situa-se em contextos particulares que em maior ou menor medida influenciaram na consolidação de sua definição. Por esse motivo, do mesmo modo se sustentará a importância de apreendê-lo num plano que mostre seu desenvolvimento no tempo<sup>35</sup>. A longa duração desse léxico, aliada à sua característica

---

<sup>35</sup> De acordo com Reinhart Koselleck esses dois princípios não poderiam ser separados empiricamente; além disso, eles são essenciais à história que, outrossim, é delimitada por um espaço de experiência e pelo horizonte de expectativa. Não obstante, essa narrativa poderia ser esquadrihada a partir de duas premissas radicais: uma somente pelo viés sincrônico, ou seja, por aquilo que lhe sucede coetaneamente, reduzindo as outras dimensões temporais ao presente, e outra apenas pelo enfoque diacrônico, valorizando-se demasiadamente a tradição e assim reduzindo a força daquela situação particular. Em vista desses extremos ele propunha um caminho alternativo que problematizasse a presença de ambos: “devemos partir teoricamente da possibilidade de que cada uso pragmático da linguagem (*Sprachpragmatik*), que é sempre sincrônico, e relativo a uma situação específica, esteja contida também uma diacronia. Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar. E aqui situa-se o ponto que pode sustentar minha defesa de uma história dos conceitos: ela pode ser escrita, posto que em cada utilização específica (*situative Verwendung*) de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais eu não tenho nenhum poder e que se expressam pela semântica” (KOSELLECK, 1992, p. 141).

polissêmica, são evidências que apontam para a irresolução de uma série de conflitos que se arrastam desde o processo de independência e que reverberam no presente, que, por sua vez, insere as suas demandas nesse pretérito revisitado, dilatando ainda mais as aporias de outrora.

A constância do culto a Bolívar e o bolivarianismo corrobora a tese de que o vazio herdado da separação entre a Venezuela e o império espanhol forçava a composição de um sistema que reiteradamente recuperasse a importância daquele empreendimento. Se essa premissa fosse colocada em xeque desde o seu primeiro momento, seguramente a incipiente nação se desestruturaria pela ausência de um elemento que a homogeneizasse. Portanto, o meio encontrado pela elite venezuelana oitocentista para silenciar os críticos que insistiam em apontar as deformidades desse empreendimento foi eleger *El Libertador*, juntamente com seu epistolário, como a dádiva suprema. Com isso, o presente que reverberava esses princípios e valores se postava francamente como magnânimo, pois dava seguimento à experiência mais gloriosa que brindou a nação com a liberdade.

A propósito, uma sequência de mandatários promoveu e se beneficiou desse paradoxo. Eles se apresentavam como os fiéis herdeiros dos ensinamentos de Simón Bolívar, o que lhes permitia asseverar o título de bolivarianos, orientados pelos seus respectivos bolivarianismos. Paralelamente, uma cultura política e histórica foi se consolidando ao redor desse fenômeno, fato que justifica a escolha de uma operação metodológica para dar cabo de explicitá-lo sob um viés onomasiológico e semasiológico<sup>36</sup>.

Com a delimitação de um método que tencionava apreciar essa trama foi possível indagar as primeiras hipóteses; afinal, quais eram as motivações por detrás das ações desses presidentes – em sua maioria de formação militar – que enalteciam o maior líder oitocentista e que descartavam os acontecimentos recentes que os precediam, de modo que suas administrações fossem percebidas como um prolongamento do período compreendido entre 1810 e 1830? Como a história nacional era edificada num ambiente em que as trocas de mandatários influenciavam diretamente nas alterações do conteúdo de sua narrativa? E mais

---

<sup>36</sup> Esses dois preceitos contemplam uma análise que reconhece uma dupla possibilidade: a primeira de existir diferentes denominações para explicar uma realidade e, por conseguinte, para um léxico (onomasiologia) e a outra a apreciação dos inúmeros significados de um mesmo conceito (semasiologia). Em outras palavras, a orientação onomástica será operada no interior das obras de Hugo Chávez, uma vez que ela se inicia ainda em 1983 com a metáfora, *Árvore das Três Raízes* (GARRIDO, 2002), um sistema que interpretava a necessidade de se reordenar a nação a partir de uma leitura das concepções ideológicas de Simón Rodríguez, Ezequiel Zamora e Simón Bolívar, que foi se modificando até culminar em 1999 no conceito básico de bolivarianismo. O último, por conta de sua recorrência ao longo da história, tem várias camadas de significado que precisam ser descortinadas com a finalidade de se compreender qual o seu sentido para Chávez; por isso, foi inevitável analisá-lo de acordo com a ótica onomástica.

detalhadamente, como a nação era pensada em um cenário em que os pontos de fracionamento eram mais recorrentes que as continuidades?

Em outras palavras, essas macro-suposições acolherão uma reflexão que analisará o modo como Hugo Chávez Frías apontou o sentido da nação no tempo em detrimento da sua história pretérita. Assim serão examinados alguns discursos do seu primeiro ano de mandato, a fim de sinalizar de que maneira ele construiu narrativamente e socialmente a necessidade de se refundar a nação sob bases bolivarianas. Sem dúvida, esse ponto merecerá atenção especial, visto que, pela primeira vez um mandatário outorgava o destino de ambos – pátria e Bolívar – de tal modo vinculados, que existiriam a partir de uma relação de dependência mútua, determinada pelo presidente recém eleito.

Assim, o ano de 1999 é fulcral, pois, de imediato, o mandatário anunciou a convocação de um referendo, a fim de aprovar a instalação de uma Assembléia Constituinte cuja missão seria redigir uma carta-magna inédita, visando fundar a nova pátria. O líder se esforçaria ao limite para consolidar a imagem de que seu governo, por ser sucessor legítimo do período oitocentista também protagonizaria as batalhas que posicionaram a Venezuela enquanto uma nação independente<sup>37</sup>.

Com o propósito de sistematizar as problemáticas levantadas nessa introdução, a dissertação foi organizada em dois capítulos. O primeiro capítulo: “A desconstrução do passado recente na Venezuela e a ascensão de Hugo Chávez Frías”, perscruta o contexto político, econômico e social em conjunto com o imaginário desse período, a fim de compreender como o tenente coronel conseguiu eleger-se presidente sustentando propostas que defendiam uma ruptura com o modelo vigente, chamado por ele de IV República. Nesse ínterim, se examinará a importância da reatualização do discurso bolivariano, pois ele será

---

<sup>37</sup> Foi sob esse horizonte que as comemorações do segundo centenário de independência foram orquestradas, conseqüentemente, se o líder do passado era *Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palacios*, contemporaneamente, ele se equipararia a Hugo Chávez Frías. Contudo não se vai do passado para o presente, e, sim, pela via contrária, ademais, fenômenos culturais como as comemorações permitem estreitar essas duas instâncias temporais de modo que o sujeito que evoca o pretérito possa cravar sinais do momento atual que acabam deturpando o que já aconteceu, sem que muitos se dêem conta de tal manobra. Preocupação que também acompanhou Libertad Borges Bittencourt: “Daí a importância das comemorações, já que podem ensejar políticas e eventos menos representativos que, conforme o grau de formalismo e de autoridade de que estejam revestidos, podem produzir muito mais do que uma ressignificação dos acontecimentos, constituindo uma nova versão para o passado, beneficiada pela distância dos acontecimentos e pelo desconhecimento da própria dinâmica da História. Nesse caso, o problema não é a nova versão, na medida em que as novas versões são parte da relação entre passado e presente, mas sim uma versão que rompe exatamente com essa dinâmica relacional entre passado e presente, posto que é encarcerada pela ideologia e pela força das circunstâncias” (BITTENCOURT, 2008, p. 458).

anunciado como o veículo que orientará a nação em direção a V República, isto é, a pátria bolivariana projetada por Chávez.

O segundo capítulo, “O paradoxo venezuelano: o bolivarianismo como conceito básico na refundação da nação”, analisa o fenômeno do bolivarianismo, uma vez que era recorrente na Venezuela a presença de mandatários que anunciavam o início de um período que supostamente continuava a gesta da independência. Na medida em que isso acontecia, o sentido da palavra se ampliava até que num determinado momento se criou uma polissemia ao redor da mesma, elevando-a a categoria de conceito, cuja carga simbólica era tamanha, observada em pelo menos três presidentes, Antonio Guzmán Blanco (1870-1888), Eleazar López Contreras (1936-1941) e Hugo Chávez Frías (1999-2000)<sup>38</sup>, na associação do destino da pátria ao seu sentido. Para isso, eles lançaram mão de uma série de medidas que reforçaram a indissociabilidade desse vínculo, ao mesmo tempo em que promoveram um jogo de espelhos entre suas *personas* e *El Libertador*.

Não obstante, pormenorizar-se-á a maneira como Chávez radicaliza a associação entre a nação e a doutrina bolivariana, assim como a vinculação de sua personalidade com Simón Bolívar, objetivando descortinar as mudanças e permanências nessa operação que intenta consolidar uma distinta conjuntura política na transição do século XX para o XXI. Finalmente, se refletirá sobre as consequências por detrás desse constante retorno à gesta da independência, como se ela fosse o passado imediatamente antecessor do presente, num esforço de projetar seus ensinamentos no futuro. Desse modo, se contornará a contingência com a representação de valores do pretérito no porvir; paralelamente, essa metodologia possibilitará a estruturação de uma linha temporal além de uma narrativa histórica.

As propostas que intentaram controlar o tempo acompanharam políticas que esteiam a criação de um novo espaço social, universalizando uma conotação peculiar para a nação. Assim, por meio das ações e dos discursos de Hugo Chávez, a República da Venezuela foi substituída pela República Bolivariana da Venezuela, em um processo que, não obstante as dificuldades que avultaram, ainda não deu sinais de ter se esgotado. Entretanto, é preciso reiterar que o propósito desse trabalho é refletir sobre o contexto que precedeu a eleição de Hugo Chávez e o ano inicial de seu primeiro mandato presidencial, quando ele apresentou as

---

<sup>38</sup> Efetivamente, o tenente-coronel governou a Venezuela durante apenas dois anos, uma vez que ele, em 2000, disputou e venceu as primeiras eleições presidenciais da República Bolivariana da Venezuela, cujas particularidades fizeram com que ela contivesse um sentido distinto de nação em comparação com sua antecessora.

premissas para instaurar na Venezuela a V República, pautada em pressupostos que o presidente denomina de bolivarianos e dos quais ele seria o guardião.

## 1. A DESCONSTRUÇÃO DO PASSADO RECENTE NA VENEZUELA E A ASCENSÃO DE HUGO CHÁVEZ FRÍAS

### 1.1. O imaginário político e a democracia *puntofijista*<sup>39</sup>

Para o jornalista Norman Gall, que residiu em Caracas na década de 1970 e a revisitou em 2005, a história da Venezuela no século XX transmitia uma alarmante mensagem para as nações vizinhas e que se agravaria com o despontar público de um combalido tenente-coronel, que no intervalo de sete anos viria a administrar a pátria:

A Venezuela serve de advertência para o resto da América Latina quanto aos custos da degradação e falência das instituições públicas. A história da Venezuela é uma história do impacto das receitas petrolíferas sobre as instituições fracas, agravada por dramáticas transformações demográficas, que precedeu a ascensão ao poder do presidente Hugo Chávez e sua ‘Revolução Bolivariana’, em 1998, e que Chávez elevou a um novo nível de desordem. A Venezuela inspira tristeza, medo e indignação diante do que essa desordem pode acarretar.

O tenente-coronel Hugo Chávez liderou uma revolta militar fracassada em 1992. Foi eleito presidente em 1998, mobilizando o ressentimento provocado pelo fracasso do sistema político frente à deterioração das condições de vida desde o início dos anos 1980, que afetava especialmente os pobres: inflação em alta, queda dos salários reais, violência e criminalidade crescente e declínio dos serviços públicos básicos administrados por uma burocracia estatal inchada, corrupta e ineficiente (GALL, 2006a, p. 3).

Com efeito, a enfática assertiva do periodista impele a uma problematização sobre as últimas décadas da história venezuelana, no escopo de se compreender quais foram os desdobramentos que possibilitaram a consagração de um líder que destoava do modelo cristalizado durante a segunda metade do século XX, no qual os mandatários, além de oriundos de tradicionais quadros partidários, igualmente, eram civis. Foi no interior desse sistema, que apresentava claros sinais de desgaste, que ocorreu no final da década de 1990 a eleição presidencial que sacramentou seu fim.

---

<sup>39</sup> Em síntese, esse acordo costurado em 1958 contemplava dois eixos centrais: “O *Pacto* estipulava que seus signatários [AD, COPEI, URD] se comprometeriam a respeitar o resultado da eleição fosse qual fosse o vencedor, a estabelecer consultas inter-partidárias em questões delicadas e a partilhar cargos e responsabilidade política. O *Programa Mínimo*, por sua vez, lançava as bases de um modelo de desenvolvimento alicerçado no capital estrangeiro e capital privado doméstico, em subsídios para o setor privado e mecanismos de compensação para qualquer reforma agrária” (AMORIM NETO, 2002, p. 254).

Por sua vez, a escritora Ana Teresa Torres, reporta-se a um período anterior, destacando que o início do período democrático na Venezuela também acompanhou o engendramento de um mito para respaldar e impulsionar o sistema político. Seus idealizadores, em boa medida, fizeram oposição à ditadura de Marco Pérez Jiménez (1958-1968), que se apresentava como o líder forte presente em todas as esferas. Nesse sentido, com o fim de seu governo, um distinto imaginário político deveria ser construído a fim de substituir dez anos de autoritarismo:

Estas datas, 18 de outubro de 1945 e 23 de janeiro de 1958, assinalam a transformação do imaginário nacional que, de alguma maneira, abandona o dispositivo heróico como identidade unificante para abrir caminho a outro no qual sejam protagonistas ‘a participação efetiva das grandes maiorias nacionais’. Também seria importante acrescentar, como fator coadjuvante nesta transformação, a presença de fortes contingentes migratórios europeus chegados nesses anos, que não podiam reconhecer suas ‘essências nacionais’ nos heróis da independência (TORRES, 2009, p. 134).

Durante a década de 1960 e até pouco mais da metade dos anos 1970, os chefes políticos da frágil democracia se aproveitaram do aumento de produção da indústria do petróleo, principal fonte de riquezas do Estado, para associá-lo às iniciativas do regime. Assim, a geração e distribuição de proventos seria uma consequência direta de suas ações. Embora a economia nacional sofresse com pequenos abalos ocasionados pela má gestão, nesse ínterim os venezuelanos viviam “completamente cheios de esperança em uma Grande Venezuela, o mito de que estávamos condenados a ser ricos, a progredir sempre. Nosso imaginário petrolífero – ainda que bem pouco de petróleo, sabemos a maioria – não podia aceitar nada que o contradissesse” (TORRES, 2008, p. 2).

Entretanto, no ano de 1983 a afinidade entre a democracia e o crescimento do PIB, que beneficiava a sociedade, foi abalada quando o presidente Luis Herrera Campins (1979-1984), objetivando honrar os compromissos externos da nação, anunciou a desvalorização da moeda nacional frente ao dólar e um aumento na taxa de juros para a contratação de empréstimos no exterior, o que provocou uma repentina diminuição no poder de compra e uma retração na economia. Para além da leitura economicista, essa súbita mudança foi analisada como um golpe que fraturava o imaginário construído em torno desse modelo nas décadas anteriores:

A desvalorização não era apenas um assunto monetário, incluía uma depreciação ética, de propósitos e do sistema democrático [...]. Essa

desvalorização interrogava a identidade e o futuro do país. A aspiração da Venezuela de avançar até a superação do subdesenvolvimento ficou destroçada. Essa noção de progresso constante havia sido substancial para várias gerações de venezuelanos que puderam gozar de uma contínua mobilidade social, diferentemente daquelas que cresceram depois num cenário de deterioração e imaginaram o país sempre em regressão. O vínculo entre a democracia e o progresso se havia partido. As crenças que haviam apoiado o imaginário democrático, a percepção de destino, e o balanço das expectativas e frustrações ficaram moldadas pela fé (TORRES, 2009, p. 136-137).

Apesar desses entraves, naquele ano foi inaugurada na cidade de Caracas a primeira linha de metrô do país, que sediaria os jogos Pan-Americanos e tais iniciativas foram associados à comemoração do bicentenário de nascimento de Simón Bolívar. Para os pesquisadores Jesus M. Aguirre e Berta Brito (1983) que analisaram imagens e discursos acerca dessa efeméride, a figura do *Libertador*, em razão do conturbado contexto, tornou-se ainda mais importante para os partidos:



Fonte: AGUIRRE; BRITO, 1983, p. 11

A análise da imagem sugere que tanto seu conteúdo, que convocava os venezuelanos a trabalharem pela democracia, quanto seu teor imagético, destacando o prócer com a capa em movimento, indicando ação e aparentemente convidando o observador da gravura a acompanhá-lo, corroboram a interpretação na qual ele, em comunhão com o partido social-cristão, conduzia a nação a um futuro glorioso.

Entretanto, um grupo de militares de baixa patente bradava que os políticos *puntofijistas*, que se alternavam na presidência desde 1958, iludiram a sociedade com promessas de um país forte e, em troca, legaram uma economia estagnada, com um aumento no índice de pobreza. Assim, esses militares fundaram o *Movimiento Bolivariano Revolucionario-200*<sup>40</sup> (MBR-200) e, a partir de uma reedição do juramento de Simón Bolívar no Monte Sacro, declararam:

Juro diante de você  
Juro pelo Deus dos meus pais  
Juro por eles  
Juro pela minha honra  
E juro por minha Pátria  
Que não darei descanso ao meu braço  
Nem repouso a minha alma  
Até ver rompidas as correntes que nos oprimem  
Pela vontade dos corruptos  
E dos poderosos  
Terra e Homens Livres  
Eleição Popular  
Horror a oligarquia  
Pátria ou Morte  
(CHÁVEZ et al (s/d) apud GARRIDO, 2002, p. 93).

Conforme os anos passavam, os dirigentes políticos *adecos* e *copeyanos*<sup>41</sup> falharam na tentativa de solucionar os problemas econômicos e sociais. Aproveitando-se dessa situação, Carlos Andrés Pérez, que governou o país durante o seu melhor período econômico, 1974-1979, apresentou-se novamente como candidato à presidência, com a promessa de recolocar a Venezuela “nos eixos”. Sua eleição gerou grande expectativa que, entretanto, se converteu em frustração ainda nos primeiros meses de governo, desdobrando-se em protestos que se avolumaram:

---

<sup>40</sup> O maior empecilho na análise dos documentos referentes a essa organização reside no fato deles não serem datados. Contudo, há indícios de que eles foram escritos durante a década de 80.

<sup>41</sup> Denominação que servia para caracterizar os membros dos partidos *AD* e *COPEI*.

O 27 de fevereiro de 1989 aconteceu numa segunda-feira e, como não tínhamos costume de ver televisão ou de escutar rádio nessa hora, quando meus filhos chegaram do colégio nos disseram que as classes estavam suspensas por distúrbios. Então nos inteiramos de que se havia produzido um sério problema em Guarenas, por causa dos usuários do transporte público que se negavam a pagar o aumento de trinta por cento. Creio que ainda não temos uma explicação convincente das causas que provocaram o ‘*caracazo*’. Foi realmente um antecedente revolucionário? Uma manifestação de indignação atizada com fins políticos? Um aumento na temperatura que, quase por azar, desatou um incêndio? O transporte continuou subindo o preço, assim como muitas outras coisas necessárias, sem que se tenham produzido situações dessa natureza, mas, aquele dia não foi assim. Aquele dia, para quem havia acreditado na promessa de voltar a um passado de bem-estar, o aumento da passagem teve um efeito devastador. A princípio não houve censura aos meios de comunicação e assistimos aos saques por parte da população, e a repressão por parte do governo. O saldo oficial foi de 600 mortos e as vítimas, todavia estão pedindo justiça [...]. Se em 1983 caiu a ilusão de que nossa economia era forte, em 1989 se rompeu, junto com as vitrines dos comércios, a ilusão de que éramos um país sem conflitos sociais, sem conflitos de classe, diria um marxista (TORRES, 2008, p. 3, *grifo da autora*).

Concomitantemente a esses acontecimentos, Hugo Chávez Frías e seus companheiros mantinham suas atividades nas forças armadas. Em 1986, o movimento já tinha uma definida hierarquia interna, além de uma plataforma ideológica denominada de EBR<sup>42</sup> que era complementada pelo Projeto Nacional Simón Bolívar<sup>43</sup>. Acerca do primeiro preceito, Hugo

---

<sup>42</sup> As lideranças do movimento definiram sua filosofia nos seguintes termos: “Qual é a razão pela qual estamos aqui e agora, anunciando e promovendo mudanças profundas no início da última década do ‘século perdido’? Poderíamos anunciar uma infinidade de variáveis, pequenas e grandes, passadas e presentes, estruturais e conjunturais, para expor aos homens nessa ocasião, tal razão. Não obstante, todas as que aqui podemos assinalar, seriam tributárias de uma mesma corrente, cujo leito vem muito intermitente nas voltas e reviravoltas, quase sempre obscuras, da História Pátria. Existe, então, compatriotas, uma só e poderosa razão: o projeto político de Simón Rodríguez (*El Maestro*), Simón Bolívar (*El Líder*) e Ezequiel Zamora (*El Guerrero*): referência verdadeiramente válida e pertinente com o caráter sócio-histórico do ser venezuelano, que clama novamente pelo espaço necessário para semear na alma nacional e conduzir sua marcha ao século XXI [...]. Esse projeto renasceu entre os escombros e se levanta agora, no final do século XX, apoiado em um modelo teórico-político que condensa os elementos conceituais determinantes do pensamento daqueles três ilustres venezuelanos, o qual se conhecerá adiante como SISTEMA EBR, a árvore das três raízes: o E de Ezequiel Zamora, o B de Bolívar e o R de Robinson. Tal projeto, sempre derrotado até agora, tem um encontro pendente com a vitória” (CHÁVEZ et al (s/d) apud GARRIDO, 2002, p. 95).

<sup>43</sup> “A pátria venezuelana foi vítima de seus dirigentes, eles a conduziram por um caminho perdido, contraditório, vacilante. Desde o primeiro instante do Primeiro Plano da Nação, o país inteiro foi avançando sem destino, sem objetivos nacionais claramente definidos, sem horizontes históricos. Depois de várias décadas de marchas e contramarchas, foi anunciado o VIII Plano da Nação com a estratégia de imprimir uma ‘grande virada’ ao rumo medonho e suicida pelo qual arrastava a pátria, despedaçada, violada, quase agonizante. A ‘grande mudança’ foi impressa por mãos selvagens, aplicando políticas de ‘*shock*’, através de um pacote econômico que estremeceu todo o corpo da nação e cujos presságios sangrentos se anunciaram ao mundo nos meses de fevereiro e março iniciando com aqueles sucessos a agonia definitiva do chamado Ensaio Democrático, nascido no dia 23 de janeiro de 1958. A grande transformação introduziu desta maneira a nação no centro da tormenta e se

Chávez Frías – o líder do grupo –, a fim de preencher supostas lacunas no legado de *El Libertador*, o fundiu com a memória de outros dois personagens históricos. Apesar da fusão, apenas o nome do militar mais notório se manteve, entretanto, isto não impediu sua conformação pelas ideias de outros atores históricos, como evidencia a descrição dos motivos que levaram esse grupo a sustentar que só uma revolução engendraria um novo modelo de sociedade<sup>44</sup>:

Outro elemento comum na estrutura ideológica desses homens é sua sólida convicção acerca do processo revolucionário como um passo necessário para conquistar as transformações da velha sociedade.

A historiografia tradicional foi dominada pela tendência reacionária de avaliar Bolívar como um homem pragmático e não como um pensador e ator revolucionário.

John Lynch o identifica, por exemplo, dentro do reformismo: ‘sua própria política não foi revolucionária. A abolição da escravidão e a distribuição de terra foram medidas reformistas que modificariam, mas não transformariam as estruturas existentes’.

Contra essa corrente marcada pelo anacronismo (retirada da ação de seu contexto histórico) o Movimento Bolivariano Revolucionário-200 apela diretamente às peças fundamentais da engrenagem ideológica de Simón Bolívar [...].

Desde Kingston, na Jamaica, no dia 6 de setembro de 1815 [Bolívar] assinala a necessidade de conduzir ‘nossa revolução’ até a transformação das estruturas políticas e jurídicas do ‘sistema espanhol que está em vigor’. ‘Por último, incertos sobre nosso futuro, e ameaçados pela anarquia, por causa da falta de um governo legítimo, justo e liberal, nos lançamos no caos da revolução. Estabeleceram-se autoridades com que substituímos as que acabamos de depor, encarregados de dirigir o curso de nossa revolução, e de aproveitar a conjuntura feliz em que nos foi possível fundar um governo constitucional, digno do presente século e adequado à nossa situação’.

Em Angostura (1819), ratifica sua consciência do processo e de seu projeto transformador de estruturas: ‘Um homem. Um homem como eu! Que barreiras poderiam opor ao ímpeto destas devastações? No meio deste oceano de angústias não fui mais do que um vil brinquedo do furacão revolucionário que me arrebatava como uma fraca palha... Por outro lado, sendo vossas funções a criação de um corpo político e ainda, poderia se dizer, a criação de uma sociedade inteira, rodeada de todos os inconvenientes que apresenta uma situação tão singular e difícil, talvez o grito de um cidadão possa advertir a presença de um perigo encoberto ou desconhecido’.

---

transformou assim na resultante de oito planos de destruição nacional. A pátria venezuelana reclama, ansiosamente, um novo ‘Projeto Nacional’, construído necessariamente à luz de uma orientação política distinta, dentro do marco de um modelo político diferente e com participação de novas e diversas forças, de novos e diversos homens, com férrea vontade de participação. O Projeto Nacional ‘Simón Bolívar’ pretende estabelecer as bases para a construção definitiva da Nova República Bolivariana, a qual se situa em uma etapa futura, de acordo com os desejos e aspirações dos venezuelanos é perfeitamente viável e compatível com a realidade situacional da nação e do cenário internacional (CHÁVEZ et al (s/d) apud GARRIDO, 2002, p. 98-99).

<sup>44</sup> Essa descrição faz parte do tópico, *El Sistema Ideológico EBR*, contido no documento *Libro Azul (El Árbol de las tres raíces)* (GARRIDO, 2002).

E na Bolívia (1825), reuni sua angústia vital em uma mensagem de alerta a seus contemporâneos: ‘Legisladores! Vosso dever os chama a resistir ao choque dos monstruosos inimigos que reciprocamente se combatem, e ambos se atacaram ao mesmo tempo, a tirania e a anarquia formam um imenso oceano de opressão, que rodeia uma pequena ilha de liberdade, acometida perpetuamente pela violência das ondas e dos furacões, que a arrasta sem cessar a submergi-la. Observe o mar que irá cortar com uma frágil barca, cujo piloto é tão inexperiente’ [...].

Não há outra via, sustenta o Maestro [Simón Rodríguez], para construir Repúblicas e sociedades que levar adiante um amplo e avançado processo revolucionário. Entendeu a revolução no sentido lato do termo e deixou pendente em sua utopia concreta: ‘Uma Revolução política pede uma Revolução econômica... Se os Americanos querem que a revolução política, que o peso das coisas feitas e que as circunstâncias protegidas, trazendo bens, façam uma revolução econômica e comecem pelo campo’ [...].

Com efeito, já em 1846, Ezequiel Zamora era o líder da insurreição camponesa contra o governo de Carlos Soublette, perfilando-se como um autêntico revolucionário: ‘Como sabemos que vocês estão defendendo a mesma causa que nós e têm um intrépido patriotismo e desejo de tirar a pátria da selvagem e brutal dominação em que a mantêm os gordos oligarcas, sustentados pelo governo sectário e ladrão de Soublette... Ali diremos com orgulho e valentia: Viva a liberdade, viva o povo soberano, eleição popular, horror a oligarquia, terra e homens livres’.

Simón Rodríguez invocava a Revolução Econômica como uma necessidade para coroar a Revolução Política dirigida por Simón Bolívar. A primeira não chegou nem sequer a começar. As conquistas da segunda foram prontamente anuladas pela ação dos governos oligárquicos. Ezequiel Zamora, diante da massa campesina continua o processo revolucionário. Suas idéias engrenam de maneira exata no Sistema Filosófico EBR, alimentando com ingredientes sociais a árvore das três raízes<sup>45</sup> (CHÁVEZ et al (s/d) apud GARRIDO, 2002, p. 120-122).

Enquanto os participantes do *establishment* apelavam para a figura do prócer oitocentista – aquele que, apesar de todas as adversidades expulsou o império espanhol da Venezuela – numa tentativa de encorajar os venezuelanos a seguirem esse exemplo e continuarem produzindo visando superar a recessão econômica, paralelamente, o grupo político de Hugo Chávez utilizava o mesmo exemplo só que o conectando a mais dois

---

<sup>45</sup> Em concordância com Ana Teresa Torres (2009, p. 185), “provavelmente essa articulação de conceitos provoque o horror nos historiadores, mas, em todo caso é o germen do pensamento que conduz a Revolução Bolivariana. As três qualidades de mestre, líder e guerreiro são as três facetas que o herói adota sucessivamente de acordo com a circunstância. Às vezes é o mestre que ensina ao povo sua história esquecida; em outras é o líder que conduz a estratégia política; e há ocasiões em que é o guerreiro que ameaça com seu poder militar”. A autora está correta em sua análise; contudo, se acrescentará que esses elementos descritos também estão contidos no próprio sentido do léxico bolivarianismo, visto que Simón Bolívar também desempenhava essas atividades. Por conta desse lastro histórico, esse conceito será essencial para Hugo Chávez construir um novo sentido para o nacional.

personagens, para ratificar que o tempo desses políticos se havia esgotado. Ao invés de reformas, eles queriam o poder. E, assim, intentaram tomá-lo no ano de 1992<sup>46</sup>.

Por mais que a tentativa de destituir do Palácio de Miraflores um outrora notório líder *adeco* tenha fracassado, o grupo encabeçado por Hugo Chávez Frías rompeu com a idéia de que as coisas iam bem, isto é, de que o pacto democrático atendia aos desejos dos venezuelanos projetando a nação em direção a um futuro melhor. Se os distúrbios sociais ocorridos em 1983 e 1989 eram convulsões que demonstravam a insatisfação – notadamente a segunda – com o enfraquecimento da economia e paralelamente a falência na reprodução de um imaginário progressista a intentona castrense corroborava que para esses militares as lideranças políticas não mais os representavam. Igualmente, parte da sociedade venezuelana sentiu-se atraída por esse sujeito que diante das câmeras de televisão reconhecia ser o comandante das ações que visavam a derrocada de Carlos Andrés Pérez<sup>47</sup>.

Diante desse cenário, a eleição de Rafael Caldera, à presidência em 1994 como candidato pela agremiação *CONVERGENCIA*<sup>48</sup>, apesar de ter participado ativamente da

---

<sup>46</sup> “Na madrugada da quarta-feira dia 4 de fevereiro de 1992, os venezuelanos levantaram mais cedo que de costume porque as campainhas dos telefones tocavam sem parar. Depois se fez um filme; construíram muitos relatos com o tema ‘onde estava você nessa noite’; as crianças se fantasiaram de ‘chavezinhos’ nesse Carnaval [...]. Não sei se compreendíamos cabalmente que o terceiro buraco aberto em nosso imaginário terminou de destruir toda a tela. A crença de que os golpes militares eram coisas do passado ou de outros países latino-americanos, ficou para trás. Voltávamos à depressão. Os venezuelanos sempre se sentiram um tanto diferentes do resto dos latino-americanos – não superiores, porque a arrogância não é um de nossos defeitos, mas distintos –, e eles, por sua vez, nos percebiam como dotados de certa excepcionalidade. Entre 1983 e 1992, em apenas uma década, a Venezuela caiu na fossa comum do continente. Agora nos víamos refletidos naquele espelho do qual parecia que estávamos salvos: pobreza, crise social e militarismo. Dentro da comoção nacional produzida por essas erupções militares creio que era difícil pensar com clareza. Dava a impressão de que, uma vez recolhidos os mortos e recomposta a ordem cotidiana, tudo voltaria à normalidade. Algo assim como uma ‘sacudida’ e estaríamos recompostos. Obviamente que houve um desencontro de opiniões. Para alguns, esses eventos eram inadmissíveis; para outros, a corrupção e a pobreza eram insustentáveis e de alguma maneira justificavam os levantes (sobre os índices de pobreza escutei diferentes cifras, as mais comuns falavam de 80%. Ainda que fosse menos, era muita pobreza). Supunha-se que, independentemente das simpatias a favor ou as posições contrárias, se havia salvado a democracia. Creio que confundimos a derrota militar com a vitória política, que se viu coroada com a acusação e destituição de Carlos Andrés Pérez por um caso administrativo que hoje parece banal. Refiro-me, certamente, a opinião comum; também nesta ocasião se levantaram as vozes que assinalaram a significação dos golpes militares de 1992. Retrospectivamente é mais fácil entendê-lo. O vínculo entre democracia e progresso se rompeu. Todas as crenças que havíamos apoiado a identidade nacional, a percepção do destino e o balanço de expectativas e frustrações ficaram vazias de fé” (TORRES, 2008, p. 3).

<sup>47</sup> Ainda em 1999 a escritora Ángela Zago publicou o livro *La rebelión de los ángeles* sobre o levante do dia 4 de fevereiro no qual descrevia a fascinação provocada pela aparição de Hugo Chávez: “Sua cara permaneceu no pensamento de cada venezuelano por um motivo muito simples: ele se responsabilizou por sua atuação e sua mensagem pareceu a de um pai dedicado na condução de seus filhos: ‘Vocês o fizeram muito bem, nós nem tanto...’. Profissionais e jovens passaram a visitá-lo, igual as velhinhas que lhe levavam medicamentos, sancocho [um tipo de caldo que leva carne, milho, batata e cenoura], doces de família e escapulários para protegê-lo” (ZAGO (1992) apud TORRES, 2009, p. 169-170).

<sup>48</sup> O partido foi criado justamente para acomodar a candidatura do ex-presidente (1969-1974) uma vez que sua antiga agremiação escolhera o nome de Oswaldo Álvarez Paz para concorrer ao pleito. De acordo com Octavio

fundação do partido *COPEI*, indicava que nem mesmo um dos mais destacados arquitetos do modelo *puntofijista*, identificava-se com as feições adquiridas ao longo da segunda metade do século XX por seu partido anterior. Efetivamente, no final da década, o contexto nacional era marcado por um desencontro geral de idéias; contudo, o outrora mandatário não possuía as forças necessárias para suplantar tal vazio, visto que sua história era demasiadamente associada ao *Pacto de Punto-Fijo*.

Nesse cenário, com a aproximação do pleito de 1998, a sociedade polarizou-se em torno de duas candidaturas: a primeira se reportava à beleza da mulher venezuelana, representada pela ex-miss, Irene Sáez Conde, prefeita de Chacao, município que faz parte da região metropolitana de Caracas; a segunda de Hugo Chávez Frías, apelava para a força do militar que se lançou contra a ordem.

A julgar pelo resultado da eleição presidencial de 1998, o país se inclinou a apoiar o golpe, ainda que talvez o feito mesmo do golpismo não fosse tão importante para a opinião pública, senão as condições do herói e a esperança que despertou, ou melhor, criou. Nessas circunstâncias eleitorais, primeiro surgiu a figura de uma mulher. As rainhas da beleza podem ser de pouca importância para alguns, mas para outros constituem um arquétipo de triunfo e alegria. E também uma representação da venezuelanidade, pois o país identificou-se com elas durante um longo tempo, de onde somente se sabia que se tinha petróleo e mulheres charmosas [...]. O que representava sua imagem um tanto virginal? Uma mãe pura e bondosa? Uma mulher abnegada e eficiente? Uma renovação? Uma resposta ao rechaço dos partidos políticos? O certo é que em questão de poucos meses sua candidatura se esvaziou e foi derrotada por uma figura completamente oposta. Da suavidade feminina, se passou a um guerreiro (TORRES, 2009, p. 177).

De acordo com a autora, a queda na intenção de voto da candidata estava associada à coligação feita por ela com o partido *COPEI*, que correspondia a um símbolo do qual os venezuelanos queriam se livrar<sup>49</sup>. Inclusive, a autora reconheceu que essa explicação era

---

Amorim Neto (2002), a campanha do primeiro foi marcada por fortes críticas ao bipartidarismo representado pelos *adecos-copeyanos*.

<sup>49</sup> Essa interpretação pôde ser observada tanto em Richard Gott (2004, p. 194), que asseverou: “Seis meses antes das eleições, as pesquisas atribuíam a Irene 22% dos votos. Carecendo de candidato próprio, o Copei decidiu apoiá-la. O tiro saiu pela culatra. Poucos meses depois, seus números tinham baixado a 2%. Ela, pessoalmente era bastante popular. Sua queda deveu-se à equivocada aliança com o Copei”; também em Gilberto Maringoni que inclusive fez referência ao anterior, concluindo que com o acordo feito pela candidata: “desmanchava-se ali sua principal vantagem, que era de se apresentar como alguém totalmente desvinculada dos partidos existentes” (MARINGONI, 2008, p. 111).

legítima para aqueles que a analisam sob uma ótica eleitoral, entretanto, ela sustenta outra interpretação:

[...] mais forte que esse erro era a presença de um militar que se prendia ao mito do militarismo heróico e salvador que começou com a República. O fato de que era um militar golpista até poderia ter gerado hesitações em algumas mentes civilistas, mas não no grosso da população. Ser golpista significava que havia dado a vida para defender a pátria, era corajoso, valente, audaz e capaz de assumir responsabilidades. Alguém, em resumo, que encarnava um arquétipo fascinante (TORRES, 2009, p. 177-178).

Com efeito, quando os venezuelanos foram às urnas escolher entre “um ex-tenente coronel rebelde, uma ex-rainha da beleza e dois representantes do sistema político anterior” (TORRES, 2009, p. 178), a maioria dos eleitores optou por aquele que pretendia inaugurar um novo sentido para a nação:

As eleições de 1998 não foram somente um tema eleitoral de votos a favor, votos nulos e abstenções. Foi o encontro entre o grosso dos venezuelanos com o herói que prometia preencher o vazio do imaginário nacional. E que cumpriu sua promessa. Por trás da utopia da modernidade pulsava uma mais antiga, mais profunda, que engrossava perfeitamente com o discurso da Revolução Bolivariana e Hugo Chávez Frías entrava na história encarnando a categoria mítica do herói salvador que vinha redimir seu povo (TORRES, 2009, p. 178).

Nesse sentido, por mais que as propostas apresentadas pelo candidato tenham influenciado o eleitorado, a análise de Torres indica que elas não rivalizaram no imaginário popular com a noção de que se romperia o modelo puntofijista se ele vencesse o pleito. Por isso, Chávez reiteradamente discursou sobre a necessidade de se refundar a nação a partir de uma nova constituição e com um distinto nome para a pátria. Com essas medidas, ele não apenas desconstruía um incômodo pacto como, analogamente, lançaria as bases de um modelo de nação sob seu controle<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Para o historiador Elías Pino Iturrieta, esse ímpeto de Hugo Chávez reforçava o menosprezo que ele tinha pelo passado recente venezuelano e por suas instituições: “Desde um esquema obscuro [em referência ao Livro Azul, publicação na qual se encontra as principais propostas, tais como a criação de novos poderes e a inauguração de uma nova etapa na história nacional com a criação da V República, durante a década de 1980], o tenente coronel chega a sua proposta favorita: a *refundação*. Como nada serviu, tudo deve ser feito de novo: as instituições, o papel do Executivo, as relações internacionais, a interpretação do mundo e de seus desafios, os vínculos com a América Latina e com os Estados Unidos, os nexos com os movimentos subversivos de bairros, as idéias sobre a integração continental, os movimentos políticos, a maneira de conceber a democracia e a justiça, a distribuição de riqueza, os valores republicanos, o papel dos estadistas, o papel do povo soberano, a conduta das forças armadas, a participação da Igreja, o manejo da indústria petrolífera, o controle da propriedade nos campos, as

Do mesmo modo, merece atenção especial a história da Venezuela, visto que o seu conteúdo não poderia contradizê-lo, pois isso abalaria os alicerces que sustentavam seu projeto de uma pátria renovada, detentora de valores particulares. Logo, o passado deveria ser reorganizado a partir de um sentido que reafirmasse as vontades do presente e as suas projeções para o futuro.

Sob os auspícios do bolivarianismo, Hugo Chávez Frías apresentou uma narrativa marcada pelo teor heróico, na qual ele declarava assumir o fardo de reconduzir o país ao apogeu, rememorando sua época mais gloriosa, de 1810 a 1830, quando os venezuelanos liderados por Simón Bolívar se uniram para libertar o território que até então pertencia ao império espanhol. Paradoxalmente, as reconstituições de princípios oitocentistas orientaram-no na condução do país em direção ao século XXI<sup>51</sup>.

Com efeito, essas questões serão pormenorizadas na análise do discurso de posse, como o propósito de se assimilar como o ritual que inauguraria o mandato de mais um presidente da República da Venezuela serviu de palco para o encerramento de um combalido sistema que arrastou consigo um modelo de país.

## 1.2. O final da República da Venezuela e a desconstrução do passado recente

É importante reportar ao contexto do país entre meados da década de 1970 e o final dos anos 1980, a fim de explicitar o período que Hugo Chávez definiu como aquele que experimentou a mais profunda de todas as crises. Para tanto, tomarei como marco para a análise o primeiro governo de Rafael Caldera (1969 – 1974), mesmo essa questão sendo retomada adiante.

De acordo com o historiador Rafael Arráiz Lucca (2007), o pleito de 1968 foi acirrado, sendo que a diferença entre o vencedor Rafael Caldera e o segundo colocado, Gonzalo

---

formas de cultivar a terra, o trabalho dos meios de comunicação [...]. Na Venezuela contemporânea estão represados os corolários da traição a Simón Bolívar e, por conseguinte, se apresenta a alternativa de uma regeneração. Ela é o campo do erro e, conseqüentemente, o laboratório da invenção robinsoniana. A sociedade perdeu o século XX e, portanto, no século XXI deve recuperar o tempo” (ITURRIETA, 2003, p. 216, *grifo do autor*).

<sup>51</sup> Ana Teresa Torres compreendeu essa contradição a partir da noção de alegoria nostálgica: “A grande criação do herói é o relato emancipador que reencarna a revolução que libertou a pátria do século XIX na revolução que a refundou no século XXI. Nesse mega-relato os acontecimentos e personagens pertencentes a diferentes tempos históricos, identificados entre si pelo significante da liberdade, conformam uma unidade narrativa em que predomina a figura do herói do êxodo que conduz seu povo para derrotar aos seus inimigos e recuperar a pátria perdida” (TORRES, 2009, p. 263).

Barrios, não superou 30 mil votos. Esses números, transformados em porcentagem, correspondem respectivamente a 29,13% para Caldera, enquanto que Barrios ficou com 28,24% dos votos válidos, numa eleição que contou com apenas 5,64% de abstenção<sup>52</sup>. O mesmo fenômeno também pôde ser observado nas eleições para o legislativo, nas quais, nenhum partido conquistou a maioria em qualquer uma das duas casas, pulverizadas por representantes oriundos de vários grêmios políticos.

Nesse cenário, o partido que elegeu Rafael Caldera – *COPEI* – e a – *AD* – do ex-presidente Rómulo Betancourt (1959 – 1964) buscaram um acordo político. Para os *copeyanos* era interessante garantir um número considerável de deputados e senadores, a fim de assegurar que os projetos do executivo enfrentassem pouca resistência no legislativo; de outro lado, os *adecos* procuravam adquirir maior visibilidade política e, conseqüentemente, aumentar sua influência na política venezuelana:

Com efeito, em março de 1970 se materializou um acordo entre ambos partidos para a composição das Câmaras Legislativas. O acordo, ademais, supunha uma colaboração entre ambos para a aprovação de determinados projetos de leis apresentados ao Congresso Nacional para sua consideração. Como vemos, se colocava mais um ladrilho na construção da casa do bipartidarismo, que já veremos como se expressará plenamente nos resultados eleitorais de 1973, quando os candidatos de AD e COPEI obtiveram 85% por cento dos votos (LUCCA, 2007, p. 173).

Após ter assegurado que o legislativo não causaria problemas à aprovação de seu programa de governo, a administração de Rafael Caldera empenhou-se em pacificar o país internamente, isso porque ainda remanesciam focos de guerrilha. O primeiro passo dado por Caldera foi reconhecer, em 1969<sup>53</sup>, o Partido Comunista Venezuelano (PCV), que vinha atuando sob o nome de Unión para Avanzar (UPA), assim como o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), reconhecido em 1973. Ambos os partidos tinham passado para a clandestinidade em 1962, durante o governo de Rómulo Bettancourt:

O objetivo que Caldera perseguia era conseguir que os guerrilheiros se incorporassem à vida democrática e pacífica, que abandonassem as armas; em troca, o governo se comprometia a indultar os imputados, concebendo seus delitos como políticos e não cívil. A maioria dos comandantes guerrilheiros acolheu a pacificação, outros tardaram em fazê-lo, mas anos

---

<sup>52</sup> O dado referente ao índice de abstenção foi obtido de Juan E. Romero (2001).

<sup>53</sup> A data de 1969 não é mencionada por Rafael Arraíz Lucca e foi encontrada no próprio site do PCV na internet.

depois também se integraram à luta democrática. Esta política foi tão exitosa que produziu discussões profundas no seio da esquerda e trouxe como consequência, o nascimento do MAS [*Movimiento al Socialismo*] (LUCCA, 2007, p. 174).

Fidel Canelón e Franklin González ratificaram assertivas similares às de Arráiz Lucca sobre o contexto do período:

No primeiro governo de Rafael Caldera [se] destaca como tema dominante a busca da pacificação dos grupos armados e sua posterior incorporação à vida democrática. Desta maneira, se amplia a base de consenso do sistema político e se ratifica o caráter legitimante e absorvente que tem as eleições (CANELÓN; GONZÁLEZ, 1998, p. 18).

Os autores ressaltaram que a administração Caldera “pacificou” suas relações internacionais, provocando uma distensão na *Doctrina Betancourt*<sup>54</sup>. Nesse processo, “O governo de Caldera [...] estabeleceu relações com a União Soviética e outros países socialistas, ademais de vários países do Oriente Médio e África” (GUERÓN (1992) apud CANELÓN; GONZÁLEZ, 1998, p. 18). Contudo, para os analistas, Caldera foi omissivo no desenvolvimento da indústria nacional, o que culminou em aumento na dependência do Estado frente ao petróleo.

O ano de 1973 foi o último do governo Rafael Caldera e, de acordo com o historiador venezuelano Rafael Arráiz Lucca (2007), essa data é representativa por três motivos: primeiro, porque consolidou a aliança entre *adecos* e *copeyanos* para o lançamento da candidatura de Carlos Andrés Pérez; segundo porque se reportou ao aumento no preço do barril de petróleo de 3,75 para 10,53 dólares, uma maneira encontrada por alguns países árabes de protestar contra a Guerra do Yom Kippur, que também acabou desencadeando a segunda crise mundial do petróleo; e, por fim, mas não menos importante porque a dívida externa venezuelana, que até então era irrisória, passou a aumentar paulatinamente já a partir de 1974, com o início do governo Pérez, até se tornar um problema de Estado em 1983.

Rafael Arráiz Lucca defendeu que a partir de 1973: “Funcionou a tendência à polarização, pela chamada ‘economia do voto’, e desapareceram os chamados ‘fenômenos eleitorais’” (LUCCA, 2007, p. 177). Paralelamente, ocorria um incremento no valor do barril

---

<sup>54</sup> Em linhas gerais, a orientação da *Doctrina Betancourt* para a política externa obrigava a Venezuela a romper relações diplomáticas com países não democráticos. Um exemplo foi o rompimento das relações entre Brasil e Venezuela no dia 17 de abril de 1964, por conta do golpe militar que derrubou o então presidente João Goulart (FRANKLIN, 2007).

de petróleo – principal produto do PIB venezuelano – diante desse cenário e do expressivo apoio à Pérez, que recebeu 48,70% dos votos válidos, num pleito eleitoral com apenas 3,48% de abstenções, a menor taxa desde 1958, o começo desse governo ampliou o clima de otimismo já que contava:

[...] com grande apoio popular, com definitivo respaldo do Congresso Nacional e com o impulso que trazia da campanha eleitoral, que se articulou sobre a base de um lema oportuno: ‘Democracia com energia’. Esse lema respondia a estudos de mercado eleitoral, que indicavam que os votantes questionavam na democracia sua incapacidade de tomar decisões, enquanto sentiam falta da ditadura militar que as adotava em excesso. Pode-se afirmar que a campanha eleitoral de 1973 foi a primeira que utilizou métodos modernos de mercado político, e logrou converter um candidato que se associava à repressão, dada sua participação como vice-ministro das Relações Interiores durante o quinquênio 1959-1964, em um homem aberto às grandes maiorias.

Pérez solicitou ao Congresso Nacional nos primeiros meses de 1974 ‘poderes extraordinários’ para governar por decretos e leis, em matéria econômica e financeira durante um ano e o parlamento lhe concedeu a ‘Lei Orgânica, que autoriza o Presidente da República a ditar medidas extraordinárias em matéria econômica e financeira’. Essa concessão não só convertia o governo de Pérez em um dos mais poderosos de nossa história, até aquela data, senão que despertou muitas críticas de juristas, considerando que o Poder Legislativo havia delegado suas atribuições ao Poder Executivo. Em todo caso, o governo começou a fazer uso desses poderes e a administrar a alta inusitada dos preços do petróleo e, ainda que Pérez manifestasse que ia ‘administrar a riqueza com critério de escassez’, a verdade é que não foi isso que se viveu na Venezuela (LUCCA, 2007, p. 178).

Outros dois autores, Fidel Canelón e Franklin González, conduziram a reflexão para outro patamar, pois segundo eles,

Durante o primeiro governo de Carlos Andrés Pérez se colocam em evidência, como nenhum outro período da era democrática, os traços populistas do sistema político venezuelano. A multiplicação dos ingressos nacionais como consequência do aumento do preço do petróleo, redimensiona o papel do Estado, não só como regulador e promotor da economia nacional, senão também como o principal agente produtivo. Este *boom* econômico vai permitir que o sistema político funcione de maneira eficaz sobre a base de mecanismos de partilha de prebenda entre os distintos grupos sociais, enquanto os partidos políticos atuam como receptores das demandas (CANELÓN; GONZÁLEZ, 1998, p. 18, *grifo do autor*).

Antes de detalhar as questões apontadas por Canelón e González, como a tese da existência de traços populistas no interior do sistema democrático, é preciso reiterar que parte

do sucesso do primeiro governo Carlos Andrés Pérez pode ser creditado à sua política de nacionalização do ferro (1975) e do petróleo (1976). Assim que foi aprovado o projeto de lei que nacionalizava o petróleo, a gestão de Pérez atuou na criação da empresa Petróleos de Venezuela (PDVSA), para administrar e organizar a extração de hidrocarbonetos, assim como na criação de parcerias com outras empresas estrangeiras<sup>55</sup>. Para Luis Fernando Ayerbe (2008), com a chegada desse presidente ao poder, ocorreu uma profunda mudança no Estado venezuelano, que passou a defender uma posição mais central na economia e, conseqüentemente, no processo de distribuição das riquezas provenientes da indústria:

O Estado, grande detentor dos recursos energéticos, fortalece sua capacidade econômica, operando um processo de distribuição dos ganhos da renda petrolífera que, embora desigual, consegue gerar expectativas otimistas no conjunto da sociedade, sobre as possibilidades de desenvolvimento do país (AYERBE, 2008, p. 272).

Concomitantemente a esse processo de estruturação do Estado como agente econômico, observou-se o aumento da corrupção. Ora, a partir do momento em que o Estado se atribuiu a tarefa de ser um dos principais – senão o principal – fomentador da economia venezuelana, este passou a atuar em áreas que antes lhe eram desconhecidas. Nesse sentido, diante do ineditismo dessa atuação e a dificuldade de controlar o processo e barrar atividades ilícitas, não é de se estranhar que a corrupção se transformasse em um problema endêmico. Sobre esse aspecto, Fidel Canelón e Franklin González sustentam:

No aspecto político, o estatismo se manifestou no crescimento hipertrofiado da administração pública, no florescimento do clientelismo político e na redução do âmbito de ação da sociedade civil. Estes fatores estão associados à enorme ineficiência e corrupção do Estado venezuelano, assim como ao fortalecimento da cultura política paternalista e protecionista da população e das elites políticas venezuelanas (CANÉLON; GONZÁLEZ, 1998, p. 28).

Os autores reforçam sua proposição com uma assertiva de Aníbal Romero, que contribui para compreender o quadro mais geral da Venezuela e que explica, em parte, a política atual sob Chávez:

---

<sup>55</sup> Segundo Rafael Arráiz Lucca (2007), a aprovação da Lei de Nacionalização do Petróleo na Venezuela contou com debates acalorados no parlamento deste país, pois muitos deputados e senadores questionavam o fato das empresas estrangeiras continuarem atuando na extração dessa matéria prima. Dessa forma, para muitos, a nacionalização não atingiu o cerne da questão e, assim, mostrou-se insuficiente.

O Estado venezuelano é uma espécie de polvo que controla a economia, domina a política, modela a sociedade, impregna a cultura, manuseia a informação, permeia o meio ambiente, dita sem parar pautas e regulamentos, é, enfim, onipresente e pegajoso e determina a vida de quase toda a população, mas, não obstante, não pode fazer cumprir suas próprias leis (ROMERO (1986) apud CANELÓN; GONZÁLEZ, 1998, p. 28).

Se por um lado, o projeto encabeçado pelo governo Carlos Andrés Pérez para transformar o Estado venezuelano no principal protagonista da ampliação do PIB nacional foi bem sucedido, por outro lado, a promiscuidade com que os interesses nacionais foram tratados fizeram da corrupção um problema endêmico e amplamente debatido na campanha eleitoral de 1978.

Novamente a Venezuela assistiu a uma disputa acirrada entre os representantes dos dois principais partidos, AD e COPEI. A *Acción Democrática* lançou o nome de Luis Piñerúa Ordaz, que pautou sua campanha em duras críticas à administração de Carlos Andrés Pérez, acusado pelo candidato de ser conivente com a corrupção. Os *copeyanos*, por sua vez, escolheram como candidato Luis Herrera Campíns, que também centrou sua campanha em críticas contundentes à corrupção que se havia instalado no governo Pérez. No final do pleito, Ordaz obteve 43,41% dos votos válidos, enquanto Campíns angariou 46,64%, numa eleição com 12,45% de abstenções. Somando-se a porcentagem de votos de Campíns e Ordaz, chega-se ao impressionante número de 90,05% dos votos válidos, sinalizando que parte expressiva do eleitorado venezuelano acreditava numa solução mediada pelos representantes das principais legendas políticas venezuelanas.

O governo de Carlos Andrés Pérez se aproveitava amplamente da alta no valor do barril de petróleo para fomentar uma política econômica perdulária e logo que assumiu a presidência, Luis Herrera Campíns declarou que recebia um país hipotecado. Paradoxalmente, diferente do que seu discurso sugeria, o novo mandatário não efetivou uma política de austeridade, para contornar a crise.

O início da guerra entre Irã-Iraque, em 1980, envolvendo dois dos países que sempre estiveram no topo do ranking dos maiores exportadores de petróleo do mundo, fez com que o barril tivesse uma alta de 12,04 para 26,44 dólares. Esse valor favorecia o governo venezuelano, pois sua pauta de exportação baseava-se no petróleo, ou seja, haveria um incremento nas receitas e com isso um controle maior sobre a dívida externa. Entretanto, o aumento no preço do barril teve como desdobramento a elevação do dólar, pois se tornou necessário disponibilizar uma quantidade maior da moeda estadunidense para comprá-lo.

Tal aumento fez com que parte dos países latino americanos, com destaque para México, Brasil, Argentina e Venezuela, vissem suas dívidas externas aumentarem substancialmente em curtíssimo prazo. Em 1982 o governo mexicano pediu moratória de sua dívida externa a fim de ganhar tempo para honrar seus compromissos, o que soou como um alerta para os investidores que emprestaram dinheiro aos países do continente. Para Rafael Arráiz Lucca (2007, p. 185) “O caso da Venezuela é irônico, porque o país foi beneficiário dos preços petroleiros e, também, vítima do endividamento”. O mesmo autor argumentou:

À crise súbita da dívida externa se somou a queda leve dos preços do petróleo, que começou a manifestar-se em 1982. Isto, mais o pronunciamento do México, conduziram os venezuelanos ao que eles tinham que fazer: começaram a comprar divisas, elevando o montante das compras contra as reservas internacionais, que o Estado já não podia suportar e tornou-se necessário parar a venda de moeda na sexta-feira, 18 de fevereiro, e proceder à fixação de um controle de câmbio diferencial e a desvalorizar a moeda (LUCCA, 2007, p. 186).

Ainda de acordo com Lucca, a crise do *viernes negro* representou uma fissura no modelo econômico adotado pela Venezuela. Se a partir de 1958 o governo respaldou uma política econômica baseada na industrialização por substituição de importação, que posteriormente foi incrementada pela atuação do Estado empresarial, a partir da criação da PDVSA, esse modelo passaria a demonstrar sinais evidentes de esgotamento. Com efeito, Fidel Canelón e Franklin González apontaram:

Com a administração social cristã de Luis Herrera Campíns, aparecem as primeiras fissuras nas bases do sistema político venezuelano, devido à crise econômica gerada pelo endividamento externo da nação e a insuficiência de recursos para que o Estado seguisse cumprindo, simultaneamente, as funções de agente produtivo e de redistribuidor de riquezas próprias do modelo populista de desenvolvimento. Esta situação obrigou Herrera, no início de seu mandato, a implementar uma política de ajustes, enquadrada na ideologia de livre mercado, que produziu fortes enfrentamentos com o movimento sindical e com quase todos os partidos políticos, incluindo o COPEI. O resultado destes enfrentamentos foi um racha no consenso existente entre os principais atores do sistema político (CANELÓN; GONZÁLEZ, 1998, p. 19).

Em 1988, Carlos Andrés Pérez tinha sido eleito presidente da República da Venezuela para um segundo mandato, com 52,88% dos votos válidos, seguido pelo candidato social-cristão, Eduardo Fernández, com 40,39% dos votos e por Teodoro Petkoff do partido MAS

com 2,71%, numa eleição na qual foram registrados consideráveis 18,08% de abstenções. Tais números demonstram que por mais que a Venezuela enfrentasse desde o início da década de 1980 uma forte contração econômica, com um aumento preocupante no montante da dívida externa e uma diminuição na capacidade produtiva do país, os principais partidos políticos, AD e COPEI, ainda polarizavam o cenário eleitoral nacional. Novamente, somando-se as porcentagens obtidas por esses dois partidos chega-se à impressionante casa dos 93,27% dos votos válidos<sup>56</sup>. O retorno de Pérez ao principal cargo público daquele país respaldava-se na esperança de milhares de venezuelanos, que sonhavam com a retomada da pujança de seu primeiro governo. De acordo com Rafael Arráiz Lucca, “no imaginário coletivo se associava Pérez com a abundância, ‘as vacas gordas’ de sua primeira administração e foram inumeráveis os votos que obteve fundado nesta recordação de abundância, que brilhava muito nos tempos de escassez” (LUCCA, 2007, p. 190). Tal opinião foi corroborada pelos estudiosos brasileiros. Dessa forma, Gilberto Maringoni, numa referência a Heinz Montag e Thaís Maingón enfatizou:

Mais do que ninguém, o líder *adeco* personalizava a prosperidade petroleira da década anterior e sua situação de crescimento econômico, altos níveis de emprego e melhoria constante no padrão de vida da população. Ainda estava na memória de todos o lema de seu primeiro mandato: *Democracia com energia*. Pérez defendera, diante do eleitorado, uma posição dupla: a vontade de mudança e a vontade de continuidade. Apoiava aspectos que, aos olhos do povo, seriam positivos na gestão anterior, ao mesmo tempo que se apegava a inúmeras críticas feitas a ela. De todo o modo, no imaginário popular, aquela seria a chance do país vencer as dificuldades econômicas e voltar a viver num período dourado (MARINGONI, 2000, p. 109-110).

Endossando essa análise sobre a conjuntura do período, Rafael Duarte Villa sustentou que: “A volta de Carlos Andrés Pérez se deu muito na base da nostalgia e dos anseios de muitos venezuelanos que pensaram num *replay* das políticas populistas de seu primeiro período de governo (1974-1979)” (VILLA, 2000, p. 140). Os três autores reconheceram que o retorno de Carlos Andrés Pérez representou uma “busca do tempo perdido” por boa parte da sociedade venezuelana, que depositou em Pérez as esperanças de que este recolocasse o país na rota do progresso e da bonança. Dessa forma, sua primeira alocução não foi menos enfática

---

<sup>56</sup> De acordo com Rafael Arráiz Lucca (2007) o número de convidados estrangeiros era tamanho que a cerimônia da posse foi transferida do Capitólio Federal para o teatro Teresa Carreño, com o intuito de melhor recebê-los. Nesse sentido, o autor sublinhou que para alguns analistas tal fato era uma demonstração indubitável do prestígio internacional de Carlos Andrés Pérez; entretanto, para outros comentaristas, a solenidade de posse do presidente era um disparate, pois o seu glamour contrastava com o período de forte recessão pelo qual a Venezuela passava.

e ele se propôs a superar os erros do passado e assegurar um modelo que equacionasse o problema da dívida externa.

### 1.3. O mal-estar na democracia venezuelana e a intentona militar chavista contra a ordem estabelecida

Por mais prestigiado que fosse, Andrés Pérez não resistiu às pressões dos credores internacionais para que a Venezuela promovesse uma política de reajuste em suas contas, o que o levou a anunciar no dia 16 de fevereiro o “*Paquete Económico*”, que, segundo Arráiz Lucca (2007) foi uma surpresa para aqueles que votaram no líder *adeco* acreditando que ele seria capaz de fazer alguma mágica trazendo de volta o crescimento econômico de outrora. De acordo com o autor, o pacote econômico anunciado pelo presidente foi impactante, porque:

A mudança no modelo econômico era substancial. Se antes as taxas de juros eram fixadas pelo Banco Central da Venezuela, agora, seriam liberadas para que as determinasse o mercado. Se antes o Estado era o grande empresário, construtor e comerciante diverso, agora, se privatizariam todas aquelas empresas de serviços públicos que pudessem estar em mãos privadas prestando um serviço mais eficiente. Se antes se subsidiava a gasolina, agora se incrementaria seu preço, com vistas a chegar a um preço internacional. Se antes o Estado subsidiava a indústria privada, cobrindo as margens que por diversas razões esta não podia alcançar, agora se eliminariam os subsídios. Se antes se protegia a indústria nacional fixando altíssimas taxas alfandegárias aos produtos importados, agora se eliminariam as taxas e se abririam totalmente os mercados, com isso se obrigava as empresas venezuelanas a competir em igualdade de condições com as estrangeiras que quisessem se estabelecer aqui, ou trazer seus produtos de fora (LUCCA, 2007, p. 191).

De acordo com Gilberto Maringoni, por trás dessas medidas subjazia outro interesse: “O objetivo de tudo era a liberação de um empréstimo de US\$ 4,5 bilhões” (MARINGONI, 2008, p. 70). Todavia, para que um acordo desse tipo fosse costurado deveria haver algum tipo de compensação e, segundo o autor:

A contrapartida, concretizada no dia 25, um sábado, era salgada: o pacote incluía desvalorização da moeda nacional, o Bolívar, redução do gasto público e do crédito, liberação de preços, congelamento de salários e aumento dos preços de gêneros de primeira necessidade. A gasolina sofreria um reajuste imediato de 100%. Isso resultaria, segundo anunciado, numa majoração de 30% nos bilhetes do transporte coletivo. Na prática, esses

reajustes chegaram também a 100%. Nada disso havia sido ventilado durante a campanha (MARINGONI, 2008, p. 70).

Um cenário contraditório se havia configurado, pois o candidato que havia atraído para si a esperança dos venezuelanos de sanar os problemas econômicos e sociais acabara de anunciar um rígido pacote econômico. Um dos desdobramentos desse panorama foi uma violenta convulsão social. Segundo Gilberto Maringoni<sup>57</sup>, os distúrbios começaram no início da manhã da segunda-feira do dia 27 de fevereiro de 1989, assim que os primeiros trabalhadores e estudantes começaram a se deslocar das tradicionais cidades dormitórias de La Guaira, Catia, La Mar e Guarenas em direção à capital. Ao chegarem a Caracas, a população revoltada com o aumento no valor da tarifa<sup>58</sup> se aglutinou no terminal de *Nuevo Circo* e de lá partiu em direção às avenidas Lecuna e Bolívar, duas das mais importantes vias de acesso à cidade. Outro grupo formado em sua grande maioria por estudantes oriundos da *Universidad Central da Venezuela* (UCV) se dirigiu à Praça Venezuela e para a Praça das Três Graças, bloqueando outro ponto nevrálgico e a situação agravou-se ainda mais, segundo o relato feito por Margarita López Maya:

Pelas duas horas da tarde, principiou a tomada da auto-estrada Francisco Fajardo. A multidão veio do Parque Central, das imediações da UCV e de *La Charneca*, e em cada uma das intersecções da estrada eram colocados galhos de árvores, engradados de refrigerante e qualquer objeto que pudesse impedir a passagem dos carros. Todo caminhão que se aproximava, e do qual se suspeitava que transportasse alimentos, era parado pelas pessoas; punham sem violência o motorista sob controle, retirava-se a carga, distribuía-na e depois pediam ao motorista que pusesse atravessado o caminhão. A PM chegaria mais tarde, mas tinha ordem de não agir. Além disso, uma parte das pessoas do protesto do Novo Circo já se havia apossado da intersecção da Avenida Lecuna com a Avenida Forças Armadas. Ali, próximo da sede dos bombeiros do Distrito Federal, atearam fogo a um

---

<sup>57</sup> O autor utilizou como fonte para sua narrativa o relato feito por Margarita López Maya em seu artigo, *Venezuela, la rebelión popular del 27 de febrero de 1989, resistencia a la modernidad?* Publicado na *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. Entretanto, não foi possível o acesso direto a este artigo. Desse modo, recorreu-se à descrição feita pela autora no livro, *Luta Hegemônica na Venezuela: A crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez*, que por sua vez corresponde a uma versão traduzida para o português do livro de Margarita López Maya, *Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio*, publicado em 2005 na Venezuela pela editora *AlfadiL*.

<sup>58</sup> José Honorio Martínez (2008) apresentou uma explicação mais detalhada para os problemas das tarifas do transporte coletivo. Segundo o autor, a Câmara do Transporte, além de ter rechaçado o plano econômico apresentado pelo governo, exigia uma compensação de 70% para cobrir os custos devido ao aumento do litro da gasolina, que passou de 1,5 para 2,7 bolívares. Contudo, o governo negou qualquer subsídio para essas empresas. Diante da negativa do governo, algumas empresas optaram pela paralisação durante o dia 27, enquanto que outras resolveram manter os ônibus nas ruas, mas adotando como tarifa o valor que lhes fosse mais lucrativo para cobrir o súbito aumento do combustível.

ônibus e não permitiram que os bombeiros se aproximassem para apagar o incêndio. Outro fio de fumaça, próximo à *Roca Tarpeya*, indicava um incêndio no morro que ladeia o entroncamento da Avenida Forças Armadas com a Nova Granada. Havia homens, mulheres, crianças e velhos que gritavam em protesto contra as medidas econômicas anunciadas pelo presidente Pérez. A PM chegou e fez disparos para o ar; em seguida, os policiais interromperam a ação e colocaram dois ‘camburões’ à altura da Avenida Lecuna. No fim da tarde, uma estudante da UCV, *Yulimar Reyes*, morreu vítima de um disparo de escopeta em frente ao Parque Central (MAYA, 2011, p. 59, *grifo do autor*).

Paralelamente à desordem que tomava conta da capital, outras cidades como La Guaira e Barquisimetro também assistiam às irrupções de protestos contra o aumento nas tarifas do transporte público, assim como contra a administração de Pérez. Ana Teresa Torres também se dedicou ao tema do *Caracazo*, fundamentando seu relato na experiência de Tulio Hernández, que acompanhou os distúrbios pessoalmente. O que mais chamou a atenção de Torres na descrição de Hernández foi a maneira como ele narrou a ira dos revoltosos quando estes destruíram um automóvel:

Não o roubo, o simples vandalismo, senão, ‘primeiro, a destruição como um fim em si mesmo, como lógica abstrata do protesto, dirigida precisamente a um dos objetos de fetiche e mais desejados da megalópole contemporânea. Segundo, a natureza individual da ação. Terceiro, a ira frenética... De *lesionar* o corpo do automóvel’ (HERNÁNDEZ (2000) apud TORRES, 2009, p. 137, *grifo da autora*).

A autora ainda reproduziu outra passagem do texto de Hernández, na qual o autor reafirmou a especificidade daquela mobilização popular:

‘O 27 de fevereiro, conhecido fora de nosso país como O Caracazo, exibiu com crueldade um conjunto de forças destrutivas, de atitudes potenciais em direção à violência extrema – tanto nas forças da ordem como nas turbas saqueadoras –, de risco e subestimação da própria vida, de desaforo e entusiasmo frente à obtenção gratuita de bens – inclusive dentro de setores médios da população – que não consegue ser explicado atendendo somente a razões econômicas e políticas’ (HERNÁNDEZ (2000) apud TORRES, 2009, p. 137).

Para Tulio Hernández havia uma enorme carga de tensão popular acumulada que quando extravasada, ainda que sem organização, colocaria em risco a governabilidade do país. Nesse sentido, a destruição do carro representou também um ataque ao modo de vida que os revoltosos sonhavam em ter acesso, que lhes era apresentado em forma de promessas

eleitorais, mas que nunca alcançavam. Não obstante, por mais que houvesse a participação de grupos organizados, que atuavam sob determinada orientação, também foi possível identificar a participação de cidadãos que, frustrados com a ausência de perspectivas, resolveram demonstrar sua insatisfação fora dos canais até então utilizados. José Honorio Martínez (2008, p.90) também reverberou esse argumento: “O Caracazo não foi um movimento social representado organizativamente, senão um estouro popular, nesse sentido respondeu mais aos sentimentos de mal-estar popular pelo encarecimento da vida, que a orientação política de alguma organização”.

Dessa forma, “A participação dos caraquenhos de maneira individual nos saques demonstrou que as organizações haviam perdido capacidade para representar e regular a ação coletiva” (MARTÍNEZ, 2008, p. 90). O caos social avançou durante o dia 28 de fevereiro<sup>59</sup>. “As multidões impediram o trânsito, levantando grandes fogueiras no meio das principais avenidas, e interromperam com elas todas as entradas da cidade” (MAYA, 2011, p. 61). O ministro do interior fez um pronunciamento em cadeia nacional pedindo calma à população, medida que não surtiu efeito, levando o governo a suspender as garantias constitucionais e a estabelecer o estado de sítio, com toque de recolher das seis horas da tarde às seis da manhã. A autora reiterou a dramaticidade do quadro repressivo que se seguiu:

Com o toque de recolher, a rebelião começou a ceder sob a força de uma repressão atroz desatada sobre a população, sobretudo contra os moradores dos bairros populares de Caracas. Essa repressão já fora empregada em algumas zonas da cidade durante o dia e intensificou-se durante a noite e nos dias seguintes. As diferentes polícias e o Exército, em um desesperado e torpe intento de controlar a situação, atacaram furiosamente moradores e transeuntes nos bairros populares (MAYA, 2011, p. 64).

Os conflitos ainda avançaram nos três primeiros dias de março, quando finalmente começaram a perder intensidade. A partir do dia 4, as principais cidades do país já haviam retomado a rotina e o toque de recolher fora suspenso, mas o considerável número de mortos e muitas perguntas sem respostas prolongavam o mal estar social<sup>60</sup>. Para Gilberto Maringoni, as

---

<sup>59</sup> Margarita López Maya (2009) apurou que em alguns lugares a polícia se solidarizou com a população local, como em Antímano, no qual, após um acordo, ficou decidido que as mulheres entrariam para saquear as lojas enquanto os homens esperariam nas barricadas os produtos do saque.

<sup>60</sup> Segundo Margarita López Maya, o Ministério da Defesa reconheceu que os confrontos produziram 277 mortes, número que contradizia a lista elaborada pelo necrotério de Bello Monte, em Caracas, que relacionou 310 óbitos, posteriormente ampliado para 322 falecimentos só na cidade de Caracas. A autora considera a contagem elaborada pelo Comitê de Familiares das Vítimas de Fevereiro-Março de 1989 (*Cofavic*) e a Rede de Apoio pela Justiça e pela Paz de 396 vítimas fatais como a mais próxima do que efetivamente ocorreu na capital

convulsões de 1989 na Venezuela esgarçaram as relações entre as instituições civis e governamentais que o país havia construído como uma democracia modelo na América Latina:

Rompeu-se um padrão de convivência construído ao longo de todo o século. Os canais de mediação de demandas entre a população e o Estado – partidos políticos e sindicatos – que, durante décadas, resolveram conflitos variados, mostraram-se inúteis quando a crise se tornou irreversível. Com o *Caracazo*, a Venezuela fizera um pouso forçado na realidade latino-americana<sup>61</sup> (MARINGONI, 2008, p. 73).

Rafael Duarte Villa também foi signatário desta interpretação de que o pacto de governabilidade que acompanhava a Venezuela desde 1958 havia se desarranjado de maneira profunda após o *Caracazo*; porém, seu exame crítico limitou-se a elencar as questões econômicas a fim de abordar o aspecto social da existência de um descontentamento nas forças armadas:

Esse trágico episódio expôs a fragilidade do modelo econômico venezuelano sustentado nos rendimentos do petróleo; por sua vez, era o sintoma mais evidente de que o consenso das elites em torno do pacto de governabilidade começava a esfacelar-se. O enfraquecimento desse consenso foi operado, na sua etapa inicial, no interior das próprias instituições beneficiárias do pacto. Isso foi notório no seio de um dos atores fundamentais desse pacto: as Forças Armadas. Uma corrente nacionalista do Exército questionou fortemente o papel repressivo desempenhado por essa instituição no cruento episódio e a eficácia e os desdobramentos da ortodoxia do Fundo Monetário Internacional para a autonomia do país. (VILLA, 2000, p. 140).

Para o especialista em forças armadas na Venezuela, Harold A. Trinkunas, a década de 1980 alterou substancialmente a maneira como civis e militares se relacionavam e desde que os primeiros retomaram o poder, em 1958, houve uma preocupação em aquartelar os

---

(MAYA, 2005). A autora reportou-se a um estudo feito pelo Centro de Estudos para a Paz, da Universidade Central da Venezuela (1999), que examinou 266 cadáveres provenientes do conflito, ponderando que mais de 60% foram alvejados por armas de fogo no tórax (35,71%) ou na cabeça (29,32%), sendo que 211 mortos haviam recebido um único tiro (79,2%), enquanto que 39 haviam recebido dois (14,66%). Tais dados levaram a autora a concluir que: “Tratava-se, portanto, de execuções sumárias de uma população civil indefesa cujo delito principal fora o de estar nas ruas depois do toque de recolher” (MAYA, 2009, p. 66).

<sup>61</sup> A despeito da afirmação do autor que intentou homogeneizar um bloco tão complexo como a América Latina a partir de convulsões sociais, como se esse fosse o único fenômeno que aproximasse realidades tão distintas, existem outras características tais como a língua, a história, as tradições populares e o culto aos heróis nacionais que sustentam que a Venezuela sempre esteve inserida nesse grupo; esse tipo de assertiva que enfatiza um evento controverso como sendo a regra geral para todos, reproduz um notório estigma negativo sobre a região, como se ela fosse conformada apenas por binômios como: exploradores e explorados, conservadores e revolucionários.

militares, para que ditaduras como a de Marco Pérez Jiménez (1952- 1958), não voltassem a acontecer. Nesse sentido, a constituição de 1961 continha uma série de medidas adotadas pelos civis para que o campo de atuação dos militares fosse restrito à manutenção da soberania externa e ao combate das insurreições no campo de extrema esquerda que se inspiravam na revolução cubana. Além disso, as principais lideranças políticas civis que se seguiram lançaram mão da estratégia de “dividir para reinar” (TRINKUNAS, 2009) que basicamente promovia a manutenção do equilíbrio entre as corporações. Com o tempo, parte dos militares de alta patente foi sendo convencida de que a democracia era um caminho factível na Venezuela, tendo sido agraciados com parte das benesses da renda petroléira.

Entretanto, a penúltima década do século XX marcou uma contenção de gastos por parte do Estado venezuelano, que precisava focar sua atenção no controle da dívida externa. Dessa forma, um dos setores que mais sofreram com os cortes de gastos foi o militar. Se durante as décadas de 1960 e 1970 a carreira militar foi uma das vias de ascensão social para muitos venezuelanos, inclusive para Hugo Chávez, a partir de então, a realidade era outra:

Cada vez com mais intensidade, a austeridade acabou para muitos com a oportunidade de gozar do estilo de vida das classes abastadas, ainda que não para os oficiais de alta categoria. Essa capacidade do alto comando para se proteger do impacto da austeridade fomentou entre os oficiais mais jovens a percepção de que seus superiores eram corruptos e sem honra e, nesse sentido, iguais aos políticos que governavam a república, o que serviu em parte como justificativa moral para as conspirações antidemocráticas que floresceram durante as décadas de 80 e 90. O uso das forças armadas para reprimir os distúrbios provocados pela austeridade em 1989 fez com que tanto oficiais como recrutas se dessem conta das conseqüências das falidas políticas econômicas do governo, em especial porque muitas das vítimas da repressão governamental pertenciam à mesma classe pobre urbana da qual provinham muitos dos recrutas. Isso criou dentro das forças armadas uma reserva de simpatizantes por uma mudança radical no sistema político (TRINKUNAS, 2009, p. 87).

Ainda sobre a perspectiva do âmbito militar e contextualizando a participação de Hugo Chávez, Harold Trinkunas sustenta que

A tentativa de golpe de Estado dos jovens oficiais em 4 de fevereiro de 1992<sup>62</sup>, liderados pelo então tenente-coronel Hugo Chávez, foi produto de

---

<sup>62</sup> Essa sinopse dos principais acontecimentos sobre o emblemático dia 4 de fevereiro de 1992 foi amparada nos relatos de Gilberto Maringoni (2008), Richard Gott (2004), Cristina Marcano e Alberto Barrera Tyszka (2004), Ana Teresa Torres (2009) e no próprio Hugo Chávez Frías (2005b). Segundo Valeria Bosoer e Cecilia Cortés (2001) tentou-se, sem sucesso por parte de Hugo Chávez e de seus partidários, transferir a data de sua posse do

um dos focos de ressentimento que se incubavam no interior das forças armadas nesse tempo. A intentona de Chávez foi seguida em novembro de 1992 por outra tentativa relacionada. Os golpes falharam por falta de cooperação e unidade entre os diferentes oficiais participantes, um efeito residual da política de ‘dividir para reinar’, deliberadamente instigada desde o início da democracia. No entanto, esses intentos de golpe de Estado produziram um tremendo impacto no sistema político. As medidas de austeridade já haviam conduzido a desafeição dos civis com o governo de Carlos Andrés Pérez e ele preparou o terreno para o apoio popular às tentativas de golpe. As pesquisas de opinião realizadas nos meses seguintes ao golpe de 4 de fevereiro refletiram a admiração do povo para com o tenente coronel Chávez, pela maneira como manuseou sua rendição – pela televisão ao vivo –, ocasião na qual se responsabilizou pelo fracasso da insurreição, concluindo com seu slogan final: “*Por ahora*”. Estas tentativas de golpe catalisaram os processos de acusação constitucional contra o presidente Pérez, concluindo com sua destituição do cargo em 1993 (TRINKUNAS, 2009, p. 87, *grifo do autor*).

Conforme Maringoni, a escolha da data para o levante ocorreu após os sublevadores terem recebido informações de que o presidente Carlos Andrés Pérez retornaria na madrugada do dia 4 da viagem à Suíça e o plano seria capturá-lo ainda no aeroporto. Todavia, Pérez foi recebido no aeroporto Simón Bolívar, em Maiquetía – município da grande Caracas – pelo Ministro da Defesa, general Fernando Ochoa Antich, que lhe comunicou sobre o boato de um possível levante militar. “O terminal aéreo estava tomado pela Guarda Nacional e pela Infantaria da Marinha. Pérez mostrou-se visivelmente assustado” (MARINGONI, 2008, p. 93). Durante seu traslado até a residência oficial, *La Casona*, o presidente convocou uma reunião com o alto comando militar para o dia seguinte, a fim de avaliar a dimensão das dissensões no interior das forças armadas.

Ao passo que a madrugada foi avançando, os distintos comandos rebeldes foram se posicionando de maneira estratégica. Hugo Chávez Frías se deslocou de Maracay para Caracas, no intuito de estabelecer no Museu Histórico Militar sua base de operações. Concomitantemente, Yoel Acosta Chirinos deveria assumir o controle sobre a base aérea “*Generalíssimo Francisco Miranda*”, local que abrigava o aeroporto de *La Carlota*. Por fim, Jesús Urdaneta e Miguel Ortiz deveriam assumir o controle das tropas que estavam estacionadas nas cidades de Maracay e Valencia. Apesar de não terem conseguido capturar

---

dia 2 para o dia 4 de fevereiro. Assim, seria possível coincidir a cerimônia de posse com sua primeira aparição pública, que foi, justamente, como líder dessa intentona militar. Caso isso tivesse acontecido, Chávez teria conseguido aglutinar ainda mais forças para reescrever a dimensão simbólica de seu levante; inclusive, poder-se-ia aludir que o mesmo representaria a data de uma possível segunda independência da Venezuela feita, dessa vez, contra as oligarquias.

Pérez em Maiquetía, os rebeldes acreditavam que a operação “*Ezequiel Zamora*” lograria sucesso (MARCANO; TYSZKA, 2004; MARINGONI, 2008).

Assim que chegou ao Museu Histórico Militar, Chávez e seus comandados foram recebidos com rajadas de metralhadora, pois a informação de que havia um deslocamento suspeito de tropas vindas de Maracay e Valencia em direção a Caracas já havia se espalhado pela capital. Inclusive, o presidente utilizou-se desse fato para convencer os oficiais que guardavam o museu da necessidade de sua entrada já que a ordem era reforçar a segurança do mesmo. No interior do país, Urdaneta e Ortiz alcançaram seus objetivos de controlar os quartéis militares; paralelamente, na base aérea de La Carlota, Chirinos rendeu o chefe da Força Aérea, o general Eutimio Fuguet Borregales (MARCANO; TYSZKA, 2004).

Carlos Andrés Pérez se deslocou para o Palácio de Miraflores, de onde organizou a contra-ofensiva. Na ocasião, ele fez um pronunciamento via televisão em cadeia nacional, informando os venezuelanos de que a democracia estava ameaçada, pois um grupo de militares subversivos intentava derrubá-lo do poder. Hugo Chávez foi surpreendido pelo pronunciamento do presidente, pois ele havia deslocado uma equipe para transmitir uma mensagem gravada por ele, explicando os motivos da insurgência:

Uma dezena de efetivos tinha missão de tomar o canal estatal e transmitir sua [de Chávez] proclamação gravada em vídeo VHS. Na verdade, seus homens tomaram o canal, mas não sabiam como transferir o vídeo para o formato U Matic, um procedimento simples que eles desconheciam e se conformaram com a explicação do pessoal técnico do estúdio: não pode ser feito. Logo – e talvez o que menos se esperava – em lugar do seu próprio rosto aparece um Carlos Andrés Pérez descabelado e desengonçado, anunciando ao país que havia uma rebelião, que uns ‘facínoras’ pretendiam acabar com a democracia e que a ação estava destinada ao fracasso (MARCANO; TYSZKA, 2004, p. 88).

De acordo com Richard Gott (2004), Chávez sabia que se o presidente tivesse acesso aos meios de comunicação, facilmente conseguiria apoio de pelo menos 40 comandantes e, assim, colocaria fim ao motim. Para piorar a situação, os equipamentos de comunicação que o tenente-coronel aguardava no Museu Histórico Militar não chegaram, fazendo com que o líder da rebelião ficasse incomunicável.

O golpe final contra os amotinados ocorreu ainda na madrugada do dia 4, quando tropas leais ao presidente fizeram um pesado ataque contra o Forte Tiúna, local tomado pelos rebeldes, embora estivesse mal guarnecido. Após terem tomado o Forte, os militares, sob o

comando de Fernando Ochoa, fustigaram as posições dos rebeldes, causando as primeiras baixas. Segundo Maringoni (2008, p. 95), “sem controlar nenhum centro de telecomunicações, os golpistas tampouco puderam ganhar apoio da sociedade. Vendo que prosseguir com o ataque seria ‘um suicídio’, Chávez decide apresentar a rendição”.

O processo de negociação da rendição do tenente-coronel Hugo Chávez Frías foi penoso por uma série de motivos: primeiro porque ele teve que explicar para os seus colegas de armas Jesús Urdaneta e Miguel Ortiz – que atingiram seus objetivos em Maracay e Valencia – o fracasso da operação na capital. A falha na captura do presidente, o rechaço às tentativas de invasão a *La Casona* e ao Palácio de Miraflores, além da falta de equipamentos que viabilizassem a comunicação fizeram com que o levante na capital fracassasse; segundo, porque o tenente coronel temia pela sua vida, haja vista que militares ligados ao oficialismo cogitaram bombardear o museu no qual Chávez se encontrava, para apressar sua capitulação: “Sem saída, Chávez pede apenas para que seja tratado com dignidade e que pudesse fazer um breve pronunciamento à nação. A negociação deste último ponto representou uma nervosa troca de palavras com os oficiais destacados para detê-lo” (MARINGONI, 2008, p. 95). Não obstante, para Richard Gott a declaração do tenente coronel também seria:

[...] destinada, sobretudo, ao regimento de pára-quedistas de Aragua e à brigada de tanques de Valencia. As duas forças haviam se apoderado de suas respectivas cidades e não davam a impressão de querer render-se. Chávez percebeu que, se não o fizessem, haveria derramamento de sangue. Falou confiante e sem anotações (GOTT, 2004, p. 102).

Assim, a alocução<sup>63</sup> de Hugo Chávez encerrava a etapa de enfrentamento com as forças governamentais, indicando novas possibilidades no futuro:

Antes de qualquer coisa, quero dar ‘bom dia’ a todo o povo da Venezuela. Esta mensagem bolivariana é dirigida aos valentes soldados que se encontram no Regimento de pára-quedistas de Aragua e na Brigada Blindada de Valencia. Companheiros: Lamentavelmente, *por enquanto*, os objetivos que nós colocamos não foram atingidos na capital. Quero dizer, que nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. Aí onde vocês estão agiram muito bem, porém já é tempo de evitar mais derramamento de sangue, já é tempo de refletir e virão novas situações e o país tem a oportunidade de avançar definitivamente para um futuro melhor. Assim que

---

<sup>63</sup> Assim como Ana Teresa Torres (2009), utilizo como fonte em castelhano o Discurso do “*Por Ahora*”, que está localizado na página web: <http://www.analitica.com/bitbliblioteca/hchavez/4f.asp>. Para traduzi-lo amparei-me nas exposições feitas por Richard Gott (2004) e Gilberto Maringoni (2008).

ouvirem minhas palavras, escutem o comandante Chávez, que lhes envia esta mensagem e, por favor, reflitam e deponham as armas porque já, de verdade, os objetivos que nós traçamos a nível nacional é impossível que os conquistemos. Companheiros: Escutem esta mensagem solidária. Agradeço sua lealdade, agradeço sua valentia, seu desprendimento e eu, diante do país e diante de vocês, *assumo a responsabilidade* deste movimento militar bolivariano. Muito obrigado (GOTT, 2004, p. 102-103; MARINGONI, 2008, p. 95-96, *grifos meus*).

Há um consenso entre os pesquisadores mencionados anteriormente sobre a relevância de dois termos presentes neste breve comunicado: “por enquanto” e “assumo a responsabilidade”. Para Gott (2004), o primeiro termo representou um compromisso que Chávez assumia com a população de não abandoná-la. A intentona militar havia malgrado, mas a luta daqueles que se envolveram no 4 de fevereiro estava longe de terminar. Embora os objetivos não tivessem sido cumpridos, ainda havia o vislumbre de um novo caminho a ser percorrido.

A segunda expressão: “assumo a responsabilidade” atraiu ainda mais a atenção de analistas. De acordo com Ana Teresa Torres (2009)<sup>64</sup>, os políticos venezuelanos padeciam da síndrome de não assumir a responsabilidade por seus atos. Quando o problema não era oriundo de seu antecessor, o mesmo se transformava em um ente longínquo, cuja datação seria impossível de se determinar. Nesse sentido, o político se eximia da responsabilidade de resolvê-lo, apresentando medidas paliativas para amenizá-lo.

Com sua alocução, o tenente-coronel fez justamente o contrário. Ele assumiu para si a responsabilidade de ter liderado aqueles homens contra o segundo governo de Carlos Andrés Pérez. Além disso, o pronunciamento foi ao vivo, ou seja, não houve mediadores que afastassem o tenente-coronel de seu público; sua mensagem foi direta e sua recepção positiva<sup>65</sup>. Para Torres (2009, p. 168): “O herói começava a falar a partir de um código messiânico”.

De acordo com dados oficiais, a intentona contou com 180 oficiais, 58 suboficiais, noventa integrantes de tropas profissionais e 2 mil soldados presos. Assim que o movimento

---

<sup>64</sup> Para a autora, a maneira como o tenente-coronel se apresentou diante das câmeras – e, conseqüentemente diante do país – mereceu sua atenção, isso porque a imagem de Chávez, de um jovem magro que manejava as palavras com facilidade, mas cujo olhar melancólico denunciava o fracasso de sua empresa, de uma pessoa que discursava sob custódia, remeteu à imagem de um herói romântico “que aceitava seu destino de prisioneiro por ter pretendido liberar o povo da Venezuela e ter fracassado no intento. Sua própria imagem se transformava na alegoria bolivariana” (TORRES, 2009, p.190).

<sup>65</sup> De acordo com Gilberto Maringoni (2008), quatro meses após a intentona militar do dia 4 de fevereiro, Hugo Chávez Frías gozava de imensa popularidade, sendo que 64,7% das pessoas que participaram da pesquisa de opinião afirmaram que o tenente-coronel era uma figura apta para conduzir o país.

foi debelado, os sublevadores foram presos na prisão de *San Carlos*, em Caracas, e na de *Yare*, no estado de Miranda, tendo sido registrados 17 mortos (MARINGONI, 2008). A lista contendo o número de presos e de mortos não traz informação sobre a participação popular na revolta: “A participação civil praticamente não existiu, a não ser residualmente em Valência, onde alguns estudantes externaram seu apoio ao enfrentamento. Não aconteceram manifestações populares de apoio” (MARINGONI, 2008, p. 97). Argumentação referendada por Richard Gott que enfatizou: “Aparentemente, em Valencia os civis apoiaram o golpe; chegaram ao quartel e receberam armas e veículos, com os quais ajudaram a tomar a cidade. Em Caracas e Maracaibo, isso não aconteceu” (GOTT, 2004, p. 101).

Hugo Chávez<sup>66</sup> afirmou que perto do palácio de Miraflores havia um caminhão carregado de armas e munições destinado aos civis, que não apareceram, e a contra-senha, “*Paéz-Patria*”, era o código de identificação para a obtenção dessas armas (GOTT, 2004). A afirmação de Chávez de que havia expectativa de participação civil-popular na rebelião do dia 4 de fevereiro foi oposta à interpretação que Manuel Caballero fez sobre o ocorrido. Para o historiador venezuelano, o tenente-coronel, juntamente com seus colegas militares, não confiava nos civis, o que fez com que a rebelião fosse exclusivamente militar:

Na madrugada do dia 4 de fevereiro se produziu um levante militar. Vejam então em primeiro lugar que coisa quer dizer isso. Começarei com uma tautologia. ‘Levante Militar’, neste caso, quer dizer uma só coisa: levante militar. Já estamos um pouco crescidinhos para saber que não existe golpe militar ‘bom’, ou para ser mais objetivo possível, que nossa história não os conhece. Durante três anos, se quis nos fazer crer que o dia 18 de outubro de 1945 era a exceção, mas o dia 24 de novembro de 1948<sup>67</sup> demonstrou que não era assim (CABALLERO, 2006, p. 203).

Caballero arrolou uma lista de argumentos para reiterar que a tentativa de golpe de Hugo Chávez Frías pretendia deslocar os civis da vida política, fazendo com que a mesma passasse a ser controlada por militares. Para o autor, o fato de nenhum civil ter sido indiciado ou sofrido algum tipo de acusação formal na justiça venezuelana representou um forte indício

---

<sup>66</sup> No livro *À sombra do Libertador: Hugo Chávez Frías e a transformação da Venezuela*, Richard Gott mencionou a entrevista feita por Augustín Blanco Muñoz com Chávez, que resultou no livro *Habla el comandante Hugo Chávez Frías: Venezuela do 4 de fevereiro de 1992 ao 6 de dezembro de 1998*. Contudo, Gott não fez referência sobre a página e edição da qual retirou a informação, limitando-se a mencionar que a mesma era oriunda da entrevista de Muñoz com Chávez.

<sup>67</sup> Data que marcou o golpe cívico-militar responsável por colocar na presidência Rómulo Bettancourt, o qual presidiu a Junta Revolucionária de Governo de 1945 a 1948, ano em que ocorre o golpe militar, que levando à presidência Carlos Delgado Chalbaud (1948- 1950) (LUCCA, 2007).

de que estes não desempenharam nenhum papel na intentona. Além disso, não houve distúrbios no comércio de Caracas durante os confrontos, como ocorreu durante o *Caracazo*.

Tudo faz pensar então que o golpe estava destinado a excluir da política os civis. Segundo o general Peñaloza (e não há razão para não acreditar nele) o único oferecimento feito pelos sublevados tem como referente a repressão e na pior das formas possíveis: concentração de oponentes ‘no estádio’ (uma reminiscência de Pinochet) e seu fuzilamento sem julgamento. Fora isso, somente as habituais generalidades político-religiosas a que são tão dadas a todos os primitivismos fundamentalistas: o nacionalismo bolivariano (CABALLERO, 2006, p. 203).

Manuel Caballero destacou que se a revolta encabeçada por Hugo Chávez Frías tivesse conseguido destituir da presidência Carlos Andrés Pérez, os rebeldes teriam derrotado um governo eleito a partir de um sistema democrático, legitimamente amparado e contemplado por uma constituição, ou seja, Caballero percebeu que Chávez não se rebelava somente contra Pérez, mas contra a ordem estabelecida constitucionalmente. Após sete anos, em 1999, o antigo golpista assumiu o cargo que almejava, ou seja, o rebelde de ontem tornou-se o presidente de hoje. Ainda assim, sua legitimidade foi questionada, sabendo que no passado havia atentado contra um governo legalmente estabelecido.

Iniciou-se nesse ponto uma verdadeira cruzada discursiva do tenente-coronel, que passou a travar duas frentes de batalha: uma primeira almejava legitimar as ações do dia 4 de fevereiro, afirmando que o governo deposto não agia em prol do interesse público e privilegiava os interesses privados de uma minoria; a outra buscava mostrar que o governo anterior não era legítimo. Assim, o golpe passaria a ser genuíno, enquanto que o governo de Pérez e o sistema de organização do Estado venezuelano, descrito na constituição de 1961, não o eram.

Nesse sentido, reportou-se a alguns pontos do documento, *Las Razones que nos Obligaron a Insurgir*, redigido ainda em 1992 pelos líderes do *Movimiento Bolivariano Revolucionario-200* (MBR-200) que antecipou parte das proposições que Hugo Chávez defendeu no discurso do dia 2 de fevereiro de 1999. Já nas primeiras linhas o legado de Simón Bolívar foi evocado, pois segundo a interpretação dos rebeldes, *El Libertador*, em sua última mensagem, ressaltou que os soldados tinham a missão de levantar suas espadas todas as vezes que fosse necessário defender as garantias sociais. Assim, aqueles militares que se sublevaram tinham como função depor uma tirania que havia se assenhoreado da Venezuela:

Ao insurgir não somente interpretamos a voz do povo da qual fazemos parte e que é o único depositário legítimo da soberania política, senão que como soldados da Pátria obedecemos à ordem imperativa contida no artigo 132 da Constituição Nacional que nos manda ‘[...] assegurar a defesa nacional, a estabilidade das instituições democráticas e o respeito à Constituição e às leis, cujo acatamento estaria sempre acima de qualquer outra obrigação. As Forças Armadas Nacionais estariam sempre a serviço da República e em nenhum caso ao de uma pessoa ou parcialidade política [...]’ Uma normativa cujo objeto é precisamente marcar a senda que deve seguir a instituição armada naquelas circunstâncias excepcionais em que a subversão da ordem constitucional e legal tem lugar desde os poderes do Estado; através de um Executivo tirânico e ilegítimo, um Legislativo sem representação popular e um Poder Judiciário corrupto e corruptor. Isto é, um estado de coisas como o que hoje impera na Venezuela e a destrói e os representantes dos poderes do Estado violam de maneira diária e sistemática a Constituição e as Leis que juraram cumprir e fazer cumprir (CHÁVEZ et al (1992) apud GARRIDO, 2002, p. 128).

O comandante Hugo Chávez e seus companheiros, reiteravam ser função do Estado garantir o bem-estar coletivo e prover as condições necessárias para que os seus habitantes vivessem com dignidade. Sendo assim, é obrigação do governante ser o primeiro servidor do estado e não seu senhor. Enfatizavam, que os partidos políticos deixavam de representar os interesses da sociedade para se garantirem no poder. Os rebeldes afirmavam o desconforto com essa situação:

Cabe então uma pergunta obrigatória. Como pôde degenerar nossa democracia em tirania e com que armas conta um regime repudiado por sua corrupção e privado de toda legitimidade para continuar enganando aos que se debatem no falso dilema democracia ou ditadura? A resposta foi dada pelo mesmo Cabanellas que se apoiando na sabedoria intemporal das Sete Partidas, lamentavelmente, descreve a realidade venezuelana de maneira magistral ‘[...] o tirano, que quer mais seu bem que o bem comum de todos [...] usa de seu poder contra o povo de três modos: 1. Procurando que seja néscio e covarde, para que não se levante contra ele nem se oponha contra sua vontade. 2. Introduzindo desafeto e desconfiança entre uns e outros para que não falem contra ele, temerosos da falta de fé e segredo; 3. Fazendo-os pobres e os metendo em tão grandes buracos que não tem fim; para que atentos sempre a seu mal, nunca pensem outra coisa do seu senhor [...] ’ (CHÁVEZ et al (1992) apud GARRIDO, 2002, p. 132).

Diante desse contexto, os líderes da intentona radicalizaram sua interpretação sobre o cenário nacional e divulgaram a seguinte reflexão:

Como negar que o presidente Carlos Andrés Pérez é o homem que nos dois governos nos empobreceu e endividou fraudulentamente em benefício próprio e de seus cúmplices, que empurrou a grande maioria da Nação à miséria e à mendicância, que ameaça seu próprio povo com invasões estrangeiras, se insistirem em repudiá-lo, que pôs a interdição à independência, à soberania e integridade da Pátria, que impede a liberdade de expressão e perdoa as ameaças de vida contra os dissidentes, permanece indiferente frente à insegurança pública e frente à violação dos direitos humanos a escalas inimagináveis nas prisões e nos centros de detenções do país e incita ou tolera que os aduladores esculpam seus traços faciais e gestos nas estátuas feitas a imagem do Pai da Pátria? Como negar que este preenche todos os extremos que os homens e as leis atribuem ao tirano? Como ignorar a responsabilidade das cúpulas partidárias, econômicas, financeiras e militares na prostração da República e sua condição de beneficiários e co-participes voluntários neste estado de coisas? (CHÁVEZ et al (1992) apud GARRIDO, 2002, p. 136).

Foi contra esse regime político que os rebeldes afirmaram se posicionarem:

E hoje, diante da situação de degeneração política, econômica e, sobretudo, moral que continua convulsionando e desgarrando a sociedade, o Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR – 200) EXIGE a Convocatória de um Referendum Nacional para REVOGAR o mandato do Presidente da República, dos Parlamentares que compõem o Congresso Nacional e dos integrantes da Corte Suprema de Justiça, Conselho da Magistratura, a renovação geral do Poder Judicial, assim como a renúncia do Conselho Supremo Eleitoral, devolvendo desta maneira a soberania a seu próprio elemento: O POVO VENEZUELANO [...].

Este referendo nacional, automaticamente deve considerar a Convocatória de uma Assembléia Nacional Constituinte, na qual se defina, através de nova Carta Magna, o modelo de sociedade para a qual deve se encaminhar a Nação venezuelana e na qual não podem participar nenhum dos responsáveis pela destruição da República (CHÁVEZ, et al (1992) apud GARRIDO, 2002, p. 137).

Por fim, suas últimas linhas traziam de maneira um tanto abstrata a mensagem de que: “A história contemporânea registrará, em tal caso, as causas verdadeiras e os responsáveis por tamanho estremecimento social” (CHÁVEZ et al (1992) apud GARRIDO, 2002, p. 137). O discurso, *Las Razones que nos Obligaron a Insurgir*, possibilitou a interpretação de que o grupo liderado por Hugo Chávez Frías buscou se vincular ao clamor popular – mesmo não havendo participação de civis no levante – almejando o fim da opressão econômica e social. Paralelamente, emergiu um grupo de militares de média e baixa patentes que também sofriam com a estagnação de suas carreiras. Para esses oficiais, já não era mais possível conseguir promoções que lhes permitissem melhores postos e, conseqüentemente, melhores salários. A

leitura que o grupo fez considerava que somente uma mudança radical poderia recolocar a Venezuela no caminho do desenvolvimento e do progresso. Avançando no tempo, foi possível constatar que esse argumento foi recuperado no discurso do dia 2 de fevereiro de 1999. De acordo com Hugo Chávez Frías:

A verdade é essa, a Venezuela está ferida no coração, estamos à beira do túmulo, mas como os povos não podem morrer porque os povos são as expressões de Deus, porque os povos são a voz de Deus, resulta, queridos compatriotas, que felizmente, por cima e mais além de toda esta catástrofe imensa, hoje na Venezuela estamos presenciando, estamos sentindo, estamos vivendo uma verdadeira ressurreição. Sim, na Venezuela se respira ventos de ressurreição, estamos saindo da tumba e eu falo para que unamos o melhor de nossas vontades porque é o momento de sair da tumba, é o momento de nós repetirmos também aquilo de que ‘vacilar é nos perder’<sup>68</sup>, a todos vocês chamo sem exceção, a todos, vamos juntos sair desta fossa, vamos discutir, mas também vamos atuar de maneira mais rápida para poder sair desta (CHÁVEZ, 2005a, p. 12).

No parágrafo ulterior, o então recém empossado mandatário continuou a reforçar o argumento de que só ele seria capaz de catalisar os desejos de mudança e apontar novos rumos para a nação:

Nós temos um projeto, que não é novo, não é original, nosso tampouco. Desde aqueles tempos da prisão de Yare, daquela escola que foi Yare começamos então a tratar de definir algumas linhas de um projeto; mas não um plano de governo. Por Deus! Não, já basta de estar levando tombos, de estar zigzagueando, de dar marcha e contramarchas como um barco sem bússola, sem timão, sem capitão, no qual a tripulação não sabe o que fazer senão sobreviver. Nós, frente a essa realidade tremenda que temos, nós propusemos aos venezuelanos um projeto e demos vários nomes ao longo desses anos, mas já por volta de 1995 nós chamamos de “Agenda Alternativa Bolivariana” e lançamos linhas para a discussão. Logo, em plena campanha eleitoral, insólita, lançamos ao mundo como um projeto de transição; mas no fundo é o mesmo velho sonho bolivariano: um projeto de desenvolvimento integral para a Venezuela (CHÁVEZ, 2005a, p. 12).

Os dois fragmentos vieram de encontro à argumentação que Hugo Chávez desenvolveu no decorrer das primeiras páginas de seu discurso e que foi aqui examinado. O presidente construiu uma linha temporal para a Venezuela na qual, a partir de 1958, o país

---

<sup>68</sup> “*Vacilar es perdernos*” (CHÁVEZ, 2005a, p. 12) corresponde a uma sentença de Simón Bolívar. O mandatário venezuelano recorre a esse recurso de utilizar diretamente orações de *El Libertador* em seus discursos. Mais adiante, problematizarei como essa estratégia cumpre um objetivo simbólico-discursivo.

entrara numa trilha tenebrosa que foi paulatinamente conduzindo-o em direção à sua própria destruição. Todavia, graças à “intervenção divina”, a aniquilação total não ocorreu, ao impedir os políticos venezuelanos de continuarem imprimindo os mais variados flagelos à população, o que conduziu à revoltas como a do *Caracazo* e a intentona militar do dia 4 de fevereiro.

Contrariando todas as expectativas, eis que surge nesse cenário caótico, um líder, que se assume como continuador da tarefa de Bolívar, o grande herói nacional da independência e que traz consigo a fórmula da salvação, um projeto, que é o resgate do velho sonho bolivariano esquecido no século XIX, a Agenda Alternativa Bolivariana. Contemplarei alguns pontos centrais deste documento, no afã de descortinar o pano de fundo do discurso do dia 2 de fevereiro de 1999.

Seu título é impactante e congregou as massas dispersas após o *Caracazo: Agenda Alternativa Bolivariana: Una Propuesta Patriótica para salir del Laberinto* e sua divulgação ocorreu no dia 22 de julho de 1996, ou seja, em pouco menos de 3 anos Chávez seria eleito presidente. Ele apareceu como o único elaborador do mesmo, ou seja, por mais que o tenente-coronel fizesse parte dos quadros do MBR-200, nenhum outro companheiro assinou esse manifesto<sup>69</sup>. Em seu primeiro parágrafo, o tenente-coronel reafirmou sua posição de que a Venezuela enfrentava um profundo desarranjo desde a morte de Simón Bolívar; todavia, agregando um novo elemento à narrativa:

Sem dúvida, estamos frente a uma crise histórica, no centro de cuja irreversível dinâmica ocorre simultaneamente dois processos interdependentes, um é a morte do velho modelo imposto na Venezuela há quase duzentos anos, quando o projeto da Grã Colômbia foi para a tumba com Simón Bolívar, para abrir o caminho a Quarta República, de profundo crivo antipopular e oligárquico. E o outro é o parto do novo, o que ainda não tem nome nem forma definida e que se concebeu com o signo embrionário de Simón Rodríguez: ‘*A América não deve imitar modelos, mas sim ser original. Ou inventamos ou erramos*’ (CHÁVEZ (1996) apud GARRIDO, 2002, p. 197, *grifo do autor*).

---

<sup>69</sup> Há outra versão desse documento no site do Ministério das Comunicações da Venezuela, cujo endereço é: [http://www.minci.gob.ve/doc/folleto\\_agendabolivarina.pdf](http://www.minci.gob.ve/doc/folleto_agendabolivarina.pdf). Entretanto, há uma peculiaridade. O documento foi formatado em duas partes: a primeira é a apresentação, de cunho mais histórico, propondo explicar os fracassos políticos e econômicos do país; o segundo reporta-se às linhas estratégicas que seriam adotadas, caso a presidência fosse conquistada. Justamente nessa parte surgem no documento pelo menos três gráficos que ilustram a nova plataforma econômica, que não constavam do documento compilado por Alberto Garrido (2002). Esquadrinhei possíveis hipóteses para a elaboração desses quadros explicativos, sendo que a mais plausível foi que eles foram acrescentados a *posteriori* para esclarecer o texto; assim, aliava-se imagem com conteúdo, tornando-o mais compreensível.

A passagem anterior trouxe consigo um elemento novo na argumentação chavista, pois, pela primeira vez, o presidente alinhou, em uma única linha temporal, as oligarquias do século XIX e XX, inserindo-as no interior de um mesmo projeto de traição ao ideário de Bolívar<sup>70</sup>. Tal argumento foi aprofundado nas páginas anteriores. Para Chávez, era inegável a predominância de um modelo que, embora tivesse mudado de nome, não havia alterado sua essência, sendo pautado na dominação, exploração e extermínio dos mais pobres na Venezuela. Nesse sentido, novamente, a solução apresentada por Hugo Chávez foi uma ruptura total com os modelos do passado:

Por isso a AAB [*Agenda Alternativa Bolivariana*] começa dizendo que o problema a solucionar não é meramente econômico, nem político, nem social. Abarca-os todos, é verdade. Mas vai mais além de seu conjunto. A forma de enfrentá-lo, então, é através de um poderoso ataque coordenado ao longo de toda a frente. Atacar por partes implicaria a derrota, parte por parte (CHÁVEZ (1996) apud GARRIDO, 2002, p. 199).

O propósito de Chávez fundamentava-se na desconstrução das instituições tradicionais venezuelanas e, para concretizá-lo, buscava a adesão popular, a fim de respaldar seu projeto de refundação<sup>71</sup> da nação supostamente em novas bases:

Assim, a estratégia bolivariana se propõe não somente à reestruturação do Estado, mas sim de todo o sistema político, desde seu fundamento filosófico próprio, até seus componentes e as relações que os regulam. Por esta razão, falamos do processo necessário de reconstituição ou refundação do Poder Nacional em todas suas facetas, baseado na legitimidade e na soberania. O poder constituído não tem a essa altura a mais mínima<sup>72</sup> capacidade para fazê-lo; por isso temos necessariamente que recorrer ao Poder Constituinte,

---

<sup>70</sup> Essa interpretação foi recorrente nos anos de 1999 e 2000 e mais adiante a examinarei, a fim de compreender como, a partir dessa “suposta traição a Bolívar”, Hugo Chávez Frías, numa perspectiva maniqueísta, criou dois grupos antagônicos: os antibolivarianos de origem oligárquica, traidores do projeto de *El Libertador* e os bolivarianos, que outrora teriam sido vítimas dessa traição e no seu governo poderiam retomar o projeto que Simón Bolívar deixou inacabado.

<sup>71</sup> Ênfase o porquê de grafar o termo refundação. Essa escolha é um reflexo da interpretação que fiz da conjuntura política venezuelana após as eleições de 1998. Lancei mão desse recurso, para enfatizar a duplicidade do processo, ou seja, se de um lado houve a tentativa de se elaborar uma série de indícios que forçavam uma interpretação na qual a vitória de Hugo Chávez Frías representaria a retomada do projeto de Simón Bolívar, que ficou inacabado após a sua morte em 1830; do outro lado, o termo fundação apontaria para o ineditismo do mesmo, isto é, para a criação de novas bases que possibilitariam ao Estado atuar em áreas que antes eram negligenciadas.

<sup>72</sup> No original, em espanhol, o termo foi grafado como “*más mínima*” (CHÁVEZ (1996) apud GARRIDO, 2002, p. 200, *grifo do original*). Optei por mantê-lo com esse mesmo sentido, para ressaltar a ênfase que Hugo Chávez colocou ao afirmar que não havia a “mais mínima” possibilidade do regime *Punto Fijista* permanecer no poder.

para ir até a instauração da Quinta República: a República Bolivariana (CHÁVEZ (1996) apud GARRIDO, 2002, p. 200).

Por fim, Chávez sustentou que seu projeto era alternativo, pois se orientava na tentativa de construir uma ponte entre a fatídica realidade venezuelana e uma utopia que se concretizaria sob seus desígnios:

Compreender-se-á que nossa *Agenda é Alternativa* porque apresenta, não somente uma opção oposta a da atual transnacionalizada, senão que vai muito mais além, pois pretende construir-se uma ponte por onde transitaremos até o território da Utopia Concreta, o sonho possível. Isto é, a AAB oferece uma saída e preenche as bases do Projeto de Transição Bolivariano. Aquele que em curto prazo e este em mediano, serão os motores para a decolagem até o Projeto Nacional ‘Simón Bolívar’, cujos objetivos se situam em longo prazo (CHÁVEZ (1996) apud GARRIDO, 2002, p. 200, *grifo do autor*).

No dia 2 de fevereiro de 1999, o então reformado tenente-coronel do exército venezuelano, Hugo Chávez Frías foi empossado como o mais novo presidente da Venezuela. Era a primeira vez, desde 1973, que um candidato fora dos quadros dos dois principais partidos da Venezuela, AD ou COPEI, ganhava as eleições majoritárias. O primeiro discurso de Hugo Chávez como presidente recém eleito sinalizou uma ruptura no projeto político tradicional e, nesse sentido, será o roteiro para perscrutar sua leitura sobre o passado venezuelano e as mudanças por ele apontadas, fundamentado na trajetória do *Libertador* e na envergadura que esse herói das guerras de independência alcançou no imaginário do país:

‘Feliz o cidadão que, sob o escudo das armas de seu comando, convocou a soberania nacional para que exerça sua vontade absoluta’ Por mil povos, por mil caminhos, durante milhares de dias recorrendo o país durante estes últimos quase cinco anos, eu repeti diante de muitíssimos venezuelanos esta frase pronunciada pelo nosso Pai infinito, O Libertador [...] (CHÁVEZ, 2005a, p. 5).

Há de se salientar que a primeira sentença proferida por Chávez como presidente é da autoria de Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palacios e o trecho destacado por aspas foi retirado do *Discurso de Angostura*, documento redigido por *El Libertador* em 1819. Para o presidente venezuelano a utilização dessa frase cumpria um propósito:

Agora, por que essa frase? De onde vem essa frase? Por que Simón Bolívar? Não se trata de uma repetição meramente protocolar e rebuscada de qualquer frase de Bolívar. Recordo que uma vez um soldado de meu pelotão de tanques, já faz vários anos, tinha que começar todos os dias a ordem da companhia, e estava na obrigação de começar a ordem escrita com um pensamento do Libertador para lê-lo no pátio; e tinha um livro para tomar os pensamentos e escolher qualquer um deles. Um dia o livro se perdeu e então o cabo, quando estávamos a ponto de formar a tropa para ler a ordem rigorosamente, inventou um pensamento ‘cuidemos das árvores que são a vida’: Simón Bolívar. Não se trata disso, de rebuscar frases e trazê-las aqui para o Congresso da República para dizê-las diante do país e do mundo (CHÁVEZ, 2005a, p. 5-6).

Ciente das controvérsias que sua opção implicava, o presidente ressaltou uma imagem recorrente sobre o continente, o labirinto, para balizar sua concepção de premente reconstrução da nação sob uma perspectiva renovada, por ele representada:

Não é então mera retórica nossa bolivarianidade. É uma necessidade imperiosa para todos os venezuelanos, para todos os latino-americanos e os caribenhos fundamentalmente, buscar atrás, buscar nas chaves ou nas raízes de nossa própria existência a fórmula para sair desse labirinto, terrível labirinto em que estamos todos, de uma ou de outra maneira. É tratar de nos armarmos de uma visão jânica necessária hoje, aquela visão do deus mitológico Janos, que tinha uma face voltada para o passado e outra face para o futuro. Assim estamos os venezuelanos de hoje, temos que olhar o passado para tratar de desentranhar os mistérios do futuro, de resolver as fórmulas para solucionar o grande drama venezuelano de hoje. E mirando para o passado neste dia crucial para a República, para a nação, para a história venezuelana; neste dia, que não é um dia a mais, nesta transmissão de poder presidencial que não é mais uma transmissão de cargo presidencial. Não, é a primeira transmissão de poder de uma época nova, é o abrir da porta para uma nova existência nacional; tem que ser assim, é obrigatório que seja assim (CHÁVEZ, 2005a, p. 6).

A veemência com que o presidente defendeu a bolivarianidade, reitera que para Chávez ser bolivariano não é somente uma questão de utilizar pomposas citações de *El Libertador* nos discursos, mas um conjunto de princípios que orientam o próprio agir individual e coletivo. Sua afirmação sobre a premência de uma visão jânica reforça a tese de que o caminho para o futuro da Venezuela não se pautava na busca do novo, do inédito, mas na reatualização daquilo que havia se perdido no passado. Contudo, não seria qualquer episódio do passado venezuelano digno de ser revisitado, já que recentemente o país havia se perdido em uma profunda crise. De acordo com o mandatário venezuelano, ele se sobressaiu por antever a crise institucional:

Eu nasci em 1954, na Venezuela; no ano de 1971 era o ex-presidente Rafael Caldera o presidente da República quando ingressei na Academia Militar da Venezuela; quatro anos depois, era o ex-presidente Carlos Andrés Pérez o presidente da Venezuela e de suas mãos, com estas mesmas mãos, eu recebi no dia 5 de julho de 1975 o sabre de subtenente do exército. Já começava algo a cheirar mal na Venezuela, começou a crise ética (CHÁVEZ, 2005a, p. 7).

Buscando referendar seu prognóstico fatalista para revigorar seus encaminhamentos futuros, Chávez reiterou os males que a seu ver emperravam o desenvolvimento equânime de um país no qual abundavam recursos petrolíferos:

Aquela crise moral dos anos 70 foi a grande crise e essa é a mais profunda que, todavia temos, esse é o câncer mais terrível que todavia temos aí presente em todo o corpo da República, essa é a raiz de todas as crises e de toda esta grande catástrofe; enquanto não curarmos esse mal seguiremos nos afundando na catástrofe, ainda que o petróleo chegue de novo a 40 dólares o barril, não queremos que chegue a 40 dólares o barril, mas ainda que chegasse e ainda que chovessem petrodólares e muito dinheiro, também seria um alívio momentâneo e nós seguiríamos afundando um pouco mais além, em um pântano ético e moral (CHÁVEZ, 2005a, p. 8).

O relato adquiriu contornos ainda mais dramáticos quando o presidente, para fortalecer seu papel de redentor, descreveu a situação da Venezuela durante a década de 1980, com o propósito de se consolidar como o salvador da pátria:

[...] não houve capacidade para resolvê-la, [a crise], a mínima capacidade nem a mínima vontade para resolvê-la e seguiu galopando como um pequeno câncer que não é extirpado a tempo e assim chegaram os anos 80 e ocorreu a segunda grande crise; depois de uma série de pequenas perturbações, veio o '*viernes negro*'. Agora carcomeu instituições, carcomeu o modelo econômico e a crise se fez econômica e começamos a ouvir na Venezuela se falar de desvalorização, de inflação, termos que haviam ficado durante muitos anos no recinto dos estudiosos da economia. Mas tampouco se regulou essa crise, nem a moral e nem a econômica e a acumulação destas crises originou uma terceira, espantosa porque era visível, porque as outras, a moral e a econômica são assim como os vulcões que por debaixo vão madurando até que explodem, arrebentam e se fazem visíveis e arrasam comunidades, vidas e cidades (CHÁVEZ, 2005a, p. 8).

Em linhas gerais, promoveu-se essa recuperação dos eventos mais recentes na Venezuela, com o propósito de ilustrar as palavras de Hugo Chávez Frías ao anunciar que o país enfrentava a pior de todas as crises. Nesse contexto, as denúncias do recém-empossado

presidente ganharam contornos ainda mais dramáticos quando este se reportou aos eventos do dia 27 de fevereiro de 1989:

Aqui faz uma década já, dentro de poucos dias vamos recordar com dor aquela explosão do dia 27 de fevereiro de 1989, dia horroroso, semana horrorosa, massacre, fome e miséria e ainda não houve, apesar disso, capacidade nem vontade para tomar as ações mínimas necessárias e regular como podia ter sido feito, a crise moral, a crise econômica e agora a galopante e terrível crise social. E essa somatória de crises gerou outra que era inevitável, senhores do mundo, senhores do continente, a rebelião militar venezuelana de 1992 era inevitável como o é a erupção dos vulcões. (CHÁVEZ, 2005a, p. 8).

Outra passagem marcante do discurso foi proferida em seguida. Nesse caso, o mandatário venezuelano sustentou:

Senhores do mundo, senhores do continente, os militares rebeldes venezuelanos de 92 fizeram uma rebelião que foi legitimada, sem dúvida alguma, não hoje porque agora eu sou Presidente da Venezuela, mas no dia seguinte à rebelião; muito mais que a porcentagem de apoio popular que me trouxe aqui, apoiou aquela rebelião militar. Essa é a verdade. Não queremos mais rebeliões, já disse a meus irmãos de armas. Fui a *Alma Mater* e lhes disse: que nunca ocorra, mas que nunca mais ocorra um 27 de fevereiro; que nunca mais os povos sejam expropriados de seu direito à vida, porque se isso segue acontecendo nada pode garantir que outro dia não possa ocorrer outro acontecimento indesejado, como os acontecimentos de 1989 e 1992<sup>73</sup> (CHÁVEZ, 2005a, p. 9).

Os documentos redigidos por Hugo Chávez, que antecedem o discurso de posse no Palácio Federal Legislativo, elucidam que tal pronunciamento não é simplesmente fruto da circunstância, mas o produto de uma reflexão que vinha sendo encaminhada por ele desde o início da década de 90. Nesse sentido, a defesa veemente de transformações e reformas profundas no texto: *Una Propuesta Patriótica para salir del Laberinto*, de 1996, veio a lume no discurso do dia 2 de fevereiro de 1999:

---

<sup>73</sup> A literatura produzida em torno do dia 27 de fevereiro de 1989, *El Caracazo*, é extensa. No Brasil, autores como Gilberto Maringoni (2004; 2008), Rafael Duarte Villa (2000; 2005) e Luis Fernando Ayerbe (2008) se sobressaíram em suas análises. Não obstante, ainda seria possível arrolar um número indefinido de autores venezuelanos que trabalharam este tema; todavia, me limitarei aos comentários de Margarita López Maya (2011), Ana Teresa Torres (2009) e Rafael Arráiz Lucca (2007), além do mexicano José Honorio Martínez (2008).

Desde hoje começaremos a aplicar as medidas que a nós, como Poder Executivo Nacional, nos corresponde, mas claro que não bastará só isso. Não será suficiente isso, será necessário – insisto – que cada um aqui assuma suas responsabilidades e, especialmente aqueles que têm responsabilidades de conduzir instituições públicas, privadas, religiosas, econômicas, sociais, educativas, etc. Aperfeiçoemos o rumo, vamos dar a nossos filhos e a nossos netos uma pátria que hoje não temos. Nunca me esqueço dos versos de Pedro Mire, esse grande poeta dominicano: ‘Se alguém quer saber qual é a sua pátria, não a busque, terá que brigar e lutar por ela’. Eu chamo todos os venezuelanos à luta para que tenhamos Pátria, para que tenhamos uma Venezuela verdadeira, uma democracia verdadeira (CHÁVEZ, 2005a, p. 13).

Ainda sob essa concepção fortemente baseada na indispensabilidade do herói, no caso Bolívar, prefigurada na figura do líder, representada pelo próprio Chávez, ele asseverava:

No político, nossa proposta e desde hoje nossa ação está orientada à transição transformadora, porque isso também é conveniente dizer, senhores, nós temos que dar um leito a um movimento que corre por toda Venezuela. Essa ressurreição a que me referi, tem uma forte carga moral, social, é um povo que recuperou por sua própria ação, por suas próprias dores, por seus próprios amores, recuperou a consciência de si mesmo e ali, fora do Capitólio, está clamando e por onde quer que nós vamos, isso não tem outro nome que uma revolução. Terminando o século XX e começando o século XXI venezuelano aqui se desatou uma verdadeira revolução senhores e eu tenho a certeza de que nós vamos dar um meio pacífico, que nós vamos dar uma via democrática a essa revolução que anda desatada por todas as partes (CHÁVEZ, 2005a, p. 13).

Se em 1996 as propostas da *Agenda Alternativa Bolivariana* eram encabeçadas por Hugo Chávez e seus companheiros do MBR-200, em 1999, o tenente-coronel ampliou a mesma para um sistema de “responsabilidade compartilhada” com aqueles que o apoiavam, que foram conclamados a serem protagonistas, juntamente com ele. Tal medida, além de aproximar Chávez de sua base de apoio, lhe permitiu fazer com que o seu papel oscilasse entre protagonista e espectador, isto é, de maneira calculada Chávez pôde lançar uma proposta – como veremos adiante, a convocação de um referendo para a elaboração de uma nova Carta Magna – pleiteando que o projeto lhe pertencia, mas ao mesmo tempo, era parte das súplicas populares em toda a Venezuela:

Hoje mesmo, antes de sair do Palácio, no encontro popular em *Los Próceres*<sup>74</sup> firmarei o decreto presidencial chamando ao Referendo o povo

---

<sup>74</sup> Tradicional avenida da cidade de Caracas, que se tornou o reduto preferido para as mais distintas manifestações populares.

venezuelano; de tal maneira, que não é um compromisso simples, é um mandato de um povo. Eu estou aqui para ser instrumento de um coletivo, por isso senhores do Congresso, senhor presidente do Congresso, senhor presidente da Câmara dos Deputados, honoráveis senadores e deputados, eu creio que lhes estou retirando um pouco de trabalho e de angústias e de caminho desagradável. O referendo vai e hoje mesmo terei o gosto de entregar ao senhor presidente do Conselho Eleitoral uma carta solicitando suas ações para preparar o referendo no prazo que a Lei indica, que é entre 60 e 90 dias.

Dentro de algumas horas, meu governo introduzirá aqui no Congresso a solicitação de uma Lei Habilitante, uma Lei Habilitante para enfrentar em curto prazo, porque o povo não pode esperar a Constituinte e essa é uma verdade absoluta, a Constituinte não é uma panacéia, nunca a colocamos assim. Tem um objetivo fundamental que é a transformação das bases do Estado e a criação de uma nova República, a refundação da República, a relegitimação da democracia (CHÁVEZ, 2005a, p. 19, *grifo do autor*).

Desde o discurso de posse, Hugo Chávez ainda não havia explicitado de maneira tão enfática seu objetivo de criar uma nova república para a Venezuela, de refundar o Estado de forma tão radical. Esse trecho está em consonância tanto com a linha de raciocínio que é interna ao discurso, quanto à maneira como o tenente-coronel vinha interpretando a realidade venezuelana.

Igualmente, essa fração da alocução me reportou à tese de José Balza de que na Venezuela há sempre a necessidade de se começar de novo, apesar desta ser uma assertiva que pode ser aplicada à América Latina, em geral. Segundo o ensaísta, a história deste país foi marcada por duas rupturas: a primeira ocorreu com a chegada dos conquistadores espanhóis, que ignoraram os autóctones habitantes da região, desde então colocados à margem de qualquer projeto nacional; a segunda se produziu durante a guerra pela independência, na qual interrompeu-se 300 anos de dominação do império espanhol, para se propor o novo, isto é, mais uma vez se operava uma suspensão do passado.

Impulsionou-nos o desejo de uma permanente substituição e talvez esse incessante frescor tenha sido o tom de nossa personalidade como país. Planos educativos, instituições públicas, idéias para o desenvolvimento de nossos produtos, a utilização do petróleo, etc., conduzem sempre a um ponto onde tais projetos se frustram porque são substituídos por novas planificações que, ao mesmo tempo, desembocam em outras. (BALZA (2008) apud TORRES, 2009, p. 31).

Ainda sob essa concepção, para Ana Teresa Torres o período que se iniciou com Hugo Chávez mantém-se, quase obrigatoriamente, inserido em um exercício de negação do passado.

Porém, tal comportamento não é apanágio de sua administração, isso porque havia uma tradição política consolidada de anular qualquer herança proveitosa vinda do passado. Nesse sentido, inferiu-se então que a história da Venezuela é construída a partir da negação do passado anterior.

Cada novo governante deve romper com seu antecessor para ‘renovar’ a pátria até nas mínimas seqüências da administração pública, o que, de alguma maneira, deixa o cidadão sempre exposto aos novos procedimentos, que, por estarem em processo de ‘reestruturação’, oferecem pouca eficiência e segurança (TORRES, 2009, p. 31).

Ana Teresa Torres reportou-se a Paulette Silva Beauregard ao sustentar que a gesta de independência é um evento distinto de todos os outros que conformam o passado venezuelano, pois foi ancorado neste que se construiu o panteão nacional. À luz desse argumento, Ana Teresa Torres asseverou que os venezuelanos do pós-guerra de independência assistiram não somente à dissolução de um império, mas também à decomposição de uma determinada ordem pré-estabelecida. Se antes o poder era representado por um rei, ungido por Deus, a partir daquele momento, o pacto estaria rompido, abrindo a possibilidade dos próprios próceres se alçarem à categoria de semideuses o que lhes permitia intentar ocupar uma fissura simbólica que se encontrava aberta (TORRES, 2009). Com esse argumento, a autora se aproximou da tese de Ramón Escovar Salom, de que após a independência os países da antiga América Hispânica presenciaram o afloramento de duas tensões centrais, que se referiam ao campo da identidade e da legitimidade:

Deste modo a dissolução da ordem simbólica que legitimava o poder indiscutível do rei-pai, gerou a ficção de que todos os filhos, ou qualquer um deles, ostentavam o mesmo direito para governar e todos, começando por Bolívar, sofreram as consequências de uma ilegitimidade que os faziam derogáveis (TORRES, 2009, p. 32).

Ainda conforme Ana Teresa Torres e respaldando a historiografia sobre as independências, que destacam o questionamento sobre a legitimidade de líderes que se alçavam ao patamar antes ocupado pela autoridade do monarca espanhol:

A sustentação de toda identidade e a legitimidade da nação sobre a Independência e a atribuição de todos os componentes da identidade social na nova República, produziu, por um lado, um vazio, e por outro, um

esquecimento, ou melhor dito, um repúdio de boa parte da gestação nacional da civilidade venezuelana que havia tido lugar durante o período colonial, erigindo-se assim o lema da ruptura radical como guia do futuro do país. Rompeu-se, talvez para sempre, a noção de continuidade e se impôs o destino de criar a partir do nada (TORRES, 2009, p. 33).

A partir das proposições enfocadas, foi possível avaliar que a dimensão adquirida pela gesta da independência ultrapassou os limites de um evento histórico, visto que ela tornou-se o cenário preferido para a elaboração das mais diversas explicações, que buscavam apreender não somente aquilo que ocorreu durante a mesma, mas também prever o que aconteceria no país, tomando o conflito como referencial. Desse modo, a guerra que erigiu a Venezuela como Estado soberano também pôde ser interpretada sob a ótica do mito. Para Ana Teresa Torres, a guerra pela autonomia política também representou uma idade dourada, que flutuava sobre a dicotomia de ser analisada como tendo sido ora finalizada ora inacabada:

Olhando para trás, para a guerra da Independência, daqueles que foram suas vítimas, não podemos saber o que pensaram ou sentiram enquanto a viveram, nem se a vitória foi, como queria Bolívar, seu consolo. Mas para as futuras gerações, o mito da Independência como idade dourada, como momento cúspide da nacionalidade, como glória universal para mostrar ao mundo começou talvez desde o dia de sua declaração. Posto isso, a idéia de um momento irrecuperável e perdido, que não pode ser transcendido, ou seja, deixado atrás no passado, nos conduz a uma encruzilhada melancólica. O objeto perdido não foi suficientemente enterrado, o sujeito (nesse caso, a sociedade venezuelana) não pôde substituí-la a fim de continuar seu caminho em direção a novas construções. Seu destino permaneceu ligado ao objeto desaparecido e a uma compulsão à repetição; deve-se buscá-lo incessantemente. Mas como reencontrá-lo é impossível nada do que apareça será suficiente. Nada será equiparável à idade de ouro perdida. Salvo a utopia de voltar a ela. Essa tragédia cruza a história da Venezuela e marca seu modo de viver o tempo (TORRES, 2009, p. 34).

Ana Teresa empregou uma expressão fascinante, “encruzilhada melancólica”, para explicar o legado da guerra de independência. Se a frase for interpretada a partir de seu sentido semântico poder-se-á ponderar que a autora sustentou que a Venezuela padece de um entrecruzamento temporal nostálgico, o que não permite à nação pensar seu futuro sem rememorar o passado. Nesse sentido e aproximando-me do significado da palavra “saudades” na língua portuguesa, é possível afirmar que para Torres o futuro da Venezuela está atrelado à representação de uma lembrança do passado, que por encontrar-se cada vez mais distante,

obriga os venezuelanos a reanimá-la cada vez com mais intensidade. Apresenta-se aí um intrincado paradoxo, que a própria escritora procurou desvelar:

Em busca permanente do passado, da ressurreição do cadáver da Independência, a Venezuela corre sempre sem uma direção definida, porque tão pronto a encontra, deve mudar de rumo. Freudianamente falando, é um caso de duelo irresoluto [...]. A Venezuela ganhou a causa da emancipação para si e para o resto do continente e, paradoxalmente, ficou acorrentada. Serva de seu próprio destino. Na restituição desse melancólico nascimento como República independente operou-se a criação do mito bolivariano que, por sua significação, merece um tratamento próprio. Mas, adiantemos esta hipótese: a mãe perdida, a pátria em sua grandeza e glória da Independência não será reparada até que um novo herói a restitua em seu esplendor. A Independência é assim percebida desde uma perspectiva melancólica já que tudo o que é grande ocorreu e se perdeu no tempo. Nunca mais nós venezuelanos poderemos demonstrar nosso valor como povo, posto que nossos antepassados já o fizeram. Resta-nos o consolo de recordar sempre e de estabelecer um culto a essa memória, mas nada no futuro pode nos compensar, a não ser que repitamos uma façanha similar e gestemos as condições para reviver a epopéia, de modo que, duzentos anos depois, vivamos a mesma glória. Desse momento perdido surge a primeira grande nostalgia venezuelana: uma idade de ouro na qual a pátria foi plena e sua correspondente utopia: o desejo de restituição. Manter o espírito da Independência. Continuar a luta. Por ela não podemos dizer que a Independência pertence ao passado, já que é, pelo contrário, o constante futuro radicado em um presente perpétuo. Para que efetivamente pertencesse ao passado seria necessário abandonar a busca pelo cadáver, dá-lo por enterrado e recordá-lo sem pretender reencontrá-lo no futuro, mas esse movimento seria fatal para a conservação ativa do mito (TORRES, 2009, p. 34-35).

O primeiro ponto merecedor de nota para a autora retomou o argumento que foi desenvolvido nas páginas antecedentes, isto é, de que há na Venezuela uma tradição de ruptura radical, que faz com que o país esteja sempre convivendo com a enunciação do novo, mas sem abandonar os eventos da gesta emancipatória, fato que consiste no cerne do paradoxo. Ana Teresa Torres atestou que se por um lado o país teve um papel protagônico na libertação de outras ex-colônias espanholas na América do Sul, por outro, tornou-se difícil romper com esse legado, devido à dimensão que o mesmo adquiriu, pois vitimou aquele que seria o mais pródigo de todos os venezuelanos, Simón Bolívar.

Assim sendo, a criação de um culto em sua homenagem, logo se confirmou como um extraordinário elemento no imaginário nacional, que possibilitava ao recém liberto país manter não somente sua coesão interna, mas também reforçar o laço identitário entre aqueles que se reconheciam no interior da nação. Ademais, o ritual de celebração a Bolívar revelou-se

um espaço magnífico, no qual era possível também rememorar os eventos que conduziram à emancipação da Venezuela. O culto exaltava a luta e o sacrifício como os únicos meios possíveis para a conquista da liberdade, que ainda não se configurava em sua plenitude já que destoava dos ideais de Bolívar.

Por fim, a somatória desses elementos corroborou a derradeira sentença de Torres de que o conflito que opôs o império espanhol e a Venezuela aproxima-se mais de um evento mitificado do que histórico, já que o mesmo não se encontra cristalizado no passado, mas pairando sobre o presente. Por conta disso, é perene na história pátria governantes que se apresentam como aqueles que realizarão a segunda independência.

Desse modo, a reflexão que se construiu com o auxílio de Torres pavimentou o caminho para uma melhor compreensão da última parte do discurso de posse de Hugo Rafael Chávez Frías, na qual o mandatário lançou mão de uma exaustiva coletânea de dados econômicos e sociais, com o objetivo de reforçar seu argumento de que a crise na Venezuela era tamanha que somente – e, mais uma vez, novamente – uma interrupção radical poderia salvar o país. Diante disso, o presidente questionou os dados oficiais de desemprego na Venezuela que apontavam para 11 e 12%, pois havia fortes indícios macroeconômicos que apontavam para pelo menos 20% de desemprego. Chávez afirmou que pelo menos 50% dos trabalhadores exerciam um subemprego, fato que comprometia o crescimento do PIB venezuelano (CHÁVEZ, 2005a).

O emprego desses dados estatísticos no discurso corroborou indubitavelmente a tese que venho sustentando de que quanto mais tenebrosa fosse a herança recebida por Hugo Chávez, mais argumentos ele possuiria para propor a refundação da nação. Assim, o último trecho da sua oratória de posse representou o ápice de um pensamento que vinha se desenvolvendo muito antes de sua eleição:

Assim que eu termine essa mensagem de hoje diante do povo venezuelano, diante de vocês, termino por enquanto invocando o mesmo que invoquei no começo, porque quando um fala de unidade latino-americana e caribenha, de relações com o mundo e de projetos sociais, quando um fala de projetos econômicos humanistas, de projetos políticos estáveis, simplesmente estamos aqui nesta Venezuela caribenha, amazônica, andina e universal, estamos retomando o sonho bolivariano, estamos retomando o autêntico bolivarianismo e assim dizia Bolívar ‘para formar um governo estável, é necessário que fundemos o espírito nacional em um todo, a alma nacional em um todo, o espírito e o corpo das leis em um todo’. Unidade, unidade, essa tem que ser nossa divisa. Que Deus nos acompanhe, não somente ao presidente Chávez, senão que Deus acompanhe a todo o povo da Venezuela

nesse momento estelar que estamos vivendo, nesse momento de ressurreição. Um abraço para todos e muito obrigado por sua atenção. Um abraço solidário, um abraço bolivariano. E vamos pelos caminhos, vacilar é perder-nos. (CHÁVEZ, 2005a, p. 31).

Com efeito, essa passagem foi organizada a partir de um inédito recurso lingüístico que até então não havia sido empregado pelo mandatário venezuelano. Foi em torno do léxico “bolivarianismo”, que Chávez estruturou seu projeto para a Venezuela, ou seja, a ressurreição da nação dependia do bolivarianismo; não há uma sem o outro e Chávez indica o caminho para a sua concretização, também sob parâmetros que cabe a ele apontar.

## 2. O PARADOXO VENEZUELANO: O BOLIVARIANISMO COMO CONCEITO BÁSICO PARA A REFUNDAÇÃO DA NAÇÃO

### 2.1. A elaboração da narrativa histórica bolivariana a partir do bolivarianismo como orientação de sentido para a V República

Ainda em consonância com esse horizonte explicativo apresentado por Chávez como a solução para os recorrentes dilemas venezuelanos ou bolivarianos, se revelam perspicazes as considerações de Reinhart Koselleck acerca dos conceitos básicos (*Grundbegriffe*), isso porque, de acordo com o historiador alemão, eles combinam a experiência e a expectativa de tal maneira que se tornam indispensáveis. Por outro lado, a mesma essencialidade desses conceitos fez com que eles fossem altamente disputados o que, por sua vez, contribuiu para separá-los dos “termos puramente técnicos ou profissionais” (KOSELLECK, 2006b, p. 103):

Nenhuma ação política, nenhum comportamento social, pode ocorrer sem um estoque mínimo de conceitos básicos que persistiram durante longos períodos; que subitamente aparecem, desaparecem e reaparecem; ou que foram transformados rápida ou lentamente. Tais conceitos devem, por esta razão, ser interpretados de modo a pôr em ordem os seus múltiplos significados, as suas contradições internas e suas aplicações variáveis nas diferentes camadas sociais (KOSELLECK, 2006b, p. 103).

Ademais, os conceitos básicos são “os pivôs em torno dos quais todos os argumentos giram” (KOSELLECK, 2006b, p. 104). Assim sendo, quando esses vocábulos são encontrados no interior dos discursos, a análise dos mesmos adquire uma importância central:

Por esta razão, não acredito que a história dos conceitos e a história do discurso possam ser vistas como incompatíveis e opostas. Uma depende inescapavelmente da outra. Um discurso requer conceitos básicos para expressar o que está falando. E uma análise dos conceitos demanda o conhecimento tanto dos contextos linguísticos como dos extralinguísticos, incluindo aqueles fornecidos pelos discursos. Só através de tal conhecimento do contexto pode o analista determinar quais são os múltiplos significados de um conceito, seu conteúdo, importância e a extensão em que é disputado (KOSELLECK, 2006b, p. 104).

Objetivando ilustrar essa conexão entre a história dos conceitos e a história dos discursos, além de exemplificar com mais propriedade a formação de um conceito básico,

amparei-me na leitura de um segundo texto de Koselleck (1992), no qual o autor – partindo de uma experiência subjetiva – acompanhou o processo de teorização do termo *Bund* (liga política, federação). Sua investigação iniciou-se com a ressalva de que enquanto na língua latina há uma forma substantivada para designá-lo, no idioma alemão o mesmo só poderia ocorrer a partir de expressões verbais<sup>75</sup>:

Para o autor, a terminologia “cidade da Liga” (KOSELLECK, 1992, p. 136), demarca o indício de que o termo *Bund* havia sido dotado de um sentido abstrato e teórico, “tornando-se um conceito generalizante para além das uniões e associações particulares ensejadas por cada cidade isoladamente. Constitui-se uma nova totalidade da qual cada cidade participa” (KOSELLECK, 1992, p. 136). Foi a partir do estudo minucioso desse conceito que se constatou uma alteração na maneira como essas cidades relacionavam-se entre si, a fim de estabelecerem uma união<sup>76</sup>.

O exame crítico feito sobre o conceito *Bund*, por Reinhart Koselleck, referenciou a existência de um profícuo caminho para a compreensão do passado, isso porque é inerente aos conceitos possuírem duas características: uma primeira de fato (*faktor*) e outra de indicador (*indikator*), ou seja: “Todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico, ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua” (KOSELLECK, 1992, p. 136). Nesse sentido, o historiador alemão foi categórico ao afirmar que após a consolidação linguística do mesmo foi possível analisar a formação de um corpo político com o estabelecimento de prerrogativas jurídicas, além da instalação de padrões econômicos comuns para os seus membros. Em outras palavras, Koselleck reconhecia a possibilidade de

---

<sup>75</sup>“Nas fontes documentais de língua alemã dos séculos XIII-XIV, sempre que era necessário descrever uma experiência histórica concreta de associação política ou econômica, recorria-se a formas verbais: ‘formar uma Liga’. Quando, por exemplo, os cantões suíços resolvem se unir inexistia uma expressão substantivada e ao mesmo tempo abstrata para descrever e designar esse ato concreto de realização de uma união [...]. Inexistia também em termos de experiência histórica qualquer instituição capaz de ser pensada como referente” (KOSELLECK, 1992, p. 135). Foi necessário esperar o advento de duas gerações até que surgisse, na Suíça, a Liga Suábia (*der Schwäbische Bund*), cujo nome, segundo Koselleck (1992, p. 135) era a expressão de uma “autodenominação dos suíços de ‘*Confederatio*’”, isto é, “passa a existir um referencial histórico, um modelo de uniões possíveis. Após a experimentação por duas gerações sucessivas de renovação de acordos verbais em torno de pontos específicos, podia-se, numa visão retrospectiva, constatar que se havia estabelecido uma Liga, uma união [...]. Pôde-se pensar não apenas numa Liga de cidades que, isoladamente entre si, estabeleceriam uniões ou alianças, mas também na expressão ‘cidade da Liga’ (*Städte des Bundes*)” (KOSELLECK, 1992, p. 135 – 136, *grifo do autor*).

<sup>76</sup>“Não se trata de uma Liga de cidades, mas de cidades de uma Liga, a qual se torna uma entidade capaz de ação histórica. A Liga Suábia era uma nova entidade política no cenário europeu, somente viabilizado a partir desse procedimento de abstração e agregação, e chegou a constituir-se na maior potência militar européia da época” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

se compreender uma realidade concreta a partir de um fato linguístico. Contudo, tal avaliação o conduziu a fazer um importante alerta:

[...] considero teoricamente errônea toda postura que reduz a história a um fenômeno de linguagem, como se a língua viesse a se constituir na última instância da experiência histórica. Se assumíssemos semelhante postura, teríamos que admitir que o trabalho do historiador localiza-se no puro campo da hermenêutica (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Essa ressalva feita pelo historiador veio de encontro aos princípios investigativos que orientam a execução desse trabalho. Em vista disso, seria inapropriado apresentar um estudo sobre o conceito de “bolivarianismo” que desconsiderasse a carga simbólica do mesmo. Se Simón Bolívar representa para os venezuelanos uma figura que extrapola os limites da compreensão historiográfica, incorporando atributos pertencentes aos mitos<sup>77</sup> as distintas interpretações construídas sobre seu legado também não fugiram a essa regra.

Quando Hugo Chávez (2005a, p. 31), em seu primeiro pronunciamento atestou que estava “retomando o autêntico bolivarianismo”, por um lado, ele almejou com isso afirmar sua especificidade sobre outros líderes políticos que também haviam se rotulado bolivarianos, assim como orientados por um bolivarianismo; paralelamente, operou-se uma deslegitimação, pois se o seu é o fidedigno, isso implica afirmar que todos os outros que o precederam não o eram. Ainda houve por parte do presidente a conexão desse conceito com a nação, fazendo do primeiro imprescindível para o segundo. Sobre esse tema, o historiador venezuelano Luis Castro Leiva reiterou:

A história da Venezuela foi escrita como uma história ‘patriótica’. Essa história esteve marcada de maneira singular pela hagiografia de Simón Bolívar. Bolívar como pai da pátria é, ao mesmo tempo, o símbolo da pátria mesma. Ser bolivariano equivale, sem mais, a ser patriota (LEIVA, 1991, p. 117).

---

<sup>77</sup> Dificilmente encontrar-se-á uma síntese tão bem acabada sobre o “dilema de Bolívar” na Venezuela como a que Aníbal Romero fez no primeiro parágrafo de seu artigo, *Bolívar como Heroe Tragico*. Conforme o autor: “Escrever sobre Bolívar na Venezuela é uma tarefa árdua e arriscada. Primeiro, devido aos obstáculos que se interpõem no caminho de separar a figura histórica do personagem de sua mitologização puramente epopéica, quase sempre simplista e por vezes distorcida, forjada através de décadas por dezenas de apologistas e um sistemático culto oficial. Segundo, em razão do papel que essa imagem mitologizada cumpre na sociedade venezuelana como fator de coesão e orgulho nacional. Essa última realidade não somente dificulta com frequência a avaliação desapassionada do homem e sua obra, senão que efetivamente ameaça veladamente a perspectiva crítica com uma potencial sanção social” (ROMERO, A. 2001, p. 1).

Segundo Castro Leiva, há quatro pilares que ilustram a maneira como os venezuelanos se relacionam com Simón Bolívar:

(i) Amar a pátria é amar a Bolívar. (ii) Bolívar fez a Venezuela; quem faz a pátria revive a Bolívar. (iii) A pátria é um afazer permanente; esse afazer permanente consiste em fazer real e vigente o pensamento de Bolívar. (iv) A liberdade foi o sonho de Bolívar. Ela é o nosso imperativo [...].

Bolívar e Venezuela, Bolívar e a pátria são, pois, intercambiáveis. Essa permutação entre um e outro extremo, entre um país (como República, como nação, como pátria), Venezuela, e um homem (como gênio e como gênio apoteótico, como mártir, como Libertador), Simón Bolívar, sugere uma diversidade de perspectivas de análises orientadas, em princípio, para a explicação e compreensão de nossa cultura política, de nosso pensamento (LEIVA, 1991, p. 118).

Com efeito, Luis Castro Leiva também compreendeu que era imprescindível analisar essa relação pela perspectiva do mito. Segundo ele: “a pátria (mãe) Venezuela tem seu pai (Libertador), que morre sacrificado (mártir) pelo desprezo ou ingratidão de seus filhos” (LEIVA, 1991, p. 118). Essa questão adquiriu entre os venezuelanos um significado universal. Desse modo, Bolívar, enquanto indivíduo desapareceu cedendo lugar ao herói, ou seja, um arquétipo a ser seguido. Além disso, se esse modelo possui um sentido que é aplicável a tudo, poder-se-ia refletir sobre ele enquanto uma necessidade histórica e assim também acerca da existência de uma liturgia política sobre o mesmo, desvelando esse cenário, Luis Castro Leiva erigiu sua tese afirmando que o culto a Bolívar é o mais significativo dos elementos simbólicos que existem nacionalmente:

A espontaneidade do uso folclórico faz do mito uma moral social, civil e a deliberada consciência coercitiva da lei assinala o grau de abstração e de integração obrigatória que alcançou o mito dentro da consciência moral e política do Estado, através de seu conteúdo individual. Esse último resultado, relativamente recente, converteu o Estado no principal mantenedor do mito [...]

Com efeito, desde um ponto de vista filosófico político a vida ‘exemplar’ de Simón Bolívar se elevou por força das circunstâncias políticas nacionais à categoria de filosofia da história política da Venezuela. Ao redor do processo histórico de ‘projeção’ nacional dos venezuelanos, se gerou em sua consciência, em nossa consciência cultural e especialmente política, uma filosofia da história que traça idealmente, em e através da vida e morte do Libertador, o ‘ideário’ de sua teleologia fundamental: nascimento, morte e ressurreição da liberdade, de um conceito de liberdade inequivocadamente ilustrado (LEIVA, 1991, p. 118-119).

De acordo com Castro Leiva, a maneira como esse prócer conduziu sua vida, se oferecendo por uma causa maior, a luta pela independência, marcou para sempre o sentido da história na Venezuela. Para Leiva, a partir do momento em que se interpretou a existência e obra de Simón Bolívar sob os auspícios preceitos de uma doutrina que auxiliava o agir no tempo, seu pensamento, destarte, passaria a ser eterno:

Considerada dessa maneira, a filosofia da história política que emana da biografia de Simón Bolívar, para limitar-nos ao que nos concerne, alcançou de forma popular, cívica e oficial, a categoria de uma escatologia ambígua. A história política venezuelana, como ‘perfectível’ afazer bolivariano, transforma seu patriotismo em uma tensão religiosa ambivalente: é ao mesmo tempo sagrada e profana, secular e cívica.

[...] se é impercível implica várias coisas mais, v.g, (i) que nunca terá fim; (ii) que, em rigor, não é de Bolívar, nem de um homem, senão da razão, isso é, que ‘parecesse ser um direito natural’ que aclamam e simbolizam o nome, a efígie e os títulos do Libertador, mas, sobretudo, suas idéias, (iii) que não está nem estará nunca plenamente a nosso alcance, pois somos indivíduos perecíveis, corruptíveis (LEIVA, 1991, p.119- 120).

A argúcia dessa afirmação me possibilitou relacioná-la com a conclusão elaborada por Valeria Bosoer e Cecilia Cortés (2001), que após examinarem o teor dos dois primeiros discursos de Hugo Chávez Frías como presidente da República da Venezuela<sup>78</sup>, reiteraram:

A constante referência a Simón Bolívar por parte de Chávez e o início de reformas institucionais são alguns dos elementos que indicariam a *fundação* de uma nova forma de política ativada pela liderança chavista. O termo *fundação* intenta dar conta da *dupla dimensão da liderança: por um lado, a formulação de um conjunto doutrinário extraído da história política e da herança cultural da Venezuela (encarnada na figura do libertador Simón Bolívar); e por outro lado, o início de um processo de reformas político-institucionais, que inauguram um novo regime democrático: ‘A República bolivariana de Venezuela’* (BOSOER; CORTES, 2001, p. 27, grifo dos autores).

Segundo as autoras, essa exaustiva referência a Bolívar foi de encontro ao escopo de situá-lo na linha mestra do programa político de Hugo Chávez. Assim, o mandatário passou a selecionar determinados atributos do prócer: “militar, libertador e fundador da pátria venezuelana” (BOSOER; CORTES, 2001, p. 27), para aproximá-lo de suas virtudes, ou seja,

---

<sup>78</sup> Por ter um conteúdo bem próximo ao que foi apresentado pelo neófito mandatário no Palácio Federal Legislativo – não seria arriscado afirmar que o discurso subsequente realizado no *Paseo Los Próceres* foi um resumo do mesmo – esse segundo pronunciamento, proferido na presença de um público que em sua grande maioria era formado por pessoas que o apoiaram durante a campanha, não foi analisado.

“são símbolos que permitem traçar pontos de contato entre o atual presidente e Bolívar” (BOSOER; CORTES, 2001 p. 27). Deste modo, as autoras ratificaram que “Hugo Chávez retoma da história e da tradição política da Venezuela uma figura que simboliza um conjunto de idéias por meio das quais pretende dotar de um ‘novo sentido’ a democracia venezuelana” (BOSOER; CORTES, 2001, p. 27).

Entre as considerações destacadas até o momento e que serviram de contraponto à análise do primeiro discurso de Chávez enquanto presidente da República da Venezuela sinalizou-se a proposta de refundação da nação, que como mencionado anteriormente, pressupunha a redação de uma nova constituição para a nação, a partir de então denominada bolivariana. Assim, no dia 25 de abril de 1999, através de um referendo, a população foi convocada a responder duas perguntas<sup>79</sup>, sendo a primeira a mais relevante, cujo conteúdo era direto e foi redigido com o seguinte teor: “Você convoca uma Assembléia Nacional Constituinte com o propósito de transformar o Estado e criar um novo ordenamento jurídico que permita o funcionamento de uma democracia social e participativa?” (LUCCA, 2007, p. 206).

Um dia antes da votação, no dia 24 de abril, em um pronunciamento feito no Palácio de Miraflores, Hugo Chávez interpretou o texto da primeira pergunta do referendo com alguns nuances: “Você convoca – é a pergunta para vocês, compatriotas – uma Assembléia Constituinte para transformar o Estado, para reordenar o sistema político venezuelano, para fazer as transformações a fundo?” (CHÁVEZ, 2005a, p. 105).

A pergunta está cercada por aspas, indicando que esse conteúdo foi extraído de outro documento e assinala uma diferença em relação à anterior. Todavia, seria temerário ajuizar esta passagem como sendo profética e fazer da mesma uma “pedra-angular” para justificar que desde os primeiros meses de seu mandato, Chávez já transparecia um comprometimento com as suas propostas de transformações profundas, mesmo porque as dimensões dessas transformações ainda não foram problematizadas. A mudança na parte final da pergunta feita por Hugo Chávez mantinha laços estreitos com o trecho subsequente, no qual o mandatário asseverou:

---

<sup>79</sup> Nenhum dos autores consultados, Rafael Arráiz Lucca (2007), Rafael Duarte Villa (2000; 2005), Richard Gott (2004), Edgardo Lander (2005), Margarita López Maya (2008) e Gilberto Maringoni (2004; 2008) trouxeram o conteúdo da segunda pergunta, assim como também não informaram o dado estatístico daqueles que votaram contra a proposta.

Recordemos que a Assembléia Constituinte é uma necessidade histórica, é vital para o país, porque, precisamente, o sistema político venezuelano desses últimos 40 anos perdeu a essência democrática, perdeu legitimidade e já não tem capacidade para conduzir a nação até seus altíssimos objetivos, para buscar a justiça social, a igualdade, o desenvolvimento econômico, para garantir a educação, a saúde, a moradia, o trabalho e a previdência social a todos os venezuelanos (CHÁVEZ, 2005a, p. 105).

Nesse cenário, no qual o líder anunciava ser uma necessidade imperiosa a reabilitação dos mais diversos setores e atividades que conformavam a nação, um dia antes da votação do *Referendum Consultivo* o presidente afirmou ser fundamental que se produzisse “uma transformação radical, integral, profunda do Estado e do sistema político venezuelano e, na Venezuela, estamos dando exemplo para o mundo inteiro” (CHÁVEZ, 2005a, p. 105).

Conforme assinalou Rafael Arráiz Lucca (2007), do eleitorado, 62,35% optaram pela abstenção, enquanto apenas 37,65% se dispuseram a respondê-lo e, desses, a maioria, 87,75%, votou a favor da proposta. Não obstante, de acordo com os dados apurados pelo *Consejo Nacional Electoral* (CNE), 7,26% daqueles que responderam votaram “não” como resposta à primeira pergunta<sup>80</sup>.

Após a validação da consulta, iniciou-se na Venezuela uma acirradíssima campanha eleitoral, que opôs de um lado o *Polo Patriótico*, coligação formada pelos partidos *Movimiento al Socialismo (MAS)*, *Movimiento V República (MVR)* e *Patria Para Todos (PPT)*, articulados desde o início de 1998 aos mais diversos partidos de oposição. As eleições para o cargo de constituinte ocorreram no dia 25 de julho de 1999, com voto nominal. Quando o resultado final foi divulgado muitos se espantaram com a proporção da vitória dos partidários do *Polo*. Seus representantes haviam conquistado 125 das 131 cadeiras disponíveis para a Assembléia restando para a oposição apenas 6 assentos. Essa divisão tomou como base uma proporção na qual os candidatos vinculados a Chávez, que receberam 60% dos votos, passaram a equivaler a 95% dos lugares disponíveis, somando 125 representantes enquanto que os votos direcionados aos opositores, correspondentes a 40% do total, foram proporcionais a 5% da bancada, representando apenas seis participantes. Nesse quadro, Rafael Arráiz Lucca foi, talvez, o único a ressaltar que o resultado não condizia com a proporcionalidade dos votos, afirmando que “Evidentemente, a representação não refletiu a vontade nacional em sua exata dimensão” (LUCCA, 2007, p. 206).

---

<sup>80</sup> As informações completas podem ser acessadas no seguinte endereço eletrônico <<http://www.cne.gov.ve/web/documentos/estadisticas/e013.pdf>>

Richard Gott (2004, p. 2002) pontuou que o resultado era: “um êxito para aqueles que desfrutavam do apoio de Chávez” e Rafael Duarte Villa (2005, p. 7) alegou que “as forças chavistas obtiveram esmagadora maioria na ANC [Assembléia Nacional Constituinte]”; por sua vez, Luis Fernando Ayerbe (2008, p. 274) ressaltou que “Logo no início do primeiro mandato, convoca-se uma Assembléia Constituinte, para a qual são eleitos representantes em sua maioria vinculados ao governo”.

Assim que os primeiros dados foram divulgados pelo CNE, ainda na noite do dia 25 de julho, o mandatário se deslocou para o Balcão do Povo do Palácio de Miraflores com o propósito de comentá-los. Sua euforia era tamanha que ele chegou a comparar o resultado com um tipo de jogada do beisebol. Em suas palavras os “candidatos de circunscrição nacional: Vocês sabem que foram eleitos 24. O Pólo Patriótico inscreveu vinte candidatos. Nós tínhamos vinte candidatos e todos foram eleitos a Constituinte. *Home Run* com as bases cheias” (CHÁVEZ, 2005a, p. 263, *grifo do autor*).

Em uma tradução livre para o português, o termo seria equivalente a “corrida para casa”<sup>81</sup>. Efetivamente, a metáfora do beisebol foi utilizada para enaltecer os resultados favoráveis do plebiscito. Mais adiante, o presidente comentou outro boletim do CNE, que ratificava a proporção de 20 candidatos eleitos de sua coligação em relação aos 24 possíveis:

Do Pólo Patriótico, segundo esta última informação, 103 candidatos regionais, totalizando 123 candidatos patriotas a nível nacional. Somente cinco, segundo estes dados, repito, que serão confirmados definitivamente pelo CNE, mas estas cifras que chegaram de lá, segundo estes dados, apenas cinco candidatos que não pertencem ao Pólo Patriótico ingressarão na Assembléia Nacional Constituinte. Isto dá um total de 96%; é a vitória (CHÁVEZ, 2005a, p. 264).

Hugo Chávez interpretou que o triunfo no referendo sinalizava que a sociedade venezuelana estava disposta a acatar suas propostas de transformação do Estado, o que, segundo ele, possibilitaria a refundação da nação. Nesse sentido, a eleição da maioria dos representantes da Assembléia Constituinte denotaria o interesse no surgimento de novas bases para a Venezuela:

---

<sup>81</sup> Para os praticantes do beisebol, principal esporte venezuelano, um *Home Run* acontece quando um rebatedor acerta a bola de maneira a fazer com ela saia do estádio; assim o jogador, após percorrer as três bases e retornar para a base, contabilizaria um ponto. Nesse caso específico, a pontuação acontece com “as bases cheias”, ou seja, ao invés de apenas um ponto, foram marcados quatro pontos

Vamos demonstrar como se irá reconstruir a República. A República que se aproxima, a V República que hoje deu um impulso a mais, porque ela ainda não nasceu. A V República nascerá no dia que aprovarmos a nova Constituição Nacional. A moribunda [referência à IV República], hoje, está mais agonizante que nunca e o nascimento da Pátria nova, o nascimento da República nova, o nascimento da Venezuela nova já está quase pronto. Há um parto anunciado, se escutam já os primeiros cantos da Venezuela que se aproxima, se levanta já a Pátria Bolivariana que nós reconstruiremos com nosso amor e com nossa coragem (CHÁVEZ, 2005a, p. 266).

Logo depois, o mandatário analisou aspectos dessa nova instituição, dando vulto às matérias que a mesma poderia deliberar. Assim, segundo ele, “se a Assembléia decide que o Congresso deve terminar suas funções, logo o Congresso deve terminar suas funções” (CHÁVEZ, 2005a, p. 267). Porém, após essa afirmação, ele reiterou:

De todo modo, não vamos ver na Venezuela, certamente, uma concentração de poderes na Assembléia Constituinte, não. Visto que não é a Assembléia que irá assumir todos os poderes. Ela o que pode fazer é promover mudanças e reestruturações nos poderes que existem até que venha a nova Constituição e se aprove em Referendo Popular os novos mecanismos para eleger, isso sim, um Congresso que seja verdadeiramente soberano, representativo do povo (CHÁVEZ, 2005a, p. 267).

Valendo-se do fato de que seria através da *Asamblea Nacional Constituyente* (ANC) que se redigiria uma nova *Magna Carta* para a sociedade venezuelana, Chávez organizou sua própria comissão – *Consejo Presidencial Constitucional* – no afã de direcionar o debate que seria travado no interior da mesma. A primeira sugestão que o presidente fez à nova casa foi que se alterasse o nome do país:

A primeira coisa que vou pedir para a Assembléia Constituinte é que no início da nova Constituição, no seu capítulo um, quando se fale da República, da Nação e do Estado, a Assembléia Constituinte declare a Venezuela uma República Bolivariana, irrevogavelmente livre e independente, soberana como tem que ser a República Bolivariana que está nascendo (CHÁVEZ, 2005a, p. 268).

Além disso, Hugo Chávez, a partir de sua comissão, aventou a possibilidade de se alterar o número de poderes de três para cinco. Seguindo o seu raciocínio, o quarto poder denominado *Poder Moral*, seria oriundo da interpretação de Simón Bolívar no *Discurso de Angostura*, de 1819. Esse novo órgão teria como incumbência o combate à corrupção. O quinto, *Poder Electoral*, por sua vez, seria responsável por organizar e fiscalizar as eleições e

plebiscitos, a fim de coibir as fraudes, que haviam dominado o cenário nacional nos últimos quarenta anos (CHÁVEZ, 2005a). Após ostentar minuciosamente tais prerrogativas, o presidente declarou:

Estas propostas não são minhas, mas de Simón Bolívar. Já Simón Bolívar havia feito estas propostas na Constituição de 1819 em Angostura e na Constituição de 1826 da Bolívia. De lá trouxemos a idéia porque nós não somos bolivarianos da boca pra fora; não, nós somos bolivarianos até a medula de nossos ossos e Bolívar caminha de novo conosco, conduzindo sua revolução pacífica, democrática, formosa e popular. (CHÁVEZ, 2005a, p. 269).

Sob essa concepção, quem teria elaborado as propostas que contemplavam a criação de mais dois poderes públicos na Venezuela, integrando parte de um documento que seria apresentado na Assembléia Nacional: Simón Bolívar, Hugo Chávez ou Hugo Simón Chávez Bolívar? De imediato, descarta-se a possibilidade de ter sido *El Libertador* pelo fato do mesmo estar morto desde 1830. Contudo, a segunda e a terceira opção sugerem cuidadosa análise comparativa, a fim de se obter uma resposta a essa aporia.

Se aceitasse como resposta que o autor das medidas foi Hugo Chávez, a presença de Simón Bolívar restringir-se-ia, nesse caso, ao nível da influência, isto é, ele passaria a ser mais uma leitura entre tantas outras que orientaram o agir do atual líder venezuelano. Porém, por mais elucidativa que seja essa opção, ela põe em xeque a afirmação do discurso de que todas aquelas propostas eram oriundas de Bolívar, criando uma desarmonia entre as partes. Se a empresa é de autoria do presidente, porque então ele afirmou que sua origem estava em Bolívar? Foi justamente nesse espaço que se inseriu a terceira escolha.

Cunhar o nome Hugo Simón Chávez Bolívar significa compreendê-lo como um estímulo, pois só se afronta algo quando se espera de volta uma réplica. Portanto, pregoarei que esse híbrido está diretamente associado à interpretação que fiz nesse discurso – e mais especificamente nesse fragmento – do processo de conexão que foi levado a cabo pelo presidente com Simón Bolívar, façanha que desvelou a estratégia de Chávez de criar um jogo de espelhos entre ele e *El Libertador*.

A fim de esmiuçar essa afirmação recorri a uma imagem do chargista venezuelano, Pedro León Zapata que retratou o uniforme de um prócer oitocentista – que pode ser interpretada como a vestimenta usada por Simón Bolívar – que com as mãos sobrepostas empunhava sua espada:



Fonte: ZAPATA (s/d) apud GALL, 2006b, p. 19

Uma observação pormenorizada da imagem acima desvela ao menos dois elementos instigantes que se sobrelevaram. Em primeiro lugar o fato de sua bota se assemelhar aos coturnos militares típicos do século XX, que remete à tradição autoritária venezuelana, e em segundo, a falta de uma cabeça para a figura, que, por seu turno, sinaliza uma ausência de sentido em se trajar de modo análogo às indumentárias oitocentistas. A partir desses elementos poder-se-ia afirmar que os líderes nacionais que tentam vestir-se com esta farda específica conseguem preencher o vazio que acompanha o protótipo? Ou, no máximo, eles criariam uma alegoria daquilo que representa o maior herói do panteão nacional? A dubiedade das respostas que surgiram desses questionamentos reforça a maneira como os mandatários venezuelanos pretendem se mesclar com o prócer e conscientemente promovem uma superposição entre as imagens. A ausência de materialidade, isto é, da cabeça indica a estratégia de vários dirigentes venezuelanos que se arrogavam continuadores da trajetória bolivariana, “vestindo” seu uniforme de campanha em novas batalhas em prol da pátria, tal como haviam idealizado.

Foi no interior desse jogo mimético, no qual Hugo Chávez intentou perfazer-se em Bolívar, sempre que necessário, todavia, sem abrir mão de sua própria história, que se defendeu a existência de um híbrido entre ele e *El Libertador*. Caberia a esse indivíduo, cuja identidade é a amálgama de ambos, posicionar-se diante da sociedade nos momentos mais conturbados. Assim, ao mesmo tempo em que Hugo Chávez acercava-se do prócer, ele paralelamente protegia sua imagem de um possível desgaste se o seu plano não ressoasse na sociedade, contudo, se o projeto fosse bem recebido ele poderia reivindicar sua autoria intelectual, ou seja, de qualquer forma esse mutualismo beneficiava aquele que o controlava.

Com efeito, Irma Chumaceiro Arreaza também asseverou que o atual líder se vinculou ao prócer mor venezuelano do oitocentos a fim de impetrar as suas propostas no duradouro legado deixado por este herói da independência. Conforme observou a autora, “as idéias de Simón Bolívar e o culto histórico à sua figura sempre estiveram presentes no discurso político da Venezuela republicana” (ARREAZA, 2003, p. 23). Ainda segundo ela, Hugo Chávez sabia que esse fenômeno possuía dimensões que não lhe possibilitaria ser ignorado; desse modo, o mandatário apropriou-se do mesmo e o converteu em um veículo no qual sua política de polarização – com a criação de dois grupos, um composto por aqueles que são simpáticos ao governo e outro formado por seus opositores – ganhou contornos ainda mais nítidos:

O culto a Bolívar nesse caso particular, as permanentes referências ao Libertador nos textos públicos do Presidente da República colocam em evidência um manuseio interessado da linguagem, dirigido a manter a credibilidade e o respaldo popular ao seu ‘projeto’ político, abertamente associado com o ‘ideário bolivariano’. Hugo Chávez apela ostensivamente ao caráter de supra-símbolo nacional que possui a figura de Bolívar e a sua estreita e sensível vinculação com a identidade dos venezuelanos. De tal modo que, ao relacionar diretamente sua própria liderança com a do Libertador e seu projeto político com a Revolução da Independência, implicitamente, está convertendo seus adversários políticos em detratores dos mais altos valores e símbolos nacionais (ARREAZA, 2003, p. 26).

Irma Chumaceiro elencou uma série de recursos discursivos – quatro no total – empregados por Chávez a fim de validar sua imagem e de seus seguidores como herdeiros que se posicionam como mantenedores do culto. Destarte, sublinharei uma das estratégias do presidente que, sob a ótica da autora, foi chamada de “hibridização temporal e dos atores políticos” (ARREAZA, 2003, p. 30). Amparando-se em Fairclough, salientou:

O recurso da ‘hibridização’ consiste na mescla intencional de traços de diferentes gêneros discursivos, de personagens e de feitos separados pelo tempo. Por exemplo, os atores políticos de hoje se apresentam como os mesmos do período da independência; igualmente, as idéias revolucionárias do Libertador se mostraram como imperecedouras, e, inclusive, se enfoca metaforicamente o regresso do herói para enfrentar e derrotar a atual oligarquia que ‘reage como as serpentes’ e é inimiga do processo chavista (ARREAZA, 2003, p. 31).

Nesse contexto, a autora localizou possíveis léxicos e assertivas que lhe possibilitassem compreender como Chávez vinha tirando proveito de Bolívar no escopo de se legitimar perante a sociedade. A autora identificou num discurso realizado no dia 10 de janeiro de 2002, uma passagem na qual o presidente venezuelano reverberou:

[...] o caraquenho imortal, o bolivariano, o revolucionário, o líder de todos os tempos, *o comandante eterno desta revolução não é outro senão Simón Bolívar*, o maior homem que gestou este Continente. Viva Bolívar! *Bolívar voltou e está feito povo*. Isso é verdade e por isso é que a *oligarquia reage como as serpentes, porque os oligarcas de hoje são os mesmos de ontem* com outros rostos e outros nomes e *os bolivarianos de hoje são os mesmos de ontem* com outros rostos e com outros nomes, *mas somos os mesmos lutadores pela independência, pela dignidade, pela liberdade e pela igualdade para o nosso povo* (CHÁVEZ (2002) apud ARREAZA, 2003 p. 31-32, *grifo do autor*).

Esse exemplo assemelha-se ao trecho que selecionei anteriormente, no qual Hugo Chávez Frías também delegava a *El Libertador* o comando das ações que ele (Chávez) empreendia no presente. Ademais, foi justamente daí que surgiu a necessidade de se questionar quem, afinal, seria o responsável pelas ações que estavam sendo encaminhadas. De imediato, afastou-se a possibilidade de ser Simón Bolívar, restando as duas outras opções: o atual mandatário ou um híbrido criado pelo líder com a pretensão de fundir a imagem de ambos. Após a observação de outro fragmento de um segundo discurso,<sup>82</sup> Irma Chumaceiro concluiu que “Dos exemplos anteriores poder-se-ia inferir, a modo de implicação, que Bolívar regressou na pessoa de Chávez, através de sua ação política, ou, inclusive, em uma leitura mais audaz, na qual Chávez é a encarnação do Libertador” (ARREAZA, 2003, p. 33).

---

<sup>82</sup> Eximir-se-á de apresentar o segundo fragmento analisado pela autora, pois acredito que este manteve as mesmas características dos outros dois exemplos já citados.

Importante destacar essa segunda parte, pois nela a analista aventou a hipótese de que seria possível estabelecer uma trama que atestasse a reencarnação de Bolívar em Hugo Chávez, sendo este excerto fundamental para a solução da aporia que indiquei.

O advento dessa operação simbólica de “encarnação” seria controlado por Chávez, pois foi ele que invocou Bolívar. Porém, como mencionei anteriormente, ao fazer isso o líder venezuelano criou um desarranjo argumentativo em seu discurso, afirmando que aquelas idéias não lhe pertenciam, logo elas seriam de *El Libertador*. Em vista disso, a solução encontrada pelo mandatário foi de justamente estabelecer os parâmetros para um jogo de espelhos no qual se passou a insinuar – como foi sublinhado por Arreaza (2003) – a possibilidade da existência de um híbrido entre ele e o prócer. Ademais essa dubiedade foi proposital, pois desse modo Hugo Chávez Frías possibilitou para si o manuseio de um espaço de experiência de quase duzentos anos, que no caso venezuelano é indissociável de valores como “glória” e “sacrifício”<sup>83</sup>.

A partir do momento em que Chávez engendrou uma figura que simbolizava a fusão de si com *El Libertador*, o atual líder – por meio do discurso – acessou um dos mais significativos episódios do passado venezuelano, cujos feitos e a carga simbólica são irrefutáveis <sup>84</sup>. Além disso, a constante revisitação foi acompanhada de perto por uma “hibridização temporal” (ARREAZA, 2003), na qual o passado e o presente compartilhavam o mesmo horizonte, o que impulsionou uma ressonância entre ambos. Por outro lado, tal

---

<sup>83</sup> Nesse sentido, a missiva de Simón Bolívar ao seu tio, Esteban Palacios, em 1825, é ilustrativa: “‘Onde está Caracas? O senhor se perguntará. Caracas não existe, mas suas cinzas, seus monumentos, a terra que ela teve, ficaram resplandecentes de liberdade; e estão cobertas de glória do martírio. Este consolo repara todas as perdas, pelo menos, este é o meu; e desejo que seja o do senhor também’” (BOLÍVAR (1825) apud TORRES, 2010, p. 1). Ana Teresa Torres asseverou que a emblematicidade da última sentença era tamanha que ela poderia até mesmo ser o símbolo do nascimento da Venezuela enquanto nação. De acordo com a autora: “A guerra vencida e o país devastado precisavam de alguma estratégia de reparação; e, neste texto, insistimos, resume-se o que seria o destino sentimental dos patriotas: o consolo a glória em troca da perda. Está ali a gênese de uma ética e a pedra fundamental de um imaginário coletivo. O heroísmo e a glória começaram desde então a servir de escudo contra a decepção e a perda que haviam restado após a luta. Por que decepção? Porque as promessas, ou melhor, as expectativas que a guerra de Independência havia gerado não foram supridas [...]. Era necessário, naquele momento, exorcizar o risco de que a sensação de que todo o sacrifício tinha sido em vão se apoderasse dos venezuelanos. Quando Bolívar escreveu a seu tio Esteban que a reparação da perda era a glória, ele sabia o que estava dizendo” (TORRES, 2010, p. 1-2).

<sup>84</sup> De acordo com Ana Teresa Torres (2010), a sua compatriota Graciela Soriano de García Pelayo enfatizou que o período histórico tido como o mais importante para o cidadão comum é aquele compreendido entre as décadas de 1810 e 1830 e Torres interpretou essa afirmação como um indício de que “o mito da origem transformou o período de fundação da nação independente em uma era heróica, a *etas aurea* [idade de ouro], como paradigma da venezuelanidade” (TORRES, 2010, p. 2), ou seja, desse período emergiria todo um conjunto de valores indestrutíveis, “no qual a afirmação e a cristalização das ações heróicas e dos valores civis serviram para iluminar, nas épocas difíceis, os ásperos caminhos do porvir, enlaçando as esperanças do passado, e as origens ao êxito final” (PELAYO (1988) apud TORRES, 2009, p. 23).

iniciativa fez com que reverberasse a indagação de Jörn Rüsen (2011) sobre a possibilidade de se melhorar o ontem, pois segundo o historiador alemão, a sociedade – de um modo geral – mantém uma relação dinâmica com o passado:

Constantemente, apropriamo-nos do passado ou repudiamos-lo; aproximamo-nos dele ou colocamos à distância; divinizamos-lo e demonizamos-lo; solidificamos-lo e fluidificamos-lo. Ainda que o esqueçamos, o passado permanece sempre como um fator de inquietação. Com frequência, presentifica-se até mesmo contra a nossa vontade (por exemplo, quando recalamos algo, cujos efeitos ainda não cessaram). O passado pode ainda permanecer como um fardo sobre os nossos ombros, um fardo do qual gostaríamos de nos livrar. Mas é-nos impossível fazê-lo, porque o passado é um pedaço de nós próprios. Como não podemos viver sem o passado, este tem de estar, portanto, ao serviço da vida (RÜSEN, 2011, p. 260).

Essa reflexão fundamenta-se em conceitos que são imprescindíveis para se pensar a constituição do pensamento histórico na vida prática, dos quais destaco a consciência histórica que, “constitui-se mediante a operação, genérica e elementar da vida prática, do narrar, com a qual os homens orientam seu agir e sofrer no tempo” (RÜSEN, 2001, p. 66-67); e a narrativa histórica, lugar em que “são formuladas representações da continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido, no quadro de orientação da vida prática humana” (RÜSEN, 2001, p. 67).

Esses princípios serviram de pedra-angular para o exame crítico do discurso de Hugo Chávez Frías, proferido no dia 5 de agosto de 1999, por ocasião da instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Como ressaltado, a ANC se estabeleceu com 125 representantes vinculados ao *Polo Patriótico*, compondo a base de apoio do recém eleito presidente, enquanto apenas seis constituintes eram de oposição. Reiterou-se em diversas ocasiões que essa casa foi incumbida de redigir uma nova constituição que respaldasse a edificação de um inédito organograma político e social para a Venezuela<sup>85</sup>. A forma como Chávez iniciou seu pronunciamento não fugiu à regra já observada nos dois discursos anteriores de reportar-se a Simón Bolívar:

Dizia o Pai Libertador, há quase exatamente 180 anos, quando transcorria 1819, em meio ao fragor dos combates e tendo como eco o retumbar de 100

---

<sup>85</sup> Ademais, como acentuou Miriam Kornblith (2003), a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte foi a principal promessa de campanha de Hugo Chávez Frías à presidência.

canhões, tronou o canhão da voz bolivariana em Angostura, lugar no qual se reuniu o Soberano Conselho Constituinte. O canhão da voz bolivariana proferiu naquele momento: ‘Feliz o cidadão que sob o escudo das armas de seu comando, convoca a soberania nacional para que exerça sua vontade absoluta’.

Cento e oitenta anos depois nesta Caracas bolivariana, eu me atrevo a dizer, parodiando o Pai Libertador e trazendo sua inspiração eterna, ‘glorioso o povo que rompendo as correntes de quatro décadas e levantando-se sobre suas cinzas e empunhando com firmeza a espada da razão, cavalga de novo o potro brioso da revolução’ (CHÁVEZ, 2005a, p. 273).

Na sequência, o mandatário rechaçou a alcunha de “homem providencial”, pois segundo ele, “o único homem providencial é Jesus, o de Nazaré” (CHÁVEZ, 2005a, p. 273). Essa afirmação foi acompanhada pelo comentário acerca da ilusória concepção de que um indivíduo poderia alterar o rumo da história: “é absolutamente falso esse conceito. Não há caudilhos beneméritos e plenipotenciários que possam assinalar, conduzir e produzir o caminho dos povos” (CHÁVEZ, 2005a, p. 273). Desse modo, o presidente venezuelano retoricamente afastava de si a liderança dos eventos que vinham ocorrendo, delegando tal responsabilidade à revolução que se instaurava, atribuindo a esta o desejo da maioria:

Isso sim é verdade e este ato de hoje, esta primeira sessão da Soberaníssima Assembléia Nacional Constituinte a qual tenho a imensa honra de assistir, e agradeço a vocês pelo convite, esta instalação da Assembléia Constituinte é um ato revolucionário. É a revolução que ocupa todos os espaços, algo assim como o que disse um grande escritor em ‘A rebelião das Massas’, de Ortega y Gasset, é a multidão que invade tudo, é um galopar indômito que chega a todas as partes e nada pode detê-lo (CHÁVEZ, 2005a, p. 273).

De acordo com Hugo Chávez Frías, a revolução venezuelana se assemelhava à fórmula química da água, H<sub>2</sub>O, na qual duas moléculas de hidrogênio se juntam a uma partícula de oxigênio para formar esse composto. De maneira análoga, o mandatário venezuelano afirmou:

Ponhamos P2R, não há revolução sem o povo e aí está o povo da Venezuela empurrando de novo, uma vez mais, sua própria revolução, tomando as rédeas de seu próprio potro, orientando o azimute da bússola; buscando capitães, porque isso sim necessita os povos: verdadeiros capitães, verdadeiros navegantes, verdadeiros líderes que sejam capazes de se colocar na vanguarda e dar tudo para o povo, incluindo a vida. Esse povo anda construindo suas lideranças e a essas não se decretam, como o sabemos, vão nascendo no mesmo processo revolucionário (CHÁVEZ, 2005a, p. 274).

Posicionar-se de maneira paradoxal revelou-se uma constante na narrativa chavista. Em consequência, não existiria um “método” desenvolvido pelo presidente que precedesse o seu posicionamento sobre determinado assunto e/ou operação? Inclusive, a descrição desse procedimento poderia ser feita assim: Durante a divulgação de um novo tópico tido como crucial e polêmico, Hugo Chávez afirma que não é o responsável pelo mesmo, pois esse pertenceria a um líder histórico como Simón Bolívar, ou ao povo venezuelano. Contudo, se a repercussão do evento fosse positiva, o mandatário afirmaria sua autoridade sobre ele. Dessa forma, é possível compreender o empenho de Chávez em fazer-se imprescindível, pois, do contrário, sua própria existência política seria suprimida por uma das figuras citadas; afinal de contas, de que adiantaria um líder cujo papel se mostrasse controverso? Desse modo, proclamar-se personagem ou figura indispensável repercutiu na maneira como o presidente construiu sua narrativa sobre a história da Venezuela.

Em conformidade com essa concepção, Chávez passou a referir-se a duas categorias como povo e revolução, dois dos mais representativos alicerces para a construção do seu sentido de história. Sobre o primeiro, defendeu que esse não seria conformado simplesmente por uma multidão; ao invés disso, seria necessário que esse agrupamento possuísse um passado comum, conhecido e compartilhado pelos seus integrantes. Além disso, afirmava o caráter peremptório de que o povo contemplasse o futuro, configurando-se uma visão jânica, cuja inspiração reportava-se ao mitológico Deus Jano que, graças à sua dupla-face, contemplava o passado e o futuro. E, por fim, o último elemento necessário para dar origem ao povo seria sua união em torno de uma mesma causa (CHÁVEZ, 2005a).

Segundo Hugo Chávez de alguma maneira, esses princípios orientadores que deram origem ao povo haviam se perdido na Venezuela. Consequentemente, a nação também deixava de existir, pois o povo consistia na essência da mesma. Contudo, esse panorama estava se invertendo, porque assim como a água que após evaporar se condensa formando as nuvens e volta para a terra, o povo também estava retornando:

[...] mas faz um tempo que está chovendo povo na Venezuela e faz muito tempo que começou a semear a nova Venezuela. Pobres daqueles cegos que não vêem! Pobres daqueles insensíveis que não sentem! Pobres daqueles surdos que não escutam o barulho de um povo que chove, que troveja, que relampeia, buscando construir uma nova Pátria! (CHÁVEZ, 2005a, p. 275).

A partir desse fenômeno, o presidente venezuelano pleiteou “reimpulsionar uma Pátria que estava evaporada, que estava dormida, que estava na tumba dos séculos” (CHÁVEZ, 2005a, p. 276). A sobrevalorização do papel do povo atingiu seu ápice quando o líder afirmou que: “o povo é o único combustível da máquina da história. Não pensemos, jamais, que um homem providencial; repito, não pensemos nunca que 131 homens ou mulheres providenciais vão fazer um caminho” (CHÁVEZ, 2005a, p. 276), isso porque, segundo ele, “é responsabilidade de todos e de cada um escolher, ouvir, gravar e sentir as várias expressões do povo que é o dono único da soberania absoluta, como dizia Bolívar em Angostura há quase 200 anos” (CHÁVEZ, 2005a, p. 276). O presidente defendeu ainda que a autoridade suprema pertencia ao povo e fez com que esse se tornasse o único capaz de encetar revoluções:

Hoje, na Venezuela, quando estamos no dia 5 de agosto de mil novecentos e noventa e nove, não tenhamos dúvida, nos sintamos comprometidos e conscientes disso. Hoje, na Venezuela e com uma grande claridade, o binômio da história se fez presente: temos povo e há uma revolução em marcha e esse povo é o que guiará esse potro livre da revolução (CHÁVEZ, 2005a, p. 278).

Adicionar-se-á a essa passagem a pergunta retórica feita logo em seguida por Hugo Chávez, na qual o mandatário questionava:

De onde vem essa revolução? É bom sabê-lo também, especialmente nós, que fazemos um esforço infinito para cavalgá-la e por tratar de orientar o azimute dessa multidão, dessa rebelião das massas que vem ocupando todos os espaços. Para nós é vital se queremos montar na onda dos acontecimentos, como diria um filósofo, saber muito bem de onde vem esta revolução e para onde poderia ir (CHÁVEZ, 2005, p. 278).

Hugo Chávez ancorou sua réplica em um poema do escritor chileno Pablo Neruda, no qual ele associava o despontar dos povos ao retorno de Simón Bolívar. Nesse sentido, o mandatário aproveitou-se da poesia para intercalar uma explicação sobre o momento político e social pelo qual a Venezuela passava:

Pablo Neruda poderia nos ajudar de novo, porque quando perguntamos na Venezuela, hoje, de onde vem essa revolução, inevitavelmente temos que incidir novamente na figura, no tempo e no contexto bolivariano, quando nasceram as primeiras repúblicas que se levantaram nessa terra venezuelana. ‘É Bolívar – dizia Neruda – que desperta a cada 100 anos’. Neruda era um

revolucionário, assimilava o despertar de Bolívar com o despertar do povo. ‘Desperta a cada 100 anos quando despertam os povos’.

É dali que vem essa revolução. É Bolívar de novo que voa, já o dizia em Angostura ‘voando por entre as próximas idades’. Voemos com ele, chegou o tempo de voar de novo, chegou o tempo de voar como o condor e a águia. Pobres daqueles que não são capazes de voar com o condor e como a águia! Pobres daqueles cuja força só lhes permite arrastar-se como a serpente! Mas, nós os patriotas estamos obrigados a voar com Bolívar nesta idade, que é uma nova idade republicana, uma nova idade bolivariana (CHÁVEZ, 2005a, p. 279).

Para perscrutar esses dois parágrafos retomo, primeiramente, Ana Teresa Torres, pois, de acordo com ela, a descrição feita por Neruda de Simón Bolívar projetou sobre o prócer um caráter messiânico, destacando o seguinte trecho do poema<sup>86</sup>:

*Yo conocí a Bolívar una mañana larga  
En Madrid en la boca del quinto regimiento  
Padre, le dije, ¿eres o no eres o quién eres?  
Y mirando el Cuartel de la Montaña dijo:  
‘Despierto a cada cien años, cuando despierta el pueblo’* (NERUDA (2007) apud TORRES, 2009, p. 55).

A maneira como o excerto desse poema foi inserido no discurso por Chávez possibilitou vislumbrar uma explicação na qual esse entrecruzamento de planos formou o substrato de uma inquietante questão. Para que uma multidão forme um povo é necessário que ela compartilhe um passado comum, reconhecendo-o. Em seguida, o líder traçou um paralelo entre o povo e a água, defendendo que ambos poderiam evaporar, mas somente no primeiro caso esse processo teria como consequência a pulverização da nação, pois ela perderia seu principal composto. Contudo, apesar de todas as adversidades e – amparando-se no fenômeno da precipitação da água –, Hugo Chávez afirmou que novamente chovia povo na Venezuela, pois este estaria renascendo. Foi justamente nesse ponto que o presidente reverberou os versos de Neruda e sobrepôs um poderoso elemento argumentativo no qual o desabrochar do povo coincidiria com o reaparecimento de Bolívar. Concomitantemente a esse fenômeno, Chávez descrevia que a fórmula da revolução venezuelana era P2R, numa alusão à molécula, H2O. Segundo ele, essas partículas eram indestrutíveis e categóricas para os seus produtos finais. Portanto, deduziu de maneira análoga que sendo Bolívar equivalente ao povo, a revolução venezuelana, igualmente, pertenceria a *El Libertador*. Ademais, se o binômio da história, de

---

<sup>86</sup> Optou-se por conservá-la de acordo com o original, uma vez que sua tradução envolve elementos literários que extrapolam minha formação.

acordo com a interpretação do mandatário, seria formado a partir da dupla, povo e revolução e, como se observou, ambos estão conectados ao prócer, isso não implicaria na afirmação de que para Hugo Chávez, Simón Bolívar é a história? Essa indagação está diretamente associada à controvérsia suscitada por Rüsen (2011) sobre a possibilidade de se melhorar o ontem. Assim sendo, o discurso de Hugo Chávez Frías foi retomado no momento em que ele iniciou sua rememoração do passado, com o propósito de construir um modelo autóctone de desenvolvimento:

Hoje poderíamos dizer que a revolução vem de lá, sem dúvida alguma, de Bolívar que voa com sua clara visão, com sua espada desembainhada, com seu verbo e sua doutrina. Sejamos audazes, irmãos, nós temos herança, nós temos barro, nós temos semente para inventar aqui de novo, reinventar um conceito revolucionário e uma prática revolucionária própria aos venezuelanos, para ser exemplo do mundo [...].

Temos os nossos manuais. Os revisemos, revisemos esses códigos sem descanso, constituintes. Revisemos, por exemplo, o Bolívar de 1813, o Bolívar de 1812, lá nas muralhas heróicas e eternas de Cartagena das Índias, o Bolívar que saiu daqui, ele que viu como caiu a Primeira República, é o Bolívar que criticava a República aérea, porque foi aérea a República de 1811. Cuidado, constituintes, com as republicas aéreas. Não agüentam o primeiro golpe do vento.

Uma verdadeira república tem que nascer, mas há que se olhar para trás. Dizia Bolívar, por exemplo, quando alertava sobre as causas da queda da Primeira República, chorando suas penas nas muralhas de Cartagena de frente ao Caribe, disse em 1812: ‘Tivemos filantropos por chefes e sofistas por soldados’. Cuidado, olho arregalado com as repúblicas aéreas! (CHÁVEZ, 2005a, p. 280).

Observa-se, nessa passagem, que o período oitocentista foi recuperado a partir da lembrança que o presidente possuía do mesmo, operando-se no interior do campo da memória<sup>87</sup>.

Sob essa perspectiva, Lowenthal assinalou alguns exemplos em que as rememorações dissentiam-se das primeiras impressões formadas a respeito de tais acontecimentos. Segundo ele, essa incongruência relacionava-se ao processo dinâmico estabelecido entre o sujeito que relembra, o veículo utilizado pelo mesmo para executar a ação, e, aquilo que se pretendia alcançar. Diante desse cenário trifásico o historiador destacou:

---

<sup>87</sup> Em vista disso, são pertinentes algumas observações assinaladas por David Lowenthal (1998, p. 97): “As lembranças também se alteram quando revistas. Ao contrário do estereótipo do passado lembrado como imutavelmente fixo, recordações são maleáveis e flexíveis; aquilo que parece haver acontecido passa por contínua mudança. Quando recordamos, ampliamos determinados acontecimentos e então o reinterpretemos a luz da experiência subsequente e da necessidade presente”.

A função fundamental da memória, por conseguinte, não é preservar o passado, mas sim adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente. Longe de simplesmente prender-se a experiências anteriores, a memória nos ajuda a entendê-las. Lembranças não são reflexões prontas do passado, mas reconstruções ecléticas, seletivas, baseadas em ações e percepções posteriores e em códigos que são constantemente alterados, através dos quais delineamos, simbolizamos o mundo à nossa volta (LOWENTHAL, 1998, p. 103).

Essa perspectiva coaduna-se com a concepção chavista sobre o protagonismo de Bolívar, do qual ele seria continuador. A narrativa do presidente, uma vez mais, aponta a maneira como o líder desvelou o passado sob os auspícios da memória:

Bolívar chegou em 1813 em Caracas, faz quase 186 anos e escreveu em agosto, ao Congresso da Nova Granada – o qual, como vocês sabem o apoiou para a recuperação da Venezuela com a Campanha Admirável –, entretanto, enquanto se conformava um governo, ele havia assumido a autoridade suprema da República. Era a Segunda República.

Bolívar disse ao Congresso da Nova Granada que enquanto não se estabilizasse a situação em Caracas e na República, ele assumiria o comando, mas apenas de modo interino, enquanto se convocava, assim ele a chamou, uma Assembléia de Notáveis desta cidade de Caracas. Assim se fez e Bolívar convocou uma Assembléia e nomeou três assessores dentre os cavaleiros mais preparados daquele momento e começou a governar a partir de Caracas, criando a Segunda República, ditando decretos sobre a economia, sobre o comércio; escrevendo aos governadores das províncias como o de Barinas, por exemplo, que clamava por uma Federação, e Bolívar lhe dizia: ‘Não, essa foi uma das causas da derrota e da queda da Primeira República. Como vamos falar em Federação quando há uma ameaça e há um exército invasor no território? Eu sou o presidente desta República. E lhe dizia: e cedi a você a autonomia administrativa e judicial, mas você tem que entender que faz parte de uma nação, de uma república unitária’.

Isso também é bom recordar hoje, porque não podemos confundir Federação com anarquia. Cuidado com a anarquia! Quando chegamos ao caos e a anarquia, se põe em perigo a existência não somente da República, não somente do Estado, senão de toda a nação mesma como um todo. Escutemos a revolução que vem desde lá, desde aquelas tribulações entre as batalhas, entre a fuzilaria que cercava Caracas, entre a ameaça de José Tomás Boves, e não obstante Bolívar organizava uma Segunda República, a qual se afogou em sangue no ano seguinte, em 1814 (CHÁVEZ, 2005a, p. 281).

Conforme Hugo Chávez acrescentava novos acontecimentos à sua narrativa, sua trama desvelava um aspecto inevitável do processo de rememoração do passado, isto é, ao mesmo tempo em que evocava determinados eventos, outros eram relegados ao esquecimento. Se as

lembranças dos motivos que levaram à queda da primeira república estavam associadas ao fato dela não ter conseguido sustentar-se politicamente, ele desprezou o fato de que a cidade venezuelana de Valencia se opôs ao ímpeto independentista que vinha de Caracas<sup>88</sup>.

Ainda houve um segundo “lapso” de memória em Hugo Chávez, que se relacionou ao papel de Simón Bolívar durante o ano de 1812, coincidindo com o desembarque na Venezuela do capitão Domingo Monteverde, proveniente da ilha de Porto Rico. A missão do capitão era recuperar território para as tropas realistas, tarefa na qual obteve êxito, acarretando novamente uma alteração na correlação das forças envolvidas no conflito. Ademais, no dia 4 de abril, parte da Venezuela foi castigada por um terremoto que atingiu, principalmente, as cidades que já haviam declarado sua independência, tais como Caracas, Barquisimeto, Mérida e San Felipe, ocasionando um número considerável de baixas entre civis e militares, o que não ocorreu na área realista do país, que se manteve praticamente incólume. A falta de apoio popular e o reforço nas fileiras do exército realista representaram um duro golpe para os patriotas que não conseguiram manter suas posições e acabaram por sucumbir<sup>89</sup>.

Para o cientista político venezuelano Aníbal Romero, que fez um exame minucioso de alguns dos principais discursos e cartas escritas por Simón Bolívar, um dos principais motivos para a queda da primeira república foi a falta de apoio popular ao projeto encabeçado pelos

---

<sup>88</sup> Segundo o historiador mexicano Jaime E. Rodríguez (2010), a rendição de Valencia só ocorreu após o envio do general Francisco Miranda, que marchou com um contingente de quatro mil homens e, ainda assim, enfrentou durante um mês os realistas dessa cidade que recrutaram os pardos da região, com o objetivo de reforçar suas posições. O presidente venezuelano também se “descuidou” no momento da lembrança sobre a atuação de Miranda na capitulação de Valencia, fazendo com que os focos de resistência ao seu nome ganhassem ainda mais força, o que acarretou sua deposição do cargo.

<sup>89</sup> Diante desse contexto, o governo patriótico convocou mais uma vez Francisco Miranda para que ele contornasse a situação. De imediato, o general decretou uma lei marcial e ordenou o confisco dos bens dos peninsulares; em seguida, divulgou-se amplamente que os escravos que lutassem durante um período de 10 anos no exército republicano ganhariam a liberdade. Essa última medida foi duramente rebatida pelo arcebispo de Caracas, Narciso Coll e Patt, que iniciou uma campanha entre os padres para que eles propagassem em seus sermões a necessidade dos negros de lutarem contra a república e em favor da Coroa. A falta de apoio popular e o reforço nas fileiras do exército realista representaram um duro golpe para os patriotas que não conseguiram manter suas posições e acabaram por sucumbir: “A república foi derrubada em julho. Os ex-escravos avançaram sobre Caracas depois que Miranda mudou a sede do governo para Valencia. Bolívar, a quem se confiava à defesa de Puerto Cabello, perdeu a cidade diante da pressão dos realistas. As forças de Monteverde avançaram com facilidade. Enfrentando a derrota certa, Miranda aceitou a capitulação de San Mateo no dia 25 de julho de 1812, pelo qual as forças republicanas se rendiam aos realistas. Monteverde esteve de acordo em respeitar a propriedade, igualmente com a transferência das terras dos republicanos, do mesmo modo como outorgou passaportes para aqueles que desejavam abandonar o território; se comprometeu também em não adotar represálias contra eles. Aparentemente, Miranda não consultou os seus principais oficiais, eles, ao se inteirarem dos acordos, creram que o ditador havia traído a sua causa. Na noite do dia 30 de julho, Bolívar e outros dois oficiais republicanos prenderam Miranda e os entregaram aos peninsulares. Bolívar, que confiava em conservar suas propriedades, também aceitou um passaporte de Monteverde e abandonou a Venezuela” (RODRÍGUEZ, 2010, p. 215).

patriotas. O *Manifiesto de Cartagena*, escrito por Bolívar, contém uma forte carga de frustração do prócer, por acreditar que a população venezuelana ainda não estava preparada para assumir alguns papéis – principalmente eleitorais –, pois sua precária formação não se equiparava a tamanha responsabilidade:

Nesse *Manifiesto*, o primeiro grande documento político que saiu de sua pena, Bolívar expõe com concisão e absoluta franqueza, de que com freqüência era capaz, sua prematura e perene convicção a respeito das enormes limitações que o povo venezuelano de então experimentava para governar a si mesmo e de dotar-se de instituições políticas moderadas que estabelecessem um marco de liberdade para os indivíduos, limitando o poder do governo e abrindo espaço para o exercício de uma prática responsável pelos direitos dos cidadãos. Sem poupar a aspereza, Bolívar questionava as eleições populares, feitas ‘por rústicos do campo e pelos intrigantes moradores das cidades’, pois ‘uns são tão ignorantes que fazem suas votações maquinalmente e outros tão ambiciosos que todos os convertem em facção’. A pergunta inevitável, com base nessas apreciações, é: Quem então poderia votar, pois os habitantes do país, obviamente, ou bem viviam no campo ou bem nas cidades (ROMERO, A, 2001, p. 9-10, *grifo do autor*).

O discurso de Hugo Chávez Frías contrapôs-se à opinião desses três especialistas não apenas com o objetivo de demonstrar que durante o processo de rememoração alguns eventos são recuperados, enquanto outros são esquecidos, senão para reforçar que quando esse fenômeno memorialístico ocorre publicamente, sendo veiculado pela maior autoridade pública do país, a própria história nacional é reordenada, ao se estabelecer uma narrativa concorrente que pretende substituí-la. Nesse sentido, “esqueceu-se” que Bolívar, juntamente com outros líderes patriotas, foram os idealizadores do plano que entregou Francisco Miranda ao capitão Domingo Monteverde; assim como “descuidou-se” de mencionar qual seria o conteúdo do *Manifiesto de Cartagena* – que recomendou à leitura –, no qual se encontra uma crítica à incapacidade do povo de assumir determinadas responsabilidades. Tudo o que foi descrito cumpria, na verdade, com uma estratégia do mandatário para construir um novo Simón Bolívar, o que conseqüentemente permitiria a instauração de um sentido inédito para o conceito de bolivarianismo.

Igualmente, esse exemplo tem como propósito ir além de uma simples laudação daquilo que Chávez reconstrói dos acontecimentos do passado venezuelano e, no caso da primeira república, se realizou uma comparação com o discurso historiográfico ou de outras ciências humanas sobre o mesmo período. A equiparação cumpriu com o propósito de compreender melhor como o mandatário venezuelano opera a construção da sua narrativa

sobre o passado, que justamente por não ter compromisso com um saber científico aponta nela um conveniente referencial antagônico, isto é, um espelho no qual foi possível detectar as particularidades da primeira.

Evoco a observação feita por Estevão Martins (2008) de que o homem seria invariavelmente afetado pelo tempo; portanto, ele precisaria se organizar e, conseqüentemente, se orientar no mesmo, criando assim os mecanismos que lhe permitiriam agir no e sobre ele, retomo a narrativa de Chávez sobre a República que pretendia instaurar, reportando-se em tom dramático à ação de Bolívar em tarefa similar:

Caiu a primeira, caiu a segunda, mas cinco anos depois voltou a nascer uma terceira república, a grande, a República grande, a República mais sólida daqueles anos, a República de 1819; ela que nasceu sob o escudo das armas de seu comando, mas com o desenvolvimento pleno da vontade popular no Congresso Constituinte de Angostura faz exatamente, agora, 180 anos, nestes dias.

É o Bolívar de Angostura quem falava de uma república sólida, quem clamava por moral e pelas luzes como pólos essenciais e fundamentais de uma República. É o Bolívar de Angostura quem definia as normas fundamentais de um governo popular ‘mais perfeito’ – dizia – escutem essas palavras: ‘O sistema de governo mais perfeito é o que proporciona a seu povo a maior soma de seguridade social, a maior soma de estabilidade política e a maior soma de felicidade possível’.

Essa é a revolução que volta e essa é a palavra que orienta, é o Bolívar de 1819, o que chamou a inventar um quarto poder, o que se atreveu a invocar as antigas instituições da Roma republicana, as antigas instituições da Grécia e de Esparta e dizia: ‘Fundamos dessas três instituições uma somente e que ela seja fonte de moral republicana para lutar pelos valores da República, para lutar pela idoneidade republicana e para iluminar, especialmente, a educação das crianças’. [...] é o Bolívar que anuncia que vai voar pelas próximas eras. Sempre voando por cima do Chimborazo.

Essa revolução vem daí, é o Bolívar de 1826 quando apresenta seu projeto de constituição ao Congresso Constituinte da República que hoje leva e levará para sempre seu nome: Bolívia. É o Bolívar que ali, sobre os Andes bolivianos, chamava, clamava, pela República, pela moral republicana, seguida clamando por ela. É o Bolívar que falava de igualdade e de liberdade e clamava ao Congresso Constituinte de Bolívia, ele rogava que semeassem nas instituições bolivianas os mecanismos ideológicos para assegurar ao povo da Bolívia a igualdade e a liberdade. Esse clamor chega hoje desde o topo dos Andes bolivianos.

O Bolívar de 1826, na Bolívia, quando teve a ousadia intelectual, de novo, seguindo seguramente os conselhos de seu mestre preferido e eterno, don Simón Rodríguez, que lhe chamava a inventar: ‘Inventamos ou erramos’ [...]. Inventou ali na Bolívia um quarto poder, já não era a moral de Angostura, senão outra, outro invento: o Poder Eleitoral, para que ele fosse o soberano, o que conduzisse, o que pensasse, o que reivindicasse e o que vigiasse os processos eleitorais permanentes [...].

É o Bolívar com 28 anos quando começa sua decadência. O Bolívar da Constituição de Ocaña, que ele roga, já sentindo a tempestade, implora, clama aos legisladores darem-se leis inexoráveis. É o Bolívar que na Convenção de Ocaña, em sua mensagem desde Bogotá, em 1828, assinala, pressentindo, já, – seguramente sentia como rangiam as estruturas da Terceira República – doente, como fazia água no barco que tanto havia custado colocar no mar e clamava: ‘Legisladores, clamo por leis inexoráveis porque a corrupção dos povos é a origem da indulgência dos tribunais e da corrupção da República, Leis inexoráveis’, dizia (CHÁVEZ, 2005a, p. 281-283).

O modo como esse fragmento foi elaborado, com um constante encadeamento de eventos, demonstrou como foi importante para Hugo Chávez se estabelecer de maneira incisiva sobre e no tempo. Para isso, foi basilar se utilizar da memória, ao invés da historiografia, pois a primeira mantém um compromisso distinto com o tempo pretérito<sup>90</sup>.

Para o historiador espanhol Julio Aróstegui, cuja interpretação sobre memória aproximou-se da definição elaborada por Estevão Martins, sua conotação mais geral subentenderia uma operação na qual:

[...] a faculdade de recordar, trazer o presente e fazer permanente a lembrança, tem, indubitavelmente, uma estreita relação, uma confluência necessária, e talvez uma predição inescusável, com a noção de experiência, igualmente à de consciência, porque, efetivamente, a faculdade de recordar ordenada e permanentemente é a que faz possível o registro da experiência [...].

A memória, conseqüentemente, figura também entre as potencialidades que maior papel desempenha na constituição do homem como ser histórico. Ela é o suporte da percepção da temporalidade, da continuidade e da identidade pessoal e coletiva e, por conseguinte, é a que acumula as vivências de onde se enlaçam o passado e presente (ARÓSTEGUI, 2004, p. 12-13).

O modo como Hugo Chávez deu sequência ao seu discurso, trazendo-o para o tempo presente, evidenciou a necessidade do entrecruzamento entre passado e presente, a fim de evitar que o mesmo se tornasse um antiquário, isto é, um depósito de artefatos do passado. O mandatário continuou seu pronunciamento, mesclando memórias com acontecimentos

---

<sup>90</sup> Estevão Martins, apoiando-se em Ankersmit (2002), sustenta que: “É na dinâmica da interação entre sujeito agente com o tempo histórico em que surge que se dá o processo de apropriação da memória e de sua administração. A memória – independentemente de eventual controle empírico de seu conteúdo – desempenha um papel determinante no *modus cogitandi* como no *modus agendi* dos indivíduos. Ela pode mesmo incluir preconceitos e crenças que pareçam a outros irracionais ou insustentáveis. No entanto, não deixa de ter sua influência marcante no comportamento individual e coletivo. O estigma da cultura memorial não passa forçosamente pelo crivo da análise historiográfica ou filosófica. A primeira experiência da composição da memória é a de sua segurança, conformidade e crença. Pouco importa a qualidade metódica da origem dessas convicções” (MARTINS, 2008, p. 25).

recentes, a fim de construir em ambos os tempos uma narrativa que os explicasse sob sua perspectiva respaldada nas ações de Bolívar, tal qual ele as concebia e as descrevia:

Hoje, diante dessa tempestade de corrupção, diante da podridão que nos cerca, eu, 180 anos depois, me atrevo a também pedir para vocês, constituintes, leis inexoráveis, leis que constituam um verdadeiro império de direito e mais além do direito, que fosse o caminho até uma situação onde impere a justiça, que como diz a Bíblia ‘é o único caminho da paz’. Não existe outro, enquanto não houver justiça, a verdadeira justiça, estaremos ameaçados pela violência ou estaremos, não ameaçados, estaremos imersos em uma terrível situação de violência.

É o Bolívar do ano de 1830 que retorna voando entre as eras atuais. É o Bolívar que morrendo já, seguia clamando. ‘União – dizia – Se a minha morte contribui para que cessem os partidos e se consolide a união, eu baixarei tranqüilo para o sepulcro’. É o Bolívar que com suas cinzas deu origem ao nascimento da República antibolivariana de 1830, a da Cosiata. Perdeu-se a grande República, se caiu o sonho de Angostura e Bolívar vai para a tumba e com a sua tumba, ao mesmo tempo em que estão enterrando Bolívar em Santa Marta, estava nascendo a República da oligarquia conservadora, que deixou atrás os postulados da revolução e que produziu, então, um século XIX cheio de violência, de agonias intestinais que, de verdade, dissolveram a nação, dissolveram a unidade do povo e dissolveram a República.

Hoje, assim como aquela Quarta República, que nasceu sobre a traição a Bolívar e a revolução de independência; do mesmo modo como essa Quarta República nasceu sob o amparo do balaço em Berruecos e traição; assim como essa Quarta República nasceu com os aplausos da oligarquia conservadora; do mesmo modo como essa Quarta República nasceu com o último alento de Santa Marta, hoje ela vai morrer, com o bater de asas do condor, que retornou voando das épocas passadas. Hoje, com a chegada do povo, com esse retorno de Bolívar voando pelas idades de hoje, agora é hora de morrer, a que nasceu traindo ao Condor e enterrando-o em Santa Marta. Hoje morre a Quarta República e se levanta a República Bolivariana. De lá vem essa revolução, dos séculos que ficaram para trás, de 1810, 1811, 1813, 1818 e 1819, de 1826 e 1830 (CHÁVEZ, 2005a, p. 283-284).

A sobreposição de distintas camadas temporais por Hugo Chávez também veio de encontro à necessidade do agente rememorador em assumir uma identidade para si, mas, da mesma forma, outorgá-la para aqueles que endossam a sua narrativa<sup>91</sup>.

---

<sup>91</sup> Partindo-se desse ponto, foi possível refletir sobre a afirmação de Joël Candau, que no preâmbulo de seu livro aponta: “A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apóiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento” (CANDAU, 2011, p. 16). No exercício de reflexão feito pelo autor, há momentos em que ele conjecturou a memória como “a identidade em ação” (CANDAU, 2011, p. 18), numa referência aos trabalhos que lidam, principalmente, com o Holocausto. Igualmente, não desconsiderou a hipótese da memória como produtora de identidade; deste modo ela moldaria “predisposições que levam os indivíduos a ‘incorporar’ certos aspectos particulares do passado, a fazer escolhas memoriais” (CANDAU, 2011, p. 19).

A constante alternância na suposição de que poderia haver uma primazia entre a memória e a identidade, assim como no surgimento de uma em detrimento da outra conduziu Joël Candau (2011, p. 19) a uma reflexão na qual ele se questionou: “Finalmente, não seria equivocado pensar a memória e a identidade como dois fenômenos distintos, um preexistente ao outro?”

Joël Candau defendeu que era mais importante compreender como a memória e a identidade se relacionavam do que insistir em um debate no qual se avaliaria uma possível superioridade entre um desses dois elementos. Ademais, no discurso que inaugurou os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, Hugo Chávez apresentou uma nova versão da história, buscando criar um distinto sentido histórico para a nação e para as identidades coletivas que se desprendem da mesma. Narrou os acontecimentos que tiveram como cenário o passado, invocados por um agente que só pôde acessá-los a partir de uma representação, o que acabou imprimindo nestes as marcas do presente. Além disso, tal operação manteve durante todo o tempo em seu horizonte – e mais adiante isso se torna ainda mais nítido – as possibilidades de se viabilizar um futuro, cuja existência se atrelava às previsões que lhe são conferidas desde o presente. Ao mesmo tempo, complementavam-se as três instâncias básicas que permitem uma orientação de sentido no tempo.

Nesse passo, foi possível refletir que as lembranças e os esquecimentos que auxiliaram Hugo Chávez na composição de sua narrativa seriam corolários de um princípio inerente a qualquer sujeito, pois se associavam com a vida prática, isto é, ao modo como o próprio existir no cotidiano seria ordenado; do contrário, estar-se-ia defronte de um caos que impediria qualquer ação. Esse preceito foi denominado por Jörn Rüsen como sendo a consciência histórica<sup>92</sup>.

---

<sup>92</sup> “A consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, acerca do que sejam eles próprios e seu mundo, tem metas que vão além do que é o caso. A razão disso está no fato de que, nos atos da vida humana prática, há permanentemente situações que devem ser processadas, com as quais não se está satisfeito e com respeito às quais não se descansará enquanto não forem modificadas” (RÜSEN, 2001, p. 78-79). De acordo com Rüsen, haveria três elementos interrelacionados que conceberiam a “narrativa histórica como constitutiva da consciência histórica” (RÜSEN, 2001, p. 62, *grifo do autor*). O destaque cunhado pelo autor demarca sua análise sobre a narrativa histórica em seu sentido mais abrangente, distinguindo-a das narrativas históricas de caráter científico. O historiador enfatizou que haveria narrativas compostas por uma certeza insegura (RÜSEN, 2001) o que as aproximariam dos relatos narrados na vida cotidiana que invocariam algumas pretensões de validade, passando ao largo de critérios científicos e metodológicos. Paralelamente existiriam as narrativas históricas controladas pelo rigor do saber de uma ciência dotada de certa insegurança (RÜSEN, 2001), já que durante o seu processo de criação seria possível acompanhar os passos do historiador de modo que o

O primeiro ponto observado pelo autor na elaboração de um relato histórico que se ligaria com a consciência histórica foi o papel desempenhado pela lembrança durante o processo das “experiências do tempo” (RÜSEN, 2001, p. 62), pois conforme sua análise, a reminiscência representaria o elo entre ambas:

Esse recurso à lembrança deve ser pensado de forma que se trate sempre da experiência do tempo, cuja realidade atual deve ser controlada pela ação, mas que também admita ser interpretada mediante mobilização da lembrança de experiências de mudanças temporais passadas do homem e de seu mundo. O passado é, então, como uma floresta para dentro da qual os homens, pela narrativa histórica, lançam seu clamor, a fim de compreenderem, mediante o que dela ecoa, o que lhes é presente sob a forma de experiência do tempo (mais precisamente: o que mexe com eles) e poderem esperar e projetar um futuro com sentido<sup>93</sup> (RÜSEN, 2001, p. 62).

Com efeito, Jörn Rüsen alertava para o fato de que a narrativa histórica seria a responsável pela ligação entre as dimensões temporais mediante a produção de um sentido de continuidade. Além disso, ele considera inapropriado o entendimento de que a consciência

---

produto final obtido por ele pudesse ser questionado a fim de ser ampliado ou corrigido por uma comunidade acadêmica que reconhecesse a validade daquele objeto apresentado. Mais adiante voltarei a essa questão à luz de uma análise na qual sustentarei a tese de que a narrativa histórica de Hugo Chávez se assemelharia à descrição feita por Joël Candau sobre o conceito de “retóricas holistas” (CANDAU, 2011), isto é, “figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como *outra coisa* que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos” (CANDAU, 2011, p. 29).

<sup>93</sup> Não obstante, Jörn Rüsen alertou para que não se confundisse a reminiscência com a consciência histórica internalizada na narrativa histórica. Ao passo que na primeira se localizariam os fragmentos do passado, na segunda, por ser uma operação orquestrada desde o presente, se integrariam algumas contendas oriundas dessa dimensão temporal, o que resultaria em um sentido distinto da lembrança: “A lembrança flui natural e permanentemente no quadro de orientação da vida prática atual e preenche-o com interpretações do tempo; ela é um componente essencial da orientação existencial do homem. A consciência histórica não é idêntica, contudo, à lembrança. Só se pode falar de consciência histórica quando, para interpretar experiências atuais do tempo, é necessário mobilizar a lembrança de determinada maneira: ela é transposta para o processo de tornar presente o passado mediante o movimento da narrativa” (RÜSEN, 2001, p. 63). O segundo ponto fixado pelo autor tangenciou o debate entre a lembrança e a consciência histórica, a partir da perspectiva de se perscrutar o modo como a memória era induzida pela narrativa histórica, pois ela representava o eixo condutor no qual as mudanças temporais seriam organizadas a partir do presente, auxiliando-o na criação de conjecturas sobre o futuro. “Essa interdependência de passado, presente e futuro é concebida como *uma representação da continuidade* e serve à orientação da vida humana prática atual” (RÜSEN, 2001, p. 64, *grifo do autor*). Em vista disso Rüsen observou que: “São, pois as representações da continuidade que possibilitam, no processo de constituição de sentido da narrativa histórica, que as lembranças do passado sejam articuladas com o presente de maneira que as experiências do tempo neste predominantes possam ser interpretadas. O modo com que a narrativa histórica mobiliza a memória da evolução temporal do homem e de seu mundo no passado torna possível que as mudanças temporais experimentadas no presente ganhem um sentido, isto é, possam transpor-se para as intenções e as expectativas do agir projetado no futuro” (RÜSEN, 2001, p. 64).

histórica seria equivalente somente a uma “consciência do passado” (RÜSEN, 2001), afirmação que foi por ele rechaçada:

A narrativa histórica constitui a consciência histórica como relação entre interpretação do passado, entendimento do presente e expectativa do futuro mediada por uma representação abrangente da continuidade. Essa mediação deve ser pensada como especificamente histórica por operar a inclusão da interpretação do presente e do futuro na memória do passado (RÜSEN, 2001, p. 65).

No exame crítico da terceira e última especificidade abordada, que encerrou o debate sobre a ligação entre a consciência histórica e a narrativa histórica o autor destacou uma sequência de questionamentos nos quais as premissas da continuidade que estariam contidas no interior da narrativa histórica foram colocadas em foco:

Com respeito a que se concebe a continuidade? O que entra em ação no processo de representação da continuidade mediante a narrativa histórica como elemento unificador da relação entre passado, presente e futuro? Do que se trata, afinal, na constituição da consciência histórica, quando se afirma que se deve realizar, nela, a unidade interna de três dimensões temporais?<sup>94</sup> (RÜSEN, 2001, p. 65-66).

À guisa de conclusão, Rösen compreendeu que no âmbito da vida prática, a relação estabelecida entre a consciência histórica e a narrativa histórica possibilitou ao sujeito não só orientar-se no tempo, mas, da mesma forma, instituir para si uma identidade. Se a primeira se referia ao modo como “os homens orientam seu agir e sofrer no tempo” (RÜSEN, 2001,

---

<sup>94</sup> Rösen respondeu a essas interrogações ressaltando que a narrativa histórica exercia um papel essencial na constituição de uma identidade, pois permitia ao sujeito orientar-se no tempo, ou seja, as perguntas que eram direcionadas ao passado a partir do presente, juntamente com as expectativas que se criava sobre o futuro, representariam um modo de o sujeito estabelecer e reconhecer-se como possuidor de uma identidade. Toda narrativa (histórica) está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem as mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de manterem-se seguros e firmes no fluxo do tempo (RÜSEN, 2001, p. 66). O autor sustenta que desorientar-se no tempo acarretaria uma perda na identidade e nada seria mais assustador para o homem de que a sensação de vazio, de se deparar com o nada, com um horizonte impossível de ser assimilado: “Os homens têm de interpretar as mudanças temporais em que estão enredados a fim de continuarem seguros de si e de não terem de reear perder-se nelas, ao se imiscuírem nelas pelo agir, o que precisam fazer, para poderem viver. A resistência dos homens à perda de si e seu esforço de auto-afirmação constituem-se como identidades mediante representações de continuidade, com as quais relacionam as experiências do tempo com as intenções no tempo: a medida da plausibilidade e da consistência dessa relação, ou seja, o critério de sentido para a constituição de representações abrangentes da continuidade é a permanência de si mesmos na evolução do tempo. A narrativa histórica é um meio de constituição da identidade humana” (RÜSEN, 2001, p. 66).

p. 66-67), a outra seria o espaço no qual se estabeleceriam as “representações da continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido, no quadro de orientação da vida prática humana” (RÜSEN, 2001, p. 67).

A minuciosa análise sobre as idéias que Jörn Rüsen teceu sobre a elaboração de uma narrativa histórica no âmbito da vida prática teve o intuito de estabelecer um parâmetro que auxiliasse no exame do discurso de inauguração da Assembléia Nacional Constituinte. Nesse sentido, destacou-se a partir de um exemplo que se remetia aos acontecimentos da primeira república venezuelana, que Hugo Chávez acessou o passado a partir de sua memória e, desse modo – e por conta da própria dinâmica que envolve o processo de lembrar-se – alguns elementos foram preferidos em detrimento de outros. Ademais, se manifestou imperativo reconhecer que essa memória estava inserida no interior de uma narrativa e, assim, passou-se a investigar a dimensão que ela possuía no âmbito da vida prática. Destarte, verificou-se que a constituição de narrativas históricas corresponderia a uma operação elementar na vida prática do homem, sendo a partir dela, juntamente com o auxílio da consciência histórica, que o sujeito conseguiria ordenar as três instâncias básicas do tempo: passado, presente e futuro, além de estabelecer uma identidade justamente porque foi possível manter uma coesão de si que enfrentasse as mais distintas contingências operadas na duração.

Com efeito, reportar-se-á mais algumas passagens desse discurso que auxiliaram na conformação de um sentido para a narrativa sustentada por Hugo Chávez, visando compreender com mais propriedade como ele almejou edificar uma narrativa equivalente à nova história oficial da Venezuela, inclusive, servindo de sustentáculo para a redação de uma nova constituição:

As idéias fundamentais que hoje apresento pretendem e tratam de levar a reflexão comum o projeto da Nova Constituição. Não sou legislador nem quero sê-lo, mas, sim, sou um pensador e venho junto com vocês vivendo esse tempo e macerando idéias, vivendo um tempo de dialética, de teoria e de prática, de estratégia e de tática, de passado e de presente unindo-o com o futuro, da abstração a concreção, de voar com a filosofia, mas vir ao combate de cada dia na guerra da política diária. Essa tem sido a vida dos últimos anos, binômio maravilhoso que é a dialética.

Assim que pretendo apanhar uma visão global e não cartesiana, não; pretende ser holística ou integral do que em meu critério poderia ser a idéia central e as idéias complementárias de uma Nova Carta Magna, onde se busca não somente a letra, não somente o espírito das leis, onde se procura não somente a norma, o direito, senão onde, ademais, se dispõe, mais além

do direito, mais além da norma, se escora uma nova idéia nacional. Nessa Nova Constituição, permita-me os constituintes soberanos, esta reflexão: Não se trata somente de uma tarefa de juristas; cuidado com as repúblicas aéreas de novo. Trata-se de apanhar a expressão do momento nacional e de ter a capacidade de refletir, nessa Nova Carta Magna, um novo projeto de país, um novo projeto nacional, uma nova idéia de refundar a Venezuela.

Nessa Nova Constituição, nessa Constituição Bolivariana para a Venezuela, se pretende buscar essa idéia de projeto que deve ser o reflexo do momento político e das forças políticas que se movem no cenário concreto, não somente na abstração das idéias, não; é a ideologia convertida em motor de construção de república. Esse duplo sentido é importantíssimo, em meu critério, que vocês logrem apanhá-lo e o plasmem em um novo texto constitucional.

Uma Constituição deve ter, como todo componente, como todo ente, como toda criação vários elementos, mas unidos ao todo. Estes componentes podem ser indeterminados enquanto sua quantidade, mas alguns deles, em meu critério, são essenciais e devem estar necessariamente contidos na Nova Constituição. O projeto de Constituição, assim como as idéias fundamentais para a Constituição Bolivariana da V República, está como o pão quente que vem saindo do forno; trata, faz o esforço de apresentar alguns dos componentes essenciais para uma Nova Constituição. Um deles é o componente ideológico, a idéia. Qual é a idéia central e quais são as idéias que conformam o marco filosófico-ideológico que anima o texto, que dá vida ao texto? Não pode ser outra idéia do momento, que a idéia que ressuscitou: O bolivarianismo.

Eis aí, uma de minhas propostas e por isso o título: ‘Constituição Bolivariana da República da Venezuela’, para que esse conceito, para que essa idéia permaneça espalhada dos pés a cabeça, do Alfa ao Omega, desde o começo até o fim deste texto ou carta política, ou Carta Magna ou carta fundamental para os próximos séculos, venezuelanos. Porque se trata disso, se trata de uma carta fundamental que persista flexível e se adequando aos tempos que vierem, mas que se mantenha, na essência, durante séculos, não durante anos, nem durante décadas. A idéia do bolivarianismo, a idéia robinsoniana.

Vocês sabem que existe um ponto de vista que pretende assinalar ou indicar o fim das ideologias, e que se estaria chegando a uma era a que chamaríamos tecnocrônica, robótica, onde não há idéias. Não. Isso jamais acontecerá, sempre haverá ideias que motorizem os movimentos, a vida e a vontade dos povos, e a ideia nossa, repito uma vez mais, não me cansarei compatriotas de repeti-la, é a ideia bolivariana, a ideologia bolivariana (CHÁVEZ, 2005a, p. 288-289).

O relato destacado sintetizou de forma emblemática os argumentos expostos por Hugo Chávez na composição de sua narrativa histórica, circunscrita no interior de seu discurso. Contudo, antes de perscrutá-la, rememorarei alguns aspectos já enfatizados no escopo de demonstrar como essa narrativa depende do conceito de bolivarianismo, isso porque ele se transformou no baluarte que a mantém. Destarte, buscou-se a explicação construída por Jörn Rüsen (2001) sobre a importância de se compreender o caráter essencial da narrativa na

organização da vida prática. Como foi ratificado pelo historiador alemão, os atores – de um modo geral – se utilizariam da prerrogativa de narrar algo para orientar-se e posicionar-se sobre as transformações que acometiam tanto sua vida quanto o universo que os cerca<sup>95</sup>.

A definição elaborada por Jörn Rüsen sobre a organização da narrativa histórica no âmbito da vida prática proporcionou um código que auxiliou no exame da narrativa de Hugo Chávez. Partindo dessa premissa, poder-se-ia iniciar a conclusão deste segundo capítulo, elencando os principais pontos descritos pelo mandatário e que conferiria unidade a essa história. Porém, satisfazer-se com essa possibilidade seria um equívoco e implicaria em desconsiderar que o conceito de bolivarianismo foi o sustentáculo que assegurou o advento dessa narrativa.

---

<sup>95</sup> “A constituição histórica de sentido dá-se, pois, não apenas na forma de uma narrativa elaborada a partir de uma prática cultural oriunda das rotinas do cotidiano, como em uma celebração cívica, em um discurso congratulatório, em um curso universitário ou na produção e recepção de textos historiográficos, em exposições históricas, em jogos históricos, etc. Ela perpassa todas as dimensões das mais diversas manifestações da vida humana. Ela pode efetuar-se na forma de procedimentos inconscientes que influenciam a vida concreta, como o recalque, o afastamento ou a reinterpretação das lembranças, experiências e interpretações impostas que incomodam. Ela perpassa a comunicação no dia-a-dia, na forma de fragmentos de memória e de histórias, de referências a histórias, de símbolos, cujo sentido só transparece na narrativa [...]. Se toda essa imensidão de formas possíveis de tornar presente o passado deve ser resumida com o conceito de ‘constituição histórica de sentido’, então tem de ser demonstrado que cada um dos diversos fenômenos preenche as condições para que a narrativa de uma história possa ser caracterizada de ‘histórica’. Para tanto, é útil recorrer à análise das situações arquetípicas de comunicação na narrativa histórica. Com esse arquétipo pode-se estipular com mais exatidão em que sentido símbolos, imagens, palavras isoladas, alusões e semelhantes podem ser considerados ‘históricos’. Eles são ‘históricos’ se e quando o sentido que possuem nas situações de comunicação da vida humana prática emerge plenamente na forma de uma história na qual o passado é interpretado, o presente entendido e o futuro esperado mediante essa mesma interpretação. É exatamente isso que quer dizer o termo ‘narrativismo’. O caráter de um enunciado, de uma simbolização, de uma apresentação, enfim, de uma articulação ou manifestação de sentido, é histórico se o sentido intencionado abrange um contexto narrável entre o passado, o presente e (tendencialmente) também o futuro, sentido esse no qual a experiência do passado é interpretada de forma que o presente possa ser entendido e o futuro, esperado. O sentido histórico requer três condições: formalmente, a *estrutura de uma história*; materialmente, a *experiência do passado*; funcionalmente, a *orientação da vida humana prática* mediante representações do passar do tempo. Uma teoria da narrativa histórica que organize os pressupostos, os modos, o alcance sincrônico e diacrônico, assim como as funções da constituição histórica de sentido, fornece também o quadro de referências para a análise empírica, pragmática e normativa no trato com a história” (RÜSEN, 2001, p. 160-161, *grifo do autor*). O autor associou esses princípios basilares ao conceito de “narrativismo” que, não obstante, equivaleria à aptidão inata de se narrar uma história, isto é, a produção de um fenômeno cuja elementaridade estaria presente nos momentos mais díspares da vida cotidiana. Talvez, por conta de sua essencialidade quase antropológica, o historiador reconheceu que esse conceito assustava alguns de seus colegas, pois abalava as suas pretensas noções de que somente o profissional da área de história poderia discorrer sobre o passado. Entretanto, tal assertiva não ambicionava desestabilizar os pilares da ciência da história, mas, pelo contrário, o alerta de Jörn Rüsen pedia com insistência maior atenção por parte de seus pares durante a produção de suas narrativas, para que elas fossem, justamente, dignas de fazerem parte de uma comunidade acadêmica. Assim, se estaria separando a narrativa historiográfica, produto de uma investigação realizada por um historiador desde uma série de princípios e normas, ou seja, de uma matriz disciplinar, dos relatos que se remetiam a vida prática, cujo sentido histórico se vincularia a outro horizonte explicativo.

No primeiro discurso, Chávez anunciou que retomaria “o sonho bolivariano” (CHÁVEZ, 2005a, p. 31) e que seu projeto corresponderia ao “autêntico bolivarianismo” (CHÁVEZ, 2005a, p. 31), sem, todavia, pormenorizar o que ele compreendia como significado desse léxico. Ainda naquele momento, foi possível aferir que Hugo Chávez intentava se diferenciar de outros presidentes venezuelanos que, do mesmo modo, se declararam bolivarianos, tais como Antonio Guzmán Blanco (1870-1888) e Eleazar Lopez Contreras (1936-1941). Aquele conceito se assemelharia à descrição feita por Koselleck (2006) de um conceito básico (*Grundbegriffe*). Contudo, ainda não era possível detalhá-lo, pois o seu contexto semântico fornecia poucas pistas sobre ele e, ademais, o seu ineditismo no interior dos discursos não contribuía para o seu exame crítico. Além disso, aponte para o fato de que seria em torno de um conceito básico que os argumentos de um discurso seriam organizados.

Não obstante, o conceito de bolivarianismo proferido no discurso de inauguração da Assembléia Constituinte não somente retomou os pressupostos expostos durante o discurso de posse, como igualmente, ampliou seu sentido, ou seja, se antes a noção de bolivarianismo se referia a um projeto político que se afirmava distinto de outros modelos homônimos do passado, agora, com o acréscimo desse novo contexto semântico, foi possível concluir que esse conceito básico também contribuiu para a fixação de uma nova narrativa histórica para a Venezuela, que, ademais, serviu de base para a redação da nova constituição.

Conforme foi mencionado anteriormente, para Reinhart Koselleck (2006) os conceitos básicos combinariam a experiência e a expectativa de tal maneira que ostentariam uma função imprescindível para a elucidação de temas polêmicos<sup>96</sup>.

---

<sup>96</sup> Em outra ocasião, Koselleck (2004) detalhou o surgimento de um conceito básico desde um estudo do léxico Estado (*Staat*) na língua alemã. Segundo ele, até meados do século XIX o léxico latino *status* “significava posição social ou estamento (*Stand*), no sentido de categoria, honra, cargo, ordem/classe ou, como no francês ‘*état*’, um dos três estados” (KOSELLECK, 2004, p. 33). Todavia, em alemão esse conceito se reportava ao léxico *Staat* (KOSELLECK, 2004, p. 33), isto é, “um conceito que apontava a uma sociedade juridicamente heterogênea, essencialmente pluralista, e política e socialmente desigual”: “*Status*’ no sentido de estamento significava nesta época um subgrupo juridicamente identificável, que pressupunha outros subgrupos igualmente distinguíveis dentro de uma mesma sociedade. A única característica em comum (*Gemeinsamkeit*) destes estamentos ou categorias sociais residia exclusivamente em que todos eles se achavam igualmente submetidos ao príncipe soberano, quem reunia em sua mão o poder de governo. Em qualquer parte que o príncipe fosse ele seria capaz de exercer seus direitos com eficácia por meio de instituições como o exército permanente, o fisco, a jurisdição, e talvez, com o tempo, a Igreja, surgiu, assim, um Estado administrativo moderno (*Verwaltungsstaat*). O impulso de um Estado administrativo que dissolvia nivelava ou abolia todos os privilégios e transformava a sociedade feudal-estamental em uma sociedade de classes como a do século XIX, foi acompanhada de um processo crescente de aceitação de igualdade perante a lei” (KOSELLECK, 2004, p. 33-34).

Com efeito, Koselleck quis destacar que do século XVII até o início do século XIX, estado (*Staat*) “seguiu sendo equivalente a ‘posição social’ ou ‘estamento’ (*Stand*): assim, a posição social do príncipe era seu *estado*” (KOSELLECK, 2004, p. 34, *grifo do autor*). Entretanto, as primeiras décadas do período oitocentista foram palco de profundas mudanças sociais, políticas e culturais, de tal modo que o antigo sentido de estamento (*Stand*) se converteu em um empecilho para a formação do Estado. Deste modo, após uma disputa, entre os conceitos a noção de Estado sobrepujou a de estamento, incorporando, por conseguinte, o seu significado:

‘*Status*’, um conceito que até então indicava uma sociedade pluralista, corporativa, se transformou em um conceito fundamental (*Grundbegriffe*): o Estado reclamou em diante para si mesmo a exclusividade relativa a uma certa combinação de significados. No lugar do príncipe, o próprio Estado se converteu em ‘soberano’. O Estado tomou para si todos os direitos tradicionalmente associados a majestade do príncipe, incluindo a lei, finanças, os impostos, a escola, a Igreja e o exército, redefinindo a todos os antigos súditos do príncipe o da nobreza (*ständische Untertanen*) como cidadãos do Estado, dentro de fronteiras precisas e bem definidas. A partir desse ponto de vista, ‘Estado’ se converteu em um dos muitos singulares coletivos (*Kollektivsingulare*) que incorporam modernamente numerosos significados em um só nome abstrato<sup>97</sup> (KOSELLECK, 2004, p. 34-35).

Nesse sentido, ele ressaltou que “o significado e o uso de uma palavra nunca estabelece uma relação de correspondência exata com o que chamamos de realidade” (KOSELLECK, 2004, p. 36), ou seja, para Reinhart Koselleck, a mudança na linguagem, e

---

<sup>97</sup> Koselleck foi categórico em sua afirmação de que o conceito de Estado eliminou na Alemanha quaisquer outros possíveis significados de “estado” vigentes até então. Entretanto, essa mudança não foi observada em outros países que continuaram empregando o glossário sob os mais distintos contextos. Com isso, o historiador destacou que no âmbito alemão a unicidade do conceito de Estado além de fazê-lo diretamente adverso ao antigo modelo pluralista também fez com ele passasse a ser disputado e questionado, pois sua carga semântica adquirira uma ampliação que o fazia essencial para os mais diversos atores e grupos que o empregavam (KOSELLECK, 2004): “Chegado a esse ponto podemos sustentar um critério geral do que entendemos por um conceito histórico fundamental (*die Kategorie eines geschichtlichen Grundbegriffs*): se trata de um conceito que, em combinação com várias dezenas de outros conceitos de similar importância, dirige e informa por inteiro o conteúdo político e social de uma língua. Assim, ‘Estado’ se converteu em um conceito indispensável, sem o qual já não se poderia em diante perceber a realidade política, nem outorgá-la sentido algum. Precisamente por isso foi cada vez mais combatido, já que as pessoas pertencentes aos estamentos-estados precedentes (*Ständen*) aspiravam em conseguir seu próprio Estado e a levar a cabo seus próprios programas. Deste modo, o conceito pluralista de estado se expandiu de novo, mas sem renunciar a pretensão institucional de exclusividade que esta palavra havia ganhado, no entanto. Foi assim como se converteu em Estado monárquico, Estado socialista, Estado cristão, Estado de direito, Estado nacional, Estado de bem estar, Estado popular, Estado federal..., e todas as demais fórmulas que se poderia pensar no passado e são concebíveis ainda. Todas estas combinações de palavras, historicamente múltiplas e empiricamente conflitantes, se constroem sempre sobre as constantes semânticas do ‘Estado como tal’ [i.e, do Estado em geral, do Estado *tout court* (*Staates überhaupt*)]” (KOSELLECK, 2004, p. 35).

mais especificamente de um conceito, não obrigatoriamente seguiria o mesmo ritmo de uma mudança política ou social, extratextual, visto que são instâncias distintas nas quais as transformações ocorreriam, conseqüentemente, com velocidades distintas. E, no caso mais específico dos conceitos básicos, haveria de se levar em consideração que alguns deles, com o advento da modernidade, mantiveram laços estreitos com projeções sobre o futuro:

Todos estes novos conceitos fundamentais, e outros muitos análogos, têm em comum que, temporalmente falando, já não se apóiam unicamente nas experiências que refletem. Pelo contrário, senão pretendem alguma classe de mudanças no sentido social, político e inclusive religioso. Nosso conceito 'estado' também participa desta nova organização para o futuro. Converteu-se assim em um conceito orientado a gerar novas experiências (*Erfahrungsstiftungsbegriff*)<sup>98</sup> (KOSELLECK, 2004, p. 37).

Em vista disso Reinhart Koselleck fortaleceu seu argumento de que os conceitos básicos além de permanecerem linguisticamente durante um longo intervalo de tempo, também teriam sua própria dinâmica temporal:

Cada conceito fundamental contém vários estratos profundos procedentes de significados passados, assim como expectativas de futuro de diferente calado. De modo que estes conceitos, ademais de seu conteúdo experiencial (*Realitätsgehalt*), contêm um potencial dinâmico e de transformação, temporalmente gerado, por assim dizer, dentro da linguagem. Os conceitos que levam o sufixo – *ismo*, ao quais se referiu Richard Koebner, constituem um exemplo representativo de tais noções ricas em capacidade de inovação (KOSELLECK, 2004, p. 37-38).

Prosseguirei tentando compreender como o conceito básico bolivarianismo foi operado no interior das proclamações de Hugo Chávez Frías, visto que uma nova narrativa histórica foi construída, tendo como base o seu significado. Nesse sentido, me reportarei

---

<sup>98</sup> Após a revolução francesa, houve o incremento de uma carga utópica ao conceito de Estado, operado por escritores idealistas que, naquele momento, conceberam que o verdadeiro Estado só se realizaria no futuro. Segundo Koselleck, essa nova acepção do vocábulo representava um sentido no qual ele se desprendia do presente: “Aparece logo uma terceira variante. Depois que o nosso conceito registrou e reteve durante um longo tempo experiências anteriores acumuladas, e depois que supostamente se revelou um novo futuro, eventualmente, chegou a se separar por completo do contexto da experiência presente. O conceito se enriqueceu então com um conteúdo utópico, convertendo-se, assim, em um puro conceito de expectativa (*Erwartungsbegriff*). Segundo Fichte, o verdadeiro Estado é o Estado vindouro que educaria (*erzieht*) aos cidadãos no cultivo de sua própria independência (*Selbständigkeit*). Uma vez que hajam tomado em suas mãos inteiramente as rendas da administração, estes cidadãos seriam idealmente capazes de deixar de lado qualquer classe de Estado e, portanto, a força e a coerção. O objetivo paradoxal desse Estado seria, pois, eliminar-se a si mesmo. Um pensamento que poderia ter inspirado mais adiante a Marx e Engels o dogma de uma futura ‘abolição do Estado’” (KOSELLECK, 2004, p. 37).

primeiramente a um acontecimento marcante do período oitocentista venezuelano, ocorrido sob o governo de Antonio Guzmán Blanco, quando se comemorou o natalício de Simón Bolívar, e em seguida, refletirei sobre alguns discursos e ações empregadas por outro presidente, Eleazar López Contreras, que do mesmo modo foi um dos principais difusores do bolivarianismo. O conceito de “bolivarianismo” utilizado pelo atual mandatário venezuelano trouxe em seu cerne uma carga semântica que de alguma maneira se ligou a esses dois exemplos, ampliando sua operacionalidade.

## 2.2. A trajetória histórica do bolivarianismo enquanto estratégia de governo e a consolidação da República Bolivariana da Venezuela

Para os historiadores venezuelanos Elias Pino Iturrieta (2003) e Nikita Harwich (2003) o governo de Guzmán Blanco foi imprescindível na produção e consolidação do culto bolivariano. Entretanto, o “marco inicial” do culto se reporta ao ano de 1842, data da chegada dos restos mortais de *El Libertador* em Caracas. Conforme foi destacado por Iturrieta, o antigo companheiro de armas de Simón Bolívar e presidente da Venezuela, José Antônio Páez, recebeu a chegada da urna com um pomposo discurso no qual afirmava que aquele objeto era um tesouro venezuelano e que, conseqüentemente, deveria ser guardado e cultivado por seus filhos, pois Bolívar representava a própria glória da Venezuela. Assim, o ato inaugural de culto proporcionado por Páez diante das cinzas do prócer refletia a sua vontade mandatário de se assumir como continuador da obra do líder máximo da independência. Harwich, por sua vez, se preocupou em compreender como as diversas publicações que se sucederam na Venezuela se relacionaram ao longo do tempo com Simón Bolívar e sua obra.

Nesse sentido, o autor reconheceu que após a chegada da urna funerária ocorreu uma nítida mudança na postura dos escritores venezuelanos. Contudo, foi apenas durante a administração de Guzmán Blanco que o culto a Bolívar se tornou uma política de Estado:

Mas, caberia ao regime do general Antonio Guzmán Blanco fixar definitivamente os cânones que regeriam para a Venezuela as modalidades do culto bolivariano. O movimento armado que o trouxe ao poder, em abril de 1870, consagrou a hegemonia do Partido Liberal. Ao mesmo tempo, o conflito que, a partir de 1872, opôs os civis e as autoridades eclesiásticas, favoreceu a promoção da versão tropicalizada de uma *Kulturkampf* [luta pela cultura] em que a figura do Libertador serviria de referência central. Ademais de favorecer um sentido de coesão nacional, esta nova religião

cívica podia se valer de um conjunto de circunstâncias que contribuíram para sua justificação (HARWICH, 2003, p. 11).

Elías Pino Iturrieta não foi tão incisivo quanto seu colega, mesmo porque seu procedimento de análise se pauta em um exame crítico dos mais distintos acontecimentos que envolveram Blanco e de alguma maneira Bolívar. Assim, o primeiro episódio indicado pelo historiador venezuelano foi o decreto de criação do Panteão Nacional que, na Venezuela, tomou de empréstimo a estrutura da antiga igreja da Santíssima Trindade em Caracas, quando, Guzmán Blanco teria asseverado:

A Pátria agradecida deve guardar esses restos venerados no asilo que consagre a piedade e o amor de um povo, e esta Administração, perseverante no transcendental propósito de deixar satisfeitas todas as nobres aspirações do patriotismo, encarnadas na idéia liberal, cumpre uma altíssima e iniludível obrigação oferecendo um digno testemunho de reconhecimento a memória daqueles mortos ilustres cujos feitos e sacrifícios os apresentam mancomunados com a Revolução de Abril (GUINÁN (1954) apud ITURRIETA, 2003, p. 42).

O encadeamento desses dois eventos históricos – os próceres da luta contra a Espanha com os generais vitoriosos da Guerra Federal<sup>99</sup> –, foi corolário de uma estratégia organizada pelo mandatário visando estabelecer uma relação de equivalência entre ambos os eventos e, também, se afirmar como herdeiro dessas duas tradições. Assim, o governo de Guzmán Blanco ganharia respaldo como sendo a continuação de um projeto que tinha origem nos atores mais célebres da história nacional. A transferência dos restos mortais de Simón Bolívar para a nave da Igreja da Santíssima Trindade, no dia 28 de outubro de 1876, que corresponderia ao recém inaugurado Panteão Nacional, apontava de maneira incontestante para a

---

<sup>99</sup> De acordo com Rafael Arráiz Lucca (2007) o conflito se iniciou a partir das insatisfações dos pequenos produtores rurais e profissionais liberais que defendiam uma diminuição nos impostos e melhor distribuição das rendas do Estado; eles se lançaram contra os conservadores e centralistas liderados num primeiro momento por Julián Castro e depois por José Antonio Páez que controlavam a nação. Inicialmente, tudo indicava que seria mais uma revolta camponesa com baixa penetração nas cidades; entretanto, à medida que os combatentes federalistas avançavam sobre o território nacional e eram recepcionados amistosamente, parte da elite liberal terratenente vislumbrou a possibilidade de tirar proveito desse movimento e acabar com a hegemonia conservadora. Se Ezequiel Zamora era a principal referência campesina, Juan Crisóstomo Falcón e Antonio Guzmán Blanco representavam os interesses do grupo que desejava o poder. Durante os combates, o líder camponês que bradava: “Terra e homens livres, horror a oligarquia” foi morto em condições que permanece misteriosas. Falcón passou a comandar os federalistas, promovendo a Blanco que, aproveitou a oportunidade para se posicionar como um líder hábil, tanto no campo de batalha quanto durante as negociações de paz que encerraram a contenda, cujo saldo final foi de aproximadamente 200 mil mortos, sendo o segundo maior conflito militar da história da Venezuela. Por causa de sua atuação, em pouco tempo o prestígio de Blanco diante de seus pares e da sociedade possibilitou a ele ocupar a presidência por quase vinte anos.

consolidação de uma política de Estado que adotou na propagação do culto a Bolívar o meio que certificaria sua permanência, aproveitando-se até mesmo dos alicerces culturais do catolicismo:

Em termos oficiais, Bolívar ascende ao monte dos deuses. Sai do templo católico ao templo cívico para continuar, também em termos oficiais, a redenção da Venezuela. Mas a cruzada que o Libertador iniciará desde sua nova e notória praça é possível pela vontade de outro grande homem, seu par no futuro que o conduz a um opulento sarcófago e quem também foi selecionado pela Providencia para concluir a tarefa pendente desde a desapareção física do herói. Marcham dois protagonistas excepcionais até o altar glorioso, um defunto e o outro vivo controlando o poder (ITURRIETA, 2003, p. 45).

Beneficiado por um longo mandato, Antonio Guzmán Blanco não desperdiçou a oportunidade que despontava no horizonte de comemorar no ano de 1883 o centenário de nascimento de *El Libertador*. Nesse evento, o discurso proferido pelo mandatário tornou ainda mais nítida sua ambição de conjugar as duas imagens:

A paz, a liberdade, a ordem, como o inesperado progresso transcendental do setênio, da reivindicação, da nova Venezuela, da Venezuela transformada, esta Venezuela de hoje, esta é a Venezuela que na mente do Eterno deveria fazê-lo a mais digna apoteose ao semideus da América do Sul.

Bolívar sobre o *Chimborazo*, ali no fundo dos tempos, mirando para o futuro, o que contemplava depois de um século era esta Pátria constituída, organizada e próspera celebrando seu Centenário na inauguração até de trens, mostra evidente de que entramos já nos horizontes que ilumina o sol da verdadeira e grande civilização.

Nunca a Pátria se viu tão solidamente consolidada, nem tampouco, jamais, alcançou semelhante desenvolvimento favorável.

É que o natalício de Bolívar completou cem anos e a Providência quis que, plenos de felicidade e esperanças, celebremos sua glória com a de um predestinado seu, benfeitor, instrumento de seus arcanos (GUINÁN (1954) apud ITURRIETA, 2003, p. 50).

Elías Pino Iturrieta destacou que pela primeira vez Guzmán Blanco teria invertido a corriqueira relação mantida com Simón Bolívar, ou seja, se antes o mandatário se assumia como um continuador do prócer, a partir de então, deslocava-se para El Libertador a previsão sobre o surgimento daquele que o evocava. Assim, o presidente colocava-se sob a confortável proteção do maior herói venezuelano, daquele que foi colocado na nave da Igreja – Panteão Nacional – respeitado entre leigos e eclesiásticos.

Além desses dois exemplos, Guzmán Blanco igualmente patrocinou dois escritores, José Félix Blanco e Ramón Azpurúa, que compilaram 14 volumes com documentos atribuídos a Simón Bolívar, cuja publicação aconteceu entre os anos de 1875 e 1878. Em seguida, o prócer Daniel Florencio O’Leary foi agraciado com a organização de sua obra, que somou um volume total de 32 tomos, sendo publicada no período compreendido entre os anos de 1879 a 1888. Por fim, o presidente empenhou-se na construção da Praça Bolívar, em 1875, a qual foi adornada com uma estátua eqüestre de *El Libertador* e na criação, em 1879, da nova moeda nacional, o Bolívar<sup>100</sup> (HARWICH, 2003).

Antonio Guzmán Blanco ampliou de tal modo as dimensões do culto a Bolívar que ele se transformou em uma política de Estado, isto é, o governo passou a gerenciar a figura, as idéias e a herança atribuída a Simón Bolívar. Tinha início então o lançamento das primeiras camadas que sedimentariam o conceito de bolivarianismo. O ineditismo do mandatário consistiu em apresentar um *Libertador* que dialogava, sempre que solicitado, com as demandas do presente; dessa maneira, aquele que o convocava poderia argumentar que o brilhantismo do maior venezuelano de todos os tempos o acompanhava. A inauguração de uma praça poderia ser atribuída a uma previsão do prócer, que convenientemente determinaria como obrigação a construção de espaços como este por aqueles que o seguiam; ao se construir uma escola era porque Bolívar já teria predito que os povos necessitam de moral e luzes para serem grandiosos. Enfim, Guzmán Blanco consolidou uma prática política tendenciosa, na qual se governaria com Simón Bolívar. Sob essa concepção, a Venezuela passaria a ter dois mandatários, um mundano e outro espiritual. Ademais, se a comunhão entre ambos fosse proveitosa e gerasse benefícios para a coletividade seria mais um indício de que os dois planos estavam conectados. Sem dúvida, se está diante do primeiro arquiteto do conceito de bolivarianismo, que ainda se configura naquele país.

No ano de 1936, a Venezuela assistiu a investidura de um novo presidente, o general Eleazar López Contreras, que se declarou “abertamente ‘bolivariano’, quanto às suas referências ideológicas e intelectuais” (HARWICH, 2003, p. 14). Para Germán Carrera Damas, a disputa não se encerrava com esse auto-reconhecimento, pois López Contreras ainda se esmerou na doutrinação de toda a sociedade em seus princípios:

---

<sup>100</sup> O nome da moeda perdurou até 2008, quando Hugo Chávez Frías acrescentou o léxico “*fuerte*” (forte) à mesma, com isso, sua denominação foi alterada para “*Bolívar Fuerte*”.

Fundada nesta convicção [ele] se empenhou em compor uma proposição programática destinada a estimular o desenvolvimento espiritual do povo – segundo suas próprias palavras –, mas também orientado para se opor aos efeitos nocivos da política, a prevenir o contágio de idéias julgadas estranhas e a servir de pauta para a ação cotidiana. Em suma, uma proposição programática destinada a contribuir na consolidação do poder em momentos particularmente conflitantes, pois estava exposta a luta de extensos setores populares e dos intelectuais pela liquidação dos fundamentos sociais, econômicos e políticos do regime que por vinte e sete anos encabeçou o general Juan Vicente Gómez (DAMAS, 2006, p. 249).

Eleazar López Contreras temia que as ideias oriundas da Europa, tais como o fascismo e o socialismo, contaminassem o ambiente venezuelano (ITURRIETA, 2003, p. 113). Nesse sentido, a solução por ele apresentada se estabeleceu com a criação da *Sociedad Bolivariana de Venezuela*, em 1938, que se difundiu por todo o território nacional, com o objetivo de divulgar a verdadeira doutrina bolivariana:

O pensamento bolivariano é criador de normas que hoje, apesar da evolução social que se perfilou durante este século, cobram cada vez mais sua atualidade e servem de orientação exata para o melhor desenvolvimento dos povos em sua vida cultural social e política. As ideias bolivarianas não são para nós um simples legado histórico. Os feitos que se realizaram sob a inspiração genial de Bolívar são efetivamente patrimônio de nosso passado glorioso, mas suas ideias, que formam toda uma crença política, não devem permanecer no domínio da especulação histórico-filosófica, senão constituir uma realidade para aproveitá-la como guia da ação vitalizadora que demanda a República (CONTRERAS (1949) apud DAMAS, 2006, p. 251).

Após um exame crítico dessa passagem, Carrera Damas reforçou sua tese de que alguns mandatários se aproveitavam do culto a Bolívar, no escopo de promover um conceito de bolivarianismo que se transfigurasse em uma espécie de ideologia de substituição. Tal mecanismo recebeu pesadas críticas, pois não contribuía para um debate que enriquecesse a situação presente e ainda manipulava a interpretação de episódios passados:

Esta disposição ao resgate do sepulcro de Bolívar desemboca, necessariamente, em intentos de atualização do mesmo. Posto que o propósito não é historiográfico, senão político e ideologicamente utilitário, essa atualização impõe a realização de ousados malabarismos com os tempos históricos. É uma operação praticada comumente com a significação histórica e o pensamento dos grandes homens quando os põem a serviço de causas atuais. São mecanismos simples e não poucas vezes simplistas que não por insultar a razão histórica parecem perturbar sequer o sentido comum daqueles a quem vai dirigido seu efeito. O mais lesto desses mecanismos consiste em tomar como ponto de referência, o pensamento do herói, alguma

expressão que pelo seu nível de abstração ou por seu conteúdo moralizador se situa em um plano que brilha como atemporal, pelo menos no médio período histórico, para fazê-lo corresponder de imediato com uma visão não menos simplificada do presente (DAMAS, 2006, p. 245).

Não há dúvida de que o conceito erigido por Carrera Damas instalou um perspicaz modo de se compreender as mais diversas manobras políticas elaboradas pelos mandatários venezuelanos, com a intenção de se aproximarem do legado de Simón Bolívar. Contudo, não foi à sombra dessa temática que se convocou o historiador venezuelano. Com efeito, se compreendeu outra faceta das ações de López Contreras, ou seja, no momento em que difundiu no território nacional sua Sociedade Bolivariana ele, igualmente, divulgou uma interpretação específica do bolivarianismo que pretendia valorizar o autóctone em detrimento do estrangeiro. Ademais, o mandatário articulou a organização do primeiro congresso bolivariano, em 1938, no qual foram divulgados os pensamentos redigidos pelo prócer. Por fim, o general presidente participou da organização de um partido, a *Agrupación Cívica Bolivariana* para concorrer às eleições de 1940, cujo resultado foi amplamente favorável à agremiação. Iturrieta observou nessa vitória um alarmante problema:

Agora a utilização do herói para um propósito de controle político é evidente, mas ultrapassa os limites da grosseria nesse caso também devido o que ocorreu, uma fraude cuja magnitude lhe deu notoriedade. Os testemunhos mais equilibrados da época e os dirigentes de oposição denunciavam a descarada manipulação da vontade popular sem que o governo possa oferecesse respostas convincentes. Simplesmente permanece em silêncio enquanto enche com seus coroinhas os organismos da representatividade. Do qual se desprende como o arcebispo abandona o misticismo para mesclar a seu nome uma ilegalidade de proporções descomunais. Não somente o feito de usá-lo como grande eleitor dentro de uma eleição marcada pela desonestidade nós sentimos a retorcida presença de Bolívar na posteridade, uma presença precursora de maiores anomalias, senão também na ausência de alardes diante do batismo de um partido oficial que enche cédulas em nome do Pai, para terminar aclamado nas urnas (ITURRIETA, 2003, p. 140-141).

Para Blanco foi conveniente manter-se próximo do culto a Bolívar, que ele ampliou, a partir da inauguração de um panteão histórico, assim como da comemoração do centenário de nascimento de Bolívar. Para Eleazar López Contreras, tal operação era mediada pela Sociedade Bolivariana e da Agrupação Cívica Bolivariana. Em ambos os casos, se configurou a necessidade imperiosa de governar juntamente com *El Libertador*; conseqüentemente, novas camadas de sentido foram adicionadas ao conceito de “bolivarianismo”. A fim de delimitar

essa tese, recorro a um depoimento de López Contreras a respeito de seu governo (1936 – 1941), concedido duas décadas após seu término:

[...] a verdade é que meu governo acreditou ser necessário levantar o adormecido culto por nosso Herói Máximo, Bolívar, por sua Obra de Libertação Continental e por seus princípios doutrinários, para se opor às novas doutrinas, sejam a nazista, fascista ou comunista, que estavam tratando de se infiltrar e dominar todas as atividades humanas, espírito, mentalidade e consciência. Ainda, inclusive, com uma doutrina patriótica e nacionalista se poderia conter e eliminar as tendências a que cada grupo triunfante em nossas contendas civis e políticas voltassem com a funesta tradição de impor uma nova Causa Sectária, com seu correspondente Caudilho e organizador do outro governo arbitrário e despótico.

Acusar-me, pois, de bolivarianismo em benefício de uma política personalista ou sectária, é desconhecer meus antecedentes de fervor bolivariano e minha comprovada atuação pública sem retenções ou pretensões descabidas de crer-me um caudilho militar ou político (CONTRERAS (1966) apud ITURRIETA, 2003, p. 133-134).

Nos dois casos observados referentes às administrações de Antonio Guzmán Blanco e Eleazar López Contreras, o culto a Bolívar, juntamente com o bolivarianismo, foram os meios que asseguraram a esses mandatários a coesão em torno de seus projetos, assim como na promoção da política de Estado. Se o período que antecedeu o primeiro foi marcado por uma terrível convulsão social e política, devido à Guerra Federal (1858-1863), o segundo representou o exercício do poder executivo por um novo líder, após vinte e sete anos de domínio do general Juan Vicente Gómez (1908-1935). Em linhas gerais, se poderia afirmar que em momentos de convulsão nacional, o bolivarianismo ressurgiria como um mandamento que, além de apaziguar os ânimos, reposicionaria a Venezuela no caminho das glórias que outrora fora percorrido por Simón Bolívar. Desde o traslado dos restos mortais de *El Libertador* para a Igreja da Santíssima Trindade, posteriormente transformada em Panteão Nacional, até o uso de seu legado para a criação de uma sociedade patriótica e um partido político, o bolivarianismo foi adquirindo uma carga simbólica que dilatou o seu significado. Portanto, quando Hugo Chávez Frías decidiu utilizá-lo, o resultado foi a sobreposição de mais uma camada de sentido ao conceito. Entretanto, à medida que o bolivarianismo de Chávez se transformou em um imperativo que orientaria a refundação da nação, estabelecendo uma ligação indefectível entre ambos, se inaugurava um sentido inédito para o mesmo.

Efetivamente, Guzmán Blanco e López Contreras não associaram a existência da nação ao bolivarianismo, ou seja, ambos foram governantes da República da Venezuela e

recorreram às interpretações pessoais do bolivarianismo no escopo de administrar o país em momentos de crise. Por mais tênue que fosse a linha divisória entre esses princípios, nenhum dos dois mandatários ousou ultrapassá-la. Nesse passo, a inovação de Hugo Chávez consistiu em, justamente, pautar-se pelo que ele considerava a refundação da pátria, isto é, a Venezuela em si perderia seu espaço que, não obstante, seria redimensionado na República Bolivariana da Venezuela. Essa modificação foi por ele defendida quando discorreu sobre os principais conceitos que deveriam orientar os constituintes:

Mas também se revaloriza o conceito de nação, porque igualmente a nação pode desaparecer. O povo é a mesma nação, a nação é o mesmo povo, em meu critério, dentro do navegar das ideias; para que um povo se considere uma nação lhe faltaria um elemento mais: não somente o passado comum, não somente o presente com uma vontade comum, senão um projeto para o futuro. A nação é o povo em marcha unido desde o passado com uma vontade no presente marchando até objetivos grandiosos no futuro. Quando um povo consegue um rumo, quando um povo consegue uma direção histórica, somente então, em meu critério, podemos falar de nação. Hoje, ademais do passado, ademais do presente, creio que podemos dizer que a Venezuela está marchando para ser uma nação; com um projeto ao que vocês estão obrigados, representantes do povo, Constituintes soberanos, a intuir, a buscar, a contrair e a plasmar básica e fundamentalmente no texto constitucional.

O projeto nacional em sua visão macro deve estar em meu critério e é uma das minhas sugestões, semeado no texto constitucional, porque faz muito tempo que a nação venezuelana andava sem rumo, não sabíamos para onde íamos. Agora, vivemos a ressurreição como povo, mas ainda nos falta a ideia de marchar até objetivos transcendentais; somente lá podemos falar de nação. Esse conceito dos três elementos fundamentais da nação está concentrado aqui no texto constitucional e se contrai ali não por capricho, se fechou ali porque é importante que todas as crianças venezuelanas comecem a conhecer agora mesmo a condição indispensável para ser povo e mais ainda, para ser nação em marcha. Ortega o plasmava na 'Rebelião das Massas', a nação é um plebiscito constante, a nação está permanentemente fazendo-se e desfazendo-se. Um povo sem objeto para o futuro estaria no passado ou no presente dando volta sobre si mesma sem conseguir uma direção.

Esses conceitos estão contraídos aqui no capítulo que apresenta a ideia do povo, de nação, de república. O conceito de república e o conceito de Estado, a república, a rede pública, a coisa pública, moral e luzes: os pólos da república. Instituições sólidas devem conformar a república, o que disse e repeti nesse dia memorável. Felizmente sou Presidente, o último presidente da IV República e mais felizmente, duplamente feliz porque, também graças a Deus e ao nosso povo, serei, espero que assim seja, o primeiro Presidente da V República, o primeiro Presidente da República Bolivariana que voa. Mais e intensa felicidade, humilde felicidade que não pode caber no coração de um homem e isso não me pertence, eu apenas sou como um transmissor,

um condutor da felicidade, a felicidade eu compartilho com vocês e especialmente com o povo heroico e nobre da Venezuela

A ideia de uma república institucionalizada, democrática e livre, soberana diante do mundo; que não aceite ingerência de nenhum poder estrangeiro, econômico ou político porque somos livres e soberanos para definir nosso próprio rumo, nosso próprio modelo, respeitando para sempre a autodeterminação dos povos do mundo.

Uma república que se declara Bolivariana, assim proponho esta ideia fundamental ou em uma destas ideias fundamentais; que a Constituição Bolivariana declare que a República da Venezuela será uma República Bolivariana, e quando se declara República Bolivariana, é porque se declara portadora de uma mensagem de paz para todos os povos do mundo, portadora de uma mensagem de integração na área latino-americana e caribenha, um velho sonho de Bolívar que volta cavalgando com o povo da revolução: a ideia da anfictionia. É uma república anfictionia, aberta aos povos do continente para fazer, como diria Bolívar em sua Carta da Jamaica, - estive recordando faz pouco tem juntamente com o Primeiro Ministro desta república irmã e nação, Percival Patterson, um grande Bolivariano do Caribe, recordando na Jamaica aquilo que dizia Bolívar em sua carta profética: 'Que belo seria que formássemos no Novo Mundo uma nova nação e que este istmo do Panamá seja para nós o que o de Corinto foi para os gregos, ponto de união'.

A República Bolivariana, eu peço que se declare assim, abre os laços de paz, de irmandade, mas de firmeza e respeito a todos os povos, nações e governos do universo-mundo. Estamos semeando um novo mundo, um novo século, com dignidade, com altura, com soberania, República Bolivariana, soberana, livre, democrática, verdadeiramente democrática, sem enganos, sem falsidades, sem discursos retóricos, ociosos e vazios. Democrática porque tem povo, porque a democracia, se não tem povo, é igual a um rio sem leito, um rio sem água, um mar seco seria a democracia se não tem um conteúdo profundamente social, de igualdade, de justiça e de visão humana (CHÁVEZ, 2005a, p. 293-295).

A partir desse ponto, o discurso do mandatário foi marcado por uma reflexão mais pontual a respeito do contexto em que se encontrava a Venezuela. Para Hugo Chávez, havia não somente a necessidade de se reforçar o papel dos três poderes existentes, mas, do mesmo modo, de criar dois novos – Moral e Eleitoral –, cuja função seria auxiliar na construção e consolidação da V República. Chávez reiterou seu compromisso de aceitar todas as deliberações adotadas pela Assembleia Constituinte, até mesmo mencionando que se fosse decidido que ele deveria se ausentar do cargo de presidente enquanto não ocorresse a apreciação de uma nova Carta Magna, ele cumpriria tal determinação e imediatamente pediria licença.

Nesse cenário, Hugo Chávez apresentou ao país a nova narrativa histórica, cujo conceito básico e central, bolivarianismo, lhe possibilitou manejar o passado, sob uma perspectiva na qual o nascimento da V República seria atrelado à retomada de uma gesta de

ouro que perdurou enquanto Simón Bolívar viveu. Ademais, tal narrativa não se equivalia às narrativas historiográficas que, por estarem à sombra da ciência da história, deveriam se pautar em uma metodologia precisa. Assim, acompanhar como a história de Hugo Chávez serviu de alicerce para a redação da nova constituição venezuelana, apresenta-se como um profícuo modo de se compreender como parte da sociedade aceitou essa narrativa.

De acordo com o sociólogo venezuelano Edgardo Lander (2005), os altos índices de aprovação popular que desfrutava o *establishment* chavista contribuía para que o presidente atuasse de maneira incisiva sobre os seus correligionários constituintes, que acompanhavam e debatiam com o presidente as sugestões que ele indicava para a redação da nova constituição. Além disso, o especialista reconheceu que se, por um lado, a sociedade venezuelana seguia de perto os debates que ocorriam no interior da Assembleia, visto que eles eram transmitidos pela televisão e rádio, por outro, ele foi um severo crítico da redução do prazo de funcionamento da instituição de seis para três meses, que em sua opinião atropelava o debate. Assim, o segmento das organizações não governamentais não conseguiu produzir a tempo propostas para serem apreciadas, ou então, devido à urgência dos trabalhos, tantas outras recomendações por elas elaboradas não foram sequer consideradas. O jurista venezuelano Allan Brewer-Carías (2003) fez uma análise dessa instituição:

A Assembleia Nacional Constituinte que se instalou no dia 3 de agosto de 1999, não obstante, interpretou que sua missão não se limitava a somente elaborar uma nova Constituição, tal e como derivava do mandato popular que lhe deu origem, exercendo então outras funções e poderes para os quais não tinha autoridade alguma. A ANC assumiu, assim, inclusive contra o que havia sido decidido pela Corte Suprema de Justiça, um poder constituinte originário, o que a levou a tomar decisões que iam mais além da criação de um ordenamento jurídico para a transformação do Estado. Desta forma, das cinco etapas nas quais se podem dividir as atividades da Assembleia, somente duas se dedicaram a tarefa que tinha popularmente prescrita, que era, precisamente, a produção de uma nova Constituição (BREWER-CARIÁS, 2003, p. 1-2).

Igualmente, o autor teceu pesadas críticas ao fato de que não existia um pré-projeto que orientasse o trabalho dos constituintes. Em vista disso, ele também recriminou a exiguidade do tempo que marcou o funcionamento da Assembléia que, em sua opinião, comprometeu a elaboração do documento:

Enquanto a tarefa de elaboração de um novo texto constitucional, lamentavelmente, desde o início, a Assembleia não chegou a adotar uma metodologia adequada para a preparação do projeto. Deveria ter-se partido de um anteprojeto concebido como um todo orgânico sobre o qual as diversas comissões deveriam ter trabalhado para a elaboração das respectivas moções. Mas, lamentavelmente isso não sucedeu assim, se ignoraram as experiências de anteriores Assembléias ou Congressos Constituintes como os dos anos de 1947 e 1960. Em consequência, na Assembleia Nacional Constituinte de 1999, para a elaboração do novo texto constitucional não se partiu de qualquer anteprojeto elaborado previamente, e isso apesar de que o Presidente da República havia designado uma Comissão Constituinte que deveria ter realizado essa tarefa. Essa comissão não apresentou plano algum e foi o presidente da república quem, a poucas semanas de se instalar a Assembleia, enviou um documento intitulado *Ideas Fundamentales para la Constitución Bolivariana de la V República* (agosto 1999), o qual, na realidade, não se podia se considerar assim pela própria Assembléia para que as comissões iniciassem seus trabalhos. O documento, não obstante, foi seguido por muitas comissões, mesmo isoladamente.

Metodologicamente, portanto, o trabalho da Assembleia se iniciou com a falha fundamental de carecer de um anteprojeto que servisse de ponto de partida geral para os trabalhos de preparação de uma nova Carta Magna, de modo que a Comissão Constitucional, com a premência e pressão que se imprimiu para concluir seu trabalho, durante os somente quinze dias no quais seccionou não pode realizar adequadamente a tarefa de elaborar um projeto acabado de constituição, totalmente integrado e coerente [...] (BREWER-CARÍAS, 2003, p. 2-3).

Allan Brewer-Carías (2003) dividiu o processo constituinte em cinco etapas e para cada uma delas fez uma série de observações sobre o modo como os constituintes redigiram uma nova orientação política, econômica, jurídica e social. Nesse trabalho, analisei somente o preâmbulo da Carta Magna e o primeiro artigo, pois foi exatamente aí que se imbricou definitivamente o bolivarianismo ao destino da nação.

O jurista venezuelano Fortunato González Cruz (2005) analisou os valores e os princípios contidos na constituição de 1999, assinalando que cada pessoa possuiria seu próprio conceito de valor e assim uma leitura própria da realidade. Com isso, quando a ideia de valor era aplicada a bens materiais ela poderia ser palpável, mas quando fosse relacionada às ideias, ela seria imensurável:

[...] os valores constitucionais são bens intangíveis. A palavra *valor* significa na filosofia e segundo o Dicionário da Real Academia Espanhola de Língua... ‘*qualidade que possuem algumas realidades, chamadas bens, pelo qual são estimadas. Os valores têm polaridade enquanto são positivos ou negativos, e hierarquia enquanto são superiores ou inferiores*’. Os valores podem ser positivos ou negativos, mas evidentemente a Carta Magna refere-se, exclusivamente, aos valores mais apreciados pelos venezuelanos e que se

consideram positivos. Como estão consagrados na Carta Magna, devem inspirar todas as nossas atuações públicas e privadas e, fundamentalmente, as atuações daqueles que exercem o Poder Público, desde a Presidência da República até os funcionários que ocupam a base da Administração Pública (CRUZ, 2005, p.11-12, *grifo do autor*).

Do mesmo modo e reportando-se novamente ao Dicionário da Real Academia, o autor assinalou que o conceito de princípio seria correspondente a “uma norma ou ideia fundamental que rege o pensamento ou a conduta” (CRUZ, 2005, p. 12). Feito isso, o jurista sustentou que princípio e valor não seriam sinônimos, pois “o que acontece é que a norma ideal ou o *princípio* geralmente consagra *valores* que consideramos fundamentais” (CRUZ, 2005, p. 12, *grifo do autor*). Em linhas gerais, o autor sustenta que quando a noção de valor era posta num plano metafísico possuiria uma qualidade inatingível e assim estaria acima de um princípio, que por sua vez seria o modo pelo qual se estabeleceria uma relação com o primeiro. Ainda segundo Fortunato González, o preâmbulo da Carta Magna venezuelana se demonstrou emblemático:

A constituição da República Bolivariana da Venezuela começa com uma declaração denominada *Preâmbulo* cujas disposições são tão obrigatórias como as contidas no documento; só que como o Preâmbulo está redigido em um estilo literário de ensaio, como um leve conteúdo poético, seu conteúdo serve mais para ilustrar e guiar do que para ordenar. A forma poética do Preâmbulo não diminui o seu valor jurídico e obrigante (CRUZ, 2005, p. 12, *grifo do autor*).

Antes de aprofundar as considerações do autor sobre o prefácio da constituição venezuelana, convém ressaltar o conteúdo da mesma, visando compreender como se operou a refundação da nação<sup>101</sup>:

O povo da Venezuela, no exercício de seus poderes criadores e invocando a proteção de Deus, e o exemplo histórico de nosso Libertador Simón Bolívar e o heroísmo e o sacrifício de nossos antepassados aborígenes e dos percussores e forjadores de uma pátria livre e soberana; com o fim supremo de refundar a república para estabelecer uma sociedade democrática,

---

<sup>101</sup> Para que não houvesse maiores problemas de tradução desse documento oficial, recorreu-se a três versões do mesmo que se encontram disponíveis na internet. A primeira foi retirada do site, <http://www.analitica.com/bitblo/anc/constitucion1999.asp#preambulo>, um dos mais importantes e renomados periódicos on-line da Venezuela; a segunda versão da página da Universidade Central da Venezuela (UCV), [http://www.ucv.ve/fileadmin/user\\_upload/auditoria\\_interna/Archivos/Material\\_de\\_Descarga/Constitucion\\_de\\_la\\_Republica\\_Bolivariana\\_de\\_Venezuela\\_-\\_36.860.pdf](http://www.ucv.ve/fileadmin/user_upload/auditoria_interna/Archivos/Material_de_Descarga/Constitucion_de_la_Republica_Bolivariana_de_Venezuela_-_36.860.pdf), e a terceira versão de uma página oficial do Ministério da Educação do governo venezuelano, [http://www.me.gob.ve/media/contenidos/2006/d\\_269\\_8.pdf](http://www.me.gob.ve/media/contenidos/2006/d_269_8.pdf).

participativa e protagônica, multiétnica e pluricultural em um Estado de justiça, federal e descentralizado, que consolide os valores da liberdade, da independência, a paz, a solidariedade, o bem comum, a integridade territorial, a convivência e o império da lei para esta e para as futuras gerações, garantindo o direito a vida, o trabalho, a cultura, a educação, a justiça social e a igualdade sem discriminação nem subordinação alguma; promovendo a cooperação pacífica entre as nações e impulsionando e consolidando a integração latino-americana de acordo com o princípio da não intervenção e da autodeterminação dos povos, a garantia universal e indivisível dos direitos humanos, a democratização da sociedade internacional, o desarmamento nuclear, o equilíbrio ecológico e os bens jurídicos ambientais como o patrimônio comum e irrenunciável da humanidade; em exercício do seu poder originário representado pela Assembleia Nacional Constituinte mediante o voto livre e em referendo democrático, decreta a seguinte:

## Constituição

### Título I

#### Princípios Fundamentais

Artigo 1. A Venezuela se declara República Bolivariana, irrevogavelmente livre e independente e fundamenta seu princípio moral e seus valores de liberdade, igualdade, justiça e paz internacional na doutrina de Simón Bolívar, o Libertador (VENEZUELA. Gaceta Oficial. *Constitución de la Republica Bolivariana de Venezuela*. Caracas, 1999, N. 36.860).

Fortunato González Cruz (2005) limitou-se a breves indagações que, por sinal, não correspondiam ao seu objetivo inicial de analisar criticamente o estabelecimento de novos valores e princípios no interior da Carta Magna. Bem menos reticente foi Allan Brewer-Carías (2000) que, ao invés de simplesmente constatar – como fez o seu colega – que haveria um teor poético no prelúdio e que a nação havia ganhado um novo nome, tratou de problematizar tais alterações:

Historicamente, a ideia da República Bolivariana, aponta para uma organização política que implicou no desaparecimento da Venezuela como Estado; assim, sob esse ângulo, a mudança de nome é totalmente inadmissível e contrária à ideia de independência de nosso país. Em todo caso, seria demasiado torpe e néscio pensar que a motivação da alteração do nome proposta, o qual ainda não foi justificado, respondeu a essa ideia de desaparecimento da República da Venezuela (BREWER-CARÍAS, 2000, p. 10)

Os parágrafos que seguiram esse trecho foram ainda mais incisivos, ao ponto do autor pedir que a proposta de alteração do nome fosse repelida, pois atendia a critérios obtusos, isto é, mais camuflavam uma intenção do que a explicitavam:

Mas, igualmente néscio e torpe seria que se pretendesse fundamentar a mudança de nome em algum afã romântico de evocar o pensamento e a ação do Libertador, na formação de nossa República. Para isso teria sido suficiente fazer essa indicação tanto no preâmbulo como no artigo 1º, como foi aprovado na primeira discussão.

A modificação do nome, portanto, deve ter outra explicação e essa não é outra que uma motivação política, partidária, partisanas ou partidarista, que se deriva da denominação inicial do movimento político que estabeleceu e comanda o Presidente da República, Hugo Chávez e que, como partido político, pretendeu atuar com o nome de Movimento Bolivariano 200. O partido do Presidente da República, com efeito, é o ‘partido bolivariano’ e é por isso que se pretende impô-lo como o nome da República. Isso, em nosso critério, deve ser rechaçado, não somente por ser antibolivariano (não se esqueça que o último grito do Libertador, na véspera de sua morte, foi para que cessassem os partidos) senão porque pretende consolidar, desde o primeiro artigo da Constituição, a divisão do país, entre bolivarianos e os que não o são; entre patriotas e realistas; entre bons e maus; entre puros e corruptos; entre revolucionários e anti-revolucionários; e tudo isso mediante a manipulação da história e os sentimentos populares com o controle do poder (BREWER-CARÍAS, 2000, p. 10).

A análise crítica do jurista demonstrou que ele compreendeu mais que seu colega, Fortunato González Cruz, que a alteração do nome do país não era algo tão simples quanto se afirmava, merecendo ampla problematização. Nesse sentido, quando realçou que por detrás dessa modificação haveria tanto uma implicação histórica – ou não foi o próprio Simón Bolívar que dissipou a existência da Venezuela enquanto Estado, em prol da Grande Colômbia? – assim como implicações sociais – ao se alterar o nome de uma nação, conseqüentemente, a identidade nacional que dali se originaria também assumiria uma nova conotação, isto é, ser patriota, sentir-se venezuelano, tornou-se equivalente a sentir-se bolivariano<sup>102</sup>.

---

<sup>102</sup> O historiador Elias Pino Iturrieta também examinou a alteração do nome do país a partir de uma comparação com a mudança na designação da cidade de São Petersburgo. Entretanto, ele partiu do caminho inverso e iniciou sua análise questionando porque essa cidade retomou sua terminologia original com o fim do comunismo e abandonou a denominação de Leningrado. Em seu entendimento, “quando os russos retomam o nome de São Petersburgo, eles colocam no seu devido lugar um partido político que se assumiu como profeta do futuro e do passado” (ITURRIETA, 2003, p. 233). Essa analogia serviu de referência para que ele fundamentasse uma dura crítica a proposta chavista: “Determinar oficialmente o carácter excepcional de um só dos integrantes da sociedade, mas também da época que inspirou, sem considerar os fenômenos anteriores e posteriores, é um atentado contra a história nacional entendida como processo e como atividade coletiva. Identificar oficialmente a

Dessa forma, Brewer-Carías delimitava a questão: a nação estava passando por um processo de refundação, no qual a República da Venezuela saía de cena para a entrada da República Bolivariana da Venezuela. O país em si não deixou de existir, mas, inegavelmente, novas bases foram instaladas sobre ele, houve a criação de um novo sentido histórico que, não obstante, se amparava no engendramento de uma distinta narrativa para a nação.

Num esforço de recapitulação, se observou que para o líder político oitocentista Antonio Guzmán Blanco, a aproximação do centenário de nascimento de Simón Bolívar, assim como o traslado de seus restos mortais para o Panteão Nacional, representou uma política de governo que pretendia apaziguar os conflitos internos, de modo que a Venezuela pudesse reencontrar o caminho da prosperidade. No início do século XX, após vinte e sete anos de domínio eleitoral de Juan Vicente Gomez, o general Eleazar López Contreras assumiu a presidência se declarando seguidor de *El Libertador* e impulsionando a organização de instituições bolivarianas que ajudassem o país tanto a se proteger de ideologias externas, como também apaziguassem as insatisfações que irrompiam com o renascer das agremiações políticas. Novamente, o culto a Bolívar foi o meio que permitiu ao governo estabelecer um diálogo com a sociedade. Por fim, chegou ao poder Hugo Chávez Frías e examinando seu primeiro ano de governo foi possível afirmar que para ele cultuar o prócer no interior da Igreja da Santíssima Trindade ou impulsionar a criação de organizações que levassem seu nome não bastaria. A solução encontrada pelo presidente foi promover a refundação da nação, ou seja, se antes o culto a Bolívar e o bolivarianismo eram práticas de governo, com Chávez ambos ascenderam a um novo patamar, no qual se imbricaram ao Estado.

Com efeito, o mandatário mesclou o destino da República da Venezuela com o de *El Libertador*, buscando demonstrar que ambos compartilhavam a mesma trajetória. Se antes a pátria era uma “viúva” que dependia de seu filho pródigo Simón Bolívar para defendê-la e

---

república com o nome do Libertador significa a criação de uma classificação errônea, falaz e prejudicial dos feitos sucedidos dentro de nossa fronteira desde o Descobrimento, pelo menos” (ITURRIETA, 2003, p. 234). Ademais dessa ressaltava, o autor alertou para o equívoco de se misturá-las: “A Constituição prevê a metamorfose da história da Venezuela pela história de Simón Bolívar. O cambalacho demonstra a carência de noções em torno da historicidade dos processos humanos e sobre o império da cronologia. O que pensou o grande homem entre 1810 e 1830 foi pensado para tal época [...]. Como prisioneiro de sua historicidade, o protagonista da Independência somente pode pensar nela, sem a pretensão sobre-humana de traçar uma linha de vida que perdurará para sempre” (ITURRIETA, 2003, p. 236). Por fim, Iturrieta identificou semelhanças entre a medida de Hugo Chávez e o decreto do imperador romano Constantino, que fez do cristianismo a religião oficial de Roma, pois de acordo com o historiador, em ambos os casos, os líderes recorreram a um redimensionamento de seus panteões como estratégia para a manutenção do poder, e, especificamente no caso venezuelano, esse fato se reportava a uma tradição de dirigentes que atribuíam a Bolívar um papel central, que possibilitava organizar as mais distintas esferas.

fazê-la prosperar no panorama mundial, de agora em diante esse cenário seria diverso, pois o presidente ao refundá-la a colocou em simbiose com *El Libertador*.

Paralelamente, esse novo país precisava ter sua história narrada, tarefa assumida por Hugo Chávez. Ele reiterou que a origem daquela nação se reportava ao início do século XIX, quando ambos – Venezuela e Bolívar – se ligaram para enfrentar o império espanhol. De maneira dramática, o narrador da nova versão histórica sobre a nação lembrava as adversidades enfrentadas naquele período, a destruição geral causada pela guerra, a perda de vidas inocentes. No entanto, apesar de todos os problemas, o mandatário não se esquecia de mencionar que naquela época ambos se sentiam realizados, pois se mantinham juntos. Com o fim dos combates, o par precisava se reorganizar, mas, nesse momento, pessoas com interesses escusos começaram a fomentar a discórdia, até que um dia ocorreu a separação. Novamente, o narrador desenha contornos dramáticos para descrever que com o fim da união o prócer buscou o exílio e não demorou muito para que ele morresse. Do outro lado, a Venezuela passaria por um longo período no qual seria dominada por homens que não a apoiavam e nem a tratavam com respeito; a pátria padecia.

Entretanto, a narrativa reitera para as pessoas que a acompanhavam que elas não deveriam abater-se, nem tudo estava perdido, pois o maior símbolo deixado por essa época em que a nação e Bolívar estiveram juntos era o conceito de bolivarianismo; ele representaria o amor, a coragem e a devoção que alguém poderia sentir pela Venezuela. Um sentimento tão profundo que deveria ser seguido por todos. Desse modo, reanimá-lo e reaproximá-lo da pátria seria a melhor maneira de trazer à tona fazer emergir um passado glorioso que não somente seria atualizado, mas que analogamente serviria de inspiração para orientar-se quanto ao futuro.

Nesse sentido, Hugo Chávez Frías defendia que a V República nascia recobrando suas origens remetidas ao intervalo de tempo entre 1810 e 1830, no qual a Venezuela travou a maior batalha de sua história, assim como o despontar de seu maior herói. Concomitantemente, essa mesma nação negava parte do passado venezuelano, destacadamente o recorte temporal de 1830 até 1999. Ainda que alguns líderes, tais como Cipriano Castro e Ezequiel Zamora, tivessem se esforçado em recuperar a doutrina de Bolívar para a Venezuela, esse intervalo da história era renegado, visto que ele se associava a uma tradição antibolivariana, por ter sido controlado por uma elite que beneficiaria a si ao invés do povo.

Em vista disso, quando aconteceu a aprovação da constituição, a última da República da Venezuela e a primeira da nova pátria, mediante referendo popular, no dia 15 de dezembro de 1999<sup>103</sup>, parte da sociedade reconheceu a validade da narrativa que Hugo Chávez vinha sustentando, na qual ele apontava que a nação só poderia se desenvolver juntamente com os pressupostos do bolivarianismo:

Hoje é um dia de signos cruzados, hoje é um dia de fim e de começo. Hoje termina, graças a Deus e graças a vocês, soberaníssimo povo da Venezuela, heroico povo da Venezuela, hoje termina uma era nefasta. Hoje termina uma República, a IV República, que não somente se refere aos últimos 41 anos; para ser mais exato, desde o ano de 1958 se instalou aqui o regime que ficou conhecido, como o *Pacto de Punto Fijo*. Entrou para a história, esta falsa democracia passou para a história, mas quando me refiro a que hoje termina algo, é que está terminando uma república extensa; está terminando uma República antibolivariana, uma República que nasceu sob o influxo nefasto do assassinato do Marechal de Ayacucho Antonio José de Sucre, uma República que nasceu sob a influência da traição de um povo: o povo venezuelano (CHÁVEZ, 2005a, p. 498, *destaque do autor*).

Com efeito, o líder venezuelano enalteceu o esforço de todos aqueles que trabalharam para a aprovação da nova Carta Magna, através de um referendo popular, pois para ele esse era o indício de que para muitos venezuelanos a nação precisava ser reerguida. Nesse sentido, realçar que a aprovação atingiu a casa dos 71% corroborava a tese de que mais da metade da sociedade estava disposta a iniciar uma nova etapa, a era bolivariana. Apesar do clima de euforia compartilhado pelo mandatário e seus correligionários houve dúvidas sobre se ela se mantém se comparada ao universo integral de eleitores. Se o total de pessoas aptas para participar correspondeu a 15.679.855 milhões, ou seja, 100%, e, se desses, apenas 3.301.75 milhões escolheram o sim, logo, o seu valor percentual seria de apenas 21,05% do total. Não foi possível constatar se Hugo Chávez tinha consciência dessa conta; entretanto, se verificou que ele foi enfático no apelo para que a sociedade permanecesse unida:

---

<sup>103</sup> De acordo com os dados oficiais do *Consejo Nacional Electoral* (CNE), <http://www.cne.gov.ve/web/documentos/estadisticas/e012.pdf>, o percentual de eleitores que não se dirigiram as urnas chegou à casa dos 55,63% (6.041.743) enquanto que o total de votos válidos correspondeu a apenas 44,37% (4.819.056). Desses, 71,78% (3.301.75) disseram sim ao novo texto enquanto que 28,22% (1.298.105) optaram pelo não. De imediato se analisou que havia uma notável discrepância entre os dois principais números, isto é, o de votos válidos e o de não comparecimento; com isso, duas hipóteses foram estruturadas: a primeira destacava que nem todos os venezuelanos se sentiam confortáveis com a criação de uma nova pátria sob os auspícios de uma peculiar narrativa controlada pelo mandatário; a segunda apontava para o fato de que uma considerável parcela da sociedade já se sentia inserida nessa nova pátria e na história que a envolvia.

Trata-se de reconstruir um país que foi destruído. Vocês sabem; quem pode negar? Trata-se de fazer avançar um projeto político, trata-se de construir uma democracia verdadeira, se eles nos enganaram durante tanto tempo, eles nos enganaram, a nossos filhos, a nossos pais, nos defraudaram. Agora eu lhes chamo, vamos todos positivamente, vamos todos nos unir: empresários, católicos, protestantes, trabalhadores, desempregados, homens, mulheres, jovens, velhos, todos juntos, civis, militares, vamos levantar a bandeira bolivariana.

Se algo foi defendido por Bolívar, e isso tem que ser um signo da nova República Bolivariana, é a unidade. Leiam a Bolívar e vocês observaram, inclusive, que em sua última proclamação o chamado a união, ou aquilo que ele mesmo afirmou: ‘Somente a união nos falta para conquistarmos a obra de nossa regeneração. Unamos-nos e seremos invencíveis’. A Venezuela será grande de novo e para isso é necessário a união nacional, deixar de lado os velhos critérios, os dogmas, as falsidades; os preconceitos; os temores e colocar na frente à fé, o amor, o otimismo, as vontades de ter um país, o desejo de ter uma democracia verdadeira, que seja orgulho de nossa estirpe bolivariana, de nossa linhagem libertária, vamos fazê-lo todos juntos (CHÁVEZ, 2005a, p. 501-502).

Inserida nesse contexto, a pátria atravessaria o ano de 1999 e avançaria sobre 2000, data que também marcava o início de um novo milênio. Coincidências a parte, para os venezuelanos também se iniciava uma nova era, que se assumia de tal modo bolivariana, ao ponto de acrescentar essa terminologia ao nome do país; assim a nação deixava de ser a República da Venezuela para se transformar na República Bolivariana da Venezuela. Seu novo líder era uma figura conhecida desde o início dos anos 1990 e juntamente com um pequeno grupo de militares tentou, através de um golpe de Estado, destituir o presidente Carlos Andrés Pérez. A intentona fracassou, mas, paradoxalmente, parte da população se identificou com um dos líderes daquela sublevação que desde então passou a influenciar o cenário político venezuelano. Hugo Chávez Frías se transformou em um símbolo.

Durante quase toda a última década do século XX ele bradou que a única maneira de salvar a Venezuela seria recolocá-la no caminho do bolivarianismo. O reencontro de ambos faria com que o país retomasse seu verdadeiro rumo, ou seja, sendo guiado pelo código mor de todo o saber já produzido a respeito da nação: o epistolário bolivariano. Assim, interpretá-lo, compreendê-lo e pô-lo em prática significaria que o processo de consolidação da grande Venezuela que outrora *El Libertador* havia sonhado se iniciaria de uma vez por todas.

O maestro que regia essa sinfonia era Hugo Chávez; era ele que acertava as notas e o ritmo de sua orquestra a fim de propagar uma música que soasse harmônica aos ouvidos daqueles que a acompanhavam. Demonstrar que ela era a mais natural e essencial de todas as melodias acerca da nação cimentaria a impressão de que a pátria estava envolvida pela

harmonia mais apoteótica. Assim, o líder pretendia afastar os olhares desconfiados daqueles que afirmavam já terem escutado essas sucessões rítmicas em outros momentos e que da mesma forma alertavam para o mal-estar que essa canção poderia significar.

O regente da orquestra marginalizou o coro dos descontentes desde o primeiríssimo arranjo de sua composição, demonstrando que os atuais insatisfeitos corresponderiam aos herdeiros daqueles que no século XIX traíram e expulsaram Simón Bolívar da Venezuela. Esses antibolivarianos sempre tiveram medo da espada e da palavra do prócer e, a partir do momento em que eles assimilaram que não podiam mais controlá-lo, tornava-se imperativo livrar-se do comandante de outrora e daqueles que se posicionavam como herdeiros de seu pensamento. A contra-ofensiva de Hugo Chávez procurou associá-los durante um longo período aos inimigos da pátria. Eles seriam os responsáveis pelo atraso, fome e guerras nos quais a nação havia se envolvido. Do mesmo modo, os outrora traidores de Bolívar teriam vendido as riquezas naturais da Venezuela para países estrangeiros.

Conforme sua sinfonia se ampliava, o regente escancarava essas imagens e paralelamente conclamava as vítimas – os bolivarianos – para que se levantassem e reassumissem aquilo que lhes era de direito: a verdadeira Venezuela. Ela seria recolocada ao lado de Simón Bolívar, pois esse era o destino de ambos. A história da nação era a história de Bolívar e a união de ambos corresponderia ao estágio final daquele país: a formação da República Bolivariana da Venezuela, cuja narrativa contém elementos do passado reordenados no presente para se alcançar uma projeção de futuro. A nova nação se reportava às ações que se desenrolaram durante a gesta da independência, no período oitocentista. Ali, o maior prócer latino-americano teria inaugurado o bolivarianismo, o significado de se lutar contra as mais terríveis adversidades e inimigos em nome da pátria. Devido às armadilhas impostas pelos seus adversários, Bolívar não pôde completar sua tarefa, abrindo-se assim uma lacuna: como supostamente seria o fim dessa história? De que modo alcançá-la? A partir da em posição que se encontrava, Chávez afirmava que o seu projeto de refundar a nação se relacionava com os embates travados há duzentos anos. Com isso, foi peremptório para ele fazer com que esse período servisse de base para a sua narrativa. Desta forma, 2000 foi o *Año de la Relegitimación de Poderes*<sup>104</sup>, ocasião na qual Hugo Chávez disputou outra eleição

---

<sup>104</sup> Esse título corresponde ao nome dado ao segundo tomo de discursos selecionados do presidente Hugo Chávez Frías que publicados em 2005.

presidencial e buscou aprofundar as medidas para recriar a história nacional de modo que ela escudasse a V República.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o momento em que se iniciou o processo de independência que separou a Venezuela da Espanha, o espaço que pertencia ao rei e à cultura ibérica paulatinamente se deslocou em direção a um novo código simbólico, cujos primeiros traços foram esboçados por Simón Bolívar, a partir do seu epistolário e de suas ações. O prócer procurava enaltecer o herói venezuelano, pois ele, se preciso, doaria a vida em nome da pátria. Desse modo, o *Libertador* fundava as bases para o desenvolvimento da nação e para uma cultura política peculiar.

Todavia, nos últimos anos do conflito, um confuso cenário impediu-lhe de observar que as disputas de outrora haviam cessado e que com a derrocada do inimigo espanhol, os neogranadinos, equatorianos e venezuelanos ansiavam pelo retorno da normalidade, com as futuras demandas sendo resolvidas na esfera política. Enquanto os atores envolvidos diretamente no conflito ambicionavam uma compensação, Bolívar fracassava no intento de arrefecer esses ânimos, esse fator aliado à sensação de desprestígio e fadiga levou o líder a optar pelo exílio, onde morreu.

Assim que a morte de Bolívar foi anunciada em 1830, os neogranadinos voltaram suas atenções para Francisco de Paula Santander, ao passo que os equatorianos se acercaram de Juan José Flores, restando aos venezuelanos a orfandade. No dia em que Simón Bolívar deu seu derradeiro suspiro, a Venezuela perdeu seu filho dileto e o povo, o seu pai e guia. A elite temia que as antigas rivalidades internas ameaçassem o edifício nacional e, no escopo de evitar uma possível desintegração, ela impulsionou o agendamento do legado de *El Libertador*, isto é, a sociedade deveria manter-se unida e trabalhar em prol do país, já que o maior de todos eles estava acompanhando essas ações de outro nível, o espiritual.

Portanto, desse momento em diante, os venezuelanos conviveriam com os desígnios de Bolívar que, não obstante, seriam anunciados por um recorrente número de mandatários que se apresentavam como herdeiros do prócer. Por conta de tal atributo, eles se sentiam no dever de retomar o sonho de uma nação que havia se perdido em 1830, período reconhecido como sua época de ouro.

Paradoxalmente, apesar do distanciamento entre o presente e a gesta da independência parecer cada vez maior, os presidentes venezuelanos pós *Libertador* intentavam através de suas ações, aproximá-los no tempo, como se o segundo fosse um desdobramento imediato do

primeiro. Nesse ínterim, os feitos que não mantinham relações com o líder oitocentista não eram lembrados, criando-se uma aporia na qual os mandatários que se afirmavam bolivarianos não reconheciam os empreendimentos de seus antecessores, descartando qualquer continuidade, apesar destes também se intitularem do mesmo modo.

Esse fenômeno ganharia uma nova dimensão com a eleição de Antonio Guzmán Blanco (1870-1888), visto que coube a ele apaziguar os ânimos acirrados com a Guerra Federal (1858-1863). Na medida em que o ditador criava uma esfera política, a fim de coibir futuras contendas bélicas, ele igualmente promovia o culto a Bolívar como uma política de Estado. Sob o seu governo, os restos mortais do *Libertador* foram colocados na Igreja da Santíssima Trindade adaptada em Panteão Nacional, assim, consagrou o prócer não apenas como uma fonte de exemplo para os indivíduos, senão para todo o país.

Durante o seu mandato, Blanco aproveitou para celebrar o centenário de nascimento de Simón Bolívar, com a divulgação de inúmeros materiais que reforçavam uma interpretação na qual a trajetória de vida do líder oitocentista era análoga ao do mandatário que o evocava, como se ambos pudessem se complementar, ou até mesmo, sob uma perspectiva radical, simbolizar a continuação do mesmo espírito.

Ademais, para o ditador, o processo de modernização obedecia à filosofia do bolivarianismo, sendo o passado sempre revisitado com o objetivo de corroborar as ações empreendidas por ele no presente. Nesse sentido, associava-se a recuperação do brilho dos heróis da libertação à construção de estradas de ferro, intervenções urbanísticas e arquitetônicas ou ao advento de uma moeda nacional, ações que em sua totalidade estavam de acordo com a doutrina bolivariana.

Na primeira metade do século XX, a República da Venezuela assistiu a ascensão e a derrocada de outro ditador, Juan Vicente Gómez (1908-1935), que contribuiu para o fortalecimento da extração de um particular elemento que marcaria para sempre a história venezuelana: o petróleo. Ainda que sua cadeia produtiva apenas engatinhasse, forjou-se a esperança de que com esse produto, a nação poderia reviver sua glória.

Com o falecimento de Gómez, em 1935, coube ao seu antigo ministro da Guerra, Eleazar López Contreras substituí-lo no posto de chefe da nação entre os anos de 1936 a 1941, período no qual ele imediatamente externou sua preocupação com as ideologias exóticas que vinham da Europa e contaminavam o solo nacional. Segundo ele, os venezuelanos não necessitavam procurar em doutrinas externas tais como, comunismo, fascismo e anarquismo,

um norte que servisse de bússola para a orientação da nação, uma vez que a pátria tinha o seu próprio código, o bolivarianismo.

De acordo com López Contreras, ser bolivariano consistia em promover e defender o elemento nacional; afinal de contas, Simón Bolívar e suas tropas lutaram contra os espanhóis a fim de assegurar a independência da região. Com efeito, no final da década de 1930, a mensagem eleita como principal legado do período oitocentista pregava que se a sociedade venezuelana desejava manter-se livre, ela jamais deveria ajoelhar-se ao estrangeiro, que, cedo ou tarde, a arrasaria.

Desse modo, a cada novo governo incrementava-se o sentido do léxico bolivarianismo que se transformou em um conceito polissêmico. Paralelamente se desenvolvia um imaginário político, no qual um número sem fim de mandatários sustentava que seu governo encetava uma época distinta da antecessora e que promoveria um novo sentido para o país. Todas essas leituras respaldavam-se nas guerras de independência, como evento histórico e recurso discursivo, continuamente retomado, sobretudo em períodos de crise.

Contraditoriamente, quanto mais os presidentes venezuelanos se esforçavam para diferenciar-se uns dos outros, acontecia exatamente o oposto, eles reproduziam políticas que já haviam sido previamente testadas e, apesar deles as apresentarem por meio de frases e programas inéditos, eles ainda sim acabavam repetindo idéias que soavam familiares à população.

Sem dúvida, a recorrência de elementos que aproximam os diversos tipos de bolivarianismo ultrapassa seus pontos de divergência. Nesse sentido, foi possível identificar práticas semelhantes no culto a Bolívar desde as primeiras iniciativas organizadas sob a administração de José Antonio Paez, ex-aliado de *El Libertador*, que trabalhou ativamente para o retorno de seus restos mortais da Colômbia para a Venezuela, quanto em Antonio Guzmán Blanco, que arquitetou um projeto de nação no qual o destino da Venezuela estaria associado ao cumprimento das ambições de seu filho ilustre; e, por fim, no governo de Eleazar López Contreras, que se reportou ao prócer do século XIX visando rememorar os venezuelanos que seus antepassados lutaram contra o império europeu que os dominaram em todos os âmbitos e, por isso, eles não deveriam se iludir com as ideologias do velho mundo, uma vez que não foram elas que garantiram a independência do país.

Observou-se que esses mandatários operavam à sombra de uma premissa maior que era a República da Venezuela, ou seja, para eles a doutrina bolivariana era um modo de dispor

a nação no tempo; conseqüentemente, o bolivarianismo seria o meio pelo qual se interligava o passado heroico a um presente que o evocava e que concomitantemente projetava no futuro uma mescla desses princípios. Não obstante, essa regra não se apresentou válida para Hugo Chávez, pois, segundo a interpretação que fez da história nacional, sua época de ouro coincidia com o período de atuação de Simón Bolívar, já que posteriormente houve um longo domínio de antibolivarianos que afastaram a nação de seu destino.

Em vista disso, o tenente-coronel anunciava a importância de se refundar a nação, inaugurando a V República, que finalmente fundiria a pátria com o bolivarianismo, originando a República Bolivariana da Venezuela. Essa mudança no nome do país anunciava que para ele, o sentido no tempo de ambas era indissociável, de tal modo que além delas terem a mesma origem, elas compartilhariam de uma mesma história. Esse governo levou o emblema e a herança de Bolívar ao paroxismo.

Para que essa operação pudesse ser compreendida, perscrutou-se como o outrora tenente-coronel do exército venezuelano Hugo Chávez Frías, que no início dos anos noventa liderou um motim contra o então mandatário Carlos Andrés Pérez, ascendeu à presidência da República da Venezuela. Destarte, enquanto fazia o seu juramento, o líder asseverou que aquela Carta Magna estava moribunda e que não satisfazia aos desejos e às ambições da sociedade e menos ainda aos da própria nação. Assim, ele defendia que somente através da refundação se reanimaria as glórias dos tempos idos.

Com efeito, se propôs a organização de um referendo para que a população decidisse a respeito da instalação de uma Assembleia Constituinte que reordenasse a pátria. Paralelamente, Chávez veiculava uma distinta narrativa que sustentava uma peculiar história nacional. Na sua interpretação, alguns episódios adquiriram um novo sentido que paulatinamente os apartava daquilo que havia sido consagrado pela historiografia.

Parte da sociedade corroborava as mudanças suscitadas pelo mandatário e quando requisitada, demonstrava estar em sintonia com o líder, atendendo prontamente ao seu chamado. Foi desse modo que ele conseguiu eleger a maioria dos representantes para a Assembleia que num curto espaço de tempo concluiu seus trabalhos de elaboração de um documento que tanto em sua introdução quanto no seu primeiro capítulo, concordava com os apelos feitos pelo presidente de fomentar a estruturação para uma V República, que fosse eminentemente bolivariana.

Conseqüentemente, a afirmação da desestruturação da nação foi simultânea ao engendramento da República Bolivariana da Venezuela, que emergia como sua substituta. Nesse sentido, a nova denominação para a pátria, uma constituição específica e princípios e valores exclusivos que a orientassem, objetivavam robustecê-la de modo que os seus alicerces fossem consistentes. Tal operação igualmente comportava uma reflexão que perscrutava a aporia de se permutar entre uma instituição dotada de historicidade por outra recém criada.

Desse modo, foi fundamental para o mandatário constituir uma narrativa que convencesse os venezuelanos de que a ascendência da distinta pátria se reportava a um espaço de experiência no qual Simón Bolívar, por meio de seus atos. Essa concepção possibilitaria a Hugo Chávez não apenas dar sequência, mas, igualmente, recriá-la, uma vez que ele a rememorava desde o presente, com o acréscimo de novas cargas de sentido por meio da narrativa, que, não obstante, contribuía para a construção de um horizonte de expectativa, igualmente bolivariano. Contribuiu para o sucesso do seu programa a sua ascendência militar, evocada como característica similar ao libertador. Por essa concepção, só a disciplina militar sob um líder emblemático poderia superar a crise moral que se abatia sobre as instituições venezuelanas.

Nesse ínterim, iniciava-se o processo de deslocamento da história nacional, uma vez que ela representava o antigo Estado e não a V República. Para o presidente e os seus partidários se tornava extremamente importante participar dos eventos que celebravam as datas nacionais, pois as efemérides corresponderiam a pontes de acesso ao passado e ao futuro. Assim, a cada comemoração nacional, Hugo Chávez Frías reforçava sua narrativa, em detrimento de uma narrativa amparada por premissas historiográficas.

Entretanto, esse recorrente esforço dos governantes venezuelanos em inaugurar com seus mandatos uma época que sucedesse a gesta da independência oitocentista e que ao mesmo tempo correspondesse à etapa derradeira da nação fez com que se tornasse periódico na sua história a enunciação de uma segunda independência, como se o presente e o porvir estivessem para sempre em dívida com o passado. Nesse sentido, esses sinais corroboravam uma interpretação que ressaltava a aporia de se viver num instante que fosse decorrência direta do heroísmo do século XIX; ademais, desde esse momento se projetariam no futuro os ensinamentos originados nesse mesmo passado.

Essa constante remissão ao passado indica a dificuldade que os venezuelanos têm de se mobilizar socialmente em torno de um projeto comum que não seja a reatualização da

independência. A irresolução das diferenças entre os grupos que conformam a nação desde o seu primeiro momento foi supostamente suprimida pela ideia de que a pátria se formaria a partir da união, sendo o maior exemplo disso o próprio Simón Bolívar que deixou em seu epistolário as bases para que os contemporâneos reconhecessem a existência de Boves e Piar, mas que não exercessem essa memória, que deveria permanecer banida na história da nação.

Com a sua morte temeu-se que esse poder de mobilização até então inédito fosse mascarado pelas divergências que sempre marcaram esses grupos sociais; por isso, a promoção do culto a Bolívar e a glorificação desse período serviriam de base para que os mandatários pudessem governar o país e mantê-lo unido. Se inicialmente esse fenômeno foi um remédio para curar as feridas abertas durante o processo de separação do império espanhol, paulatinamente se transformou em um veneno que intoxicava o seu paciente.

Conscientemente e/ou inconscientemente ludibriados por sua própria invenção, parte significativa dos venezuelanos compreendiam o bolivarianismo como a panacéia aplicável em qualquer caso, de tal modo que era mais conveniente aprimorá-la do que desenvolver um antídoto para o paciente enfermo. Mesmo quando o paciente desenvolvia resistência à droga, tornando-a ineficiente para criar alegorias em sua mente, esse lapso de consciência não era aproveitado no intuito de curar a enfermidade; ao contrário, os arquitetos de sua fórmula agregavam novos elementos em sua composição, revigorando-a.

Durante a década de 1980 e com o agravamento do quadro no decênio seguinte, o paciente demonstrava nítidos sinais de resistência à fórmula bolivariana que era aplicada desde o início da década de 1960 pelos “médicos” *puntofijistas*. Por mais que os responsáveis pela saúde da nação evidenciassem pouco apreço pelo fármaco bolivariano, eles nunca o abandonaram; enquanto que, paralelamente, um grupo de militares de baixa patente, liderados por Hugo Chávez fomentava uma receita distinta daquela que era aplicava nacionalmente.

Em seu composto era possível identificar elementos que já haviam sido experimentados em modelos anteriores; apesar disso, o tenente-coronel acreditava que sob os efeitos de uma nova dosagem, sua substância salvaria a pátria vista como uma paciente em estado terminal. De acordo com Chávez, o procedimento deveria ser rápido e drástico, logo que o paciente abandonasse a medicação antiga, a nova fórmula deveria agir imediatamente atacando vários pontos simultaneamente. Dessa forma, quando ele recobrasse a consciência se sentiria aliviado e lúcido, e, embora ainda medicado, estaria revigorado para prosseguir suas tarefas.

Em linhas gerais, essa metáfora oriunda da medicina auxilia na compreensão da perspectiva com que vários líderes recorreram ao bolivarianismo a fim de estabelecer uma relação entre ele e a pátria. Para eles, era mais cômodo lidar com o paradigma nacional por meio de sua consagrada doutrina pela qual a sociedade não demonstrava sinais de repulsa, do que aventurar-se no interior de um código que pudesse causar algum tipo de estranhamento e com isso ameaçar a permanência na presidência.

Com efeito, a noção de bolivarianismo ampliou-se de tal maneira e sob distintas perspectivas, que seu caráter polissêmico permitiu a repetição sem que, no entanto, seu sentido fosse esgotado. Sem dúvida, esse é o ponto mais intrigante desse conceito básico, isto é, sua capacidade de agregar definições que ao invés de comprometer as pré-existentes, acaba por aperfeiçoá-las. Assim, quando Hugo Chávez Frías associou a refundação da nação ao bolivarianismo ele não somente aproveitou-se de toda essa carga de definições como também sobrepôs mais uma conotação a esse conceito, objetivando associá-lo à narrativa construída para contar a história da V República.

Desse modo, a narrativa historiográfica que se consolidou ao longo de dois séculos perdia sua hegemonia no espaço social, passando a disputá-lo com uma narrativa bolivariana que almejava monopolizar o processo de orientação de sentido no tempo feito pelos venezuelanos. Com esse controle, Hugo Chávez definia a presença da nação na longa duração, ao mesmo tempo em que determinava as bases para a formação das identidades nacionais.

Essa tentativa de controlar distintas esferas ao mesmo tempo indicava que para ele a administração do Estado era uma de suas responsabilidades, mas não a única, já que em concordância com *El Libertador* também precisava instalar novos valores, obrigações e instituições num local que ele considerava ter sido subjugado desde 1830 pela oligarquia antibolivariana e mais recentemente por 60 anos de uma falsa democracia que produziu fome e desigualdade para a maioria.

Ao atribuir-se um papel maior do que poderia desempenhar, Hugo Chávez Frías insistia que reanimaria o espírito bolivariano, isto é, cumprir seus objetivos de maneira similar ao que supostamente Simón Bolívar havia realizado era um sinal de que a República Bolivariana da Venezuela caminhava em harmonia com seu maior herói nacional. Sustentando-se sobre o bolivarianismo, o projeto de nação delineado pelo mandatário recorreu à modernização das velhas fórmulas sob o pretexto de estar inaugurando uma distinta fase

nacional, que sob um olhar crítico apontava a imersão da sociedade no complexo labirinto criado em torno da questão bolivariana.

Quando a sociedade venezuelana foi às urnas em 1998 e elegeu o outrora sublevado tenente-coronel, ela transmitia a mensagem de que desejava se reencontrar com líderes fortes, que com seu carisma superariam os entraves para o desenvolvimento do Estado. Nesse sentido, Chávez soube canalizar as frustrações de um país carente de novos símbolos, que se demonstravam impositivos, e ele prometia solucionar essa deficiência com a simbologia tradicional que os venezuelanos conheciam melhor: o bolivarianismo.

Sua ênfase no exército como ator e, em sua própria carreira militar o equiparariam ao prócer, diferentemente de muitos dos seus predecessores. Daí a importância dos recursos lingüísticos que Chávez utiliza para denegrir o passado imediato, em uma leitura muito particular. O termo bolivarianismo não é novo. A novidade aqui é a saturação imagética específica do chavismo. O conceito de bolivarianismo organiza o mundo político venezuelano, referendado no potencial pragmático do presidente, sobretudo no seu primeiro ano de mandato. A questão que aflora é como esse ethos bolivariano se reforça e a resposta é a particularidade das leituras sobre a independência. A crise moral de sucessivos governos reforça a vinculação que Chávez faz dessas leituras do passado e de um forte nacionalismo, ao apresentar uma cabal solução dos problemas sociais a partir dos pressupostos bolivarianos, por ele interpretados e intermediados.

## REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Jesús María; BRITO, Berta. El mito de Bolívar y su función política. **Comunicación: Estudios venezolanos de comunicación**. Caracas : Centro Gumilla.-- 9, 41-42, Abr., 1983.

ALMEIDA, de Jaime. O segundo centenário da independência na América Latina, um desafio historiográfico. In: Encontro Internacional da ANPHLAC, VII, 2006. **Anais...** Goiânia: UFG, 2006, p. 1-10. Disponível em: <[http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro7/jaime\\_de\\_almeida.pdf](http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro7/jaime_de_almeida.pdf)>. Acesso em: 28 de Jul. 2009.

AMORIM NETO, Octavio. De João Goulart a Hugo Chávez: a política venezuelana à luz da experiência brasileira. **Opinião pública**, Campinas, v. VIII, n.2, p. 251-274, 2002. Disponível em < [http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/329/Resumenes/32980205\\_Resumo\\_5.pdf](http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/329/Resumenes/32980205_Resumo_5.pdf)> Acesso em: 6 de fev. 2011.

ANKERSMIT, F. R. Commemoration and national identity. **Textos de história**, v. 10, n. 1/2, p. 15-39, 2002.

ARCE, Mauricio Alvarez. *El proyecto político bolivariano de Venezuela: génesis y trayectoria (1982-2008)*. Ciudad de México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2009. Tese de doutorado.

ARÓSTEGUI, Julio. Memoria, memoria histórica e historiografía: Precisión conceptual y uso por el historiador. **Pasado Memoria: Revista de Historia Contemporánea**, Madrid, n. 3, p. 5-58, 2004. Disponível em: <<http://publicaciones.ua.es/filespubli/pdf/15793311RD3889446.pdf>>. Acesso em: 16 de Set. 2011.

ARREAZA, Irma Chumaceiro. **El discurso de Hugo Chávez**: Bolívar como estratégia para dividir a los venezolanos, *Boletín de Linguística*, Caracas: Universidad Central de Venezuela, vol.20, p. 22-42, agosto-dezembro, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/347/34702003.pdf>>. Acesso em 25 de Mar. 2011.

AYERBE, Luis Fernando. Novos atores políticos e alternativas de governo: os casos de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). *Novas Lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

BITTENCOURT, Borges Libertad. Entre as memórias e as identidades: as comemorações do bi-centenário das independências na América Hispânica e os princípios da exclusão. **História Revista**, Goiânia. v. 13, n. 2, p. 447-459, jul./dez.2008.

BOSOER, Valeira; CORTÉS, Cecilia. *La emergencia de um nuevo liderazgo político: el caso venezolano*. Buenos Aires, 2001. Disponível em: <<http://www.saap.org.ar/esp/docs-congresos/congresos-saap/V/docs/aznar/bosoer-cortes.pdf>>. Acesso em: 28 de Jul. 2009.

BUSHNELL, David. A independência da América do Sul espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Da independência a 1870*, v. III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CABALLERO, Manuel. *Por qué no soy bolivariano: una refelexión antipatriótica*. Caracas: Editorial Alfa, 2006.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CANELÓN, Fidel; GONZÁLEZ, Franklin. El Modelo Político Puntofijista, desarrollo, agotamiento y perspectiva. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, Caracas, n. 1, v. IV, p. 11-42, ene-jun, 1998. Disponível em: <<http://www.sicht.ucv.ve:8080/bvirtual/doc/analisis%20de%20coyuntura/contenido/volumenes/1998/1/01-Canelon-Gonzalez.pdf>>. Acesso em: 14 de Jan. 2011.

CARIÁS-BREWER, Allan. Reflexiones Críticas sobre la Constitución de 1999. **Revista de Derecho Público**, Caracas: Editorial Jurídica Venezolana, n. 81, pp. 7-21, enero-marzo, 2000. Disponível em: <<http://www.allanbrewercarias.com/Content/449725d9-f1cb-474b-8ab2-41efb849fea8/Content/II.4.411.pdf>>. Acesso em: 08 de Out. 2011.

\_\_\_\_\_. La Constitución española de 1978 y la constitución de República Bolivariana de Venezuela de 1999: Algunas influencias y otras coincidencias. **La Constitución de 1978 y el Constitucionalismo Iberoamericano**, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, p. 765-786, 2003. Disponível em: <<http://www.allanbrewercarias.com/Content/449725d9-f1cb-474b-8ab2-41efb849fea8/Content/II,%204,%20.439.%20LA%20CONSTITUCION%20ESPA%C3%91OLA%20Y%20VENEZOLANA.pdf>>. Acesso em: 08 de Out. 2011.

CHÁVEZ, Hugo. *1999: Año de la refundación de la república*. Caracas: Ediciones de la presidencia de la república. 2005a.

\_\_\_\_\_. *2000: Año de la relegitimación de poderes*. Caracas: Ediciones de la presidencia de la república, 2005b.

CRUZ, Fortunato González. Valores y principios de la constitución. **Revista Provincia**, Mérida, Universidad de los Andes, p. 11-25, 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/555/55509902.pdf>>. Acesso em: 15 de Out. 2011.

DAMAS, Germán Carrera. *El caso de Venezuela*. In: LEIVA, Luis Castro. Usos y abusos de la historia en la teoría y en la práctica política. Caracas: Serie ‘Seminarios’; Colección IDEA, 1988.

\_\_\_\_\_. *El culto a Bolívar*. Caracas: Universidad Central de Venezuela ediciones de la biblioteca, 1973.

\_\_\_\_\_. Entre el Héroe Nacional – Padre de la pátria y el anti-héroe nacional – padrote de la patria. **Revista Arbor Ciencia, Pensamiento y Cultura**, Madrid, n. 724, pp. 203-210,

2007. Disponível em: < <http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/91/91>>. Acesso em: 7 de Jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Liberen al Libertador. Entrevistadora: Maye Primera. *La república alucinada: conversaciones sobre nuestra independencia*. Caracas: Editorial Alfa, 2010.

\_\_\_\_\_. *Venezuela Proyecto Nacional y poder social*. 2ª edição. Mérida: Editora Publicaciones Vicerrectorado Academico, 2006. Disponível em: < <http://www.serbi.ula.ve/serbiula/librose/pva/Libros%20de%20PVA%20para%20libro%20digital/venezuela%20proyecto%20nacional%20y%20poder%20social.pdf>>. Acesso em: 6 de Jun. 2011.

FRANKLIN, Cleber Batalha. As relações entre o Brasil e a Venezuela e a segurança amazônica. 2007. Disponível em: <[http://www.obed.ufpa.br/pdfs/relacoes\\_brasil\\_venezuela.pdf](http://www.obed.ufpa.br/pdfs/relacoes_brasil_venezuela.pdf)> Acesso em: 27 de Mai. de 2011.

GALL, Norman. Petróleo e democracia na Venezuela – Parte 1: Porque Chávez? **Braudel Papers**, São Paulo, n. 40, p. 3-21, 2006a. Disponível em: <<http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/41.php>>. Acesso em: 8 de Dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Petróleo e democracia na Venezuela – Parte 2: A revolução bolivariana. **Braudel Papers**, São Paulo, n. 41, p. 3-22, 2006b. Disponível em: <<http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/41.php>>. Acesso em: 8 de Dez. 2011.

GARRIDO, Alberto. *Documentos de la Revolución Bolivariana*. Caracas: Ediciones del autor, 2002.

GOTT, Richard. *À sombra do libertador: Hugo Chávez Frías e a transformação da Venezuela*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

GUERRA, François-Xavier. Memórias em transformação. **Revista eletrônica da ANPHLAC**, n. 3, 2003. Disponível em: <[http://www.anphlac.org/revista/revista3/revista\\_anphlac\\_3.pdf](http://www.anphlac.org/revista/revista3/revista_anphlac_3.pdf)> Acesso em: 17 de out. 2011.

HARWICH, Nikita. Un héroe para todas las causas: Bolívar em la historiografía. **Iberoamericana**, [S.I], v. 3, n. 10, p.7-22, 2003. Disponível em: <<http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Iberoamericana/10-harwich.pdf>>. Acesso em: 28 de Jul. 2009.

HEBRARD, Véronique. El hombre en armas: de la heroización al mito. DAMAS, Germán Carrera; CURIEL, Carole Leal; LOMNÉ, Georges; MARTINEZ, Frédéric. *Mitos políticos en las sociedades andinas: Orígenes, invenciones y ficciones*. Caracas: Editorial Equinocio, 2006.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). *A Invenção das Tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1997.

ITURRIETA, Elías Pino. *El divino Bolívar: Ensayo sobre una religión republicana*. Madrid: Editora Catarata, 2003.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. A reflexão conceitual na prática historiográfica. **Textos de História**, v. 15, n.1/2, p. 49-61, 2007. Disponível em <<http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/959/626>> Acesso em 15 de jul. 2011

KORNBLITH, Miriam. Del puntofijismo a la quinta república: elecciones y democracia en Venezuela. **Revista Colombia Internacional**. Bogotá, n. 58, pp. 160-194, julio-diciembre, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/812/81205807.pdf>> Acesso em 10 de Maio. 2011.

KOSELLECK, Reinhart. Estructuras de repetición en el lenguaje y en la historia. **Revista de estudios políticos**, n. 134, dez, p. 17-34, 2006.

\_\_\_\_\_. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1945/1084>>. Acesso em 22 Fev. 2011.

\_\_\_\_\_. Historia de los conceptos y conceptos de historia. **Revista Ayer**. Madrid, n. 53, p. 27-45, 2004. Disponível em: <<http://www.ahistcon.org/docs/ayer/ayer53/ayer53-01.pdf>>. Acesso em 13 de Mar de 2011.

\_\_\_\_\_. b. Uma resposta aos comentários sobre o Geschichtliche Grundbegriffe. In: JASMIN, Gantus Marcelo; FERES JÚNIOR, João (orgs). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora Puc Rio, 2006.

LANDER, Edegaro. Venezuela: a busca de um projeto contra-hegemônico. In: CECENÑA, Ana Esther (Org.). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Editora Clacso Livros, 2005, pp. 193-215.

LEIVA, Castro Luis. El Historicismo Político Bolivariano. In: Leiva, Castro Luis (org.). *De la patria boba a la teología bolivariana: ensayos de historia intelectual*. Caracas: Monte Avila Editores, 1991

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o passado? In: *Projeto História*. São Paulo: n. 17, p. 63-201. Nov. 1998.

LUCCA, Rafael Arráiz. *Venezuela: 1830 a nuestros días*. Caracas: Editorial Alfa, 2007.

MARCANO, Cristina; TYSZKA, Barrera Alberto. *Hugo Chávez Sem Uniforme: uma história pessoal*. Rio de Janeiro: Ed. Gryphus, 2004.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

MARTÍNEZ, José Honorio. Causas e interpretaciones del Caracazo. *Historia Actual Online*, Ciudad de México, n. 16, p. 85-92, junho, 2008. Disponível em: <<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/253/241>>. Acesso em: 27 de Jun. 2011.

MARTINS, Rezende de Estevão. Memória e experiência vivida: a domesticação do tempo na história. *Revista Antíteses*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 17-30, janeiro-junho, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1425/1616>>. Acesso em 18 de Ago. 2011.

MAYA, Margarita López. *Luta Hegemônica na Venezuela: A crise do Puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez*. Disponível em: <[http://www.iela.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/venezuela\\_margarita.pdf](http://www.iela.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/venezuela_margarita.pdf)>. Acesso em: 21 de mar de 2011.

MORA-GARCIA, Pascual José. Hermenéutica crítica de la historia del tiempo presente: la invención de la tradición em la revolucion bolivariana. *Revista Dikaiosyne*, Mérida, n. 17, p. 81-94, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/19104/2/articulo5.pdf>>. Acesso em: 28 de Jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Bolívar, imaginario social. *Revista Cifra Nueva*, Trujillo, n. 15, p. 101-113, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/18775/1/articulo10.pdf>>. Acesso em: 28 de Jul. 2009.

OLIVEIRA, Lippi Lucia. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do descobrimento. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p.183-202. 2000. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2122/1261>>. Acesso em: 28 de Jul. 2009.

ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos*, São Paulo: Ed. Globo, 1962.

RICHTER, Melvin. Asignando a la begriffsgeschichte su lugar en la historiografía del pensamiento político. *Historia Contemporánea*, n. 27, p. 455-463, 2003. Disponível em <[http://www.historiacontemporanea.ehu.es/s0021-con/es/contenidos/boletin\\_revista/00021\\_revista\\_hc27/es\\_revista/adjuntos/27\\_02.pdf](http://www.historiacontemporanea.ehu.es/s0021-con/es/contenidos/boletin_revista/00021_revista_hc27/es_revista/adjuntos/27_02.pdf)> Acesso em: 3 de out. 2011.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

RODRÍGUEZ, Jaime. *La independencia de la América española*. Ciudad de México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 2010.

ROMERO, Aníbal. *Bolívar como heroe tragico*. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 2001. Disponível em: <<http://anibalromero.net/Bolivar.como.heroe.tragico.pdf>>. Acesso em: 25 Jul 2010.

ROMERO, Eduardo Juan. El discurso político de Hugo Chávez (1996-1999). **Espacio Abierto**, v. 10, n. 2, p. 229-245, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/122/12210204.pdf>>. Acesso em: 28 de Jul. 2009.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: Teoria da História: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Unb, 2001.

\_\_\_\_\_. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história. In: SALOMON, Marlon (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Editora da Unochapecó, 2011, p. 259-290.

SÁBATO, Ernesto. *O Escritor e os seus fantasmas*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1985.

SILVA, da Rodrigues Helenice. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14006.pdf>>. Acesso em: 28 de Jul. 2009.

STRAKA, Tomás. De abuelos patriotas y realistas. Entrevistadora: Maye Primera. *La república alucinada: conversaciones sobre nuestra independencia*. Caracas: Editorial Alfa, 2010.

STEPHAN, Beatriz González. Fundar el Estado/Narrar la nación (Venezuela heroica de Eduardo Blanco). **Revista Iberoamericana**, v. LXIII, n. 178-179, p. 33-46, enero-jun., 1997. Disponível em <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=767574>>. Acesso em: 19 de dez. 2011.

TORRES, Ana Teresa. *La Herencia de la Tribu: del mito de la independencia a la revolución bolivariana*. Caracas: Editorial Alfa, 2009.

\_\_\_\_\_. Memórias de uma venezolana de la democracia: Conferência inaugural de la Cátedra Venezuela. Caracas: Universidad Metropolitana, 2008. Disponível em <<http://www.analitica.com/buscador/bprof2.asp?orden=venezolana&tamanopagina=25&paginaabsoluta=18>> Acesso em: 27 de ago. 2011.

\_\_\_\_\_. O herói na mentalidade venezuelana. *Revista Humboldt*, p. 1-4, 2010. Disponível em: <<http://www.goethe.de/wis/bib/prj/hmb/the/154/pt6568421.htm>>. Acesso em: 05 de Jan. 2011.

TRINKUNAS, Harold. Las Fuerzas Armadas Bolivarianas en los tiempos de Chávez: ¿Desde el papel protagónico a la subordinación revolucionaria? In: AGÜERO, Felipe; FUENTES, Claudio (ORGS.). *Influencias y Resistencias: Militares y Poder en América Latina*. Santiago de Chile: Editora Catalonia, 2009, p. 81-106.

VILLA, Duarte Rafael. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 1-13, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/10.pdf>>. Acesso em: 28 de Jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Venezuela: O projeto de Refundação da República. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 49, pp. 135-159. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n49/a08n49.pdf>>. Acesso em: 08 de fev. 2011.